



Nelson De Luca Pretto

# REFLEXÕES

ativismo,  
redes sociais  
e educação



# REFLEXÕES

ATIVISMO, REDES SOCIAIS E EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITORA

Dora Leal Rosa

VICE-REITOR

Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes  
Angelo Szaniecki Perret Serpa  
Caiuby Alves da Costa  
Charbel Ninõ El-Hani  
Cleise Furtado Mendes  
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti  
Evelina de Carvalho Sá Hoisel  
José Teixeira Cavalcante Filho  
Maria Vidal de Negreiros Camargo

Nelson De Luca Pretto

# REFLEXÕES

ATIVISMO, REDES SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Salvador  
EDUFBA  
2013

Direitos da edição impressa cedidos à EDUFBA.

CC - O conteúdo está licenciado pelo Creative Commons para uso Não Comercial (by nc, 2.5). Essa licença permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre sua obra sendo vedado o uso com fins comerciais. As novas obras devem conter a menção aos autores e também não podem ser usadas para fins comerciais.



Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

REVISÃO  
*Equipe EDUFBA*

NORMALIZAÇÃO  
*Táise Oliveira Santos*

CAPA, PROJETO GRÁFICO e EDITORAÇÃO  
*Rodrigo Oyarzábal Schlabit*

SIBI – Sistema de Bibliotecas da UFBA

---

Pretto, Nelson De Luca.

Reflexões : ativismo, redes sociais e educação / Nelson De Luca Pretto. - Salvador :  
EDUFBA, 2013.  
252 p.

ISBN 978-85-232-1048-9

1. Educação - Efeito das inovações tecnológicas. 2. Comunicação na ciência. 3. Redes sociais on line. 4. Publicações científicas. 5. Professores - Atividades políticas. 6. Cidadania. I. Título.

CDD - 371.334

---

Editora filiada a



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, *Campus* de Ondina,  
40170-115, Salvador-BA, Brasil

Tel/fax: (71) 3283-6164

[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br) | [edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

Para meus filhos, uma desde sempre, minha querida Nanna, e outros desde alguns anos, mas tão igualmente queridos: Davi, Arthur e Rodrigo. Os tempos com eles são sempre animados, animadores e de aprendizagens.



# SUMÁRIO

PREFÁCIO / 11

REFLETINDO... NOTA INTRODUTÓRIA / 15

ESPAÇOS DE INVENÇÃO E CRIAÇÃO COLETIVA / 19

FÉRIAS, CINEMA E EDUCAÇÃO / 22

DEIXEM MINHA INTERNET EM PAZ / 24

NASCEU NO ENEM / 28

WEBCURRÍCULO: CONSTRUINDO UM ECOSISTEMA PEDAGÓGICO / 30

OS DESCAMINHOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL / 33

AMÁLGAMA CULTURAL / 37

A BANDA LARGA NO BRASIL É ESTREITA / 40

DOS LIVROS DIDÁTICOS AOS RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS / 45

DO ANALÓGICO AO DIGITAL, CRIAR É O QUE INTERESSA / 49

O SABER DA CIDADE (DO SABER): ARQUITETURA, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO / 53

TABLETS, COMPUTADORES E A ESCOLA / 58

QUERO SER UM ALIENÍGENA / 62

PERSONAGEM DE 2011: O ATIVISTA / 65

CULTURA DIGITAL EM ALTA / 67

DO UCA ÀS TABULETAS: ONDE ESTÁ A BANDA LARGA? / 70

NAS REDES E NA RUA / 73

CRISE (PERMANENTE) NA CULTURA /	76
EDIÇÕES UNIVERSITÁRIAS E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: IMPACTOS E PERSPECTIVAS /	79
A MOÇA DO COMPUTADOR /	83
ABRIGOS QUE ABRIGAM /	87
HACKERS E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO BRASILEIRO /	89
A SBPC E A CIÊNCIA NA BAHIA /	92
O QUE FIZERAM COM A AUTORIDADE DO PROFESSOR? /	94
LIVROS DIDÁTICOS: DE NOVO?! /	97
O FIM DA EDUCAÇÃO /	99
CONEXÕES E COMPLEXIDADE /	102
PROGRAME OU SERÁ PROGRAMADO /	104
O SONHO NÃO ACABOU /	107
ANGOLA, BRASIL E OS DESAFIOS EDUCACIONAIS /	109
UM JEITO HACKER DE SER /	111
ODE AOS AMIGOS E À AMIZADE /	113
A IMAGEM DOS HACKERS /	115
PROFESSOR EM REDE /	118
PROFESSORES HACKERS PRODUZINDO MATERIAIS EDUCACIONAIS ABERTOS /	121
AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS, A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA /	123
SALVE O VELHO RÁDIO /	127

ESCOLAS ESPREMIDAS /	129
A TEIA DA CULTURA E A EDUCAÇÃO /	131
CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O FUTURO /	133
A NUDEZ EXPLÍCITA DO ENSINO DO PAÍS /	135
UM AMBIENTE INTEIRO /	137
REVOLUÇÃO DA CULTURA DIGITAL /	139
IRECÊ É (SOFTWARE) LIVRE? /	141
FATOR “UAAUU” NA EDUCAÇÃO /	143
ATIVISMO PARA UM MUNDO MELHOR /	146
LÍNGUA CULTA, CAETANO E EDUCAÇÃO /	148
PARABÉNS MR. DARWIN /	150
DARWIN, CIÊNCIA E TECNOLOGIA /	153
É PROIBIDO PROIBIR... /	156
A FORÇA DA JUVENTUDE /	158
CRISE NA FACED E NOS TABULEIROS DIGITAIS /	160
PAIDOIS E MÃEDOIS /	164
EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA /	166
LIXO, BARULHO E EDUCAÇÃO /	169
A ESCOLA DO ASFALTO /	171
UFBA: O DESAFIO DO DIÁLOGO /	173
DAS PEDAGOGIAS DA ASSIMILAÇÃO ÀS PEDAGOGIAS DA DIFERENÇA /	176

A LINGUAGEM DOS JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE: APLAUSOS OU CENSURA? / 179

TV DIGITAL: SITUAÇÃO E PERSPECTIVA / 185

A VIDA NO ORKUT: NARRATIVAS E APRENDIZAGENS NAS REDES SOCIAIS / 190

O PUB MAIS ANTIGO DA INGLATERRA (DO MUNDO?! ) / 193

VIAGENS / 194

## ENTREVISTAS

O FUTURO DO PAÍS AGORA TRAMITA NO SENADO: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / 203

POR UMA ÉTICA HACKER / 210

ATIVISTAS DE GARAGEM: ÉTICA HACKER / 216

INCLUSÃO DIGITAL: POLÊMICA CONTEMPORÂNEA / 220

CONNECTAR IGUALDADE: COMPUTADORES NO MODELO 1 A 1 / 225

INCLUSÃO DIGITAL: DESAFIOS / 235

EDUCAÇÃO NÃO É UMA COISA FECHADA / 238

REFERÊNCIAS / 247

O AUTOR / 251

## PREFÁCIO

---

O livro Reflexões, ativismos, redes sociais e educação desenvolve-se ao longo dos textos que dão forma e expressão à voz social e interventiva de Nelson Pretto, em matérias fundamentais como as políticas de educação e inovação pedagógica, o papel das tecnologias de informação na construção das aprendizagens colaborativas para sociedade digital e a abertura da escola às redes sociais de conhecimento e cultura.

A presente obra resulta da reunião dos artigos e entrevistas publicados em jornais e revistas nos últimos anos, aos quais o autor acrescenta ainda alguns textos inéditos e outros que só tiveram divulgação académica no âmbito do grupo de pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias.

Em cada uma das partes e no seu todo estamos face a uma publicação desafiante, incómoda também para os menos atentos aos processos da mudança educacional, sustentada na visão crítica do presente e nas antecipações do futuro, as quais se projetam na promoção das competências para as práticas de inovação na educação e nas formas de construção dos cenários emergentes para a cidadania digital.

A diversidade dos tempos e contextos da escrita dos textos que integram o livro convida-nos a fazer a leitura através de travessias temáticas nas múltiplas paisagens do pensamento do autor e da sua capacidade para nos conduzir para os territórios de problematização da mudança nas políticas e nas práticas sociais da educação.

Sem pretendermos fazer um mapeamento exaustivo das travessias nas múltiplas paisagens textuais, assinalamos alguns dos temas, necessariamente sempre em aberto, pois os textos convocam, em permanência, a nossa atenção para novos sentidos de leitura.

No texto Espaços de invenção e criação coletiva, o autor desenvolve a problematização da refundação do pensamento educacional para a inovação, no

enquadramento emergente do contributo do coletivo para a andaimagem social na construção das aprendizagens e do conhecimento em rede.

Em Tablets, computadores e a escola é destacada a urgência da definição de uma política para a utilização das tecnologias de informação na educação, a qual se espera que não seja centrada na tendência para a disponibilização administrativa dos meios, mas sim como instrumentos para pensar, aprender e construir as novas redes de conhecimento. As tecnologias de informação só poderão constituir instrumentos para a educação e a aprendizagem no momento em que abandonarmos a visão limitadora do folclore em torno da tecnologia, e nos concentrarmos no potencial das tecnologias de informação para enriquecer os contextos de interação e experiência do conhecimento, e, assim, as transformarmos em ferramentas da inteligência dedicadas aos processos sociais e cognitivos da aprendizagem individual e coletiva.

E como a inovação em educação não se faz com mais tecnologia, mas sim com a integração desta nos processos de mediação da comunicação e das aprendizagens, em particular, na mediação das aprendizagens colaborativas e no diálogo entre os espaços formais e informais, assinalamos o texto Das pedagogias da assimilação às pedagogias da diferença. Neste texto é apresentada de forma notável, pela clareza e pertinência, a e-educação como um projecto pedagógico em rede e integrador da diversidade cultural e das experiências de conhecimento. Citando o autor "...e-educação é rede e comunicação ou o estabelecimento de conexões que respeitem os nós interconectados como elementos fundantes – elementos de valor que considerem a diferença como estruturante, e não como algo que tem de ser trabalhado e transformado no igual."

A sociedade em rede e a escola em rede não podem estar separadas, pelo contrário, são expressões da globalização cultural iniciada com a internet e que hoje se manifesta nas redes sociais e de partilha, nas comunidades virtuais, nos blogues e nos espaços de construção coletiva das novas narrativas de conhecimento na Web. Neste sentido, A vida no Orkut – narrativas e aprendizagens, explora os novos desafios e direções para a escola, não só através da diluição das fronteiras entre os espaços de aprendizagem formal e informal, mas também na mobilização das práticas de comunicação digital para o enri-

quecimento dos contextos das aprendizagens escolares e da criação das narrativas de conhecimento.

Não podemos deixar de sublinhar ainda as reflexões sobre a implementação dos projetos mobilizadores, como o que foi realizado com o UCA (Um Computador por Aluno), passando, necessariamente, pelo movimento dos recursos educacionais abertos, o papel dos hackers no desenvolvimento do software livre, os cenários para a educação como espaço de formação de valores, da colaboração e da ética, e as novas dimensões da literacia digital que se estendem à programação.

Seguindo o projeto de travessia não sequencial, detemo-nos na expressão de felicidade e carinho das crianças que é título do texto Olha a moça do computador. A disponibilização de computadores portáteis no âmbito do projeto UCA criou uma nova centralidade da escola na vida das crianças e permitiu-lhes, também, uma nova centralidade no mundo e na globalização das redes de aprendizagem e conhecimento. É, de forma inequívoca, uma mensagem de que a mudança é possível e está em curso.

Estamos perante uma rede de reflexões e propostas para a mudança e a inovação ancoradas em escritos que afirmam uma intervenção continuada no desenvolvimento do pensamento para a educação e a sociedade. É, assim, uma contínua aproximação ao tempo futuro que se afirma na postura interventiva do autor nas suas propostas para enfrentar os desafios para a educação na sociedade digital.

Lisboa, janeiro de 2013

*Paulo Maria Bastos da Silva Dias*  
Reitor da Universidade Aberta, Portugal



## REFLETINDO... NOTA INTRODUTÓRIA

---

O contrabaixista Ron Carter dizia que sua função num quinteto de jazz (e ele foi o contrabaixista do quinteto de Miles Davis) era tocar sempre a nota que impedisse os outros músicos do grupo de tocar a nota que eles imaginavam que iam tocar, obrigando-os sempre a encontrar uma nota inesperada.

Carlito Azevedo, *O Globo*, 2012, pag. 5

Sou assim como professor! Quando tudo está indo bem, procuro desestabilizar o aluno, o colega, ou, mais frequentemente, eu mesmo. Penso que o importante é sempre buscar a tal nota inesperada!

Esse livro é isso. Um conjunto de textos à procura de desestabilizar o instituído, porque, ele também, está em profundo e constante movimento. Em rebuliço permanente.

Os blogs explodiram. Tomaram conta da internet e, devagarinho, *pero no mucho*, tomaram conta das nossas vidas. Os dispositivos móveis foram possibilitando que escrevêssemos, fotografássemos, videografássemos, tudo ao mesmo tempo, aqui, ali, agora e logo depois. E tudo foi/vai para a rede.

Já disseram, e não me lembro mais quem foi – e resisti em dar um *googla-da* pare tentar localizar! – que os blogues terminaram se constituindo no grande rascunho dos jornalistas para a coluna no jornal impresso do dia seguinte. Pode ser. Pode ser um mero rascunho, mas já é um texto que faz barulho. Que repercute e que, ele em si, já é a notícia, e no nosso caso, na academia, já é a primeira reflexão sobre o tema escolhido. Isso em algumas áreas tem um nome e na ciência se constitui – ou pelo menos deveria se constituir – em um método de investigação e de socialização do conhecimento. No campo da informática é chamado de RFC, do inglês *Request For Comments*, ou pedidos para comentários. Desta forma, podemos mais abertamente, aprofundar nossas reflexões,

frutos das pesquisas científicas ou mesmo da nossa vivência cotidiana a partir dos comentários e contribuições trazidas pelos colegas, como explico um pouco mais no texto *A imagem dos hackers* neste livro.

Paralelo a isso, ao longo de toda a minha vida acadêmica e ativista – volto a isso já, já! – sempre acreditei e trabalhei para que os professores fossem, efetivamente divulgadores da ciência e, mais do que tudo, atuassem de forma ativista politicamente, expondo-se e expondo suas ideias a cerca de suas áreas de atuação. Essa luta em defesa de uma maior valorização da divulgação científica não é, obviamente, uma luta somente minha. Muitos outros colegas atuam de forma intensa nesse campo e, seguramente como resultado disso, hoje o nosso currículo Lattes, que se constitui no verdadeiro Orkut da academia, já introduziu uma aba específica para o registro das ações de divulgação científica dos pesquisadores brasileiros.

O Brasil vem crescendo em termos de produção científica e isso pode ser medido, em parte obviamente, pelo crescimento do número de artigos científicos publicados. Em 2011 foram publicados 35 mil, levando o Brasil à 13ª posição mundial no número de publicações ocupando apenas a 35ª posição no ranking de impacto da pesquisa.<sup>1</sup> Se já publicamos bastante artigos acadêmicos, penso que temos que intensificar nossa produção visando a divulgação científica dessa produção.

Assim, a divulgação científica tem, no meu entendimento, uma dupla função: a de socializar o que se pesquisa no país e, com essa divulgação, contribuir com a formação científica da juventude brasileira. Esse tem sido, sempre, o meu principal propósito: interferir na formação da juventude e, principalmente, na construção de políticas públicas que possam contribuir para a formação da cidadania.

Esse livro que você tem hoje nas mãos ou na tela, é fruto desta minha ação ativista. Ao longo do tempo, sistematicamente, escrevo em jornais, revistas, sites, falo em rádio e televisão, escrevo blogs, pessoais ou institucionais, de maneira a não esperar apenas a escrita de artigos científicos ou livros para por na rua as minhas ideias. Ideias que, obviamente, não são só minhas, pois são fruto

---

<sup>1</sup> Matéria *Novo mapa da ciência destaca o Brasil* na Folha de São Paulo, em 18.10.2012. <<http://www.folha.uol.com.br/fsp/cienciasaude/72573-novo-mapa-da-ciencia-destaca-o-brasil.shtml>>. Acesso em: 18 out. 2012.

do nosso cotidiano no grupo de pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC) e de todas as inúmeras atividades que participo no Brasil e fora dele.

Os textos aqui reunidos vêm de diferentes fontes e características. Como afirmei, alguns deles foram publicados no centenário jornal *A Tarde* de Salvador/Bahia. Outros, publicados em diversos jornais e revistas pelo país a fora. Também tenho uma coluna mensal no *Terra Magazine*, coordenado pelo jornalista Bob Fernandes, e as reflexões de lá também estão aqui. Outros ainda, são textos que escrevi e que não publiquei ou apenas usei parte deles para reflexões no grupo. Por fim, temos um conjunto de entrevistas, algumas delas enviadas por escrito por e-mail e que, na verdade, são quase-artigos, já que demandam uma produção escrita e intelectual similar à produção de artigos, só que com uma linguagem mais fluída, digamos assim.

Em 2008 publiquei, pela Papyrus, o primeiro conjunto destes meus textos num livro intitulado *Escritos sobre Educação, Comunicação e Cultura*. Lá estavam reunidos artigos que produzi desde os meus primeiros momentos de vida acadêmica e ativista, em 1986. São textos que incluíram as primeiras reflexões como professor do ensino médio em Salvador e Feira de Santana, membro da diretoria do Sindicato dos Professores do estado da Bahia (SINPRO-Bahia), professor do Instituto de Física da UFBA, até o ano de 2007, quando já era diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, juntamente com a colega Mary Arapiraca. Foram anos de muita riqueza existencial, pois ficamos, eu e Mary, por dois mandatos, de 2000 a 2004 e de 2004 a 2008, na liderança de uma unidade da UFBA com características muito peculiares, num momento de grande rebuliço na universidade pública brasileira, a partir da determinação do presidente Luis Inácio Lula da Silva de ampliar o ensino superior público, ação, obviamente, que teve e tem sempre o meu total respaldo, mas que, pela forma como foi conduzida, tanto localmente na UFBA como no Brasil, me pareceu muito equivocada, como poderá ser visto em alguns dos textos que aqui estão.

A saída da Papyrus e a vinda para a EDUFBA representa também um fortalecimento político e de investigação que tem caracterizado os nossos movimentos desde sempre, mas que não tínhamos respaldo institucional nem técnico para realiza-lo. Refiro-me especificamente à ideia da produção científica das universidades – em especial as públicas, financiadas com recursos

públicos – ser publicada em revistas e editoras que tenham a política de acesso aberto como sendo sua marca. Isso está acontecendo com a EDUFBA. Vem acontecendo com uma serie de outras editoras e revistas acadêmicas e esse é um movimento que queremos fortalecer. A Papyrus, enquanto uma editora comercial, foi muito importante para os meus primeiros anos de vida acadêmica. Mas agora não quero mais abrir mão desta perspectiva aberta de divulgação da nossa produção científica. E a EDUFBA entrou de corpo e alma nessa filosofia isso tem possibilitado que toda a sua produção esteja disponível livremente para o acesso da população, fortalecendo, assim, a perspectiva de divulgação científica e de democratização do conhecimento que tem caracterizado o nosso trabalho acadêmico ao longo dos anos.

Gostaria também de deixar o meu especial agradecimento aos jornalistas Albenísio Fonseca, Fred Furtado, Barbara Coelho, Esteban Torre, Leila Mesyngier, Patrícia Cornils e Tatiana Mendonça pela importante interlocução que geraram as entrevistas aqui reproduzidas. Agradeço também aos jornais A Tarde e Correio\* e ao Terra Magazine, pelo publicação de minhas reflexões.

O livro pronto é para ser degustado e antropofagicamente consumido: remixado, remasterizado, reutilizado, de muitas e milhares maneiras possíveis. Isso é o que queremos e mais ainda, conforme a licença *Creative Commons* aponta, queremos que todo o uso que dele for feito, resulte também em produções livres e abertas dentro dessa mesma perspectiva. Assim, podemos fazer e implantar aquilo que tem sido o meu mais novo mantra acadêmico e ativista: estabelecermos um circulo virtuoso de produção de culturas e conhecimentos.

O caminho está aberto. Resta-nos, com vigor, alegria e disposição, percorre-lo, convidando mais e mais colegas e amigos para esse caminhar. O meu especial e carinhoso à minha querida Ivone que, com atenção e precisão, revisa tudo o que escrevo.

Leia o livro na ordem que desejar e espero que a cada texto possa lhe provocar a pensar e encontrar uma “nota inesperada” para essa sinfonia existencial que é a humanidade e os processos educativos.

Que as leituras sejam as mais diversas e boas.

*Nelson Pretto*

Salvador, outubro de 2012

## ESPAÇOS DE INVENÇÃO E CRIAÇÃO COLETIVA

---

As férias escolares da meninada podem ser uma boa oportunidade para que pensemos um pouco mais sobre as possibilidades que advêm de um sólido conhecimento científico e tecnológico, construído a partir do envolvimento dos jovens na criação e nas invenções, aparatos técnicos e tecnológicos.

Penso que essa formação tem que se dar na escola, mas também fora dela, em outros espaços que, dialogando intensamente com ela, constituam um ambiente mais amplo, no que denomino de um ecossistema pedagógico público para a educação. Para isso se configurar, necessário se faz que se espalhem pais afora, espaços formativos preches de criatividade, inspirado na política dos Pontos de Cultura,<sup>1</sup> onde a criação nasce de baixo, com apoio financeiro e articulador do poder público. Espaços para a invenção e criação coletiva, envolvendo jovens e adultos, transformando radicalmente a maneira de se ensinar e aprender.

A ideia é a de se ter em todos os bairros de todas as cidades, integrando o sistema público de educação, ciência e tecnologia, laboratórios hackers (*hackerslab* ou *hackerspaces*) nos moldes do que já vem existindo em diversos países, inclusive no Brasil. Em São Paulo, o Garoa Hacker Club<sup>2</sup> pode ser um exemplo de iniciativa bem sucedida nesta linha. A turma tem feito um importante trabalho de pesquisa e desenvolvimento, com a criação de diversos projetos, entre os quais as impressoras 3D, que podem revolucionar, num futuro bem próximo, a produção industrial. Nos Estados Unidos, proliferam experiências e não só para a garotada, mas também para jovens profissionais que, articulados em torno de projetos coletivos e colaborativos, ocupam garagens e prédios antigos, instalando ali laboratórios hackers para desenvolver ciên-

---

1 Política pública do Ministério da Cultura na gestão de Gilberto Gil / Juca Ferreira (2003/2010).

2 <<http://garoa.net.br/>>.

cia e tecnologia. Trago aqui apenas dois exemplos no campo da biotecnologia: o DIYbio<sup>3</sup> e o Genspace,<sup>4</sup> que buscam integrar em rede biólogos, amadores e profissionais, com o objetivo de promover a ciência cidadã. Tudo isso está fortemente calcado no que vem sendo conhecido como a cultura hacker, responsável pela criação, nada mais, nada menos, do que a própria rede internet.

Importante pensar, ainda, na criação e ampliação de museus de ciência e tecnologia com uma concepção que vá além do observar fenômenos e equipamentos. Esses espaços precisam ser também lugares para o “fazer ciência”, como o é o projeto Universo da Criança e do Adolescente (UNICA), na Cidade do Saber<sup>5</sup> em Camaçari/Bahia. Um Museu tecnológico interativo de ciência que encanta crianças, jovens e adultos. Como era, mesmo de forma precária, o Museu de Ciência e Tecnologia, implantado em Salvador/Bahia no governo de Roberto Santos (1975/1979), no Parque de Pítuaçu (Boca do Rio), criado à mesma época.

Aliás, merece destaque o ocorrido na primeira semana do último mês de 2012, quando a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) concedeu a Roberto Santos o título de doutor honoris causa. Eu lá estava para prestigiar o colega e ex-reitor da UFBA, professor que tanto insiste no que ele denomina de “ensino prático das ciências”. Os discursos de todas as autoridades da UNEB, desde o Magnífico Reitor até a última das falas que celebravam o homenageado, exaltavam as qualidades e feitos de Roberto Santos, incluindo a criação do Museu de Ciência e Tecnologia. Todavia, para meu espanto, omitiam solenemente o fato de que aquele Museu, palco de minhas aulas e passeios com alunos e filhos, estar hoje sob os cuidados da própria UNEB, mas totalmente abandonado. Esse abandono é resultado de histórica picuinha política dos primeiros governos pós-1979, sendo vítima de descaso inclusive do atual governo, que o transferiu solenemente para a própria UNEB. Esta lá instalou a Pró-reitora de Extensão e, dessa forma, conclui o seu desmanche! Hoje, restam ali a locomotiva na frente e a pobre rotativa ao fundo, marcando uma época passada onde o deslocamen-

---

3 <<http://diybio.org/>>.

4 <<http://genspace.org/>>.

5 <<http://www.cidadedosaber.org.br/wp/>>.

to se dava pelas linhas férreas e as informações chegavam unicamente impressas pelos linotipos.

A Bahia carece de muito mais nesta área. É incompreensível não termos um planetário, que possibilitaria crianças, jovens e adultos se deliciarem com o estudo dos céus; um aquário municipal, não só em Salvador, mas em outras regiões de um tão rico litoral como o baiano. Penso também no valor de um Museu do Cacau Cabruca no sul da Bahia – conheci Barro Preto, pequena cidade ao lado de Itabuna onde o esse tipo de cultivo sem destruição da mata nativa ainda é forte, e ela ainda lá está, forte e exuberante, que poderia, ao mesmo tempo que ali se instalasse um museu, receber fortes incentivos para o chamado turismo rural, tão presente e valorizado em diversos países do mundo.

Na região do semiárido, interessante se pensar em um Museu do Feijão e, para além dele, em tantas outras culturas que seriam, conseqüentemente, fortalecidas.

Certamente, Roberto Santos – e todos nós! – sairia mais cheio de júbilo das homenagens que lhe foram prestadas se as autoridades presentes houvessem anunciado a decisão política de imediata recuperação do Museu de Ciência e Tecnologia da Boca do Rio.

Ainda há tempo para tal!

Publicado no *Terra Magazine* em 25 de dezembro de 2012.

## FÉRIAS, CINEMA E EDUCAÇÃO

---

Boa parte da nossa juventude está de férias (menos nós da UFBA que por conta da última greve continuamos a labutar num difícil semestre de verão!). Essa turma de férias quer se divertir e ir ao cinema é sempre muito bom. Mas isso, além de caro, esbarra em outro problema: a falta de opção.

Das cerca de 2.500 salas de exibição no Brasil, 61% estão hoje ocupadas com o filme *Hobbit*. Em outros momentos esse índice já foi maior para um único filme. Hoje, 81% das salas estão com filmes estrangeiros, enquanto 60 nacionais aguardam sua vez para chegar à telona das salas escuras, segundo entrevista do novo Secretário do Áudio Visual do Ministério da Cultura (MinC), Leopoldo Nunes.

No começo deste mês, em Cachoeira, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) promoveu o (muito bacana!) III Cachoeira Doc,<sup>6</sup> organizado pelas professoras Amaranta Cesar e Ana Rosa Marques. Num dos debates que lá ocorreram, Silvio Da-Rin, ex-Secretário do Audiovisual do MinC, afirmou que de 1995 para cá cerca de 855 filmes brasileiros foram lançados, sendo que somente 50 atingiram mais de 1 milhão de assistentes, e todos esses ligados a música ou futebol.

Obvio que isto indica a necessidade de fortes investimentos na formação de plateias. Formação essa que é tarefa das políticas públicas e dos governantes, mas é também papel de educadores e pais.

Insisto na ideia de que as escolas se constituem em privilegiados espaços para esta tarefa. Assistir um bom filme é, muitas vezes, muito mais rico do que horas de aulas do tipo distribuição de informação ou conteúdo! O sistema educacional público, com prédios escolares espalhados por todos os cantos do país, se beneficiados com recursos para sua qualificação arquitetônica, pode-

---

6 <<http://www.cachoeiradoc.com.br>>.

riam implantar, paulatinamente, espaços para exibição que atenderiam não só os estudantes, mas toda a comunidade.

A programação para essas novas salas de exibição já está disponível, pelo menos para os primeiros passos. Refiro-me ao projeto Programadora Brasil,<sup>7</sup> programa da mesma Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (MinC), coordenado pela Cinemateca Brasileira. O seu catálogo já conta com cerca de 825 filmes nacionais e a expectativa deles é de se chegar a 4 mil daqui a dois anos. Hoje estão cadastrados 1.625 pontos de exibição espalhados por 850 dos cerca de 5.500 municípios brasileiros. Ainda é pouco, certamente, mas é um bom começo.

Em Salvador, dos 23 pontos de exibição, apenas um é dentro de uma escola, a escola municipal Eugenia Anna dos Santos, que integra o terreiro Ilê Axé Ôpo Afonjá, sob a liderança de Mãe Stella de Oxóssi.

Trazer para as escolas e universidades a prática cotidiana de se assistir a um bom filme é um importante passo na construção da cidadania e isso não é algo que pode esperar um amanhã distante.

Publicado no *Correio* de 22 de dezembro de 2012.

---

7 <<http://www.programadorabrasil.org.br>>.

## DEIXEM MINHA INTERNET EM PAZ

---

Encerra-se hoje (14.12.12) em Dubai (Emirados Árabes Unidos) a Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais (WCIT) da União Internacional de Telecomunicações (UIT).<sup>8</sup> A UIT é a agência especializada da ONU para as tecnologias de informação e comunicação, congrega 193 países e mais 700 representantes do setor privado, incluindo as principais empresas de telefonia do mundo. Apesar de frequentemente negado, um dos objetivos desta reunião foi a regulamentação da internet, especialmente no quesito “neutralidade da rede”.

Movimentos ativistas em todo o mundo, e aqui no Brasil de forma bastante intensa, protestam com a inclusão da internet no chamado Regulamento Internacional de Telecomunicações e defendem que aquele não é o fórum adequado para esta discussão e que se deve garantir a liberdade da web, sendo para tal necessária a neutralidade no tratamento dos pacotes de informação que circulam pela rede.<sup>9</sup>

A internet nasceu nos idos dos anos 60/70 do século passado, basicamente a partir de três pontos que me parecem básicos para compreensão da sua importância no mundo contemporâneo. O primeiro, não necessariamente nesta ordem, é que ela foi e continua sendo fruto de um trabalho coletivo e colaborativo, envolvendo gentes e organismos em todo o mundo. Foram nos laboratórios e garagens das universidades americanas que jovens hackers começaram a trocar códigos e, com isso, estabelecer os primórdios do que veio a ser chamado de internet. Um segundo aspecto é que, na montagem desta rede, os dados trafegavam em pacotes, em pequenas unidades de zeros e uns (0 e 1), com total liberdade. E por último, e aqui para mim o mais importante, ela

---

8 <<http://www.itu.int/en/wcit-12/Pages/default.aspx>>.

9 <<http://meganao.wordpress.com/>>.

é essencialmente uma rede que conecta o diferente. Ou seja, não importa o sistema operacional que você esteja usando, seja Linux, Mac ou Windows; não importa se você está em um computador de mesa, notebook, tablet ou smartphone, o que ela procura é estabelecer, através de protocolos de comunicação, uma conversa entre esses equipamentos, possibilitando que eles se falem. Para nós da educação, esse aspecto é importante do ponto de vista técnico – para o funcionamento da rede propriamente – mas, muito além, tem um enorme valor do ponto de vista filosófico, pois, em um mundo onde os processos de globalização tendem a ser cada vez mais homogeneizantes, pensar em fortalecer o diferente é mais do que básico, é crucial.

Portanto, defender a neutralidade da rede é condição *sine qua non* para que esses princípios possam continuar valendo e, nesse sentido, esta tem sido a luta da sociedade civil brasileira na defesa da aprovação no Congresso Nacional do Marco Civil da Internet, que é uma espécie de Constituição da internet. Ele começou a ser discutido há mais de três anos, num amplo e democrático processo liderado pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. Depois de consultas e debates abertos, uma proposta foi enviada ao Congresso Nacional no ano de 2009. O Projeto de Lei que tramita com o número 5.403/01 tem como relator o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), que, para elaborar o seu relatório, promoveu audiências públicas em diversas cidades brasileiras. Antes disso, o projeto ficou em consulta pública no portal e-democracia<sup>10</sup> tendo recebido mais de 12 mil acessos e 374 contribuições. Finalmente o relator apresentou o seu trabalho durante o III Fórum da Internet no Brasil, em Recife, no mês de julho passado.<sup>11</sup>

Depois de todo esse processo, o lobby das empresas de telecomunicações e da indústria do entretenimento e do copyright tenta barrar a aprovação do Marco Civil, com o objetivo de incluir na lei a possibilidade de quebra da neutralidade da rede. Ao longo de todos esse processo muito se tem produzido no sentido de alertar a população sobre o risco de se transformar a internet

---

10 <<http://edemocracia.camara.gov.br>>.

11 <<http://forumdainternet.cgi.br/>>.

em algo que só possibilitará acesso pleno aos conteúdos para aqueles que tem maior poder aquisitivo e podem pagar por conexões privilegiadas.<sup>12</sup>

Se você ler esse texto em um dia posterior a esta sexta feira 14 de dezembro, já estará com informações sobre quais foram as posições na UIT sobre a internet. Porém, não custa registrar o depoimento de Joana Varon, do Centro Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas/Rio de Janeiro, que está em Dubai, postado no site observatório da internet.<sup>13</sup>

Ela se pergunta: “A internet está sob ameaça frente às decisões dessa reunião da UIT?”. Sua resposta: “Dado o atual estágio de indefinição do texto e o escopo que o tratado pode atingir, dependendo das terminologias adotadas, infelizmente, eu diria que: ‘Sim!’. E seja qual for a decisão final por aqui, a questão sobre qual o fórum mais apropriado para tratar da governança da rede de forma inclusiva, multissetorial e em respeito aos direitos humanos fundamentais permanece em aberto. Enquanto essa questão não for resolvida, mais ameaças virão.”

Mais ameaças virão e toda atenção é pouco! Por isso, é importante registrar outra iniciativa que é o projeto *freenetfilm*<sup>14</sup> que será lançado neste sábado (15/12), no Rio de Janeiro. A própria Joana Varon é uma das coordenadoras do projeto que consiste na construção de uma plataforma de produção colaborativa para a realização de um longa-metragem que trate das questões ligadas às liberdades na sociedade e na rede, numa iniciativa conjunta do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Instituto Nupef e Intervezes.

A história de internet é feita por todos nós, pesquisadores, cientistas, professores, alunos, ativistas, enfim, por toda a sociedade e, no Brasil, essa história está sendo reconstruída em outra iniciativa, desta vez do Núcleo do Futuro na Universidade de Brasília (n-FUTUROS/UnB), que na verdade me parece meio parado, mas que deveria receber um gás pela sua importância, que é o

---

12 Veja no link a seguir um bom vídeo explicativo de como isso funciona: <<http://youtu.be/oIRn-RhrpCDE>>.

13 #observatório da internet.br (<<http://observatoriodainternet.br/principais-andamentos-da-primeira-semana-da-wcit12-a-internet-esta-mesmo-sob-ameaca>>).

14 <<http://freenetfilm.org.br>>.

+20Internet.br.<sup>15</sup> No site estão registrados os principais acontecimentos nestes 20 anos de internet no Brasil. Para contribuir um pouco com essa escrita, também postei no nosso projeto Rede de Intercâmbio de Produção Educativa (RIPE)<sup>16</sup> um depoimento que dei à Web TV A Tarde, com um pouco da história da construção da internet na Bahia.

São, portanto, muitas histórias e muitas lutas e para isso se concretizar, mais do que tudo é urgente que deixem minha internet em paz!

Publicado no *Terra Magazine* em 1 de dezembro de 2012.

---

15 <<http://memoriainternet.org.br>>.

16 <<http://www.ripe.ufba.br/nlpretto/videos/internet-bahia-nelsonpretto.avi>>.

## NASCEU NO ENEM

---

Ao longo dos últimos dias, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tomou conta das conversas aqui e ali. Foram cerca de 5,8 milhões de estudantes brasileiros inscritos no exame deste ano. Em Salvador, da ordem de 420 mil. Mais de 45 universidades públicas o adotam como forma de ingresso, ao menos que parcialmente, como no caso da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que o usa para a primeira fase das licenciaturas e bacharelados.

Do ponto de vista organizacional, é um grande avanço a existência de um exame nacional que substitua os tradicionais e superados vestibulares. Facilita a vida dos estudantes, diminui os custos, possibilita a mobilidade de um estado para outro e, ao mesmo tempo, viabiliza a elaboração de importantes bancos de dados nacionais para avaliação do ensino superior no país.

Ao mesmo tempo, não deixa de ser preocupante o fato de que, a exemplo do que se dava com o vestibular, o ENEM termina impondo ao ensino médio uma padronização exagerada que faz o sistema educacional brasileiro funcionar na base dos cursinhos preparatórios, centrado numa lógica que vai se impondo no mundo todo, a dos exames nacionais e dos ranqueamentos de instituições, professores e estudantes. Antes, cursinhos para os vestibulares, hoje, para o Enem, com aulões e tudo.

No entanto, o que me chamou atenção nas matérias que se seguiram ao dia dos exames foi o nascimento do bebê de Pâmela de Oliveira, 17 anos, em plena prova, em uma escola de Sidrolândia/Mato Grosso do Sul. Entrevistada, a jovem afirmou que não sabia que estava grávida!

Ter um filho no meio de uma prova não é algo tão estranho assim, uma vez que já assistimos, lamentavelmente é bem verdade, partos acontecerem em situações as mais inusitadas possíveis. O que causou estranhamento foi o fato do Ministro da Educação, Aloísio Mercadante, telefonar para a estudante, tão logo soube do ocorrido, comunicando que ela teria outra oportunidade agora em dezembro (o que é previsto legalmente), e anunciando considerá-la “um símbolo do Enem” (aspeado em O Globo de 5.11.12).

A situação merece destaque pelo que tem de inusitado e preocupante, para além do ponto de vista de políticas públicas educacionais e, por isso, já suscita reflexão.

Ora, a jovem afirmou que estava grávida e não sabia. Supondo-se verdadeira essa versão da garota, revela clara deficiência das políticas públicas de saúde, de educação e da situação das escolas em particular; significa que os professores com ela não dialogavam; que ela não havia feito nenhum exame pré-natal; que sua família – e ela mesma! – não tinha a menor noção do que estava acontecendo com seu corpo, com a sua vida. Tenho visto que o Ministério da Saúde vem atuando intensamente na questão da gravidez na adolescência, mas os números são ainda assustadores. Segundo a Organização Mundial da Saúde, 22% dos adolescentes fazem sexo pela primeira vez aos 15 anos de idade e a Dra Albertina Duarte, da Casa do Adolescente/SP, afirma (dados de 2009) que a cada 18 minutos uma menina de 10 a 14 anos dá à luz uma criança. Paralelo a isso, algo que nos parece bastante óbvio é constatado pelos dados do IBGE de 2010:<sup>17</sup> quanto mais escolarizadas, mais as mulheres evitam a gravidez na adolescência. Portanto, esse não é um tema que possa passar despercebido, nem da jovem, nem das autoridades, e muito menos das políticas públicas.

Por outro lado, se a jovem, sabendo-se grávida, omitiu tal fato à organização do Enem e, ao dar a luz, afirmou publicamente que nada sabia a respeito do seu estado, configura-se aqui mais uma importante questão para reflexão. Ora, se nada a impediria de fazer o Enem grávida, o fato de ter mentido ao ser questionada acerca da sua gravidez deixa evidente a existência de importantes questões subjetivas. Mais uma vez constatamos o flanco deixado pelas políticas públicas a merecer discussão, o que deixo a cargo dos profissionais da área.

Desse modo, de forma diametralmente oposta em relação ao Ministro, penso que essa jovem que pariu no meio do exame, longe de ser tomada como um “símbolo do Enem”, configura emblemático fracasso das políticas públicas sociais no país, a reclamar urgentes redirecionamentos.

Publicado em *A Tarde* de 12.11.12.

---

17 <<http://blog.ufba.br/nlpretto/?p=3219>>.

## WEBCURRÍCULO:

---

### CONSTRUINDO UM ECOSISTEMA PEDAGÓGICO

Acontece de amanhã (segunda, 12.11.12) até a quarta-feira próxima, na PUC de São Paulo, o III Seminário Web Currículo,<sup>18</sup> evento que vem trazendo, ao longo dos últimos anos, importantes especialistas do Brasil e do mundo para refletir sobre aspectos do currículo num mundo 2.0.

As questões contemporâneas ligadas à aprendizagem, aos possíveis usos dos computadores, tablets e todos os aparatos tecnológicos nas escolas e a importância da produção de recursos educacionais abertos, são apenas alguns dos inúmeros temas que estarão presentes nas discussões durante esses três dias.

Insisto sempre em todos os lugares onde escrevo e falo, sobre a importância do fortalecimento dos professores para o enfrentamento deste desafio. Não acredito que o professor seja resistente às mudanças, desde que lhes sejam dadas as condições para tal. Os mesmos foram levados a estranhar todas as possibilidades mais radicais de transformação da escola em função das suas permanentes precárias condições de trabalho, formação e salário. A superação desta situação demanda ações em torno das políticas públicas que compreendam a educação como sendo muito mais ampla do que apenas o próprio (e complexo!) campo educacional. Necessário se faz pensar a educação fortemente articulada com a cultura, com as telecomunicações, ciência e tecnologia, só para falarmos em algumas áreas.

Seguramente os convidados do Uruguai e de Portugal trarão dados das realidades de lá para mostrar-nos como estão enfrentando os desafios. Do Uruguai, penso que a questão mais forte é a iniciativa de introduzir os computadores portáteis em todas as escolas do país com o intuito de, também, ensinar a meninada as linguagens de programação, como me disse o próprio Miguel

---

<sup>18</sup> <<http://www.pucsp.br/webcurriculo/>>.

Brechner, responsável pelo Plano Ceibal (*Conectividad Educativa de Informática Básica para el Aprendizaje en Línea*), a iniciativa socioeducativo do governo uruguaio. Ele estará no evento e deve contar mais um pouco disso tudo, como já defendeu também em livro, Douglas Rushkoff no seu pequeno e excelente *Programame* ou será *Programado*, ainda não traduzido no Brasil, mas amplamente disponível nas redes.

De Portugal vem o professor Paulo Dias, professor da Universidade do Minho e atual reitor da Universidade Aberta de lá, que falará sobre a aprendizagem colaborativa, tema por demais caro a *nosotros*, pela importância da colaboração no mundo contemporâneo.

Tenho insistido enfaticamente nesta perspectiva colaborativa da educação que vem se perdendo a cada dia. Trago aqui uma frase do Steven Levy, que conta a história dos hackers, aqueles que com seu trabalho intenso e não encaixotado nas grades curriculares tradicionais, ajudaram a “inventar” nada mais nada menos do que a própria internet: “o que os hackers querem é essencialmente tomar as máquinas em suas mãos para melhorar as próprias máquinas e o mundo”, afirma Steven Levy logo na abertura do livro, já traduzido para o português.

Insisto em me inspirar nos hackers e lhe proponho: substitua hackers por professores e a frase continua valendo, quem sabe até mais do que no original.

Isso tudo porque vivemos um mundo profundamente transformado pela presença marcante das tecnologias digitais, que têm possibilitado a interação entre o local e o não-local de forma intensa e quase instantânea. A aproximação das pessoas e das diversas áreas do conhecimento corresponde, de forma quase que definitiva, a uma relação mais intensa da educação com a cultura, especialmente a cultura digital, transformando professores e alunos, mais do que sempre o foram, em fazedores do seu próprio tempo. A escola precisa passar a se constituir em um ecossistema pedagógico de produção de culturas e conhecimentos e não ser um mero espaço de consumo de informações.

A montagem de uma agenda afirmativa para a inserção do país com autonomia e independência num projeto de sociedade (do conhecimento) é muito importante e, para tanto, é fundamental a ampliação do acesso dos professores e alunos nesse mundo tecnológico. Necessário se faz políticas de acesso à

banda larga que, também elas, superem a visão exclusiva de estímulo ao consumo de informações. É premente a montagem de um efetivo Plano Nacional de Banda Larga que de conta da perspectiva que aqui advogamos que é a de fortalecer as escolas enquanto produtoras de conhecimentos e culturas. Ou seja, queremos uma conexão decente para que possamos produzir conhecimentos e incluí-los de forma plena no ciberespaço. Por isso a importância da campanha por uma banda larga pública e de qualidade no Brasil.

Tablets, computadores portáteis e celulares dos próprios alunos e professores, todos se conectando simultaneamente, só se constituirão, efetivamente, em instrumentos de produção de culturas e de conhecimentos se as conexões disponíveis forem efetivamente de qualidade e não os tais 20% oferecidos pelas operadoras, conforme anunciado recentemente.

Além disso, a perspectiva de produção de conhecimentos tem que superar a ideia de simples traduções de conteúdos produzidos alhures.

São inúmeras experiências que abordam esta questão e o próprio Ministério da Educação (MEC) tem estimulado a produção de muito material de forma descentralizada, por exemplo, através dos projetos da Universidade Aberta do Brasil. Cabe, mais do que tudo, por todo esse material disponível na rua e na rede para que possa ser amplamente utilizado por professores e alunos em todos os níveis da educação.

A educação no mundo de hoje, trazendo para si todos os espaços de aprendizagem, não pode ficar indiferente e se furtar ao exame das possibilidades de uso do computador e da internet, enquanto elementos estruturantes de novos processos educacionais, novas linguagens e novas formas de se fazer ciência e cultura.

Publicado no *Terra Magazine* em 11 de novembro de 2012.

## OS DESCAMINHOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

---

A situação educacional brasileira – para ficarmos apenas no nosso caso – é complexa e demanda um olhar mais amplo para todo o sistema. Gostaria de focar nesse texto o uso das tecnologias na educação básica, obviamente não deixando de concentrar meu olhar para as condições de formação e trabalho dos professores e a relação destes com as tecnologias digitais de informação e comunicação.

De uma maneira bastante equivocada, a meu ver, o MEC praticamente interrompeu o Programa Um Computador por Aluno (UCA), sem nem mesmo ter sido possível se fazer uma profunda avaliação do que significaram os cinco anos do projeto no Brasil. As cinco primeiras escolas entraram no experimento inicial no ano de 2007 e a constatação deste abandono, entre tantas outras que bem conhecemos por estarmos envolvidos no programa, está no próprio site oficial do UCA: a última notícia publicada é, pasmem, do final de 2010!

Aliás, parece que esta tem sido uma estratégia política do governo Dilma: mantem as políticas e projetos, sem dizer que acabaram, mas não dá força suficiente aos mesmos para que possam ser alavancados para outros patamares. Outro exemplo evidente disso é o programa TelecentrosBr, objeto de contundente crítica durante o último Fórum da Internet no Brasil,<sup>19</sup> acontecido em Recife em início de julho passado e que já mencionei em outro texto.<sup>20</sup>

Desde o início do Programa UCA, foi instituído um Grupo de Trabalho (GTUCA) com renomados colegas, profissionais especializados no tema, cuja proposta era a de atuar, em teoria, em três frentes: formação, avaliação e pesquisa. Muito aconteceu ao longo deste período, mais escolas entraram

---

19 <<http://forumdainternet.cgi.br/>>.

20 A banda larga no Brasil é estreita, p. 40.

no Programa, passamos de piloto para pré-piloto, foi realizada uma consulta de preços para que os estados e municípios pudessem adquirir eles próprios mais computadores, mas, o que se observou ao longo destes anos – diferente de outros países latino-americanos –, é que o programa, efetivamente, só decolou onde, de fato, os professores e as secretarias municipais de educação o assumiram como deles.

Em parceria com o CNPq foi lançado um edital para realização de pesquisas, estando as mesmas em andamento, sem resultados para serem analisados e considerados. Do GTUCA não se viu nada de concreto além da formação dos professores para utilizarem o computador, formação essa que muito deixou a desejar, sendo por demais criticada em função de perspectiva instrumental de uso das máquinas. Enquanto isso, uma fenomenal burocracia faz daqueles que tentam trabalhar na formação dos professores, verdadeiros escravos de formulários on-line e papéis impressos a serem enviados para Brasília.

Quase nada foi socializado, não se avaliou o pouco divulgado (inclusive a pesquisa encomendada para a Fundação Pensamento Digital)<sup>21</sup> e, com isso, gerou-se uma frustração enorme nos alunos, professores e pesquisadores que estudam o tema. Não uma frustração romântica, de quem tem uma paixão inexplicável pela tecnologia, mas uma frustração pela inadequada e equivocada condução de uma política pública que poderia estar fazendo diferença na busca de uma radical transformação da educação pública no país.

Um dado curioso na questão é a posição da mídia em relação ao programa. Tão logo – e, de fato, de forma inesperada – o MEC anunciou a compra de tablets para os professores do ensino médio, observou-se uma crítica generalizada sobre a iniciativa.

De forma correta, questionou-se a não continuidade do UCA e a falta de avaliação do que esse programa significou. Mas, o mais interessante de tudo, foi a crítica feroz feita por jornais e jornalistas ao fato de se estar propondo a compra de tablets para os professores, sem uma necessária preparação dos mesmos para o uso dos equipamentos. Muito curiosa essa argumentação uma vez que, certamente, não me consta que os jornalistas tenham tido cursos para

---

21 <<http://www.pensamentodigital.org.br>>.

poderem usar smartphones, tablets, notebooks e outros aparatos tecnológicos contemporâneos. O que se vê – e não só no caso dos jornalistas, mas de toda a população – é que esses apetrechos digitais vão sendo incorporados à vida cotidiana de cada cidadão e, assim, de forma quase automática, no seu exercício profissional. Estarão esses jornalistas achando que nós, os professores, não somos capazes de utilizar esses equipamentos sem um curso de como mexer o dedinho para a busca de uma informação ou para a escrita de um texto?

Qualificar o trabalho cotidiano dos professores é fundamental se temos como meta modificar a realidade educacional do país. Essa qualificação passa por compreender que a presença das tecnologias digitais é importante para que o professor entenda o seu uso e de que forma elas passaram a modificar a maneira como se faz ciência e como se dá o pensar contemporâneo. O que se viu, na formação proposta – e praticamente a única ação além da distribuição dos computadores e da encomenda das pesquisas via o CNPq – foi uma formação centrada numa lógica instrumental sobre o uso das máquinas. E não é isso o que mais precisamos. Esse aprendizado prático, operacional, se dará quase de forma automática se tivermos professores fortalecidos enquanto intelectuais que, de fato, necessitam ser.

Assim, a questão de fundo é não compreender as tecnologias digitais como meras ferramentas auxiliares dos processos educacionais, o que, lamentavelmente, parecer estar sendo o comum. Busca-se, o tempo todo, quando se fala de tecnologias e educação, “embarcar” pedagogia no equipamento. Quero dizer com isso que insiste-se na ideia de que precisamos de um equipamento pedagógico e não simplesmente de um computador, tablet, máquina fotográfica digital e todas as demais tecnologias, desde o lápis, para que esses equipamentos possam, ao serem utilizados na escola por professores qualificados, se constituírem em equipamentos de produção de conhecimentos e de culturas e não em meros reprodutores de cursos preparados alhures. (Dizem por aí que uma das ideias do MEC é pagar a tradução de um curso não sei de onde para embarcar nos tablets que irão para os professores do ensino médio no novo programa!)

Claro que essa perspectiva mais ampla demanda uma formação do professor para além do simples ensino de técnicas para usar os equipamentos.

Demanda uma formação que inclua, também, lhe possibilitar adentrar plenamente no universo da cibercultura e, para tal, nada melhor do que viabilizar que os mesmos possam ter acesso aos equipamentos para que possam soltar a sua imaginação, navegar na rede e, também, se perder por este universo de imagens e informação. Isso, certamente, colocará os professores mais antenados com o que acontece no mundo, no país e em sua cidade, ao tempo em que poderão, com o auxílio e o estímulo dos seus jovens alunos, contribuir com a escrita da história do nosso planeta.

Uma política com esta perspectiva, não deixa de lado os já instalados e precários laboratórios de informática, os computadores portáteis do modelo 1 a 1 (UCA), o apoio à constituição de bibliotecas e tudo mais que possa estar presente na escola, transformando-a naquilo que denomino de um ecossistema pedagógico, rico em ciência e cultura, pleno de criação e de ativismo, tanto dos professores como dos alunos.

Publicado no *Terra Magazine* em 1o de agosto de 2012.

## AMÁLGAMA CULTURAL

---

A produção artística em todos os níveis, com todas as linguagens e suportes, sempre ocupou um lugar de destaque na sociedade, demandando apoio de políticas públicas consistentes. Em tempos de crise, mexer com a cultura é algo temerário e que reverbera de forma imediata e negativa na sociedade. Portugal e a crise do projeto da comunidade europeia que o digam! As reações vêm de todos os lados, porque sem cultura não há vida.

Na nossa Bahia dos anos 50 do século passado, o reitor Edgard Santos percebeu que uma universidade com vocação para as artes e cultura poderia aqui ser implantada e se consolidar como um baluarte desta terra. Trouxe para cá figuras notáveis em todas as linguagens. Ainda vivi um pouco daquela efervescência, que ainda perdurou até os anos 70. Lembro fortemente da “convivência” com Valter Smetak e sua Harley-davidson preta circulando da Federação para a Escola de Música, no Canela. Eu estava sempre nas segundas da Reitoria da UFBA para ver os concertos com o próprio Smetak e seus instrumentos malucos, ou outros concertos sob a regência de Lindemberg, Widmer e Bastianelli. No teatro, sabíamos de Martins Gonçalves, mas acompanhávamos Possi Neto, Othon Bastos, Harildo Deda, Nilda Spencer, Lia Mara e tantos outros. Ouvíamos falar da marcante presença de Lina Bo Bardi e o “seu” Museu de Arte Moderna (MAM) debruçado na baía de Todos os Santos. Na dança, lembro bem dos festivais no Teatro Castro Alves (TCA), de Lia Robatto, Cleide Morgam, Carmem Paternostro, Dulce Aquino, e tantas outras, tantos outros e tantas coisas mais. E o Instituto Cultural Brasil Alemanha (ICBA) bombava.

Já mais adiante, vivi um tempo no qual, no Pelourinho, havia também o Maciel. Lugar de gente rica, rica porque apesar de suas precaríssimas condições de vida, sabiam, como sempre o fizeram, criar, e criar muito. Convivi com Haidil Linhares e tantos outros colegas no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do estado da Bahia (IPAC), onde ajudávamos a intensificar os proces-

sos criativos dos moradores do Centro Histórico. Nesta época, falo do final dos anos 70, o Olodum começava a bater os seus primeiros tambores ali na quadra do Teatro Miguel Santana. E Clarindo já estava por lá, no cantinho do Terreiro, com a sua Cantina da Lua. E ele continua por lá... Do outro lado da praça, tinha o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO/UFBA), hoje tem a Oi Kabum.

O tempo passou.

No final do século passado, assistimos à “invasão” dos computadores e à chegada da internet, com a UFBA de novo na liderança. Os computadores e a internet tomaram conta de vários espaços e tempos, tudo ficou “ao mesmo tempo, aqui e agora”, como cantam os Titãs.

A arte se transformou, continua a se transformar e a modificar as nossas vidas. Essa é a função da arte, é a função da Escola, escrita com esse E maiúsculo, sim senhor! Seja a escola formal, seja a escola do cotidiano das cidades.

Um salto no tempo e voltamos ao centro histórico de Salvador/Bahia, que floresce com o trabalho de jovens artistas que, reunidos pela Oi Kabum, fazem no Pelourinho Digital muitas artimanhas. Algumas delas podem ser vistas no catálogo da exposição *Toque para Mover Sentidos*. Ele é fruto de um trabalho que relaciona, de forma intensa e criativa, cultura e tecnologia, tecnologia e (in)formação, produção descentralizada e colaborativa, convergência de meios e linguagens, num caldeirão rico de produção colaborativa. Fazendo educação.

Processos criativos que usam computadores e internet para se fazer outra arte. Para se fazer mais arte.

Toque para mover sentidos<sup>22</sup> é resultado de um processo. É processo e é produto, materializado nas cinco instalações interativas e quatro sites criados pelos jovens sobre artistas que habitam o Centro Histórico de Salvador, mas que ainda não habitavam o ciberespaço.

Quando vi pela primeira vez esses trabalhos expostos ali no Terreiro de Jesus, aqui em Salvador/Bahia, lembrei imediatamente do compositor G. M. Koenig, entrevistado por Steven Holtzman para o seu livro *Digital Mantras*. Ele afirmava que o computador não foi criado para que fizéssemos a mesma

---

22 <<http://cipo.org.br/toqueparamoversentidos>>.

música, só que melhor. Para ele, a tecnologia veio para fazermos outra música, outras artes. E eu complemento: outras educações.

É isso que essa turma vem aprontando. Outra arte, outra educação, outra presença no Pelourinho e na cidade, outra cidadania. Ou melhor, assumindo, de fato, sua cidadania plena.

Como me dizem Isabel, Juliana e todos os envolvidos nos projetos da Oi Kabum, o que os une é que eles estão centrados na produção colaborativa, a partir de linguagens e meios tecnológicos. E fico feliz porque tudo isso é feito com uso pleno e exclusivo de softwares livres e, mais interessante ainda, com o uso do Arduino, um hardware também livre, que está se constituindo como uma nova etapa da nossa luta pelas liberdades na produção de cultura, da ciência, da tecnologia e da educação.

É isso que essa turma vem aprontando. Outra arte, outra educação, outra presença no Pelourinho e na cidade, outra cidadania. Ou melhor, assumindo, de fato, sua cidadania plena.

A exposição já está aberta no Oi Kabum do Terreiro de Jesus.

A expectativa é de que essa amálgama toda lhe possibilite, inspirado nela, compreender a riqueza dos processos criativos e a sua importância para a educação e a cidadania.

Aproveite.

Publicado no catálogo da exposição *Toque para mover sentidos* e também numa versão reduzida no jornal *A Tarde* de 07 de agosto de 2012.

## A BANDA LARGA NO BRASIL É ESTREITA

---

“E vamos lutar que essa peleja é arretada demais”, bradou no microfone Beá Tibiriça, ativista conhecida dos movimentos Telecentros pelo Brasil a dentro. Era praticamente a última fala no encerramento o II Fórum da Internet no Brasil,<sup>23</sup> promovido pelo Comitê Gestor da Internet, o (CGI.BR).<sup>24</sup>

Durantes os últimos três dias estiveram reunidos em Recife/Pernambuco ativistas, militantes, empresários, acadêmicos, políticos e representantes do governo Federal para discutir o presente e o futuro da internet no país. Entre os inúmeros temas presentes alguns merecem destaque: o Marco Civil da Internet, que tramita no Congresso Nacional, o Plano Nacional de Banda Larga, que não decola, e as políticas de inclusão digital do governo federal, em dificuldades por conta das incertezas quanto ao futuro do programa TeleCentrosBR.

Com relação a este último, o que se pode observar e a existência de uma enorme crise entre os membros da sociedade civil que tocam o Programa e o governo. A criação do TeleCentrosBr foi recebida com alegria no início do governo Dilma justo por colocar, sob a batuta de uma nova secretaria no Ministério das Comunicações – a de inclusão digital – todos os programas e iniciativas que estavam dispersos no governo. Mas, logo, logo, a crise se instalou, aliás, como também na Cultura com os Pontos de Cultura. Segundo os presentes no Fórum, a relação entre a rede de formadores do Programa e o governo federal está deteriorada pela falta de diálogo e explicitação das propostas.

Como resultado das muitas discussões ocorridas em todas as salas e pisos do Centro de Convenções do Recife, uma carta foi elaborada e, pelo título, percebemos o tamanho do problema: “Quadro crítico nas políticas de comunicação e cultura digital é resultado das opções do Governo Federal”.<sup>25</sup> Essa, bem verdade,

---

23 <<http://forumdainternet.cgi.br>>.

24 <<http://www.cgi.br>>.

25 <<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=olinda>>.

é uma crise de diálogo e de negociação com a sociedade civil, dificuldade essa que vem sendo observada em diversas outras áreas como também na Cultura e Educação. Tenho insistido desde muito, e o momento é propício para repetir, que não podemos confundir diálogo com paciência de ouvir! A frase caiu como luva na crise estabelecida no campo da cultura digital no governo Dilma.

O documento aprovado tece duras críticas à forma como o Ministério das Comunicações vem tratando os projetos de inclusão digital, ora adiando a continuidade do pagamento dos bolsistas, ora introduzindo novas exigências, não dando garantias da continuidade do projeto. Segundo o documento aprovado”,<sup>26</sup>

[...] após menos de dois anos de funcionamento estamos sendo surpreendidos com a morosidade da entrega dos equipamentos e da conexão em banda larga e [...] com a interrupção de entrada de novos monitores. É inadmissível que tomadas de decisão desta importância sejam feitas de forma unilateral desrespeitando convênios assinados entre a Secretaria de Inclusão Digital e as instituições conveniadas, além do rompimento de um processo histórico de discussões e construções democráticas pelo direito ao acesso à informação. (PETIÇÃO..., 2012)

Além desse documento, também foram aprovadas a “Carta da Cultura” e a “Carta de Olinda”, esta última com uma contundente manifestação em defesa da célere aprovação do Projeto de Lei nº 2.126/11, conhecido como Marco Civil da Internet, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Com relação à Banda Larga, o que se tem observado é a inexistência de um plano efetivo e, o que é pior uma deficiente infraestrutura de conexão para o acesso à internet, em praticamente todo o Brasil, sendo mais grave a situação do Norte e Nordeste. Aliás, o que mais se ouviu das falas dos representantes do governo no Fórum eram afirmações do tipo “melhor essa banda ruim do que nada para quem já não tinha nada!”, o que provocou ira de muitos.

---

<sup>26</sup> Os documentos estão disponíveis no site do II Fórum da Internet no Brasil em <<http://forum-dainternet.cgi.br>>.

Segundo a carta do Fórum,

[...] o Programa Nacional de Banda Larga tem sido construído a partir de uma aliança com as grandes empresas do setor, com graves prejuízos ao interesse público. Essas opções, aliás, têm sido a marca principal das políticas nessa área: privilegia-se a lógica de mercado e de ampliação do consumo, sem estabelecer uma perspectiva de garantia de direitos. (CARTA..., 2012, p. 31)

Mais do que isso, indica o documento,

[...] o debate sobre o regime de prestação de serviços da banda larga e sobre o fim das concessões de telefonia fixa tem sido feito sem referência a um projeto estratégico de telecomunicações, e há o risco de decisões do Governo Federal implicarem numa doação de mais de R\$ 60 bilhões em bens públicos para as atuais concessionárias de telefonia, colocando em risco a estrutura pública de telecomunicações. (CARTA..., 2012, p. 32)

Por outro lado, foi recebida com certo entusiasmo a presença do deputado Alessandro Mólton (PT-RJ) que foi ao Fórum apresentar as modificações que foram por ele introduzidas no projeto original construído pelo Ministério da Justiça a partir da realização de um conjunto de consultas públicas ao longo de mais de três anos. Na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) nº 2.126/11 passou a ser examinado tendo como relator o deputado Mólton que propôs a realização de mais audiências públicas, promovidas oficialmente pela Câmara dos Deputados em todo o Brasil, de forma a receber mais sugestões para a construção do seu substitutivo, ora em consulta pública na página do e-democracia.<sup>27</sup> Até às 18 horas as sugestões podem ser apresentadas no site e espera-se que o mesmo possa ser votado ainda na semana que vem, antes do recesso parlamentar. Com a hashtag #euqueromarcocivil já percebe-se na rede um intenso movimento da sociedade civil, pedindo à celeridade aprovação do projeto.

---

27 <<http://bit.ly/marcocivilrelato>>.

Uma das maiores vitórias dos movimentos em defesa da internet foi a garantia da neutralidade da rede como um princípio, com a exclusão de um indicativo que pedia uma regulamentação posterior, presente no projeto original e que, certamente, daria margens a mais pressão contrária a tão necessária neutralidade da rede.

Uma carta pedindo a célere aprovação do Marco Civil foi lida pelo professor e ativista da Universidade Federal do ABC (UFABC) Sérgio Amadeu na plenária de encerramento, com a presença do próprio deputado Molón, e está disponível na rede para que seja encaminhada à Câmara. A carta com a petição para ser assinada, manifesto é direto:

[...] a internet encontra-se sob ataque. Em vários países, grandes corporações e segmentos retrógrados da máquina estatal querem restringir as possibilidades democráticas que a Internet nos trouxe, bloquear o compartilhamento de bens culturais e impedir a livre criação de conteúdos, plataformas e tecnologias. (CARTA..., 2012, p. 27)

Não é admissível que “os controladores da infraestrutura física da internet imponham qualquer tipo de filtragem ou interferência política, econômica, comercial, cultural, religiosa, comportamental, por origem ou destino dos pacotes de dados que transitam na internet.”

Além disso, afirma:

Estamos preocupados com as pressões dos grupos econômicos internacionais para que se efetive a remoção de conteúdos da rede sem ordem judicial efetiva. É inaceitável que os provedores sejam transformados em poder judiciário privado e sejam instados a realizar julgamentos sem o devido processo legal, sem a garantia do direito constitucional de ampla defesa. Repudiamos a instalação de um estado policialesco e da censura instantânea. Reivindicamos que o governo envie para o parlamento a lei de reforma dos direitos autorais. Temos certeza que é necessário a atualização desta legislação para adequá-la à realidade das redes digitais e as práticas sociais cotidianas. Defendemos a modernização e os avanços tecnológicos.

cos contra o obscurantismo que tenta impor velhos modelos de negócios em detrimento às inovadoras práticas de desenvolvimento, produção, circulação e distribuição de informação. (CARTA..., 2012, p. 27-28)

Ao mesmo tempo, outra boa notícia neste campo foi o positivo resultado de um planetário lobby exercido por milhares de cidadãos de todo o mundo que enviaram ao Parlamento Europeu uma petição com mais de 2,8 milhões de assinatura contrária a implantação do tratado internacional para o comércio denominado de ACTA (Acordo Comercial Anticontrafacção, em inglês *Anti-Counterfeiting Trade Agreement*).

O II Fórum da Internet no Brasil levou para Recife uma centena de cidadãos preocupados com o presente e o futuro da internet, por ela ser, mais do que tudo, mais um dos direitos humanos fundamentais. Por isso, não podemos simplesmente deixá-la sem uma vigilância permanente sob o risco de a vermos aprisionada, destruindo tudo o já construído de forma colaborativa e aberta, trazendo inclusive um novo modo operandis da própria sociedade. Como bem disse Beá, reproduzindo uma espécie de slogan presente nos documentos do Fórum, “Êta peleja arretada”.

Publicado no *Terra Magazine* de 6 de julho de 2012.

## DOS LIVROS DIDÁTICOS AOS RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS

---

Na Bahia temos uma expressão para designar uma coisa que acontece desde muito: “de hoooje...” Pois é “de hoooje” que a temática do livro didático faz parte das discussões educacionais como sendo um dos pontos cruciais das políticas públicas. Parece incrível, mas é verdade. Os livros didáticos terminaram se constituindo como os quase únicos “formadores” de muitos e muitos professores espalhados por esse enorme Brasil. Eles também quase que se constituem nas sequencias das aulas e, por isso mesmo, terminaram se configurando como os próprios currículos. E, por último, e certamente não menos importante, corresponde a um enorme, enorme mercado para as editoras. A “produção de livros didáticos corresponde a 37% dos títulos, 51% do faturamento e 56% dos exemplares produzidos em 2008” afirmam as pesquisadoras Carolina Rossini e Cristiana Gonzalez no livro *Recursos Educacionais Abertos (REA): práticas colaborativas e politicas públicas*, por mim organizado em conjunto com a própria Carolina Rossini e Bianca Santana, recentemente lançado.

Como visto, um filão não desprezível.

As pesquisadoras analisam a política do livro didático no Brasil a partir das pesquisas realizadas pelo grupo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (Gpopai),<sup>28</sup> com foco nos Programas Nacional do Livro Didático (PNLD), do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e o do Livro Didático para Jovens e Adultos (PNLD EJA). Discussão antiga que eu mesmo já analisei – e que deu muita confusão! – no meu livro *A Ciência nos livros didáticos* e que foi objeto dos nossos Encontros sobre o Livro Didático na Bahia. Esses encontros foram promovidos pelo Instituto de Física e Faculdade de Educação da UFBA nos anos 1984 e 1985. Existe

---

28 <<http://www.gpopai.usp.br>>.

um vídeo bem antigo, produzido ainda em VHS, sobre esses encontros e você pode vê-lo em nossa plataforma RIPE.<sup>29</sup>

Para Carolina Rossini e Cristiana Gonzalez, um dos maiores problemas da política do livro didático brasileira está justamente na sua concepção, que possui uma fragilidade estrutural: as duas fases do processo de produção do livro didático – *a elaboração do conteúdo* e *a produção industrial do livro em si* – são tratadas de forma conjunta pelo Programa. E, além disso, tudo “sustentado pela política de direitos autorais, garantindo que o conteúdo produzido para os livros didáticos adquiridos pelo PNLD seja de propriedade das editoras que os comercializam”. Com isso, surge uma série de efeitos negativos sobre o próprio programa, com consequências para o mercado e para o acesso ao material didático. Para as autoras isso “provoca o aumento dos custos de distribuição, a redução do poder de negociação do governo e o aumento do preço pago pelos livros”. Fora todos os demais problemas, incluindo aí a baixa remuneração dos autores, ainda temos a altíssima concentração empresarial, com as editoras, praticamente todas, concentradas na região Sudeste. Em nosso livro *REA: práticas colaborativas e políticas públicas*, apresentamos os dados dessa concentração: de 1998 a 2006, cerca de 86% das aquisições foram de editoras sediadas em São Paulo, e cerca de 96% na região Sudeste. É óbvio que – sem mencionar nenhum dos inúmeros outros problemas causados por essa nefasta concentração – podemos perceber que o custo de distribuição fica enorme nestas condições (“de 1998 a 2006, o FNDE gastou cerca de R\$ 618,4 milhões de reais com distribuição, o que representa cerca de 14% dos gastos com a compra de livros, que foi de R\$ 4.472,9 milhões”, segundo dados do IPEA), conforme indicam Carolina Rossini e Cristiana Gonzalez.<sup>30</sup>

Em paralelo a essa discussão sobre o livro didático produzido e distribuído em grande escala, cresce em todo o mundo a ideia de uma produção descentralizada de materiais científicos e culturais que possam ser utilizados na educação. Refiro-me aos denominados Recursos Educacionais Abertos (REA), conceito cunhado pela UNESCO desde início dos anos 2000, a partir de diver-

---

29 <<http://ripe.ufba.br/nlpretto/videos/livro-didatico-ufba1985.avi>>.

30 <<http://www.artigos.livrorea.net.br/2012/05/rea-o-debate-em-politica-publica-e-as-oportunidades-para-o-mercado>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

sas conferências internacionais com o objetivo de fortalecer políticas públicas e práticas que garantam a produção e uso de mais e diversificados materiais educacionais.

Neste mês de junho, de 20 a 22 (2012), acontece em Paris o Congresso Mundial sobre Recursos Educacionais Abertos (REA), uma promoção da UNESCO que contará com a presença de ministros de Educação e outras autoridades governamentais de vários países, dentro os quais uma significativa delegação brasileira.

Estaremos por lá lançando também as versões em inglês e espanhol desse nosso livro, no qual buscamos ampliar o debate incluindo a discussão sobre os usos da internet nas escolas, a democratização do acesso à internet e aos recursos educacionais para as populações de menor renda, entre outros temas. O livro, desde a sua concepção até agora, na sua publicação, foi produzido de forma colaborativa a partir de uma chamada na comunidade REA Brasil. Todo o processo de produção foi aberto, com intensivo uso de softwares e fontes livres. Na própria forma de produção e distribuição do livro adotamos uma política aberta. Além da versão impressa (editada pela Casa de Cultura de Digital e EDUFBA), o livro está disponível em um site na internet<sup>31</sup> de forma que todo o conteúdo pode ser baixado, utilizado e remixado à vontade. Ali se encontra a versão completa do livro, diagramado com formato livro, em pdf, e também cada capítulo separadamente, tanto em um formato fechado, como o pdf, como num aberto, em odt – *open document template* – que possibilita o intensivo uso e a remixagem do conteúdo apresentado.

A Editora da UFBA (EDUFBA) tem sido pioneira na política de acesso aberto no país, tendo implantado, desde o ano passado, o repositório institucional<sup>32</sup> da Universidade Federal da Bahia onde estão disponíveis mais de 200 livros para serem baixados integralmente. A Editora, juntamente com as editoras da Fiocruz e da Unesp, faz parte do pioneiro projeto do Scielo Livros.<sup>33</sup> Essa é outra iniciativa que merece nossa atenção pois se constitui, efetivamente, num avanço na democratização do acesso ao conhecimento.

---

31 <<http://livrorea.net.br>>

32 <<http://www.repositorio.ufba.br>>

33 <<http://books.scielo.org>>

Ao contrário da concentradíssima política de distribuição dos livros didáticos, acompanhamos em todo o mundo um intenso movimento na busca de uma produção de conhecimentos e culturais mais descentralizada, fortalecendo com isso a comunidade científica e a sociedade, com uma maior democratização do acesso ao conhecimento.

Esses são passos importantes, sem dúvida, mas muito mais ainda precisa ser feito.

Publicado no *Terra Magazine* de 1 de junho de 2012.

## DO ANALÓGICO AO DIGITAL, CRIAR É O QUE INTERESSA

---

Minha última coluna, mês passado intitulada “Mudanças radicais na educação: criar, criar, criar...”, tratava do tema da criação científica por parte de jovens e das necessárias – e urgentes – transformações na educação. O tema rendeu alguns comentários e gostaria de usá-los para abrir esse meu escrito sobre as criações digitais. Parto, assim, das criações analógicas, aquelas feitas com materiais concretos, para chegar ao trabalho com as tecnologias digitais, que ganham espaço no mundo contemporâneo.

Tenho insistido na necessidade de discutirmos mais enfaticamente o ensino das ciências a partir do desenvolvimento de projetos que façam sentido para a meninada. As teorias científicas modernas são mais do que importantes, mas, o que quero enfatizar, é que não nos interessa fazer a juventude decorar meia dúzia de fórmulas se ela não compreender o significado de cada uma das peças dessa engrenagem chamada conhecimento humano e interpretação da natureza. Em última instância, o que importa é compreender que uma fórmula é a representação matemática de um modelo, de um fenômeno. Ou pelo menos uma tentativa disso!

Tão logo o artigo foi publicado e replicado, recebi comentários, um deles foi o do arquiteto e colega Paulo Ormino, professor da UFBA e presidente do Instituto dos Arquitetos da Bahia (IAB). Paulo me dizia que seu pai – o intelectual baiano Thales de Azevedo – insistia que toda criança deveria fazer seu próprio brinquedo. E ele não ficou apenas no discurso, me diz Paulo Ormino:

encomendou no interior uma completa mesa de carpinteiro para nós fazermos nossos brinquedos. Nela eu fiz meus primeiros móveis modernistas. Meus irmãos Thales Filho e Firmo fizeram carrinhos de rolimã para eles

e colegas e até um kart. Meu irmão caçula, José Roberto, [um executivo] que mora nos Estados Unidos há 30 anos, tem em seu basement uma completa marcenaria onde ele faz esquadrias e móveis [...].

Pois eu também já fiz muito carrinho de rolimã e lembro-me da pequena oficina atrás da porta do meu quarto, em Salvador, que me permitia fazer minhas artimanhas e bugigangas.

É esta habilidade de construir coisas – do fazer –, que não se distingue do pensar que Mathew Crawford aborda no livro *The Case for working with your hands*, onde destaca a importância de se recuperar a habilidade de trabalhar com as mãos.

Destes trabalhos manuais acredito que podemos passar para as criações digitais, num pulo. Evidente que estas últimas são de natureza diferente, mas guardam entre si muito do que tenho sempre dito: são estimuladoras do criar. Criar em vez de somente reproduzir.

Penso ser importante destacar o recente trabalho da fotógrafa paulista/baiana Isabel Gouveia na condução da Oi Kabum! Escola de Arte e Tecnologia de Salvador. Sou certo de que esse é apenas um pequeníssimo exemplo do que acontece por esse Brasil e pelo mundo. Foi aberta na semana passada a exposição “Toque para mover sentidos”,<sup>34</sup> com instalações interativas, realizadas a partir de oficinas com os jovens do projeto Pelourinho Digital. Os temas foram acessibilidade, meio ambiente, arte colaborativa e processos poéticos permeados pelas tecnologias digitais.

O conjunto é muito interessante, mas quero aqui destacar o videogame Sem Limites, criado por Jadilson Machado e Isabela Cristina. Eles programaram computadores, rodando software livre, gravaram vídeos e criaram algo muito bacana. Para jogar, sentamos em uma cadeira de rodas e nos movimentamos por imagens das ruas (reais) da nossa pobre e abandonada Salvador. Imaginem o sofrimento de um cadeirante para superar todos os obstáculos dos inúmeros buracos dos passeios do Terminal da França, em Salvador (passeios é o nome que se dá, aqui na Bahia, às calçadas aí do Sul). Pois o tal jogador-cadeirante vai

---

34 <<http://cipo.org.br/toqueparamoversentidos>>.

tentando superar todos os obstáculos para chegar ao seu objetivo e, na maioria das vezes, não consegue, seja pela dificuldade do jogo, seja pela falta de acessibilidades de nossas cidades. De um lado, a bela criação/programação da turma jovem. De outro, as dificuldades dos cadeirantes em se locomoverem nas cidades que pouco favorecem a mobilidade.

Outro resultado daquele trabalho foi a criação coletiva de sites para projetos e pessoas que são a marca da nossa Bahia, e do Pelourinho particularmente, e que ainda não estavam presentes no ciberespaço. Graças ao trabalho desses jovens já caíram na rede a Associação de Mamulengos da Bahia, o genial criador de instrumentos musicais Bira Reis, a maga dos cabelos e da cultura afro Negra Jhò e o grupo de Rap Nova Saga, integrado por moradores do Pelourinho.<sup>35</sup>

Do Pelourinho damos outro pulo, desta vez para a Virada Digital,<sup>36</sup> que está acontecendo desde hoje (sexta feira, 11 de maio de 2012) em Paraty/Rio de Janeiro. Durante os três dias da Virada Digital, estarão acontecendo palestras, debates, oficinas e intervenções sobre a cultura digital, passando pela discussão sobre a Hackers Clubes, Ciência de Garagem, TV Digital, Economia Solidária e Software Livre, entre tantos outros temas.

Juntando todas essas coisas, o que vamos encontrar em Paraty é uma mostra das possibilidades de integração entre os trabalhos manuais com os digitais, mostrando-nos que, de fato, não é uma coisa no lugar da outra, mas um conjunto de ações articuladas e articuladoras que podem fazer a diferença se, de fato, queremos construir um Brasil onde todos tenham oportunidades de criar. Criar com as mesmas mãos e imaginação que além de manipular a madeira dos carrinhos de rolimã, manipulam os dispositivos digitais como fonte e princípio para a criação.

Podemos assim, utilizando potencialmente os dispositivos digitais, para a criação em diversos âmbitos (políticos, sociais, educacionais...), pensar em

---

35 Associação Mamulengos da Bahia, por Anderson dos Santos, Ana Paula Oliveira, Diego Alves, Jean Henrique Chagas e Rogério de Souza <<http://mamulengosdabahia.com.br>>; Banda Nova Saga, por Alisson Ferreira, Andreza Leite, Diego Santos, Jéssica Larissa Cabral e Marina Lima <<http://www.novasaga.com.br>>; Bira Reis, por Leonardo Dias, Rebeca Valverde, Regina Silva da Conceição e Silas Moraes <<http://www.birareis.com.br>>; e, Negra Jhò, por Brenda Gomes da Silva, Cleber Carlos Oliveira, Evandro Rocha, Pedro Sepulveda e Taíle Santana <<http://www.negrajho.com.br>>

36 <<http://www.viradadigital.com.br>>

uma cidadania plena. Fora isso, estaremos tão somente brincando de formar cidadãos. Estaremos formando apenas mais consumidores que nem mesmo vão compreender o que se está consumindo.

Publicado no *Terra Magazine* de 11 de maio 2012. Colaborou Marilei Fiorelli.

## O SABER DA CIDADE (DO SABER):

---

### ARQUITETURA, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO

Equipamentos urbanos são, por sua própria natureza, equipamentos que educam. Seja por sua função social – um teatro, uma praça, um abrigo –, seja por sua própria arquitetura. Essa segunda dimensão, que muito me encanta, deixo para os arquitetos. Fico só nos exemplos mais óbvios, aqueles da formação estética do cidadão ao olhar uma praça, um teatro, um parque; aquela formação que lhe permite, ao observar (atentamente) uma avenida, verificar a sua urbanização, as pistas de rolamento que possibilitam a passagem de carros e, quiçá, bicicletas e pedestres, estes favorecidos por generosos espaços. Tudo isso, do ponto de vista pedagógico, é muito importante para a formação da cidadania e essa é uma importante relação da educação com a arquitetura. Se fôssemos aqui avançar neste aspecto da questão, teríamos que convidar urbanistas, planejadores urbanos, arquitetos, engenheiros, sociólogos, geógrafos, artistas e tantos outros profissionais que, em conjunto com cada cidadão, poderiam pensar melhor as nossas cidades e os equipamentos urbanos nelas implantados. Sem dúvida, para os espaços educacionais e culturais, este é um importante debate que não deveria ser deixado de lado pelos políticos que adotaram construir estes tipos de equipamentos urbanos, como se bastasse sair por aí simplesmente reproduzindo projetos desenhados Brasil a fora e a dentro.

Quero aqui me concentrar no primeiro aspecto que destaquei: a função social de um equipamento urbano de uso público e coletivo. Mais especificamente, vou escolher alguns desses equipamentos como as escolas e os centros culturais ou equivalentes. Levo meu olhar para a Cidade do Saber,<sup>37</sup> instalada em Camaçari/Bahia, que me encantou desde o primeiro momento, tanto pelo seu conjunto espacial como pela sua função social no município. Não tenho o

---

37 <<http://www.cidadedosaber.org.br/wp/>>

privilégio de acompanhar o seu uso cotidiano, mas das poucas vezes que por lá estive, me impressionou a dinâmica que potencialmente se pode estabelecer com a existência deste rico espaço de múltiplas funções e finalidades.

Tudo isso representa, para mim, uma rica e deliciosa volta no tempo e a lembrança do projeto do educador baiano Anísio Teixeira e dos arquitetos Diógenes Rebouças e Hélio Duarte para o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, conhecido como Escola Parque, construído no bairro Caixa d'Água, em Salvador/Bahia. Um projeto que articulou de forma intensa arquitetura e educação e que compreendia, na longínqua década de 50 do século passado, que essas duas áreas tinham muito a se falar. Os espaços para a educação devem ser pensados de forma a compreender o que são os processos formativos, qual o papel dos conteúdos nesses processos e que outros elementos, além daqueles formais da escola instituída, precisam estar contemplados em um projeto de educação para um país, estado ou cidade. Avançando no tempo até os dias de hoje ainda temos que considerar de forma muito intensa a presença das tecnologias digitais na sociedade e, como não poderia deixar de ser, nos espaços educativos, com destaque para as escolas. Necessário se faz pensar mais profundamente esses espaços como sendo espaços arquitetônicos que, por si só, educam. No entanto, não podemos simplesmente olhar a arquitetura de hoje tendo na cabeça uma educação de antontem. Ou seja, é fundamental ter clareza sobre qual a concepção de educação que temos contemporaneamente e de que forma isso tudo vai contribuir para o desenho dos espaços (físicos e simbólicos) educacionais.

No específico das escolas, importante compreender e ampliar a visão de currículo para muito além do simples conjunto de conteúdos, centrados quase que exclusivamente numa preocupação excessiva com conhecimentos, matérias, disciplinas, focando mais no desenvolvimento cognitivo do que na formação humana ampla, que inclui, claro tem que ficar, a formação em conteúdos específicos de cada um dos campos do saber, mas que não pode ser dominado por isso. Ou seja, não pode vir a se constituir o centro e razão máxima de ser da escola (e portanto, dos projetos arquitetônicos).

Se assim compreendemos a contemporaneidade, a escola passa, então, a se constituir em um rico espaço – que gosto de denominar de ecossistema

pedagógico – onde professores, alunos, administração e comunidade, vivam um rico processo de produção de culturas e conhecimentos. Para tal, repito, necessário se faz conhecer o já instituído e aqui entra o conhecimento da língua culta, a leitura dos clássicos e contemporâneos, o exercício da escrita, o conhecimento da ciência moderna e tudo isso sempre em um diálogo intenso e permanente com os saberes trazidos pela comunidade. Esse diálogo, rico pela sua própria natureza, vai ser facilitado pela presença das tecnologias digitais de comunicação e informação, já que elas possibilitam que um grupo de estudantes em Camaçari, na Bahia, possa, potencialmente, dialogar com outros que estejam no Benin, na África, ou em Seattle, nos Estados Unidos. Quando trago essa potencialidade da rede, gosto de ir além do diálogo entre os que estão distantes. Acho que é importante dizer que potencializa o diálogo entre os que estão perto fisicamente, mas que não se comunicam (por exemplo, alunos de diferentes escolas da mesma cidade, alunos de turmas diferentes, dentro da mesma escola, etc...). Cria-se com isso (importante repetir: potencialmente) uma grande rede de comunicação, informação e aprendizagem, rica na valorização das culturas locais.

Alguns outros aspectos precisam ser mais detalhados se pensamos, de fato, nesses espaços como espaços produtores de culturas e de conhecimentos. Um desses, diz respeito à infraestrutura tecnológica. Importante considerar a escola e todos os demais equipamentos urbanos como a Cidade do Saber, com uma conexão internet que possibilite, efetivamente, que cada usuário possa navegar na rede de forma plena. Insistimos na necessidade de um Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) que contemple conexões em cabos de fibra ótica (conforme nos alertou Demi Getschko do Comitê Gestor da Internet (CGI.Br) durante debate na *Campus Party* em janeiro de 2012), montando uma rede horizontal, viabilizando que as produções de vídeo, áudio, fotografias, textos, possam ser postadas na rede e lidas por todos com adequada qualidade de imagem e som. Imaginar, como estamos vendo hoje, conectar escolas com seis, sete ou muito mais turmas, cada um com 30, 40 ou muito mais alunos, com uma conexão de velocidade máxima de até 1 Mbps (ou mesmo os 2 Mbps prometidos e nunca entregues!), dando a cada aluno um notebook – como vivenciamos nas escolas que integram o projeto Um Computador por Aluno (UCA) – e achar que

eles poderão fazer alguma coisa com esses equipamentos é, nada mais, nada menos, do que sonhar e, o que é muito pior, iludir os alunos e professores e fazer com que os jovens considerem os computadores e a internet como algo absolutamente sem sentido (pelo menos na escola!). Aliado a isso, vemos com muita frequência a proibição de praticamente todos os tipos de sites (especialmente as redes sociais) e de recursos que possibilitam a comunicação instantânea entre os jovens, o que, também, se configura numa verdadeira traição à própria lógica da rede: oferece-se aparentemente todas as condições para a navegação plena, e, na prática, bloqueia-se tudo.

Obviamente não nos limitamos a apenas esses aspectos da questão. Um outro aspecto, que merece ser considerado nesta análise, diz respeito ao crescente movimento dos “makers” (fazedores), movimento que articula de forma intensa o mundo digital com o mundo das coisas físicas, do se produzir e pôr, literalmente, a mão na massa. Em 2011, em Nova York, num único final de semana mais de 35 mil visitantes estiveram presentes à Maker Faire (Feira de fazedores/construtores).<sup>38</sup> A ideia presente nesses movimentos é a de se retomar mais intensamente a perspectiva de produção de coisas, de se criar e não simplesmente incorporar tudo pronto, de forma descartável. Construir pequenos objetos, juntar peças velhas e produzir novos equipamentos, inventar, inventar, inventar. Em última instância, pôr a imaginação para funcionar e com isso descobrir e produzir novos artefatos de forma criativa. Parece que a escola – apesar do esforço individual de muitos professores – pouco tem percebido e acompanhado esse tipo de movimento. As aulas de ciências (física, química, biologia, entre outras) terminam sendo, prioritariamente, associadas ao “consumo” (às vezes de forma totalmente acrítica!) da ciência moderna estabelecida, como se fosse suficiente para a compreensão do mundo conhecer meia dúzia de leis da natureza. Penso sempre na riqueza que é um abridor de garrafa construído nas praias da Bahia a partir de um tosco pedaço de madeira e um parafuso na ponta. Quanta ciência temos aí! Quanta tecnologia! Vejo em casa meu jovem Davi de 12 anos inventar/construir um amplificador de som a partir do cone cortado de uma garrafa pet de refrigerante litro que, colocado no

---

38 <<http://makerfaire.com>>.

minúsculo alto falante do seu player de música, lhe possibilita ampliar o som e, com isso, prestar mais atenção na letra da música em inglês, que ele deseja compreender e traduzir. Pequenas invenções, com muita ciência e arte.

São inovações e criações que motivam a meninada e fazem a diferença na formação científica da juventude que, no futuro, serão os nossos cientistas.

Voltemos à Cidade do Saber, para destacar a importância do projeto UNICA – Museu Interativo de Ciência e Tecnologia – que Camaçari resgatou da antiga Organização do Auxílio Fraternal (OAF) e que, potencialmente, pode se constituir em importante ação pública para a experimentação dos fenômenos naturais, científicos e tecnológicos e, com isso, ser um estimulador da criação e das invenções da turma jovem. Mas isso não basta. Esta experiência não pode ser “única”! Tem que se multiplicar pelas escolas e pelos bairros, implantando-se no município, no Estado e no país, espécies de garagens digitais, como propõe Sérgio Amadeu, que, se articulada adequadamente com os Pontos de Cultura e as escolas, criariam, de fato, o que denominei anteriormente de um ecossistema pedagógico em cada região do país.

Estes não são desafios pequenos. Mas precisam ser enfrentados imediatamente se objetivamos uma radical mudança nos nossos processos formativos visando a construção de um planeta sustentável e justo para todos os cidadãos.

Texto escrito a pedido da Cidade do Saber (Camaçari/Bahia), mas não publicado.  
Uma versão reduzida saiu no jornal *A Tarde* de 29 de março de 2012.

## TABLETS, COMPUTADORES E A ESCOLA

---

Mais novidades para a educação com o anúncio da distribuição pelo MEC de tablets para os professores do ensino médio. Para “discutir” o tema, aconteceu semana passada, em Brasília, uma reunião promovida pelo próprio MEC com diversos pesquisadores brasileiros. A compra dos tablets foi anunciada pelo ministro Aloísio Mercadante, mas a decisão já estava tomada pelo anterior ministro Fernando Haddad. Fui convidado para a reunião, meio que sem saber direito o que iríamos ter por lá.

Para variar, a reunião virou evento como bem gostam certos educadores e gestores públicos. Evento, não: aula, seminário.

É curioso, pois tive a oportunidade de participar de uma reunião com o próprio Mercadante, então ministro da Ciência e Tecnologia, que foi, de fato, uma bela conversa com os hackers e pesquisadores presentes na 12<sup>o</sup> Fórum Internacional do Software Livre (FISL),<sup>39</sup> acontecido em junho passado em Porto Alegre. Lá, com um número mais ou menos igual de pessoas do encontro da semana passada, um círculo foi formado, as ideias circularam livremente numa grande roda de conversa, e foram feitas inúmeras sugestões sobre as possibilidades do Ministério Ciência e Tecnologia (MCT) construir, efetivamente, uma política pública no campo do software livre, do desenvolvimento científico e tecnológico do país e da formação científica da juventude, com a possibilidade de implantação e apoio a algo do tipo “garagens digitais de C&T”. Conversa boa, que fluiu leve e com perspectivas positivas. Mas Mercadante deixou a Ciência & Tecnologia e não sabemos se o ministro Raupp dará continuidade ao encaminhado, o que seria um grande perda.

Quando fui convidado para a reunião sobre “educação digital” (esse era o nome do “evento”) do MEC em Brasília, imaginava algo semelhante, em torno

---

39 <<http://softwarelivre.org/fisl12>>

de uma mesa, com uma conversa franca sobre os rumos que poderiam tomar os projetos de uso de tecnologias digitais na educação, que existem desde muito. A conversa não aconteceu, e a rica possibilidade de uma reunião onde as ideias rolassem soltas, possibilitando ao Ministro e sua equipe (se tempo tivessem para acompanhar!) sentirem as diversas possibilidades apresentadas por nós, pesquisadores que estudam o tema. Minha surpresa veio desde o início. Ao chegarmos na reunião, encontramos cadeiras (carteiras?!) arrumadas como uma sala de aula, um projetor para as nossas apresentações (com um sistema operacional proprietário fazendo sua propaganda gratuita com aquela bandeirinha ao fundo!), essas com um tempo fixo para as falas – que foi meio para nós mesmos e para uma câmera que gravava tudo – sobre as nossas próprias experiências, salvo uma ou outra fala mais estruturante. A surpresa ainda foi maior quando nos deparamos, em paralelo, promovido pelo mesmo MEC e no mesmo hotel, com uma outra reunião/evento (“Uso das tecnologias na educação”) para discutir a parte técnica do projeto de “educação digital”, como se fosse possível pensar os dispositivos e infraestrutura separadamente da concepção filosófica e pedagógica. Mesmo que depois o MEC tenha nos dito que os dois grupos iriam se reunir, fica evidente o equívoco brutal na concepção dessa política pública. Essa distinção tem, no mínimo, um século de atraso!

O ponto nevrálgico, penso eu, está centrado sempre e sempre na mesma questão: as políticas públicas consideram que educação é sempre aula, aula com professor na frente ditando o rumo! Com essa concepção de educação, mesmo que de forma subjacente e não explicitada nos discursos, chegamos à grande questão e ao maior desafio quando pensamos em cultura digital: de que adianta termos notebooks, computadores, câmeras e tablets se o que se espera da escola, em última instância, é que tudo se resuma a um professor dando aulas?

Outra pergunta que têm sido feita, principalmente na mídia, é se deve ou não o MEC adquirir os tablets para os professores? A resposta não pode ser tímida: claro que sim! Mas insisto, temos que pensar maior, pois não se trata discutir se devemos ou não ter a TV Escola, ou ProInfo, ou UCA, ou os laboratórios do ProInfo ou os tablets. Trata-se de tudo e, essencialmente, da elaboração de uma política de tecnologia da informação para a educação, e aqui não estou

me referindo a ensino básico ou ensino médio, mas a todos os níveis, das primeiras séries à pós-graduação.

Quem me lê pelo menos eventualmente sabe que repito, quase como um mantra, que estas políticas precisam articular diversas áreas e Ministérios (pense na riqueza de uma articulação das escolas com os Pontos de Cultura!).<sup>40</sup> Insisto que o MEC tem que ser rede, e rede estabelecida com os Estados, rede com outros Ministérios, rede com os professores e rede que englobe os diversos níveis da educação. No entanto, qualificar a palavra “rede” é fundamental. Ficamos acostumados a compreendê-la a partir do intensivo uso da palavra no sistema de comunicação de massa, com a expressão “rede de emissoras de televisão”, que produzem os programas no eixo Rio-São Paulo e os distribuem para o resto do país. E, neste caso, mesmo quando existe o envolvimento e participação das chamadas afiliadas, o que vemos são, por exemplo, telejornais que reproduzem tudo, do cenário, entonação da voz, estrutura de programa até a sua marca, com pequenas variações de letras para dar a tal “cor local”. Na verdade, esse tipo de rede é de distribuição (broadcasting) e não é isso que preconizamos para a educação. É necessário que a rede se constitua a partir do diálogo, que considere a realidade e os valores de cada um dos entes e regiões. Numa rede assim constituída, com professores atuando de forma colaborativa e coletiva, lhes sendo dadas as condições de salário, formação e trabalho, a presença das tecnologias – todas elas ao mesmo tempo! – pode muito contribuir para uma formação também mais ampla, uma formação que prepare professores e alunos para a chamada cultura digital. O problema, nesse campo, é que parece que o governo – e o MEC em especial – tem receio de afirmar publicamente que vai simplesmente entregar tablets aos professores para que sejam usados como elementos de informação e comunicação para o próprio professor. Tem receio de ser criticado por, corretamente, entregar equipamentos que podem contribuir, pela sua própria natureza, para reestruturar o sistema, sem necessariamente se constituir num veículo de mais transmissão de informações “geradas” de forma centralizada, ou pelo MEC ou por uma das nossas universidades. Computador, tablet, smartfone e todas essas tecnologias, não podem ser

---

40 Ver nota 1, p. 19.

vistas somente como meras auxiliares dos mesmos processos educacionais. Precisamos, com tudo isso presente na escola, que os professores estejam preparados para interagir com a meninada que, já, já, também deveria receber seus *gadgets* portáteis e, nos espaços coletivos da escola, produzir culturas e conhecimentos e não simplesmente consumir informações.

Para tal, insistimos: a preparação dos professores não se dará com a simples oferta de cursos de formação (muito menos padronizados!) e sim de um amplo programa de fortalecimento dos professores (salário, formação e condições de trabalho) visando a imersão dos mestres na cultura digital.

Publicado no *Terra Magazine* de 9 de março de 2012.

## QUERO SER UM ALIENÍGENA

---

Iniciamos 2012 com muitos planos e promessas de mudanças, que vão dos regimes e da malhação dos gordinhos ao compromisso de um melhor estudo dos alunos, passando pela promessa de menos trabalho dos professores das universidades públicas, estressados pelas políticas produtivistas que assolam nossas universidades e alucinam todos nós.

Enfim, o início e o final, de um novo ano, são sempre um tempo de pensar sobre os rumos da vida e planeta. Momento de se fazer conexões com o passado, com o presente e com o futuro.

Neste período de férias, tenho o privilégio de estar em lugares que ainda me permitem olhar um pouquinho para os céus, para as estrelas, planetas e tudo mais que consigo ver lá em cima, além dos aviões de carreira. Fazer algo que, hoje, a menina urbana só consegue ver pela internet através do *googlearth* ou similares. Não que eu ache isso algo condenável, muito pelo contrário. São maravilhosas todas estas possibilidades trazidas pelos games e projetos que colocam o céu bem pertinho, na iluminada tela do nosso computador ou telefone celular. Termos a oportunidade de observar um céu estrelado, ao vivo e ali em cima, ou numa telinha aqui na nossa mão, é algo absolutamente fenomenal. É poder contemplar as estrelas e o firmamento, sozinhos ou na companhia de gente querida como os filhos. Uma contemplação que tem muita poesia e também, muita ciência. Compreender o que é cada um destes astros, como funciona o universo que vivemos e, mais do que tudo, refletir sobre o nosso papel no mundo contemporâneo, é um exercício muito rico para o entendimento da grandeza do universo e da nossa pequenez neste espaço e tempo.

Lembro sempre do meu pequeno Davi, que lá pelos seus quatro ou cinco anos, comigo neste mesmo lugar onde hoje estou, que por sorte ainda tem um pouco menos luz do que as grandes cidades, quando admirávamos o céu de

uma linda e estrelada noite. Estávamos só nós no gramado, nós dois mirando o céu, deitados no chão e olhando para cima com muita atenção, simplesmente contemplando tudo aquilo, seguindo cada rastro, cada luz, cada movimento ou simplesmente admirando o que parecia estar parado. Era um momento especial, pois era o dia que Marte estaria mais perto da Terra e, portanto, mais iluminado, mais exuberante nos meios de tantas outras estrelas que lá “piscavam”. Estávamos nesse lugarzinho escuro, silenciosos e respeitosos com o firmamento, quando ele disse ao meu ouvido: “Nelson, você sabe o que eu quero ser quando crescer?” e, meio que sem esperar minha possível resposta que, certamente eu não daria, respondeu de pronto: “um alienígena”!

Ah, querido e pequeno Davi, confundia alienígena com astronauta, típico dos momentos de aprendizagem das primeiras palavras mais difíceis do nosso vocabulário. Mas essa pequena confusão me fez pensar se, na verdade, num ato até premonitório, não estaria ele querendo mesmo ser um alienígena e não apenas um astronauta que, com um olhar já contaminado dos terráqueos, não teria condições de perceber – sem a dita objetividade característica da ciência moderna – o quanto estamos destruindo o planeta. Quem sabe não queria ele, com a ingenuidade dos seus quatro ou cinco anos, ser mesmo um alienígena, que lá de fora pudesse olhar para cá, para o nosso comportamento e, certamente, ficar espantando com as bobagens que fazemos nesse tão belo planeta e universo. Destruímos tudo: as árvores, as águas, os céus. Espalhamos lixo, plástico, consumimos de forma desorientada e tanto mais. Tudo numa visão imediatista, como se desejássemos resolver os problemas de hoje sem pensar um tiquinho nos de amanhã.

Este é o ano da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável,<sup>41</sup> que acontecerá em junho no Brasil, trazendo para cá autoridades, ambientalistas e ativistas de todo o mundo, para discutirem os rumos do planeta, 20 anos depois de da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) que ocorreu no Rio, e 10 anos após a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD), ocorrida em Johannesburgo em 2002.

---

41 <<http://www.rio20.info>>.

Não sei se podemos ter grandes expectativas, mas se mantivermos nosso comportamento ativista, inspirado pelos movimentos de 2011 como a “Primavera Árabe”, “Ocupa Wall Street” e similares, seguramente poderemos pressionar as nações participantes da Rio+20 a assumirem compromissos mais fortes com uma “economia verde para o desenvolvimento sustentável do planeta”, tema da Conferência.

Serão muitas as reuniões e atividades que antecederão o mega evento de junho e, junto com ele, um grande conjunto de eventos paralelos estará acontecendo. Certamente, em muitos deles, a temática da educação estará presente.

Lembro de novo do meu Davi e penso aqui comigo se, quem sabe, conseguíssemos olhar um pouco mais longe, não perceberíamos que nosso sistema educacional está mal das pernas, mas não por conta da menina não saber meia dúzia de teorias, mas por que essa escola não está conseguindo fazer essa turma jovem pensar e agir como cidadãos com a capacidade de criar e não apenas de reproduzir. Uma escola que estimule a turma pequena a olhar um pouco mais para os céus.

Nossa escola, também ela, virou excessivamente imediatista. Perdemos, ao mesmo tempo, a poesia e a ciência, e nos afundamos nas fórmulas e na memorização de conceitos. Perdemos a capacidade de pensar e admirar, o firmamento, o planeta e os próprios seres humanos.

Publicado no *Terra Magazine* de 13 de janeiro de 2012.

## PERSONAGEM DE 2011:

---

### O ATIVISTA

Desde o início desta última década, com a explosão do acesso à internet e o barateamento dos equipamentos digitais, a produção de imagens e informações deixou de estar restrita aos grandes conglomerados midiáticos e passou a ser prerrogativa de qualquer um, pelo menos potencialmente. Com os equipamentos mais baratos, tudo vai ficando mais fácil. Proliferam blogs, “tuítes”, páginas e textos nas redes sociais. Dados recentemente publicados (F/Radar) mostram que já são 29,5 milhões de brasileiros com mais de 12 anos que se conectam à internet em movimento, sendo 74% através de celulares. Lembro da construção do meu primeiro blog – SMOG – com crônicas quinzenais que fazia quando estava fora do país para um ano sabático. De lá, escrevia em html – a maioria dos leitores nem deve saber que diabo é isso, e nem precisa saber mais! – e, por ftp - ooppss! –, mandava os arquivos para o Centro de Processamento de Dados (CPD) de nossa UFBA e, assim, quase como um milagre, minhas crônicas estavam publicadas. Até hoje isso continua ali, como memória daquele tempo.<sup>42</sup>

De lá para cá, tudo mudou, e muito. E rápido. Entre junho de 2003 e outubro de 2004, a blogosfera cresceu 8 vezes, chegando a 4 milhões de blogs. Hoje, existem cerca de 112 milhões e cerca de 120 mil são criados diariamente (Technorati). Nesse período, o número de usuários que assistiram vídeo nos Estados Unidos superou os 100 milhões e, no Brasil, 86,5% dos internautas com mais de 15 anos assistiram vídeos através da internet (ComScore).

A comunicação explodiu e o cidadão passou a estar em foco. A revista americana *Time* tradicionalmente escolhe um personagem para homenagear como “personalidade do ano”. Na sua edição de dezembro de 2010, estampou uma importante capa onde indicava, em letras garrafais, o personagem da-

---

42 <<http://smog.pretto.info>>.

quele ano: “YOU/VOCÊ”. Ou seja, o usuário/leitor/cidadão, que deixava de ser apenas um consumidor de informação e passava a ter a possibilidade de ser o produtor de informações. O mundo continuou mudando. Agora, em 2011, na sua última edição, a mesma *Time* escolheu para personagem do ano “The Protesters” (Os Ativistas), indicando claramente uma qualificação do personagem anterior: do “Você” de 2010 para um cidadão ativo, que atua na sociedade e que, como vimos ao longo dos mais recentes episódios mundiais, modificou de forma substancial o Egito e a Líbia, para ficar só em dois exemplos. Estes protestos, conhecidos como a Primavera Árabe, se espalharam por Wall Street (*Occupy Wall Street*) e tantas outras ruas e praças do mundo. Um cidadão qualificado que, com uso pleno das tecnologias da informação, passou a fazer a diferença, trazendo para o debate outras formas de manifestação e de se fazer política, com consequências ainda não profundamente analisadas.

No Brasil, esses protestos ainda andam muito devagar. Não que aqui não tenhamos motivos suficientes. Os temos de sobra e isso merece uma boa reflexão: por que ainda não nos mobilizamos de forma efetiva e contundente? No país, a corrupção grassa. Salvador também tem nos dados bons motivos para protestar. Contudo, parece que a onda de protestos aqui é muito tímida!

Lembro de outros protestos de um passado recente como a Revolta do Buzu/2003, já objeto de artigo meu aqui em *A Tarde*, a partir da monografia de Genielli França da Silva (Faced/UFBA), onde fizemos uma relação destes movimentos com a educação.

A educação é um fenômeno que tem na escola um espaço fundamental, mas não limitada a este. As ruas, as ações sociais, as famílias, a vida cotidiana e, principalmente, a luta política, possuem também uma dimensão formativa básica dos jovens no mundo contemporâneo. Cuidar de nossa cidade, de nosso país e do planeta, não pode ser tarefa exclusiva da escola, mas, seguramente, se esta estiver conectada com rede de qualidade, se os professores forem qualificados para tratar de todos esses temas, a escola da rua, a escola formal, o cidadão-aluno e o aluno-cidadão farão a diferença no mundo contemporâneo e, quem sabe, não serão eles os ativistas personagens de todos os anos.

Publicado no jornal *A Tarde* de 1º de janeiro de 2012.

## CULTURA DIGITAL EM ALTA

---

Dezembro se iniciou com o Rio recebendo todas as tribos da cultura digital. Esse movimento começou com os Fóruns da Cultura Digital,<sup>43</sup> realizados na Cinemateca brasileira, em São Paulo, em 2009 e 2010. Agora em 2011, o Fórum virou Festival e a animação tomou conta dos espaços do Museu de Arte Moderna (MAM) e do cinema Odeon no centro do Rio. Foi aberta uma chamada pública para apresentação de propostas de atividades e 358 chegaram, oriundas dos cinco continentes. A articulação em torno da chamada cultura digital começou na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, quando o “termo cultura digital nem existia na wikipedia” como diz um texto no livrinho-programa do Festival 2011. Hoje o termo já verbete e a turma que aqui está soltando o verbo, com todas as letras, em todos os espaços. Foram inúmeras as experiências apresentadas nos três dias do evento, numa intensa articulação entre cultura, educação, ciência, tecnologia, inovação e criação.

Gil – que já, já, faz 70 anos com muita fé e festa! – foi denominado embaixador do Festival e se fez presente ao vivo e no texto do programa relembando os primeiros passos: “queria fazer do Ministério o espaço da experimentação de rumos novos, o território da criatividade popular e das linguagens inovadoras, o palco de disponibilidade para a aventura e a ousadia”. E isso está acontecendo, por conta de uma forte articulação da sociedade civil organizada em torno destes coletivos da cultura digital. É um movimento importante que articula todos os grupos que estão “Fora do Eixo” – aqui numa referência ao importante movimento de artistas que atuam em paralelo à indústria fonográfica,<sup>44</sup> – o Festival reuniu mais de 90 atividades com 21 países representados. Também presente a turma do Projeto Puraquê – que não satisfeita em promover a

---

43 <<http://culturadigital.br>>.

44 <<http://www.foradoeixo.org.br>>.

cultura digital no coração da Amazônia, a partir de Santarém/Pará, criou um banco e uma moeda própria: o Muiraquitã. Com isso, financiam e promovem o desenvolvimento da região através de formação de jovens CodeirXs (codeiros e codeiras) para o desenvolvimento de software livres a partir da região.

São por conta de experiências como essas, e aqui só temos duas, que tenho insistido na importância de pensarmos a cultura digital como elemento aglutinador de ações em todas as áreas. Nos debates da Arena instalada no Museu de Arte Moderna (MAM), esse foi um tema bastante presente. Pensar em cultura digital é pensar em reforma da lei do direito autoral, em ampliação da adoção do software livre no país, na construção de um Marco Civil para a Internet e de um Plano Nacional de Banda Larga que possibilite o acesso pleno ao universo de comunicação e o fortalecimento da produção cultural distribuída pelo país, tudo isso viabilizado potencialmente pela existência de uma infraestrutura tecnológica.

Mas não basta ter a tecnologia. Isso demanda muita reflexão e atuação política já que não são poucos os desafios que temos pela frente. As ações em andamento nos diversos coletivos, nas redes sociais, nos projetos de Pontos de Cultura, nas RedeLabs, nas cooperativas de economia solidária e em tantos outros espaços e coletivos necessitam de constante apoio do poder público, ao mesmo tempo que demandam forte articulação social.

As ações do governo, neste campo, não podem estar restritas ao Ministério da Cultura. Elas demandam uma articulação intensa envolvendo diversos ministérios e tenho insistido na importância de trazer o Ministério da Educação (MEC) para mais perto de tudo isso. Não basta ao MEC aceitar ou incluir meia dúzia de atividades da cultura digital na programação do Mais Educação, programa que oferece atividades optativas para ampliar a oferta de educação para os jovens. Isso é importante, mas é apenas um pequeno passo. A cultura digital não pode continuar a ser vista como acessória dos processos educacionais. Ela precisa estar presente nos currículos de forma efetiva, envolvendo e amalgamando os conteúdos e atividades cotidianas nas escolas.

Nas atividades que acompanhei no Festival era muito comum ouvir duras críticas às escolas e às universidades. Por que estas atividades ricas e criativas não cabem dentro dos necessários espaços formais da educação? Aqui me

parece que, mais uma vez, precisamos pensar em articulações envolvendo campos e esferas de governos. O ministro Mercadante no Fórum Internacional do Software Livre em Porto Alegre, em junho passado, comprometeu-se em montar um grupo de trabalho para viabilizar a implantação de uma sistemática de apoio ao que poderíamos chamar de Garagens Digitais. Apoiar pessoas e grupos – pequenos grupos, não necessariamente formalmente constituídos – para que essa turma possa criar, criar de fato, produzir ciência, produzir tecnologia. Produzir cultura. Isso precisa ser cobrado do Ministro e do MCT. Esse processo, quem sabe, pode ser uma janela para intensificar o diálogo destes grupos com as universidades, especialmente as públicas, criando-se redes de formação e de criação científica e cultural. Cultura digital em alta. Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia articuladas podem fazer a diferença no mundo contemporâneo onde, mais do que nunca, as soluções simplistas e repetitivas não fazem o menor sentido.

Precisamos, como bem disse Gil, de um “curto-circuito antropológico” para dar conta dos desafios e esse curto-circuito faiscará por todos os lados e demandará um olhar muito atento de todos nós e dos governantes. Caso contrário, o circo pode pegar fogo, como aliás, já vem acontecendo em diversos outros países, a partir da organização da juventude com um intensivo uso das redes sociais. A palha já está posta. Todo cuidado é pouco!

Publicado no *Terra Magazine* de 9 de dezembro de 2011.

## DO UCA ÀS TABULETAS:

---

### ONDE ESTÁ A BANDA LARGA?

Na semana passada aconteceu aqui em Salvador um encontro com os professores das 10 escolas que estão trabalhando conosco, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, na formação dos professores do Programa Um Computador por Aluno (Prouca), projeto que o governo federal tenta (ou tentava?!) implantar desde 2006, ainda sob a batuta do presidente Lula.

O enorme esforço dos professores envolvidos no projeto é evidente. As condições são as mais precárias possíveis e, mesmo assim, o que vemos são colegas animados, enfrentando todas as dificuldades e buscando um caminho para a utilização dos computadores portáteis nas escolas, no cotidiano das suas aulas.

A distância entre a formação inicial destes professores e os computadores na mão dos meninos é de, no mínimo, um século. Os professores foram preparados para transmitir conhecimentos e para ensinar conteúdos. Agora, convivem com a possibilidade de cada um dos alunos ter na mão um aparelho que, potencialmente, lhe conecta com um mundo de informações, num único clique. Isso se a internet funcionar!

Justo aqui temos os dois maiores problemas em termos de tecnologia: a infraestrutura das escolas e a conexão à internet. Faltam as condições básicas nas escolas públicas envolvidas no projeto aqui na Bahia: não existem tomadas para carregar os quinquês, como carinhosamente os chamamos aqui; não há mobiliário para os meninos e professores trabalharem; a rede internet, prometida pelas operadoras, levou meses para ser implantada e, mesmo assim, com péssima qualidade. Em uma das nossas escolas, os professores tentaram carregar muitos computadores ao mesmo tempo e o resultado foi simplesmente a derrubada da energia de toda a escola, que ficou sem luz durante mais de dois dias.

Esta realidade não difere muito de outros estados, conforme constatamos pelos depoimentos de outros colegas convidados ao nosso encontro, principalmente se falamos do Norte e Nordeste do país.

A conexão à internet em banda larga é fundamental para que possamos ter projetos desta natureza com resultados significativos. Imagine uma escola como as nossas, com uns 300 a 400 laptops e uma banda larga que longe está dos já pouco 1 Mbps?

Na implantação do atual Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), centrado em um acordo entre governo e as operadoras, estas deveriam oferecer conexão com velocidade de 1 Mbps. Para a educação, o que já estava previsto é que, desde 28 de fevereiro passado, a velocidade ofertada em cada Escola deveria estar sendo “revista semestralmente, de forma a assegurar a oferta de velocidade equivalente a melhor oferta comercialmente disseminada ao público em geral, na área de atendimento na qual se inclui a Escola”. O atual acordo, prevê que a partir de 1º de novembro de 2012, deva ser garantido percentuais mínimos de qualidade. Para essa etapa fala-se em oferecer, em média, 60% da velocidade contratada, ou seja, não menos que 600 kbps. No entanto pelo que temos vistos em nossa mostra de escolas, a velocidade hoje deve estar em torno dos 10% do ofertado comercialmente aqui em Salvador e nas cidades que acompanhamos.

Se não bastasse o fato de, o tempo todo, o acordo estar sendo questionado pelas operadoras que resistem em aceitar o controle da qualidade da banda, o que podemos fazer nas escolas com velocidades como estas? Nada, praticamente nada.

Pois nem bem chegamos a uma solução para a implantação do modelo 1-a-1 e o MEC já anuncia, sem nenhuma discussão pública maior, a ideia de fornecer tabuletas (tablets), que agora começam a ser produzidos no Brasil com isenção de impostos. A questão que se coloca é que, também elas, se não tivermos boa conexão, de nada servirão.

A mobilidade que defendemos é com todos conectados!

Queremos a meninada e os professores conectados, com condições de produzirem culturas, não sendo transformados em meros consumidores de informações distribuídas por portais ou *apps* instaladas de forma fechada nos equipamentos fornecidos às escolas.

A escola pública precisa de tudo: computadores potentes, uquinhas, tabuletas, televisões, câmeras de vídeo, gravadores, rádios web, bibliotecas com livros (e uma política para a produção de ebooks livres, claro!) e muito, muito mais... Mas, essencialmente, é necessário um professor fortalecido.

Professor fortalecido e banda larga de qualidade são condições básicas para que a escola de hoje prepare a juventude para esse mundo em reviravolta. Sem isso, teremos muitas bravatas e poucos resultados.

Publicado no *Terra Magazine* de 11 de novembro de 2011.

## NAS REDES E NA RUA

---

Ao longo dos últimos dias, “indignados” de várias partes do mundo foram às ruas, organizados através das chamadas redes sociais, como o Orkut, facebook, twitter e todos aqueles sites que possibilitam às pessoas contato entre si, mesmo distantes fisicamente.

Indignados foi a autodenominação dos ativistas de todo o mundo que lutam nas redes e nas ruas por mudanças no planeta. Estes movimentos ativistas têm mobilizado o mundo em defesa das liberdades e estão pautando as discussões contemporâneas, trazendo profundas reflexões – e modificações – no comportamento de jovens e adultos e, quiça, de políticos e governantes.

As manifestações são de toda natureza. A chamada Primavera Árabe, que derrubou ditadores da Tunísia e do Egito e foi analisada em recente estudo de pesquisadores da Universidade de Washington, mostrou a forte influência do uso intenso das chamadas redes sociais na organização daquele movimento. Isso também vem acontecendo na Síria, Líbia, Grécia, entre outros. Esse ativismo tem aglutinado todas as maltas de gente e motivações políticas. Passam por protestos contra a corrupção, pela derrubada de ditadores, pelo fim da ciranda financeira que tem afetado drasticamente a Europa, Estados Unidos e que, agora, amedronta todo o mundo. No Brasil, começam a surgir essas manifestações ali e acolá. Essas lutas passam também por outras importantes batalhas, como as relativas ao Marco Civil da Internet – que já está no Congresso –, a necessária e urgente Reforma da Lei de Direito Autoral – que o MinC não manda para o Congresso! –, contra a proposta da lei Azeredo (chamada de AI5 Digital) e pelo aumento de recursos para a educação, com a campanha dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

Um conjunto de lutas, mensagens e articulações que busca, em última instância, mobilizar a população em torno da possibilidade de profundas transformações em nível planetário. O uso intenso da internet tem possibilitado esse

ativismo e, por isso, ganhou importância o 1º Fórum da Internet no Brasil, que reuniu este mês, em São Paulo, mais de dois mil ativistas, gestores públicos, professores, pesquisadores e políticos, numa ação coordenada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI).<sup>45</sup> No Fórum discutiu-se, essencialmente, os marcos regulatórios da internet no país e, principalmente, indicativos das teses que devem ser defendidas pelo governo brasileiro na relação com os demais países no que diz respeito à chamada governança da internet. Isso porque ela precisa ser administrada, como uma meta-rede que é, de forma independente dos governos, para que possa, efetivamente, se constituir no grande e fundamental espaço da liberdade de expressão e da comunicação planetária.

Os dados do mesmo CGI, recentemente divulgados, indicam como o uso da internet no Brasil constitui-se em algo que não pode ser desprezado e que demanda um olhar mais atento. E um olhar atento principalmente para a meninada. Uma em cada quatro crianças de 9 a 13 anos já usa internet, diz a pesquisa. E, curioso, usam justamente as redes sociais que, estranhamente, lhes impõem limites para o registro. Limites, obviamente, que não impedem nada, como os dados demonstram. Por exemplo, Orkut, facebook, twitter só permitem que seja efetivado o cadastro para os maiores de 13 anos. Isso, obviamente, faz com que todas as crianças, absolutamente todas, mintam no preenchimento do seu nascimento. Do ponto de vista pedagógico, nada pior do que isso. E eles estão na rede: 42% das crianças de cinco a nove anos usam internet em casa, o acesso na escola empata com o acesso nas lan houses (o que mostra a sua importância e relevância social) e seis em cada dez crianças já utilizam celular.

Falamos, portanto, de uma meninada literalmente conectada. Justo por isso, insistimos, temos que ter um olhar mais atento para este momento, e esse olhar tem que incluir o pensar na escola e nos professores. Professores que neste mês de outubro comemoram o seu (nosso) dia e, por isso, repetimos como um mantra, precisam ser fortalecidos. E fortalecê-los é pensar na melhoria das condições de trabalho, formação e salários dignos. Criançada,

---

45 <<http://www.cgi.br>>.

juventude, adultos, professores, todos conectados e mobilizados na construção de um planeta justo, configura-se como um importante passo para as necessárias transformações da educação e do mundo.

Publicado no jornal *A Tarde* de 1º de novembro de 2011.

## CRISE (PERMANENTE) NA CULTURA

---

Oito meses do governo Dilma e o Ministério da Cultura continua a ser destaque. Triste destaque, diga-se de passagem. Diferente dos oito anos da gestão Gilberto Gil/Juca Ferreira. A evidência nestes meses vai para a falta de uma política cultural que enfrente os desafios contemporâneos e que amplifique e aperfeiçoe o caminho aberto e construído durante o governo Lula.

Na semana última, as redes sociais foram tomadas pela notícia da saída da Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural, seguido de um ti-ti-ti em torno de outras demissões e desentendimentos.

Desde o anúncio da indicação do nome de Ana de Holanda foi intensa a discussão em função da insatisfação sobre a sua nomeação para o Ministério da Cultura (MinC), especialmente nas redes sociais e, logo depois, na mídia em geral. Tão logo assumiu, antes mesmo da equipe toda montada, o novo-velho MinC retira o selo *Creative Commons* (CC)<sup>46</sup> de sua página e cria a primeira grande crise. Ato simbólico e que gerou imediata reação de brasileiros e estrangeiros. Isso porque, ao longo dos oito anos anteriores, o que se viu foi uma política cultural que transcendeu a dimensão da cultura pura e simples e foi muito além da ideia de cultura-espetáculo.

O selo CC foi apenas – e importante, claro! – marca daquele período e política. Merecem destaques os apoios à criação de videogames nacionais, a implantação dos Pontos de Culturas que, literalmente, explodiram numa rica produção cultural que tomou conta do país a partir dos mais de três mil pontos instalados, as profundas discussões sobre a legislação de direito autoral, sobre uma nova forma de se apoiar a produção de cultura com dinheiro público, o Procultura, as ações no campo da diversidade cultural, entre outras. Merece

---

46 Tipo de licenciamento de obras culturais e científicas que visam permitir cópias e compartilhamentos dos conteúdos e das criações. Uma organização não governamental americana liderada pelo professor Lawrence Lessig. Mais informações em <<http://creativecommons.org.br>>

um destaque ainda – e para mim muito importante! – a cultura digital que, não só entrou na pauta do país, como ganhou espaço internacional.

Ações concretas foram iniciadas, como a implantação do importante Fórum de Cultura Digital, acompanhado da criação de um espaço (domínio) na internet especificamente dedicado ao tema.<sup>47</sup> Aqui, um detalhe que pode parecer pequeno para muitos, mas que é de fundamental importância, e revela a grandeza da iniciativa: a própria escrita deste domínio, não tendo um “.gov”, um “.com” ou nem mesmo um “.org”, é a indicação explícita – chancelada com clareza pelo Comitê Gestor da Internet – de que a cultura digital é aspecto estruturante do mundo contemporâneo, tendo um enorme significado simbólico. Foi assim se constituindo uma política de Estado, conferindo a importância que lhe é devida nesse momento histórico.

Ao longo de todo o início do governo Dilma, as reações às mudanças em andamento no MinC foram acompanhadas atentamente por integrantes dos Pontos de Cultura, por pesquisadores, professores e ativistas que defendem uma radical mudança na legislação do direito autoral em tempos de cultura digital, por muitos artistas que estão compreendendo a importância de políticas públicas que avancem na perspectiva de intensificar a produção cultural a partir da diversidade da sociedade brasileira e, com isso, fazendo com que o país assuma uma posição de vanguarda no cenário mundial.

Na última semana, por conta da nova crise, circulou pela rede uma “Carta Aberta da Sociedade Civil”, que assim se inicia:

A cultura do Brasil, seus produtores e agentes em sua mais rica diversidade, se engajou desde o começo do governo Lula no projeto de universalização do conhecimento, do acesso à produção de bens culturais e na distribuição do poder simbólico, econômico e político. Em outras palavras: construir agora o Brasil do futuro, apostando no desenvolvimento e na inclusão, contando com a ‘inteligência popular brasileira’ e a imaginação dos povos do Brasil. (OLIVEIRA, 2011)

---

47 <<http://culturadigital.br>>

O que se pede, com absoluta razão e clareza, é a correção nos rumos do MinC. E indica a necessidade de uma repactuação para que seja possível a retomada dos rumos já apontados. O que se está vendo é uma total desconsideração do que foi aprovado pelas Conferências de Cultura que aconteceram ao longo dos últimos meses do governo Lula e que se materializaram no Plano Nacional de Cultura.

Há, claramente, uma crise de legitimidade do Ministério da Cultura. Para além das questões específicas da Cultura, existem ações outras que demandam uma forte articulação entre o MinC e outros ministérios, a exemplo do MEC. Para ficar apenas em um exemplo, quando este último anuncia a sua disposição de investir na compra de tabletas (tablets) para os alunos das escolas brasileiras, muitas questões envolvendo as duas áreas surgem: o que isso significa os jovens brasileiros, com um dispositivo móvel na mão, produzindo áudio, vídeo, imagem, em termos da produção autoral brasileira? Como viabilizar uma produção que não seja apenas aquela feita por autores consagrados cujos produtos passariam a ser “adquiridos” e distribuídos num modelo *broadcasting*, similar ao que hoje combatemos no sistema de comunicação eletrônica? Como ficará a adoção dos formatos abertos para essas produções? Como viabilizar que as produções emanadas dos Pontos de Cultura cheguem às escolas e aos alunos, seja através de tabletas, do UCA, ou de qualquer outro dispositivo digital?

Estas são apenas algumas questões que nos veem à mente e que precisam de um MinC atuante, forte, aberto e democrático.

Essa não é uma construção simples. Demanda uma visão muito ampla de política pública que transcenda um ou outro ministério. Demanda abertura para políticas e projetos que atuem para muito além de suas próprias áreas e com intenso diálogo com a sociedade civil.

Publicado no *Terra Magazine* de 9 de setembro de 2011.

## EDIÇÕES UNIVERSITÁRIAS E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO:

---

### IMPACTOS E PERSPECTIVAS

O título desta reflexão também poderia ser o já conhecido bordão “publicar ou perecer”. Mas penso que podemos ir um pouco além dele.

Discutir o papel das editoras universitárias em função da presença (quase) generalizada das tecnologias digitais de informação e comunicação é, em última instância, discutir as políticas de informação científica e de avaliação do ensino superior no país.

Para começar, é importante olharmos para como produzimos conhecimento contemporaneamente. Processos mais coletivos e, principalmente, colaborativos, estão presentes, cada vez mais intensamente em todos os campos da ciência e da divulgação destas informações, que passam a se dar, essencialmente, em rede. Além disso, com uma espantosa velocidade. O “geek, googler, autor e desenvolvedor de softwares” Reto Meier<sup>48</sup> fez algumas projeções sobre o futuro das tecnologias<sup>49</sup> e, segundo ele, em 2060 teremos 95% de novos conhecimentos em relação ao que conhecemos hoje. Ou seja, hoje só conhecemos 5% do conhecimento que teremos naquele ano. A partir de 2011, o conhecimento estará sendo duplicando a cada 11 horas! Portanto, há uma explosão nas formas de se produzir conhecimento e, claro, isso demanda uma igual explosão nas maneiras com que esse conhecimento será divulgado.

Quais serão os meios para essa divulgação?

Não creio que já estejamos perto de ver a morte de revistas e livros científicos impressos, porém, me parece evidente que teremos modificações

---

48 <<http://plus.google.com/111169963967137030210/about>>.

49 <<http://www.baixaki.com.br/info/5085-tudo-o-que-voce-pode-esperar-da-tecnologia-ate-2030.htm>>.

substanciais nos suportes que serão utilizados num futuro bem próximo. Mais do que isso, a própria lógica mercadológica da divulgação dos conhecimentos científicos está sendo posta em questão a partir da proliferação de experiências de publicações de Acesso Aberto e das profundas modificações que estão sendo discutidas e propostas nos marcos legais sobre o acesso ao conhecimento. Não vou me deter aqui, nesse último aspecto, apesar de considerá-lo fundamental para a discussão em questão.

Os movimentos de Acesso Aberto ao conhecimento crescem em todo o mundo e quero aqui trazer a contribuição de Helio Kuramoto, do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (Ibict), que, em seu blog,<sup>50</sup> tem nos apresentado importantes dados e reflexões sobre o movimento Open Access no mundo. Um movimento que tem como meta principal “tornar livremente acessível os cerca de 2,5 milhões de artigos que são publicados, anualmente, em aproximadamente 28 mil revistas com revisão por pares.”

Isso vem modificando, lentamente, é bem verdade. As políticas de publicações em revistas científicas têm, também, movimentando a indústria editorial. Aqui, seguramente, o papel das editoras universitárias pode ser significativo.

O que temos visto, tanto em termos de revistas como de livros, é a publicação – a palavra correta é comercialização – de artigos e livros, frutos de pesquisas que, na maioria das vezes, são produzidas em instituições públicas e financiadas com dinheiro público. Assim, implanta-se uma perversa lógica onde, para divulgar o conhecimento produzido com recursos públicos, os autores precisam pagar para serem publicados – e precisam publicar para sobreviver academicamente! – e os resultados das pesquisas, para serem lidos, também precisam ser adquiridos.

Para modificar essa situação, o movimento Acesso Aberto vem propondo ações no sentido de fazer com que as revistas científicas possam ser produzidas de forma aberta e, para isso, um software de gerenciamento de revistas eletrônicas foi traduzido pelo Ibict, implantando o Sistema de Editoração Eletrônica de Revista (SEER),<sup>51</sup> uma customização do Open Journal Systems (OJS),

---

50 <<http://kuramoto.wordpress.com>>.

51 <<http://seer.ibict.br>>.

desenvolvido pelo *Public Knowledge Project* (PKP),<sup>52</sup> da Universidade de British Columbia, o que já está viabilizando mais de mil revistas publicadas no país dentro dessa filosofia.

No campo das editoras, destaco o trabalho que vem sendo feito pela nossa Editora da UFBA (Edufba), que está disponibilizando, seis meses após a publicação de um livro, o seu conteúdo no Repositório Institucional da Universidade.<sup>53</sup>

Uma outra frente, não menos importante, diz respeito aos formatos abertos. Temos visto que grande parte dos documentos oficiais e mesmo os arquivos que são submetidos às revistas que adotam o sistema SEER serem arquivos com formatos proprietários, como o “.doc”, pertencente à empresa Microsoft. Essa é outra importante frente, pois necessário se faz pensar de forma mais contundente no uso de padrões abertos como o *open document format* (odf) que possibilitaria o acesso livre de amarras de outros softwares proprietários e permanente à esses documentos. Aqui, penso que as editoras e revistas universitárias têm grande contribuição catalizadora se passarem adotar os padrões abertos como parte das suas normas e rotinas editoriais.

Outra aspecto que merece destaque está relacionado às fontes e programas utilizados para o próprio funcionamento das editoras. A maioria das revistas adota a fonte Times New Roman como padrão, sem atentar que essa é uma fonte proprietária. Por que não passarmos a adotar, como padrão, fontes abertas nas editoras universitárias? Sabemos que existe uma coleção de fontes 100% compatíveis com as fontes clássicas tradicionalmente adotadas, a família Liberation.<sup>54</sup> Essas fontes não são cópias ou clones diretos, para não violar o direito autoral da empresa detentora dos direitos da fonte *Times New Roman*, mas têm as mesmas medidas para todos os caracteres, garantindo que um documento office ou página web não se desconfigurem de um ambiente para outro. A título de contribuição a essa discussão, meu bolsista de iniciação científica, o hacker e ativista do movimento software livre Aurélio Hackert,

---

52 <<http://pkp.sfu.ca/ojs>>.

53 <<http://www.repositorio.ufba.br>>.

54 <[http://en.wikipedia.org/wiki/Liberation\\_fonts](http://en.wikipedia.org/wiki/Liberation_fonts)>.

apresenta a equivalência dessas fontes proprietárias e livres<sup>55</sup> e, creio, isso pode ser útil se nossa decisão política for nesta direção.

Essa luta, seguramente, também deve envolver as discussões sobre a normatização desses padrões e uma discussão mais profunda com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de fundamental importância.

Por último, e não menos importante, o próprio processo de produção editorial dentro das editoras universitárias poderia – e deveria! – ser todo feito com softwares livres, incluindo os formatos dos arquivos de texto mas, também, com uma política de adoção de software de código aberto e livre em todas as etapas do processo editorial, desde a diagramação e editoração até a impressão e distribuição dos livros. Seguramente essa não é uma fácil decisão individual de uma ou outra editora, mas precisa se constituir uma política pública, quem sabe, capitaneada pela Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), no sentido de se elaborar um projeto que viabilize o desenvolvimento e a migração para softwares livres de todos os processos da cadeia do livro universitário.

Essas são umas poucas, porém, grandes questões que poderiam pautar próximos debates – e quem sabe, reuniões da ABEU! – e a turma hacker do software livre e da cultura digital seguramente podem ser um importante aliado.

Afinal, o que os hackers querem, como afirma Steven Levy, no livro *Hacker, heróis da revolução* (2012), é, simplesmente, tomar as máquinas nas mãos, para melhorar as máquinas e o mundo! Simples, não?!

Publicado na revista *Verbo* da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) em setembro de 2011.

---

55 Libertain Sans = Arial e Liberation Serif = Times New Roman e Liberation Mono = Courier New

## A MOÇA DO COMPUTADOR

---

Sáímos em caravana *a la bye bye* Brasil, pelo interior da Bahia, para visitar as 10 escolas com as quais estamos trabalhando na formação dos professores que vão usar os pequenos computadores do projeto Um Computador por Aluno (UCA).

Esse projeto, implantando pelo governo Federal em 2007, anda mal das pernas no governo Dilma, depois que a equipe que o administrava diretamente do Palácio do Planalto, na Presidência da República, foi para o Ministério das Comunicações. O projeto ficou, assim, sob a responsabilidade quase que exclusiva do MEC e não anda muito bem.

Necessário se faz relembrar um pouco desta história. Alguns anos atrás, Nicolas Negroponte saiu por ai dizendo que era possível produzir um computador portátil pelo preço de U\$100 (cem dólares). Claro que, como bom especialista em marketing que é, Negroponte – criador do genial MediaLab, no MIT, em Boston/EUA, e autor do famoso *Vida Digital* nos idos dos anos 90, quando ainda escrevíamos internet com I maiúsculo! – não dizia um monte de coisas que, de fato, faziam diferença para que o computador custasse somente 100 dólares: aquele valor era preço na fábrica, sem o transporte até o usuário final, sem impostos, sem empacotamento, sem manual nem nada mais, e o mais importante, teria que ser produzido em larga escala. Ele saiu peregrinando pelo mundo – veio ao Brasil – vendendo a ideia e tentando convencer os governos a fazerem compras em massa desses bichinhos. Podemos dizer que ele não foi muito bem sucedido na sua empreitada como um todo, mas o maior mérito deste périplo foi que, de fato, a indústria correu atrás e o preço dos computadores portáteis despencaram.

Daí em diante, o Brasil, que já tinha um enorme tradição no estudo sobre o uso de computadores na educação, passou a pensar mais concretamente na possibilidade de comprar computadores a partir do conceito um-para-um, ou

seja, um computador para cada estudante. Nos Estados Unidos, a ideia era um computador por criança, com o projeto OLPC (*One Laptop per Children*).

Como disse, no governo Lula, um grupo foi montado e diretamente do Palácio do Planalto tocou o tal projeto UCA. Cabia a esse grupo articular todos os demais Ministérios e fazer uma pressãozinha para o envolvimento de todos, observadas as suas especificidades. Apesar dos inúmeros problemas de gestão e concepção, o que se viu é que o projeto se efetivou e, hoje, está em todos os estados somado aos esforços que vêm sendo feito por várias prefeituras para adquirirem com seus recursos os uquinhas e os inserirem em suas redes de escolas. Em paralelo, está parado no CNPq a divulgação do resultado de um edital para a realização de pesquisas sobre o projeto e o conceito o conceito um-pra-um presente no mesmo, que poderá significar um grande avanço teórico para a área. Portanto, trata-se de um projeto que, apesar de ainda pequeno, andava e representou muito esforço e investimento público ao longo dos últimos anos. Com sua saída das mãos da Presidência da República no atual do governo, o UCA ficou sendo tocado pelo MEC. Além disso, na reforma administrativa promovida este ano, a Secretaria de Educação a Distância (SEED) foi extinta e o UCA passou a ser vinculado à Secretaria de Educação Básica (SEB) e lá está meio acéfalo. Na prática, estamos com oito meses de governo Dilma e não se tem uma posição mais concreta sobre o futuro do Programa. Uma lamentável situação, pois a presença dessas tecnologias na educação pode representar um importante papel para as necessárias transformações que precisamos ver neste campo, com grandes consequências para a formação da juventude brasileira. Transformações essas que demandam um projeto bem consolidado do ponto de vista operacional e, muito mais do que isso, com um olhar mais direto e mais próximo para a realidade do sistema educacional brasileiro.

Ao visitarmos as escolas na Bahia, o que percebemos é que, em muitas delas, o trabalho que vem sendo feito é bastante significativo e revestido de uma força simbólica muito grande. A nossa chegada nos municípios é sempre recebida com certa euforia, particularmente naqueles municípios menores, onde as condições, muitas vezes, são precárias. Quando as nossas colegas professoras que acompanham mais de perto esse processo formativo retornam aos municípios e às escolas para outras visitas de formação, são recebidas pela me-

ninada que as encontram na rua com um carinhoso “elas chegaram, é a moça do computador! Olha, é a moça do computador!”.

Esta é a expressão máxima dessa turma pequena, que vê na internet e no computador uma possibilidade de criação maior do que aquela que encontram nas salas de aula. E a expectativa e manifestação clara dos meninos de que “a moça do computador” possa ser portadora de mudanças no sistema escolar, de inserção da escola num contexto mais contemporâneo, de liberdade, e complemento, sem significar uma simples adesão às novidades. Num primeiro momento, seguramente ainda presos à ideia de que ali encontrarão apenas espaços para os videogames e Orkuts, a euforia se resume a este uso. Depois, aparecem outras possibilidades, como as pesquisas em sites de buscas. Depois, na maioria das vezes muitos antes, pois essa ordem não é direta nem deve ser imposta, começam a criar mais intensamente. E quando criam, fazem vídeos, áudios, textos, remixam coisas, misturam as diversas linguagens. Aqui está o foco do que acreditamos ser o centro do processo formativo de professores e alunos: a melhor forma de fazer com que essa turma passe a viver plenamente o universo da cultura digital e lhes proporcionar uma imersão intensa no universo de informação e comunicação propiciado pelas tecnologias digitais. No caso dos professores, pensamos que isso lhes possibilitará, tão logo estiverem mais relaxados e confortáveis com a presença dos uquinhos nas suas vidas e nas escolas, incorporarem tudo isso como elementos estruturantes da formação da juventude enquanto produtora de conhecimentos e de culturas e não como mera consumidora de informações (e de produtos!). Informações essas que abundam na internet e que, se não trabalhadas, constituem-se numa mera reprodução dos instituídos (e velhos) meios de comunicação de massa.

Mas para que tudo isso aconteça, necessário se faz que as escolas estejam conectadas e isso não pode se dar, em hipótese alguma, com as lamentáveis velocidades oferecidas hoje às escolas. Imagine uma escola com 200, 300 ou até 400 máquinas ligadas em rede com uma conexão de (até) 1 Mbps. Simplesmente impensável! Mas é justo isso que temos visto nas nossas visitas às escolas. Assim, a luta pelo Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) não é uma luta pequena. O ex-Ministro Gil (que falta faz!!!) dizia “vamos bandalargar o Brasil”. Dizemos no Manifesto Banda Larga que “os rumos recentes tomados pelo

governo reforçam o abandono da ideia de serviço público como concretizador de direitos e privilegia soluções sob uma lógica de mercado”.

Portanto, todo cuidado é pouco. A luta não é pequena. Mas temos que avançar fortalecendo a formação cidadã da juventude. E isso não pode esperar o amanhã, pois “a moça do computador” já chegou, e ela não está mais só!

Publicado no *Terra Magazine* de 12 agosto de 2011.  
Colaborou Maria Helena Bonilla, da Faculdade de Educação da UFBA.

## ABRIGOS QUE ABRIGAM

---

Paulo Ormino escreveu, nesse espaço do jornal *A Tarde*, belo artigo resgatando a triste situação do sistema de transporte público de Salvador, expondo a pobre atitude da elite empresarial e política baiana.

Viajar pela Bahia da década de 20 do século passado, através do artigo, lembrar os trilhos e bondes que cortavam a cidade, a construção do elevador Lacerda, tudo isso mexe com a memória. Nos faz reviver momentos de um passado que fica na cabeça e no coração e que, com licença dos arquitetos, nos faz lembrar soluções que, se não eram as melhores do ponto de vista teórico, tinham um importante papel na cidade e na vida dos cidadãos.

Os abrigos de ônibus do passado aqui de Salvador não me saem da memória. Tive a sorte de lembrá-los numa foto de Pierre Verger em exposição ano passado. Dois deles fizeram parte da minha infância: o do Campo Santo e o da Castro Alves. Com sua forma ovalada, postado no meio da avenida, com uma lanchonete implantada num dos seus cantos, dando-lhe sustentação, arquitetônica e existencial, impunha-se como monumento e marco. A lanchonete, além de vender uma das iguarias de rua mais fabulosas da Bahia, a banana real – que o colesterol não me permite mais deliciar –, tinha em sua proprietária o papel de sistema de informação mais perfeito do mundo: sabia ela que ônibus já havia passado, quanto tempo faltava para o próximo e quem já por ali havia estado e ido.

Seu perfil era singular. Com seu teto único, de forma arredondada, abrigava-nos, de fato, em todos os sentidos, diferente dos modernos de hoje. Eles desenhavam os contornos de nossa cidade daquela época e possibilitavam aos que iam e vinham estar no mesmo lugar, sabendo as notícias de lá e de cá.

Os tempos atuais, de BRTs e VLTs, não mais nos permitem comer banana real e sequer ver na cidade equipamentos urbanos que tenham aquela beleza arquitetônica e funcionalidades de um tempo de menor velocidade.

Triste Bahia, que usa suas próprias experiências, sem saudosismo ou apesar dele (como diz Carlos Sarno, desde os tempos do nosso Movimento da Fábrica!),<sup>56</sup> para pensar o seu futuro olhando um pouquinho para o seu passado.

Publicado no jornal *A Tarde* de 28 de agosto de 2011.

---

56 Movimento da sociedade civil na década de 70, do século XX, em defesa da transformação de uma antiga fábrica de papel localizada no bairro do Rio Vermelho em um centro cultural público. Veja um audiovisual sobre o tema em <<http://ripe.ufba.br/nlpretto/videos/movimento-da-fabrica.mp4>>.

## HACKERS E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO BRASILEIRO

---

Cerca de cinco mil jovens de todas as idades estiveram reunidos em Porto Alegre, no final do mês passado, durante o 12º Fórum Internacional do Software Livre (FISL), tradicional evento da comunidade hacker organizado pela Associação do Software Livre (ASL) e pelo Projeto Software Livre Brasil, com apoio de um monte de gente e instituições.

Evento sempre muito badalado, que já teve a ilustre presença do ex-presidente Lula bradando em alto e bom som contra a proposta de Lei do senador Eduardo Azeredo (PSDB), que ficou conhecida entre nós como AI-5 Digital pela sua tentativa de fazer calar a voz dos internautas que vivem plenamente a rede, criminalizando tudo que circula pela internet. O FISL já recebeu também o hacker ministro Gilberto Gil, que participou de um histórico encontro com Lawrence Lessig, do *Creative Commons*, e Richard Stallman, da *Free Software Foundation*, a fundação que “segura” institucionalmente as licenças que garantem o sistema livre GNU/Linux.

Este ano, a maior autoridade governamental presente no Fórum foi o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloísio Mercadante. Além de uma conferência pública, Mercadante, articulado pelo ativista e professor da Federal do ABC Sérgio Amadeu, teve um encontro com os hackers presentes no evento. Do encontro saiu a proposta de que o MCT passasse a assumir posição de vanguarda no apoio à criação científica e às liberdades no ciberespaço, fortalecendo a criação de tecnologias de ponta desenvolvidas na periferia do sistema.

Por outro lado, o governo brasileiro tem sido referência no mundo, em razão da sua postura em relação à governança da internet, com especial destaque para a questão da neutralidade da rede e da cultura digital, especialmente no que diz respeito às mudanças propostas para a legislação sobre direito autoral e da cultura (livre) digital, política essa que tinha enorme repercussão nacional e internacional quando no comando do MinC estavam Gilberto Gil e Juca Ferreira.

O triste retrocesso do atual MinC – e que tem gerado muito protesto, os quais, lamentavelmente, a Presidenta Dilma parecer não querer ouvir! – quem sabe possa ser compensado por uma ação mais contundente do Ministério da C&T.

O MCT pode exercer importante papel na implantação de uma consistente política de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, através do incentivo à criação livre realizada nos coletivos de desenvolvimento aberto e colaborativo de tecnologias livres, bem como a partir da implantação de políticas que incentivem as práticas recombinantes, a remixagem de conteúdos e criações, e a livre e solta produção de ciência e tecnologias. Isso porque não basta pensar em grandes grupos de pesquisas, nas universidades e nos institutos de pesquisas, e continuar com a cabeça arrumadinha da ciência produtivista contemporânea, só cogitando soluções mirabolantes a partir de grandes projetos. Esses são importantes, evidentemente, mas muito mais precisa ser feito.

Da reunião com Mercadante, uma importante proposta foi lançada e precisa ser implantada: a formação de um sistema de fomento e incentivo ao desenvolvimento de tecnologias colaborativas, com ênfase nos pequenos grupos e até mesmo inventores e desenvolvedores isolados. O grupo presente na reunião, cerca de umas 40 pessoas, está produzindo um pequeno documento referência que será objeto de encontro ainda este mês (esperamos!) com uma equipe especialmente designada pelo Ministro para desenvolver a proposta. O que se quer é fortalecer e incentivar o saber coletivo que é produzido e que circula fora das Universidades, Institutos de Pesquisa ou do mundo empresarial. Não se trata de uma oposição à esses espaços instituídos de criação e pesquisa, mas de compreender que eles não são os únicos. Mais do que isso, compreender que, para que eles próprios sejam fortalecidos, necessário se faz que os outros espaços sejam reconhecidos e o diálogo estabelecido. Isso tudo, da mesma forma como se deu com o MinC do governo Lula, que atuou de forma propositiva, estimulando a criação dos Pontos de Cultura, que, articulados, são hoje uma rica manifestação da produção de cultura em nosso país. Nessa mesma linha, ocupando esse nicho, o MCT poderia criar um novo e ousado sistema de inovação, pautado no fomento de uma cultura de computação mais confiável para a sociedade civil e também livre das amarras burocráticas dos pseudos controles que infernizam a vida de quem busca apoio financeiro para criar, seja ciência ou cultura.

Ao longo dos últimos anos, pelo menos quatro propostas de fortalecimento desta perspectiva inovadora e fortalecedora da formação científica da juventude já foram postas na mesa e divulgadas em diferentes espaços. Ennio Candotti, quando na Presidência da SBPC, falava nas Oficinas de Ciências e Artes (OCA); eu tenho me referido à ideia de criação dos Pontos de Ciência e Tecnologia, na linha (e quem sabe articulado!) dos Pontos de Cultura do MinC; Sérgio Amadeu propõe a criação de Garagens de Criação Científica; e o badalado neurocientista Miguel Nicolelis, figurinha fácil hoje em dia em todos os eventos aqui e acolá, escreveu um Manifesto da Ciência Tropical, todos mais ou menos na mesma linha. Em última instância, todos propõem a implantação de um jeito hacker do Estado se relacionar com os criadores e inventores e, ao mesmo, tempo, uma forma de futucar mais diretamente as políticas públicas muito certinhas emanadas do campo educacional. Políticas que, no fundo, buscam apenas pôr o sistema em funcionamento de forma correta, sem nenhuma ação mais contundente numa perspectiva de revolucionar a formação de crianças e jovens. Estas políticas públicas educacionais estão apenas tentando arrumar a educação do século XIX para ser transmudada ao século XXI. Seria esse o caminho? Penso que não.

Crianças e jovens que já nascem hackers e começam desde cedo a se relacionar com a ciência, a tecnologia, a cultura e todos os processos criativos de forma animada e intensa, num rico processo de criação permanente, lamentavelmente, ao longo de sua formação, com o tempo e a escola, vão perdendo esse jeito hacker de ser. Passam a se relacionar com esses processos de maneira absolutamente burocráticas e desvitalizada, como, aliás, vem sendo feito com quase tudo na sociedade contemporânea. Aqui e no mundo...

A partir do encontro com o ministro Mercadante, no FISL 12, ficou a expectativa de que ele, mesmo sem ter ainda a “cabeça feita” do Ministro Gil, possa ser a nossa esperança de que o governo Dilma considere os hackers e a juventude fortes aliados para o desenvolvimento de um país autônomo, independente e criativo.

Publicado no *Terra Magazine* de 15 de julho 2011.

## A SBPC E A CIÊNCIA NA BAHIA

---

O circo está armado. Era julho de 1981 e estávamos, sob o comando de Maria Brandão, então secretária regional, iniciando mais uma reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Éramos uma verdadeira multidão de participantes, muito por conta do crescimento da entidade, alavancado, entre outras coisas, pelo seu importante papel de resistência à ditadura militar e pela luta em defesa da democracia. Desde meus primeiros anos de universidade, ainda na década de 70, estava eu por lá, um jovem e barbudo estudante de Física, militando na histórica SBPC. Lutávamos em defesa da ciência, da educação, da cultura em nosso país. Era um momento muito duro, de muita repressão, e vivemos isso plenamente, especialmente na reunião do Ceará, proibida pelos militares e transferida para a PUC/SP, e as de Brasília, com os trágicos cercos pelo exército ao bar Beirute, reduto animado da esquerda.

O circo de 81 representou a ciência das massas e para as massas. Não era só o espaço para as atividades culturais, que eram muitas e animadas, mas o espaço dos grandes debates acadêmicos e, principalmente, políticos. O campus de Ondina da UFBA estava tomado por barracas de comidas e bebidas, gentes barbudas e cabeludas, cientistas anônimos e famosos, que ao passarem levavam junto uma legião de admiradores. Estes, atentos, lotavam as salas nas animadas conferências. Quando o famoso era muito famoso, e o tema muito quente, a sala se tornava pequena. Imediatamente começava a gritaria: circo! circo!, indicando a necessária e imediata transferência para o grande palco daquela 33ª Reunião Anual. Emocionante!

Lembro também da histórica luta que travamos para a confecção do cartaz da reunião anual. Como sempre, São Paulo comandava e não aceitava que o cartaz fosse elaborado aqui na Bahia, o que defendíamos com unhas e dentes. Tínhamos criadores competentes e nosso desejo era de que o cartaz oficial tivesse a nossa cara. Conclusão: dois cartazes. O nosso, elaborado por Carlos

Sarno, estampava a imagem de pessoas enfiando suas cabeças em buracos de um muro e saindo com elas... quadradas. Queríamos uma ciência redonda! Queríamos uma ciência redonda, que rolasse e levasse consigo uma multidão de jovens cientistas que não pensassem de forma quadrada, muito menos enquadrada. Uma ciência e uma entidade que compreendessem que fazer ciência é fazer política. Em 2001, com a cidade sitiada pela greve das polícias civil e militar, recebíamos mais uma vez a SBPC na Bahia, e a Faculdade de Educação, da qual eu era diretor, com Mary Arapiraca (vice), abrigava quase mil estudantes inscritos. Foi uma loucura, mas não abríamos mão de lá recebê-los, porque, para nós, “lugar de jovem é na educação” e, com esse mote, montamos a infra para o alojamento desta animada turma.

Pois estamos de novo envolvidos na SBPC. Em Goiânia, na semana passada, aconteceu a 63ª Reunião Anual, na qual fui empossado como secretário regional para os próximos dois anos, juntamente com os colegas Alberto Brum e Edílson Moradillo, todos da UFBA.

Teremos muitos desafios pela frente, sobretudo na Bahia, onde a ciência e a tecnologia vêm sendo tão mal tratadas. Nossa luta local não será pequena, mas estamos, como sempre, animados. Já assumimos o compromisso de montar para próxima eleição uma secretaria com colegas das demais universidades e centros de pesquisa do Estado, para que, assim, a SBPC aqui seja, de fato, da Bahia e não só da UFBA.

Temos muita mais a fazer. Uma delas, seguramente, vem de um aspecto pitoresco da SBPC na Bahia. As reuniões anuais aqui aconteceram em números cabalísticos: a 11ª foi em 1959, a 22ª em 1970 e a 33ª em 1981. Perdemos a 44ª para São Paulo em 92, e recebemos “antecipadamente” a 53ª em 2001, sem ter esperado 2003 para sediar a 55ª. Seríamos o Estado da 11ª, 22ª, 33ª, 44ª, 55ª reuniões anuais!

Quem sabe, não podemos ter a 66ª em 2014, junto com a abertura da Copa em Salvador.

Esta pode não ser a mais importante das nossas lutas e metas, mas, no mínimo, é uma meta simbólica e, porque não dizer, divertida.

Publicado no jornal *A Tarde* de 14 de julho de 2011.

## O QUE FIZERAM COM A AUTORIDADE DO PROFESSOR?

---

Conversava recentemente com uma amiga, colega professora do ensino médio, sobre a situação das escolas públicas no Estado da Bahia e sobre o trabalho do professor. Constatamos, aliás sem nenhuma novidade, que está muito difícil ser professor com as atuais condições de trabalho. Estouraram greves em vários Estados, em todos os níveis. Um vídeo circulou na internet, de forma viral, com o discurso da professora potiguar Amanda Gurgel em uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, onde se discutia a greve dos docentes naquele Estado. A professora usou seus cinco minutos de fala para, com uma precisão cirúrgica, expor a dura vida do professor.

Esses são problemas concretos que muito dificultam o trabalho dos mestres. Mas existem outros importantes aspectos que merecem ser discutidos.

Está difícil a própria relação com os estudantes, que não conseguem ver na escola e no professor algo de significativo para as suas vidas. Observo isso também na universidade. Apesar de uma parcela da juventude estar animada, com disposição para o aprendizado e a interação com colegas e professores, percebo um certo desânimo em boa parte dos meus atuais alunos. Minha colega professora constata que, nas aulas no colégio onde trabalha, o nível de desrespeito em relação ao professor é enorme, com alunos saindo e entrando da sala sem a menor cerimônia, agredindo os mestres verbalmente (nem me refiro às agressões físicas, que também sabemos existir) e pouco ligam para os colegas e os professores.

Para nós, pesquisadores da educação, está evidente que os currículos, a estrutura das escolas, a formação dos professores, entre outros aspectos, estão muito aquém do que necessitamos para que a escola possa enfrentar os desafios contemporâneos. Mas algo nos chama a atenção e, por conta disso, resgato aqui um belo artigo escrito por Mãe Stella de Oxóssi, Iyalorixá do Ilê Axé Opô Afonjã, na Bahia, publicado no jornal *A Tarde* de 13 de abril passado.

“No outono da vida” é uma reflexão sobre o papel dos velhos na sociedade e discorre sobre a estação do ano em que as folhas secas se desprendem das árvores e caem por terra. As folhas caem da mesma forma que os mais velhos curvam o seu corpo, compara Mãe Stella. Mas aqui ela traz uma sabedoria yourubá que nós é muito cara: “Mesmo quando o velho curva o corpo, ainda continua de pé”.

No Candomblé, como em outras religiões de procedência oriental e nas tribos indígenas, “o velho é muito valorizado, ele é considerado um sábio, tendo uma condição de destaque e respeito”, sentencia Mãe Stella no seu artigo.

Trago essa bela referência para retomar a questão do professor e de sua autoridade. O que temos visto ao longo dos últimos anos é que a correta política de universalização do acesso à educação básica não foi acompanhada de um necessário e urgente resgate do papel do professor. Resgate este que tem que se dar em pelo menos três dimensões: salarial, condições de trabalho e formação (inicial e, principalmente, continuada). Nesse último aspecto, as redes tecnológicas possuem um papel fundamental, uma vez que possibilitam articulação entre todos os entes do sistema, de forma a ter o professor, na escola, no seu ambiente de trabalho, apoio e suporte acadêmico para o desempenho das suas atividades.

A escola precisa resgatar para si a beleza e a generosidade dos seus espaços e arquiteturas, como já tivemos o Pedro II no Rio e a Escola Parque na Bahia, para citar apenas dois antigos exemplares casos. Nestes ricos espaços, todos conectados e com boa infraestrutura, os professores viveriam o dia a dia das escolas, a relação com os alunos, funcionários e colegas, numa ambiência de respeito, colaboração e criação.

A necessidade de resgate da autoridade do professor está associada também à de fortalecimento das figuras de autoridade dos pais – hoje tão fragilizadas –, não significa, em absoluto, qualquer nostalgia de tempos autoritários. O fortalecimento dessas figuras de autoridade não pode perder de vista a importância do protagonismo de alunos e filhos nas relações que se estabelecem na escola e na família. Muito pelo contrário. Passariam todos, jovens e velhos – estes com a sabedoria que lhe foi outorgada pelas experiências de vida e aqueles com a irreverência fundamental de quem quer tudo questionar, mudar e re-

construir – a trabalhar para o estabelecimento de um rico diálogo, com trocas, permutas, respeito mútuo e crescimento coletivo e individual.

Mãe Stella (2011, p. 3) foi direto ao ponto:

Os mais novos, que vivem em uma sociedade imediatista, não querem ou não conseguem encontrar tempo para ouvir experiências que um dia terão que enfrentar. [...] Na cultura yorubana, o velho é um herói, pois conseguiu vencer a morte, que nos procura e ronda todos os dias.

Nem todos os professores têm a sabedoria dos velhos, temos clareza disso. Mas resgatar essa dimensão intelectual do professor, acrescida de uma outra dimensão característica de nosso tempo, a do sujeito verdadeiramente ativista, pode vir a constituir um dos mais significativos passos para retomarmos a perspectiva cidadã que estamos vendo se perder em nossa sociedade.

Publicado no *Terra Magazine* de 10 de junho de 2011.

## LIVROS DIDÁTICOS:

---

### DE NOVO?!

Nós últimos dias, voltou à cena o tema dos livros didáticos.

Em 1988 escrevi:

De tempo em tempo, a questão dos livros didáticos volta a ocupar as páginas dos jornais brasileiros. Um dos grandes problemas, sem dúvida, é o da quantidade de livros a serem distribuídos, mas esse não é o único e, quem sabe, nem o mais prioritário no momento. [...] A questão da qualidade do livro didático tem muito mais a ver com o livro do que com o didático propriamente dito. E, para que os livros sejam mais utilizados na escola, algumas questões centrais precisam ser atacadas. Três delas me parecem fundamentais. A primeira não exige muito esforço para ser demonstrada pois, certamente, olhando outras páginas deste mesmo jornal e de outros deste período, será fácil de constatar: trata-se da questão salarial.

Este texto foi publicado há mais de 20 anos e republicado no meu livro *Escritos sobre Educação, Comunicação e Cultura* (2008). Ele foi escrito para o *Jornal do Professor do Primeiro Grau*, publicação que produzimos no INEP/MEC para ser distribuída a todos os professores das escolas públicas brasileiras, como forma de contribuir com a análise e o uso dos livros pelos professores. Naquele período, no INEP, estávamos tentando promover uma verdadeira cruzada para implementar políticas públicas para o Livro Didático que considerassem a complexidade do problema e a necessidade de um pleno fortalecimento dos professores, como única forma de tratar a questão. Minha ida para Brasília na década de 80 do século passado, se deu em razão do trabalho intenso que fizemos aqui na Bahia, quando promovemos, Instituto de Física, Faculdade de Educação da

UFBA e as demais universidades estaduais, os “Encontros sobre o Livro Didático”, envolvendo mais de três mil professores em diversos municípios do Estado.

Pois agora, por conta do livro *Por uma vida melhor*, elaborado por uma equipe da histórica e atuante ONG Ação Educativa,<sup>57</sup> a polêmica retorna pelo fato do referido livro apresentar alguns exemplos de linguagem popular usada nas conversas entre as pessoas. A Ação Educativa, em sua página na internet, publicou uma série de explicações, trazendo linguistas e outros acadêmicos para justificar o livro. Claro que isso é importante, porque mostra o espírito da obra mas, para mim, esse não é o ponto central.

Convenhamos, esse é um filme mais do que visto. Isso porque, não existe a possibilidade de um livro – ou qualquer outra forma de manifestação, pelo rádio, televisão, internet, outdoor – ser lido sem demandar de quem o leia uma capacidade de criticar o escrito, construindo a partir dele.

E para que isso ocorra nas escolas, já dizia ontem e direi sempre, precisamos de professores fortalecidos. Professores como intelectuais e ativistas, que tenham condições de comprar livros, tempo para lê-los e refletir sobre o lido. Isso demanda, em todos os níveis, professores com condições de trabalho e salários adequados. Também esse é um filme mais do que visto, principalmente por nós professores, que na verdade somos os pobres atores deste filme já muito reprisado. Mas entre esses atores, encontramos a professora Amanda Gurgel, autora de uma lúcida e forte fala em uma audiência pública para discutir a situação da educação no Rio Grande do Norte, realizada em Natal no último dia 1o de maio. O discurso da professora Amanda circula viralmente pela internet<sup>58</sup> justo pelo que ele representa de forma mais contundente: a precária situação dos professores por esse Brasil a dentro.

Se a educação continuar a se constituir apenas em palavras fáceis e promessas de políticos e governantes e não for enfrentada como o grande desafio para a construção de uma Nação com N maiúsculo, ainda teremos muitos livros didáticos sendo utilizados como sendo portadores únicos de verdades inquestionáveis. No entanto, felizmente e cada vez mais, teremos professoras Amanda soltando o verbo em cada canto e escola deste país.

Publicado no jornal *A Tarde* de 18 de maio de 2011.

---

57 <<http://www.acaoeducativa.org.br>>.

58 <<http://youtu.be/yFktoO7lceA>>.

## O FIM DA EDUCAÇÃO

---

A vida de pesquisador nas universidades está ficando cada dia mais estranha. Quando comecei minha vida acadêmica no Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia, recebi logo na chegada um lugarzinho, uma sala com ar condicionado, escrivaninha, cadeira, máquina de datilografar, um telefone – que na verdade não funcionava lá muito bem! –, papel e caneta. Os livros estavam na biblioteca ou os comprávamos, porque também não se publicava tanto quanto hoje. Dividia a sala com mais um colega e, dessa forma, fazia minhas pesquisas sobre o ensino de ciências e dava aulas na graduação. Depois, passei a integrar o corpo docente da pós-graduação em Educação e, também por lá, sem nenhum luxo e bem menos infra, tinha as condições mínimas para pesquisar sobre a qualidade dos livros didáticos, campo inicial de pesquisa na minha vida universitária.

O tempo foi passando e a universidade foi se especializando no seu novo jeito de ser. Foi crescendo e ganhando força a pós-graduação, apareceram os grupos de pesquisas que passaram a ser cadastrados no CNPq, surgiu o Currículo Lattes – o Orkut da academia –, a CAPES intensificou a avaliação da pós-graduação e... a guerra começou. Com as demandas para a pesquisa cada dia maiores e o com os recursos minguando (o Brasil investe em C&T apenas 1,2% do PIB enquanto os Estados Unidos, por exemplo, investem 2,7%), a avaliação da produtividade – palavrinha estranha no campo da pesquisa científica, não?! – ganha corpo, no Brasil e no mundo. “Publicar ou perecer” virou o mantra de todo professor-pesquisador. Mais do que isso, nas universidades não temos mais aquelas condições básicas dadas pela própria instituição já que, de um lado, ela foi perdendo paulatinamente seu orçamento de custeio e, de outro, as demandas aumentaram muito uma vez que, mesmo na área das Humanas, necessitamos de muito mais tecnologia. Por conta disso, temos que, literalmente, “correr atrás” de recursos através dos chamados editais. Assim, cada

grupo de pesquisa vive em função de sua capacidade de captação de recursos – quem diria que estaríamos falando assim, não é?! – e transformaram-se em verdadeiros setores administrativos nas universidades. Demandam secretários, contadores (esses, seguramente, os mais importantes!), administradores, bibliotecários, constituindo-se em um verdadeiro aparato burocrático para dar conta das cobranças formais de cada um destes editais e de suas famigeradas prestações de contas.

Pois quando pensamos que já estávamos no limite, e os colegas Waldemar Sguissardi e João dos Reis da Silva Jr. com o seu “O trabalho intensificado nas Federais” (2009) mostraram bem o fundo do poço, sabemos através do colega Manoel Barral-Neto no seu blog *Sciencia totum circumit orbem*<sup>59</sup> que pesquisadores chineses estão recebendo um “estímulo” equivalente a 50 mil reais para publicar suas pesquisas nas revistas de “alto impacto” científico, a exemplo da *Science*. Nos comentários que se seguiram ao texto, tomamos conhecimento com a postagem de Renato J. Ribeiro que a Universidade Estadual Paulista (UNESP) está dando um prêmio de cerca de 15 mil reais para quem publicar na *Science* ou *Nature*, duas revistas de alto “fator de impacto”.

Também de São Paulo outra notícia veio à tona recentemente: o resultado da última avaliação realizada pelo Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) apontou que os estudantes não se deram muito bem na avaliação de 2010. É com base no rendimento dos alunos que os professores da rede estadual paulista recebem uma gratificação – um bônus – no seu salário, num esquema denominado “pagamento por performace”, implantando no Estado supostamente para “estimular” a melhoria da educação paulista. O que se viu com os últimos resultados é que essa estratégia não funcionou.

E não funcionou porque esse não pode ser o foco da avaliação da educação. A educação, em todos os níveis, precisa ser fortalecida, mas não como o espaço da competição e sim como um espaço de formação de valores, da colaboração e da ética. Em qualquer dos seus níveis, a educação precisa ser compreendida como um direito de todo o cidadão e que não pode ser trocada por uns trocados.

---

59 <<http://limi-lip.blogspot.com.br>>.

Lembro entrevista<sup>60</sup> de Milton Santos: “essa ideia de que a universidade é uma instituição como qualquer outra, o que inclui até mesmo a sua associação com o mercado, dificulta muito esse exercício de pensar”. De fato, com um dinheirinho extra por cada publicação, com um novo edital disponível para o próximo projeto, com a avaliação da CAPES na pós-graduação batendo às portas, deixando todos de cabelo em pé, e com a lógica do “publicar ou perecer”, parece que estamos chegando perto do fim da universidade enquanto espaço do pensar e do criar conceitos. Viramos, pura e simplesmente, o espaço da reprodução do instituído.

E isso é, no mínimo, lamentável. Na verdade, é o próprio fim da educação (e principalmente, da universidade).

Publicado no *Terra Magazine* de 13 de maio de 2011. Uma versão levemente modificada e reduzida foi publicado no jornal *A Tarde* de 21 de junho de 2011.

---

60 <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fco8o12oo1o9.htm>>, acesso em 18.4.2013.

## CONEXÕES E COMPLEXIDADE

---

Estou agora aqui no *Terra Magazine* com uma escrita mais regular. Desde as primeiras conversas sobre o tema com Bob Fernandes, fiquei pensando sobre o enfoque que poderia dar à esses escritos, lidos na tela de um computador ou de um tablet, ainda caros, mas que começam a se espalhar também pelo Brasil. Educação seria o óbvio, afinal sou professor universitário, estudo e escrevo sobre o tema. Mas seria pouco apesar da sua grandeza. Cultura? Ciência e Tecnologia? Cada um deles poderia ser uma boa alternativa e, imagino, eu daria conta de dar uns pitacos nessas áreas, digamos que com alguma propriedade.

Mas separar as coisas assim, cada tema com seu especialista, pode ter sido uma boa descoberta e uma interessante estratégia da ciência moderna pós Galileu, Newton e, principalmente Descartes. Deu certo e ainda dá muito certo, claro, embora não dê conta de tudo.

Reconhecendo a importância dos colegas que aqui e acolá falam e escrevem sobre temas específicos, nesse espaço vou escrever de forma mais livre, buscando fazer conexões entre todos esses temas e, às vezes, mais alguns. Vamos, portanto, fazer muitas Conexões, neste complexo planeta. O mote maior será a educação, por certo. A ideia é ligar tudo, dar liga às coisas, articular, buscar fazer os links entre todas essas áreas, pontos e contrapontos das diversas questões que perpassam esses temas.

Uma segunda questão que me foi logo posta era de onde eu estaria escrevendo. Huumm, pensei um pouco e percebi o tamanho e a complexidade da questão. Em princípio, escrevo de Salvador, na Bahia. Portanto, culturalmente este é o background que estará aqui sempre presente. Mas, de onde escrevo mesmo? Não faz diferença, pois as tecnologias digitais da informação e da comunicação passam a representar, neste aspecto, o grande salto de qualidade do mundo contemporâneo. Podemos estar em todos os lugares, sem sair geograficamente do nosso canto.

Por isso a importância do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que não consegue dar a largada definitiva por inúmeros problemas e que não podem ser relegados à segundo plano. Já circula na internet um manifesto sobre o tema e o Congresso Nacional está rediscutindo a lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, o famoso FUST, que acumula mais de 9 bilhões de reais. Da nossa experiência na implantação do projeto Um Computador por Aluno (UCA) na Bahia, vemos que a questão da conectividade das escolas é um dos maiores entraves para que o projeto possa, efetivamente, se implantar.

Portanto, para não perder o fio da meada, pouco importa de onde escrevo. Hoje, onde quer que estejamos, podemos ter acesso às informações e, principalmente, escrever e emitir opiniões. Seremos escritores, manifestarmos-nos por todas as vias, seja através de um comentário ai embaixo, no próprio *Terra Magazine*, nos twitters da vida, blogs, redes sociais e tantos outros meios que já não são só meios, são inteiras possibilidades de manifestação da cidadania. Para tanto, usamos toda a infraestrutura disponível, desde as lan houses, hoje responsáveis por mais de 50% dos acessos à internet no Brasil, até os celulares, presentes em uma média de 1,1 aparelho celular por habitante, constituindo-se assim, num enorme nicho para a produção e circulação de informações.

Agora mesmo escrevo da cidade de St. Andrews, na Escócia. Pequena cidade que começou a ser construída em 1.161, contando hoje com pouco mais de 16 mil habitantes e a mais antiga universidade da Escócia, fundada em 1.413. Curioso é que, ao contrário de nossas cidades no interior do Brasil, a pequena St. Andrews possui três livrarias e uma grande e histórica biblioteca, aberta ao público.

Acesso aos meios e uma população fortalecida em sua formação básica e continuada são condições mínimas para compreendermos a complexidade do mundo contemporâneo.

Muitas conexões ainda precisam ser feitas. E as faremos!

Publicado no *Terra Magazine* de 15 de abril de 2011. Este foi o texto inicial da minha colaboração regular com o *Terra Magazine*, quando passei a escrever toda a segunda sexta feira do mês.

## PROGRAME OU SERÁ PROGRAMADO

---

Fiquei bastante impactado com o filme *Cisne Negro*. Impactado pela beleza do filme, atuação de Natalie Portman e pela possibilidade de pensar, a partir dele, a educação. É forte a pressão que o artista sofre para melhor desempenhar o seu papel. Longe de mim pensar que a educação deva seguir uma metodologia como essa, muito menos nesses tempos em que, por decreto, sugere-se que não exista reprovação nos primeiros anos de escolaridade. Claro que não defendo considerar a reprovação como uma boa ameaça para estimular o estudo da meninada. Não gosto destas políticas por não acreditar que as questões e desafios mais fundamentais da educação sejam resolvidas por decreto. E decretos não faltam!

Voltando ao filme, o que mais me instigou relacioná-lo com a educação foi a insistência com que o durão – e canastrão – diretor falava à nova bailarina que galgava o papel principal e o estrelado, de que a sua superação não se daria simplesmente por mais e muito mais técnica. Nem seria apenas por mais conhecimentos, por fazer tudo bem direitinho, bem certinho, mas, sim, por um soltar a imaginação. Por um intenso criar, um viver plenamente sua arte e sua vida.

Penso ser assim também com a educação.

Gosto muito de flunar pelo Youtube e também por lá postar alguns vídeos. Recentemente assisti a uma entrevista do escritor russo Isaac Asimov.<sup>61</sup> O velho Asimov discute o futuro da educação e relembra o tempo em que a educação era feita por tutores que percebiam onde estava o interesse dos jovens e, a partir daí, avançavam na sua formação com os conhecimentos necessários para que eles compreendessem o mundo e, mais do que isso, pudessem dominá-lo, já que a educação era para poucos, a elite dominante. Nossas lutas históricas

---

61 <<http://bit.ly/atarde11o2>>.

provocaram uma profunda transformação daquela educação para poucos, para a implantação de um sistema educacional público que atendesse a todas as pessoas. No vídeo, Asimov explica que a única forma de se fazer isso era tendo um só professor para uma grande quantidade de estudantes. Mais ainda, para organizar a situação, foi dado ao professor um currículo para ensinar. Passamos, então, a pensar a educação como um sistema, mais próximo de uma fábrica, com cada um desempenhando o seu papel, com ações sempre delimitadas, principalmente para os professores que passaram a seguir orientações emanadas de currículos, programas e avaliações nacionais e internacionais. Pior: além de acompanhar essas normas, são eles constantemente seguidos, quase perseguidos, para que o sistema possa ter controle de sua autonomia em nome do bom desempenho. O ensino passa, então, a ser controlado por sistemas de avaliação que precisam ser universais com sua eficiência verificada – auditada! – através de exames, a exemplo do Programa de Avaliação de Estudantes (PISA), que mede as chamadas competências em matemática e ciências. Assim, a escola passa a funcionar na busca de capacitar o jovem para responder a determinadas questões, de Matemática, por exemplo, muitas vezes sem nem mesmo compreender o que está respondendo. Nada de criação, nada de inovação, nada de vibração existencial.

No meu canal do Youtube<sup>62</sup> tenho um vídeo onde falo sobre videogames. Recentemente, recebi uma mensagem de CoderMasters, um garoto de 17 anos que está no 1º ano do ensino Médio, concordando comigo e afirmando que gostaria muito de que sua escola tivesse cursos de programação de computador, “línguas c++, deplhi, compiladores, engine de games, modelagem 3d etc”. Ele quer que as autoridades o escutem porque deseja aprender essas coisas e não apenas as profissões tradicionais como pedreiro, mecânico, eletricista, etc. O comentário de CodeMasters coincide com o que diz o pesquisador americano Douglas Rushkoff no seu recente livro *Programe ou será programado*.

Os computadores e as redes nos trazem inúmeras possibilidades de produção de conhecimentos e de culturas e não apenas de consumo de informações e, se não forem aprisionadas por teorias pedagógicas estreitas e imediatis-

---

62 <<http://www.youtube.com/nlpretto>>.

tas, podem contribuir para a formação de uma geração de pessoas geniais que estarão programando as máquinas, suas vidas e, principalmente, os destinos do planeta e da humanidade.

Publicado no jornal *A Tarde* de 1º de março de 2011.

## O SONHO NÃO ACABOU

---

Desde o último dia 4, Salvador vive o seu período de festas populares. Começamos de vermelho com Iansã e S. Bárbara e chegaremos à todas as cores e folias no Carnaval. As festas, todas elas, mudaram muito. A cidade mudou. Penso que não cabe relembrar o passado como se ele pudesse voltar. Ele passou, o presente está em curso e será passado amanhã. Lembrar das festas de outrora é muito bom porque possibilita pensar o que elas são hoje e, quem sabe, o que serão amanhã.

Encontrei recentemente Isabel Gouveia, fotógrafa, ativista e coordenadora da Oi-Kabum que reinaugurou a exposição Festas Populares, agora no Palácio Rio Branco. Bel me conta que quando a exposição estava no Pelourinho, um morador chegou ao seu lado e, de mansinho, disse: “esta exposição corre nas minhas veias!”. Perfeito. É a sensação que temos quando vemos os vídeos, fotos e textos e sabemos que tudo aquilo foi realizado pelos jovens do projeto, que percorreram os locais das festas, conversaram com as pessoas que fazem e vivem essas manifestações e, com uma sensibilidade à flor da pele, montaram a exposição e os Almanques que nos levam pela riqueza cultural dessa Bahia de tantas festas e festanças.

Fico emocionado, logo me vem à mente o papel da educação e o quanto ainda longe estamos de pensar a escola com essa grandeza. Lembro de Rino Marconi lá pelos anos 80, ali mesmo no Pelourinho, que ainda tinha o Maciel, com suas latas fotográficas também colocando a meninada para registrar tudo. Na lata e na memória!

Projetos como esses contribuem para a formação dos jovens e destaque, entre outros, a Cipó, o Cria, Ylê, Olodum e o Axé, que fez 20 anos, penando com a falta de apoio e recursos.

Esses projetos articulam a sociedade civil organizada em busca do resgate dos valores e saberes de uma juventude privada de tudo. Me parece fundamental articular a escola com ações desta natureza.

Também afirma isso Cesare “Axé” de la Roca em recente entrevista à Revista Muito!. Entrevista emocionante e, ao mesmo tempo, triste. Mas, assim como ele, eu também “não perdi a capacidade de sonhar”. Axé.

Publicado no jornal *A Tarde* de 14 de dezembro de 2010.

## ANGOLA, BRASIL E OS DESAFIOS EDUCACIONAIS

---

Estou em Luanda, Angola, às vésperas do aniversário de 35 anos da libertação nacional, que será festejado em 11 de novembro próximo. Participo de uma feira de educação – Educa Angola –, onde estão sendo mostrados políticas, projetos e propostas de uso das tecnologias digitais para o enfrentamento dos enormes desafios que Angola terá que superar em sua incipiente democracia e apenas oito anos de paz após a guerra civil que tomou conta do país depois da libertação de Portugal em 1975.

Educação é tema constante em qualquer agenda pública em todos os países do mundo. Na recente campanha eleitoral brasileira, candidatos a deputado (estaduais e federais), governadores e também os presidenciais, não se cansaram de usar o tema como um mantra de todas as promessas. Aqui em Angola, jornais, revistas e televisão ao longo desses últimos dias – e penso que isso não deva ser original para o momento – divulgam e comentam cotidianamente fatos ligados à educação, como a implantação de uma nova escola técnica em uma província, a distribuição de materiais escolares, os projetos de formação de professores, entre outros. Enfim, também aqui – ou quem sabe, principalmente aqui – o tema da educação é um dos principais bordões.

Nas comemorações dos 35 anos de libertação, líderes de todos os lugares são entrevistados e reafirmam a importância da educação, como o fez, por exemplo, o líder namibiano Andimba Toivo ya Toivo ao Jornal de Angola: o futuro está nas mãos da juventude e os "jovens devem estudar e trabalhar duro para fazer de Angola um grande país". Nos estandes e seminários da feira Educa Angola (4 a 7.11.2010) estão sendo discutidas as experiências e os resultados das políticas públicas angolanas, ao mesmo tempo em que se está trazendo para o debate os desafios para a educação na sociedade do conhecimento.

Temos defendido ao longo dos anos que educação não se faz com projetos pequenos. As ações até podem ser pequenas, mas o pensar a educação tem que

ser sempre muito grande. Os desafios são enormes e as soluções simples não dão conta da complexidade da questão. A presença das tecnologias digitais em rede pode se constituir em um importante elemento estruturador das necessárias transformações educacionais vislumbradas por todos aqueles que pensam num mundo sustentável e com justiça social.

Não podemos continuar deixando nossas escolas se constituírem em meros espaços de distribuição e consumo de informações. Escola é muito mais do que isso! Escola é o espaço onde cada criança, cada jovem, cada professor e cada cidadão, podem deixar de ser um mero consumidor de informações para se constituir, efetivamente, em produtor de culturas e de conhecimentos. No caso de Angola, isso tem que ser levado às últimas consequências já que o país é grande importador de mercadorias e soluções, o que, seguramente, não se constitui num bom caminho para a efetiva libertação de seu povo e a construção de uma grande nação.

O que aqui insisti em conferência, com a presença do Ministro da Educação Pinda Simão, foi que a criação de bens culturais como fotografias, músicas, programas de rádio, filmes e vídeos abre um importante caminho para a ampliação do universo da sala de aula, estimulando alunos e professores a produzirem esses bens culturais, articulando-os com seu contexto social e cultural, disponibilizando-os de forma livre e aberta na rede internet, visando a sua apropriação coletiva. Ações como essas podem parecer pequenas, mas são de uma enorme grandiosidade uma vez que possibilitam que a escola transforme-se em espaço privilegiado para o diálogo entre culturas, saberes e linguagens, articulando de forma intensa o local e o não-local. Assim, estabelece-se um círculo virtuoso de produção coletiva e colaborativa de materiais científicos e culturais (e, portanto, educacionais!), que potencialmente fortalecem e valorizam as nossas culturas. No caso do Brasil e de Angola, países com uma diversidade cultural fenomenal, isso pode se constituir, ao mesmo tempo, no maior dos desafios e no mais rico dos processos de efetiva formação da cidadania.

O uso das tecnologias digitais, a conexão em rede de todas as escolas e a forte valorização do trabalho dos professores, pode vir a se constituir para a educação a chave de saída para o enfrentamento dos grandes desafios contemporâneos.

Publicado no *Terra Magazine* em 8 de novembro de 2010.  
Uma versão reduzida foi publicada no *Jornal de Angola* em 03 de novembro de 2010.

## UM JEITO HACKER DE SER

---

Algumas palavras ganham o imaginário popular por conta de um intenso uso pela mídia, mas com significados equivocados, quase que opostos aos seus sentidos originais. Para a maioria, os hackers são aqueles nerds que invadem os computadores para roubarem senhas, dinheiro ou realizarem operações fraudulentas. A palavra hacker, contudo, surge no meio dos programadores de computador para designar aqueles que se dedicam com entusiasmo ao que fazem nesse campo. Steven Levy, em um interessante livro sobre a história da computação, afirma que os hackers trabalham de forma aficcionada para “tomar as máquinas em suas mãos para melhorar as próprias máquinas e o mundo”.

Foi o esforço coletivo e colaborativo dessa turma que possibilitou a criação e a presença da internet em quase todo o planeta. No entanto, muito ainda se tem que avançar em termos de políticas públicas para que, de fato, todas as classes sociais tenham acesso a ela. No Brasil, são importantes as ações do governo federal, como o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e o projeto Um Computador por Aluno (UCA), este em implantação em fase piloto, em diversos estados brasileiros. Também merecem destaques as discussões sobre o Marco Civil da Internet e a necessária reforma da Lei de Direito Autoral que, depois da recente consulta pública, deverá ser consolidada e encaminhada ao Congresso.

Iniciativas como essas, contudo, precisam estar acompanhadas de uma reflexão mais profunda sobre os valores éticos contemporâneos. Isso porque não podemos pensar na utilização dessas redes simplesmente com o objetivo de transformar cada cidadão em apenas mais um mero consumidor, seja de produtos ou de informações. Pensar para além dessa estreita lógica do consumo é um desafio cotidiano e tem nos movido a pesquisar sobre a temática da chamada “ética hacker”, expressão cunhada pelo filósofo finlandês Pekka Himanen em livro de mesmo nome.

Nosso pressuposto é que uma nova cultura se estabelece a partir da forma de trabalhar dessa turma, tendo a paixão, o trabalho solidário e colaborativo como elementos socialmente necessários para a construção de um mundo sustentável. Essa forma de trabalhar – exemplarmente representada pelas bem sucedidas iniciativas do movimento software livre com o desenvolvimento do sistema operacional GNU/Linux, da Wikipédia, entre tantas outras – vem demonstrando que a sua motivação reside no alcance social de suas ações. Assim, pensamos a cultura hacker como um novo campo de luta pela socialização dos bens culturais e científicos, a partir do resgate do trabalho colaborativo e apaixonado, do incentivo à circulação plena de ideias e descobertas, do livre acesso ao conhecimento e a intensificação da criação.

A troca permanente de informações e conhecimentos possibilita a implantação de um círculo virtuoso de produção coletiva, inspirado na ideia de que conhecimento e cultura não são bens tangíveis e escassos, que ao serem consumidos se exaurem. Ao contrário, quanto mais eles circulam e são trocados, mais a criação é estimulada. Atribui-se a Bernard Shaw uma excelente frase que serve de metáfora para essa discussão: “Se você tem uma maçã e eu tenho uma maçã, e nós trocamos as maçãs, então você e eu teremos uma maçã. Mas se você tem uma ideia e eu tenho um ideia, e nos trocamos essas ideias, então cada um de nós terá duas ideias”. Complemento: cada um de nós terá **pelo menos** duas ideias, pois nada melhor do que a troca de ideias para a criação de muitas outras.

Assim, entretenimento, trabalho, cultura, educação, ciência, tecnologia, enfim, todos os campos podem e devem estar imersos nesses princípios, onde o prazer do fazer seja o grande combustível de todos, tendo a solidariedade, a generosidade e a mobilização colaborativa como forma de pensar e agir na construção de uma sociedade justa e democrática. Assumir na sua plenitude o nosso ativista seu “*jeito hacker de ser*” constitui-se uma atitude política de inserção social nessa rede.

Publicado no jornal *A Tarde* de 25 de outubro de 2010.

## ODE AOS AMIGOS E À AMIZADE

---

Perdi recentemente um amigo muito querido. Ninguém esperava que Pi fosse nos deixar assim, tão abruptamente. Momentos de choque nos levam, de imediato, a pensar sobre a vida e não apenas sobre a morte.

Cemitérios são lugares especiais e, confesso, tenho certa admiração por eles – como lugares da arte, da arquitetura, da tristeza e, ainda, pela possibilidade que nos trazem de, na dor da perda, refletir sobre a vida. Outro amigo muito atento, Jairo, já havia percebido isso, tanto em nossas conversas ao vivo como nos meus Smogs – “crônicas de viagens” que escrevi durante meu tempo em Londres. O fato é que nunca em outros tempos estive neles com tamanha frequência, a me despedir de pessoas queridas.

Desta minha última vez, por ocasião da última homenagem a Antônio Paulo Lopes Freire – o nosso Pi – muito me impressionou a quantidade e diversidade de amigos que ele mantinha e o carinho com que todos, absolutamente todos, nutriam por ele. A consternação e perplexidade eram sentimento geral. Estava diante de nós, inerte, o outrora menino ali de Nazaré, o colega de escola e de bairro, o pai, irmão, marido, o médico e, principalmente, o homem que agora nos aprontava a sua última estripulia, aplicando-nos certa rasteira, saindo das nossas vidas sem aviso prévio.

Pi representa um tipo de gente que tem se tornado raro neste nosso corrido e alucinado mundo. Um moleque gaiato, na sua sábia simplicidade de viver, de não complicar desnecessariamente as coisas, de não perder fácil o bom humor, com um aguçado dom da crítica e da piada, sempre juntas, não necessariamente nesta ordem.

Expressava ele, a todos, exatamente o que pensava, sempre de um jeito simpático/provocador que surpreendia o interlocutor, mas ao mesmo tempo seduzia. Sua leveza era desconcertante em tempos sisudos. Soube o meu amigo não se deixar contaminar pela hipocrisia, grosseria, arrogância, prepo-

tência, pressa e competitividade desmedida, sintomas tão inerentes à nossa cambaleante sociedade. Ele era um daqueles tipos de gente que não perdia a piada por nada e, por isso, levava a vida com uma leveza que o fazia ser adorado principalmente pelos seus pacientes mais velhinhos. E complementa o amigo Caca: “e também pelos filhos dos amigos, que o adoravam!”. No cemitério, pensei imediatamente em outra amiga, Denise, que adora ler a coluna “obituário” da revista *The Economist*, onde se faz pequena biografia dos que se foram. Ela apenas repete um hábito que os ingleses muito apreciam, mas que para nós causa até estranhamento. Eu também estranhava, mas fui me dando conta de que havia ali belos escritos sobre a vida e a amizade.

Com essa conjugação de reflexões e lembranças de tantos amigos, fiquei pensando: por que não escrever, também eu, algo tipo obituário, desta vez para homenagear a todos os amigos vivos e, particularmente, para celebrar a importância da amizade e a memória do querido Pi que acabou de nos deixar? Assim fiz. Pi, tenha certeza que vamos aqui continuar aprontando muito em ode à simplicidade da vida e à amizade, em sua homenagem.

Publicado no *Terra Magazine* de 13 de agosto de 2010.

## A IMAGEM DOS HACKERS

---

Recebi a incumbência de escrever a partir de uma imagem. Achei difícil a empreitada, mesmo já tendo trabalhado bastante com o tema, desde a análise que fiz dos livros didáticos, lá pelos idos dos anos 80 do século passado.

Abro o jornal e... eis que me veio o caminho do texto, a partir de uma imagem da primeira capa de A Tarde de 13.8.10, com a seguinte manchete: “Detran para serviços após suspeita de ação de crackers”.

A surpresa foi imediata, pois, acostumado a tratar do tema, inclusive em uma disciplina (Ética Hacker e Educação) na Pós-graduação em Educação da UFBA, em conjunto com o colega Sérgio Amaral da Unicamp, fiquei surpreso ao constatar um jornal tratar de forma correta os criminosos que usam a computação e a internet para se locupletarem com os bens alheios.

De acordo com o jargon file<sup>63</sup> um sítio na rede onde os principais termos ligados à computação são definidos, os hacker são aqueles que programam entusiasticamente, um expert em programação e por aí vai.

Pensando nessas coisas voltou-me à mente uma outra imagem, que muito me provoca: a capa da tradução feita para a editora Campus do livro de Pekka Himanen *The hacker ethics*, escrito originalmente em 2001. Veja a imagem disponível no site da editora.<sup>64</sup>

Uma observação cuidadosa da arte desta capa nos mostra que, diferente do que pensamos, os hackers estão aqui representados como aquele que, com luvas pretas e na calada na noite, invadem os computadores alheios para ações criminosas.

Tem sido essa a ideia que a grande mídia passa para denominar aqueles que são, efetivamente, criminosos e que trabalham com computadores. Feliz

---

63 <<http://www.dourish.com/goodies/jargon.html>>.

64 <<http://www.editoras.com/campus/20835.htm>>.

foi o jornal baiano A Tarde ao denominá-los de crackers e, com isso, não deixar dúvidas de que hackers são outra coisa.

O próprio Pekka Himanen, filósofo Finlandês que pesquisa a chamada sociedade da informação, do conhecimento, ou, como prefere Guillermo Orozco, a sociedade da comunicação, no seu livro *A ética dos hackers* descreve a maneira como todo esse movimento em torno do software livre nasceu e o jeito de trabalhar dos hackers. Para Himanen, e aí reside a importância do seu pensar para o nosso campo, a educação, qualquer um pode, na sua área de atuação, ser um hacker já que os princípios da chamada ética hacker podem – e, diria eu, devem – ser aplicados a qualquer área e, mais ainda na educação. Vejamos: Himanen destaca sete as principais características dos trabalhos dos hackers: paixão, liberdade, valor social (abertura), nética (ética da rede), atividade, participação responsável e criatividade, todas elas devendo estar presentes nos três principais aspectos da vida: trabalho, dinheiro e ética da rede. (HIMANEN, 2001, p. 125-127)

O movimento hacker nasce a partir da ação, na década de 60 do século passado, de jovens estudantes que ocupavam garagens, porões e laboratórios das universidades americanas na busca de futurar tudo, com o intuito de desafiar a si próprios e com isso, desenvolverem novos aparatos tecnológicos. Nasceram assim os primeiros computadores pessoais e boa parte desses movimentos tinha como princípio uma intensa lógica de partilhamento. Nasce assim uma interessante prática que pode ser simbolizada por um conjunto de três letrinhas RFC: *Request For Comments*, que nada mais é do que fazer circular um documento, uma solução, para um problema, pedindo aos colegas comentários para aperfeiçoar o documento ou solução inicial.

Com isso, não se esperava possuir uma solução definitiva ou a mais perfeita do problema mas, imediatamente, colocava-se na roda a ideia e, com a sua rápida circulação ela passa a ser objeto de crítica dos outros, sendo aperfeiçoada coletivamente.

*Hackers, heróis da revolução dos computadores* é o livro de Steven Levy (2001) que resgata o código de ética criado pelos primeiros hackers, reunidos em torno dos clubes juvenis no MIT, no final da década de 50 do século passado. Da mesma forma que Himanen, busca caracterizar a ética dos hackers e,

mais uma vez, a provocação para nós, educadores, é direta. Ele refere-se a seis princípios.

Primeiro, pensar que o acesso aos computadores deveria ser total e ilimitado. Mais do que computadores, deveria ser liberado o acesso a “qualquer coisa que pudesse ensinar a você alguma coisa sobre como o mundo funciona”. (LEVY, 2001, p. 40) Segundo, que toda a informação deve ser livre (*free*) porque “se você não tem acesso à mesma, não terá como consertar as coisas.” (LEVY, 2001, p. 40) Aqui é importante lembrar que, no inglês, a palavra *free* pode tanto significar livre como também grátis, o que nos permite considerar que toda a informação deve ser livre e gratuita. O terceiro princípio indica que se deve sempre desconfiar da autoridade e, assim, estimulam-se procedimentos pouco burocráticos, com liberdade de circulação de informações e acesso às mesmas, por qualquer um. A descentralização passa a ser a palavra de ordem. O julgamento dos hackers deve ser feito pela qualidade do que eles efetivamente fazem e realizam, afirmam em seu quarto princípio, e não por critérios falsos como escolaridade, idade, raça ou posição. Confrontando a dureza aparente das máquinas, o quinto princípio defende que “é possível criar arte e beleza num computador”. (LEVY, 2001, p. 43) Por último, e não menos importante, acreditam que os computadores podem fazer sua vida melhor.

Para a educação, nada melhor do que pensar nas possibilidades trazidas por esta ética dos hacker, já que estamos a viver um escola cada vez centrada numa perspectiva que pouco tem a ver com a ideia de colaboração e generosidade.

Publicado na *Revista da UERJ* em agosto de 2010.

## PROFESSOR EM REDE

---

A conversa começa direta pelo principal ponto: o professor precisa ser fortalecido. Não podemos ser apenas um “mecanismo” de transmissão do que está sendo pensado e gestado fora da escola. “Professor como intelectual”, afirma Henry Giroux. Professor ativista, como produtor de culturas e conhecimentos, insisto ao longo de todo esse tempo. Partindo desta premissa, podemos destacar aqui um dos tantos aspectos da questão: a importância da produção de material educacional com a participação dos professores e alunos. Isso vem sendo conhecido mundialmente como os Recursos Educacionais Abertos (REA ou *Open Educational Resources* – OER), termo cunhado pela UNESCO em 2002, e que tem como princípio a disponibilização de recursos educacionais on-line para que os usuários, notadamente professores e estudantes, possam usá-los, remixá-los, reconfigurá-los, criando novos produtos que também ficarão disponíveis para a comunidade. No entanto, devemos ir um pouco mais adiante e pensamos que esses recursos possam ser a base para a produção de mais recursos. O professor Yochai Benkler em um importante texto denominado “Common Wisdom: Peer Production of Educational Materials”, que se encontra traduzido para o português na Revista da FAGED,<sup>65</sup> partindo da ideia de que informação, conhecimento e cultura são bens públicos, propõe a produção de objetos discretos que possam ser disponibilizados na rede e que, a partir deles, possamos trabalhar na produção descentralizada que possibilita uma maior articulação de todos os suportes na produção de outros materiais, também esses discretos. Explicando um pouco mais: o que se propõe é que você não se preocupe em só produzir um vídeo (animação ou simulação) completa, com início, meio e fim. Trabalhando com a filosofia hacker – aquela que tem como base o compartilhamento para a busca das melhores soluções, sempre

---

65 <<http://www.revistafaced.ufba.br>, publicada dentro da política de Arquivos Abertos>.

no coletivo! – pode-se fazer pequenos trechos que, disponibilizados na rede, possibilitam que outras pessoas, em outros lugares e em outros tempos, peguem esses trechos e produzam outro pedacinho ou mesmo um outro vídeo completo, usando a lógica de produção por pares e da remixagem. Assim, uma produção feita aqui na Bahia vai ser usada por você aí em Manaus, que juntas vão ser usadas por um colega de Passo Fundo. Outro colega de Cuiabá, vai pegar só um pedaço do vídeo (animação ou simulação) feita pelos professores da Universidade do Acre e, com isso, produzir mais material para as suas aulas. Instala-se assim, um círculo virtuoso de produção em rede, sem parar, muito parecido com o que fazem os músicos do Tecnobrega lá do Pará. Eles remixam e deixam circular tudo, via rede, através dos tecnobregueiros e camelos, que ficam ali no mercado Ver o Peso. O que importa é a circulação desses bens culturais e científicos.

Assim, o que nos move é a formação de cidadãos plenos que contribuam para um ensino que, diferente do atual, potencialize, por meio da tecnologia digital, a conquista da cidadania, da integração plena da pessoa na sociedade, para que ela possa compreender e ter capacidade de intervir, com uma formação intelectual que articule de forma intensa todos os saberes, contemplando a ciência, a literatura universal, a língua culta.

Não pensamos – como já se fez algum tempo atrás na discussão sobre a regionalização do livro didático – que esses produtos têm que estar apenas ligados e voltados para a cultura local. Eles têm que ser locais, claro, e serão cada vez mais locais quanto mais interagirem com o planetário. A rede favorece isso ao mesmo tempo em que nos trás um grande desafio: como trabalhar com esse universo de informações. Não vamos agora aprofundar isso, mas, permita-me dizer que, um professor fortalecido não teme esse “mar” de informações. Ao contrário, com ele dialoga e interage!

As tecnologias devem funcionar como estímulo permanente à criação e à produção e não apenas meras ferramentas aprisionadas nas grades da escola, sejam as dos portões dos laboratórios de informática ou a dos currículos.

Os conteúdos digitais relevantes para a educação não se encontram somente nos portais específicos voltados para as escolas. Precisamos intensificar a produção de conteúdos em rede, com o envolvimento dos professores de

todos os níveis, através de uma política explícita de apoio e financiamento, que deveria conter obrigatoriamente cláusulas que garantissem o licenciamento aberto tanto de suportes como de conteúdo, e com a intensificação da produção e circulação por pares de produtos culturais (consequentemente educacionais) com a possibilidade e incentivo à remixagem.

Assim estaremos, quiçá, transformando escolas, professores e alunos em animados produtores de conhecimentos e culturas e não em meros consumidores de informações.

Publicado na Revista do *TV Escola* em agosto de 2010.

## PROFESSORES HACKERS PRODUZINDO MATERIAIS EDUCACIONAIS ABERTOS

---

Um dos pontos críticos para a educação brasileira, sem dúvida nenhuma, diz respeito à formação de professores – antigo problema que retorna ao centro do debate.

Para começo de conversa, é importante pensar na valorização dos professores a partir de um tríplice enfoque: formação e carreira, salário e condições de trabalho. Vamos nos concentrar nesse texto na formação e no papel dos professores na escola.

As faculdades de educação das universidades públicas brasileiras constituem-se num potencial incomensurável de transformação, e não resta a menor dúvida que elas sofrem de todas as conhecidas mazelas do sistema público de ensino superior. No entanto, no seu conjunto, encontramos ricas experiências que podem ser estimuladas na busca da implantação de redes de comunicação e aprendizagem que possibilitariam, potencialmente, olhar para a formação inicial, a formação em serviço e, ao mesmo tempo, a tão necessária formação continuada.

Essa tríade de formações teria como foco a produção de conhecimentos e culturas e não a mera distribuição de informações, com a produção de materiais educacionais abertos como livros, sítios na internet, áudios, filmes, vídeos, programas de TV, softwares, entre tantos outros, que ficariam disponíveis com licenciamento aberto na internet. Esses materiais online possibilitam que outros professores e estudantes venham a usá-los, remixá-los, reconfigurá-los, criando novos produtos, também disponíveis e licenciados de forma igualmente aberta. Yochai Benkler,<sup>66</sup> partindo da ideia de que informação, conhecimento e cultura são bens públicos, propõe a produção de objetos discretos

---

66 <<http://www.revistafaced.ufba.br>>.

que possam ser disponibilizados na rede. Essa produção de bens culturais e científicos –propositalmente não os estou denominando de materiais didáticos! – deve se dar com intenso uso de todos os suportes e com base na “filosofia hacker”, que tem como princípios o compartilhamento, a liberdade do acesso às informações e a plena circulação das soluções dos problemas. Com isso, podemos pensar na produção de pequenos trechos, por exemplo, de vídeo, que, disponibilizados na rede, possibilitam a outras pessoas, em outros lugares, trabalhar com esses “pedaços” de vídeo e com eles produzir outros elementos, construindo novos vídeos, aplicando a lógica da produção por pares e da remixagem.

Cria-se, com isso, um círculo virtuoso de produção permanente, com as escolas ganhando novamente centralidade nos processos educacionais, constituindo-se num espaço das trocas e interações sociais, da experimentação, da convivência das diferentes culturas e do diálogo com o saber estabelecido, cabendo ao professor a função de ser um “negociador permanente destas diferenças”, e não mero emissor de informações. Esse diálogo entre as culturas e os saberes deve envolver de forma permanente a escola, professores, alunos e comunidade do entorno –seja esse o “pequeno” entorno físico ao redor da escola, seja o “enorme” universo das redes sociais estabelecidas pelas redes tecnológicas.

Assim, professores fortalecidos – ativistas e negociadores das diferenças – poderiam contribuir com a sua própria formação e com a formação da juventude brasileira.

Publicado na revista *A Rede* de julho de 2010.

## AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS, A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

---

As Conferências Nacionais começaram a ser realizadas no Brasil no ano de 1941. Recente pesquisa feita pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) identificou, no entanto, que houve um salto na realização das mesmas, nos dois mandatos do presidente Lula. Na amostra de “80 conferências, 56 ocorreram nos últimos sete anos; e de 33 temas identificados pela pesquisa, 32 foram tratados no período”. Além disso, a mesma pesquisa identificou “3.750 Projetos de Lei (PL) no Congresso Nacional que guardavam afinidade com 1.937 diretrizes resultantes das conferências.”<sup>67</sup>

No final deste mês será realizada em Brasília a 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (4ª CNCTI).<sup>68</sup> Reveste-se de importância a participação da sociedade organizada como forma de poder discutir os temas cruciais para o desenvolvimento científico e tecnológico de forma mais ampla. A 4ª CNCTI pode se constituir em mais um destes importantes espaços de discussão para a elaboração de políticas públicas que permitam avançar na formação do cidadão, especialmente no que diz respeito à sua formação científica, desde já compreendendo-a numa perspectiva expandida.

Antes de mais nada, necessário se faz pensar que o acesso ao conhecimento tem que ser tratado como um direito inalienável de todos os cidadãos. Mas esse acesso tem que ser entendido para além da perspectiva de se consumir informações produzidas externamente, em geral a partir de uma produção fechada e elitista. Precisamos, ao mesmo tempo, estimular a produção de culturas e conhecimentos locais, pensadas aqui no seu plural pleno. Dessa forma, buscamos o fortalecimento da cidadania planetária, com fronteiras e bordas

---

67 <<http://www.iuperj.br/>>.

68 <<http://cncti4.cgee.org.br>>.

cada vez mais diluídas, possibilitando que as interações entre pessoas e culturas se deem de forma intensa, hoje, enormemente favorecidas pela presença marcante das tecnologias digitais, especialmente a internet.

Permitam-me destacar aqui, entre tantos outros, dois ou três pontos que me parecem fundamentais para a discussão.

O momento contemporâneo demanda o estabelecimento de uma política nacional de informação para o País articulando diversas áreas. Esta política não deveria estar centrada apenas na questão do registro e disseminação da informação, mas na criação de uma infraestrutura que permita a toda a sociedade o acesso à informação em conjunto com o estímulo à produção de conhecimentos em todos os espaços sociais. Esta seria uma política básica e fundamental para a geração de conhecimentos e culturas e deveria ter como base o seu compartilhamento.

Tomemos inicialmente o caso do acesso à produção científica mundial. Importante investimento vem sendo feito pelo governo brasileiro com a aquisição dos direitos de acesso às principais revistas acadêmicas do mundo através do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), criado em 2000, com um custo anual de mais de 50 milhões de dólares, fruto de exaustivas negociações com os editores privados das principais revistas acadêmicas do mundo. Seguramente essa é uma política que tem de ser fortalecida como a única forma de viabilizar, neste momento, que os resultados das pesquisas científicas desenvolvidas em todo o mundo estejam acessíveis e de forma fácil, para todos. No entanto, precisamos pensar em políticas públicas nesse campo que olhem para além disso.

Necessário se faz intensificar a importante política pública do governo federal através do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), instituto da estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia que tem favorecido a publicação de revistas acadêmicas brasileiras fomentando o acesso aberto ao conhecimento. O Ibict implantou e está disseminando o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e o INSEER, uma incubadora de revistas para dar suporte àquelas instituições e grupos que já possuem publicações impressas, mas, que não possuem as condições institucionais para realização da migração para o novo sistema. O que se está conseguindo com isso

é a ampliação do acesso para toda a população dos países falantes da língua portuguesa da produção científica nacional e internacional. Hoje, já são 777 revistas em Acesso Aberto no país e esta ação precisa ser fortalecida, estimulada e ampliada.

No entanto, é fato que, desde a implantação do Portal de Periódicos e das Revistas de Acesso Livre, praticamente mais nada se investiu nas aquisições dos periódicos nacionais e muito menos estrangeiros para alimentar as nossas bibliotecas públicas. Com a não aquisição das versões impressas dos periódicos, o que terminou acontecendo é que para aqueles usuários, notadamente os mais pobres em recursos financeiros, que não têm acesso doméstico à infraestrutura de comunicação, ficou praticamente impossível a leitura desses artigos porque também as nossas bibliotecas não estão equipadas com infraestrutura suficiente para permitir a leitura em tela e a sua impressão. Dessa forma, cria-se um quase paradoxo: o grande investimento para viabilizar o acesso ao conhecimento produzido é inviabilizado para aqueles que mais precisam justamente porque “na ponta” do sistema não está garantido esse acesso através de banda larga, computadores e impressoras. Não podemos esquecer que no campo da formação de professores são os nossos alunos os mais carentes, e normalmente de pouco tempo dispõem para a leitura desses artigos em tela, sendo absolutamente fundamental, pelo menos em um primeiro momento, a impressão dos artigos para o seu estudo em lugares distintos e sem conexão.

Complementarmente, e talvez aí tenhamos uma das ações de maior impacto, necessário se faz que a Capes passe a considerar as publicações que adotam o acesso aberto como sendo aquelas que merecem maior pontuação – não deixando de lado o rigor científico – nos mecanismos institucionais de avaliação de professores e programas de pós-graduação. Assim, o sistema Qualis de avaliação de periódicos e livros precisaria pontuar favoravelmente editoras e publicações que tivessem como critério o acesso livre, fazendo com isso um movimento indutivo no fortalecimento desta política.

Por fim, pensar nestas políticas implica, como sempre, pensar na necessidade de intensas articulações interministeriais, com evidentes interfaces da Ciência e Tecnologia com ações de outros Ministérios, a exemplo do Plano Nacional de Banda Larga, do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e

Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), dos programas de informatização das escolas do ensino básico (Proinfo) e do projeto Um Computador por Aluno (UCA), só para citar alguns exemplos.

Desafios postos, cabe-nos pensar – como faz o físico italiano Marcelo Cini – para além de nós mesmos. Marcelo Cini: “Atualmente estamos trabalhando com todos os fatores que a ciência tentou exorcizar, minimizar, deixar fora de suas fronteiras”.

Essa, quem sabe, pode ser uma oportunidade histórica para pensarmos um pouco além do nosso próprio umbigo.

Publicado no *Terra Magazine* em 22 de maio de 2010.

## SALVE O VELHO RÁDIO

---

O rádio está presente na vida dos brasileiros de forma intensa. São mais de 90% dos domicílios com rádio, correspondendo a cerca de 38 mil casas com os tais aparelhinhos que encantam a todos, inclusive ao dramaturgo alemão Bertold Brecht que, na década de 20 de século passado, já acreditava que se em cada residência existisse um aparelho de rádio capaz de enviar e receber mensagens, estariam dadas as condições para se instaurar uma esfera pública cidadã sustentada pela infraestrutura técnica. E Brecht não tinha visto nada!

Naqueles primeiros anos, além do rádio emissor de programação cultural e educativa, existiam também os radioamadores, que instalados nas casas pelos aficionados da comunicação de fato possibilitavam uma conversa a distância.

Seja de um jeito ou de outro, o que se percebeu é que o rádio tem um enorme potencial. Com a internet, muitas rádios que antes só utilizavam as ondas hertzianas passaram a retransmitir pela rede. Ao mesmo tempo, com as facilidades tecnológicas, diversos grupos montaram suas próprias rádios diretamente na internet, ampliando em muito as possibilidades de uso, especialmente para a educação e a cultura.

Na década de 60, antes do golpe militar de 64, diversas organizações e governos atuavam para combater o analfabetismo que até hoje nos deixa perplexos pelos seus números assustadores. No estado de Pernambuco, governado por Miguel Arraes (1960-1964), começou um intenso movimento de educação que, nas palavras de José Marques de Melo, se constituiu numa “revolução popular, usando a mídia como arma, tendo por alvo a escola e valendo-se da cultura popular como projétil. Tal experiência transcorreu de forma paralela e sintonizada com o Movimento de Educação de Base (MEB)” este baseado no método de Paulo Freire.

Muitas anos depois, numa animada conversa com o professor José Peixoto durante uma reunião regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Teresina, no Piauí, falávamos dos nossos projetos com software livre na Faculdade de Educação da UFBA e ele, sobre suas experiências na época do MEB. Imediatamente, com as histórias que contava e com a nossa experiência de rádio Web, veio à cabeça um movimento da letra M virando W e nasceu assim o livro *Do Meb à Web: a rádio na educação*, que será lançado às 19 horas da próxima terça-feira dia 1º de junho (2010) na Escola de Teatro da UFBA.

Este livro, organizado com Sandra Tosta da PUC-MG, apresenta um panorama do uso do rádio na educação em diversos países, sabendo que deixamos muitas importantes experiências de fora. Para tal, reunimos pesquisadores do Brasil (Bahia, São Paulo e Rio) e de Portugal, Espanha e México, para pensarmos o rádio de uma maneira mais ampla.

As pesquisas que deram origem a este livro envolveram professores, doutorandos, mestrandos e estudantes de graduação – esses apoiados pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica (FAPESB e CNPq), programa esse de suma importância para a formação do jovem pesquisador brasileiro. Lamentavelmente, ainda temos na UFBA somente cerca de 750 bolsas de iniciação científica para uma universidade de mais de 24 mil alunos de graduação.

Como resultado desses projetos, temos hoje instaladas e funcionando a Rádio Faced Web e a Rádio Ciberparque Anísio Teixeira (um Ponto de Cultura apoiado pelo MinC), ambos projetos da Faculdade de Educação, e a Rádio Teatro Web, que nasceu a partir do projeto da Rádio Faced com o esforço de Gideon Rosa, que tem se dedicado à produção de radiodramaturgias, como a peça *A Vida de Franz Biberkopf*, de Alfred Döblin, que também será lançada junto com o livro no próximo dia 1º de junho.

Publicado no jornal *A Tarde* de 22 de maio de 2010.

## ESCOLAS ESPREMIADAS

---

Tenho saudade de uma Salvador dos espaços generosos. Não imagino que o tempo tenha que parar, que o chamado progresso e o avanço do cimento e do asfalto tenham que ser contidos na marra. Mesmo que nestes últimos tempos de chuvas fortes eles tenham dificultado o movimento da água para seu lugar natural, longe de mim pensar em simplesmente voltar para o passado.

Também não quero falar do tempo das praças sem grades, dos chafarizes, fontes de água, casas sem muros ou com eles ainda baixinhos, onde podíamos sentar para prostrar e matar o tempo. Para estes temas, os arquitetos, urbanistas, engenheiros, todos os articulistas de várias áreas já vêm escrevendo em *A Tarde* desde muito.

Quero falar, no entanto, de um espaço que para mim é muito caro: o das escolas. Nossas escolas encolheram. E muito. Acabaram-se os amplos campos para o futebol, babas, garrafão ou similares, acabaram as áreas para o tão esperado recreio, também esse espremido entre os poderosos 50 minutos da sequência de aulas. Aulas que normalmente acontecem em salas que, praticamente, mantêm a mesma configuração de muitos anos, quem sabe séculos, e, o que é pior, também elas encolhidas.

São os mesmos móveis, a distribuição das cadeiras, os quadros negros – depois verdes e, nas mais modernas, até digitais –, estes, quase todos, colocados na frente, para que uma “plateia” de estudantes possa acompanhar as “emissões” dos professores. No campo de interseção da arquitetura com a educação pouca coisa mudou e a Bahia é repleta de experiências nessa área.

De um lado, com a triste proposta de construir grandes escolas, todas iguaizinhas, replicadas pelo interior do estado, e ainda por cima com o mesmo nome, antecedido do terrível adjetivo “modelo”. Nada a ver com educação, que precisa mesmo é ir para além dos modelos e caminhar em busca da criação.

De outro lado, tivemos uma rica experiência que não deveria ser esquecida, como a Escola Parque, implantada no bairro da Caixa D'Água por educadores e arquitetos baianos. Idealizada pelo educador Anísio Teixeira em conjunto com os arquitetos Diógenes Rebouças e Hélio Duarte, ali podemos ver, de forma cristalina, uma clara compreensão da importante relação da educação com a arquitetura. Relação essa que nós, da Faculdade de Educação da UFBA, insistimos ser básica para pensarmos a educação no presente e para o futuro.

Tentamos – com sucesso muito pequeno, é bem verdade – uma maior aproximação com a nossa Faculdade de Arquitetura, para montar um grande projeto para se estudar a relação entre essas duas grandes áreas. Um programa que fosse buscar em Anísio, Diógenes e Hélio inspiração e resgate histórico. Mas que não ficasse só neles. Que fosse também estudar e aprender, por exemplo, com Charles Mackintosh, o arquiteto da Escola de Artes de Glasgow, idealizador de um projeto de escola básica denominado *Scotland Street School*, hoje belíssimo museu sobre a história da educação na Escócia, onde é possível ver como eram as salas de aula e o funcionamento da escola ao longo dos anos naquele país.

A Escola Parque, pensada por Anísio era um conjunto generoso de espaços livres, que incluía, com uma incrível centralidade, um enorme campo de futebol, rodeado de um teatro *a la* Teatro Castro Alves, uma magnífica biblioteca *a la* Brasília, um pavilhão para oficinas, repletos de obras de arte de Jenner Augusto, Carybé, Mário Cravo (aliás, como estão esses painéis, alguém sabe?!) e uma ala administrativa com refeitório, padaria e espaço para professores e alunos. Tudo, absolutamente tudo, imerso numa área verde de frondosas mangueiras que, felizmente, ainda lá estão.

Nesse complexo educacional, dizia Anísio, os filhos dos pobres teriam acesso àquilo que os filhos dos ricos têm nas suas casas. Ali estaria sendo formada uma juventude para fazer diferença. Aqui, num hoje espremido no tempo e no espaço, nossa juventude é deformada para caber, literalmente, nas grades, curriculares e das salas de aulas. Quebrar estas amarras, na busca de uma formação mais ampla, é algo que demanda ações mais corajosas.

E isso, não pode mais ser protelado para amanhã.

Publicado no jornal *A Tarde* em 25 de abril de 2010.

## A TEIA DA CULTURA E A EDUCAÇÃO

---

A cultura está em debate. E em festa, na Teia 2010 em Fortaleza. A educação está em debate. Após as conferências estaduais, chegou o momento da Conferência Nacional de Educação (CONAE) que acontece em Brasília, de 28 de março até 1º de abril de 2010. São inúmeros aspectos a serem considerados, inclusive porque necessário se faz avaliar o que foi o Plano Nacional da Educação (2000/2010) que previa, por exemplo, estarem hoje no ensino superior 30% da população jovem de 18 a 24 anos. Longe ficamos desta meta, com menos de 14%, apesar de todo o investimento realizado nas universidades públicas nos últimos anos.

Mas esse é apenas um – importante, claro – dos aspectos de tantos outros que necessitam ser tratados.

Tenho dito, até com insistência, que o maior problema das políticas públicas federais (e vale *ipsis litteris* para as estaduais) é que se continuarmos a fazer composição dos governos atendendo aos partidos políticos que loteiam os cargos, cada ministério (e secretaria) continuará fazendo a sua política específica, querendo aparecer mais do que os outros. Na educação, um grande problema para a efetivação dessas políticas é a dificuldade que o MEC tem em “falar” com os demais Ministérios e, conseqüentemente, com as políticas públicas de Cultura, de Comunicações e de Ciência e Tecnologia (C&T), para citar apenas alguns. São diversos os aspectos a considerar, mas quero aqui aproveitar o período da realização da Teia 2010, evento que reúne integrantes dos quase 2.500 Pontos de Cultura do Brasil e exterior, para enfatizar a necessária e fundamental relação da educação com a cultura. Uma correta e importante política pública capitaneada pelo MinC – o Cultura Viva/Pontos de Cultura – está efetivamente mexendo com o país, promovendo o fortalecimento da cultura “vinda de baixo”, com especial destaque para a cultura digital.

Essa turma envolvida com os Pontos está produzindo como nunca. Vídeos, filmes, fotografia, rádio, artes plásticas, artesanato, enfim, produzindo cultu-

ras, num plural pleno, com um enorme potencial de efetivamente transformar a nossa triste e injusta realidade. Esse conjunto, que é muito, muito maior que a soma das partes, está agigantando cada grupo, trazendo para os processos de produção cultural algo que está, cada dia mais, sendo esquecido nesta nossa sociedade consumista e individualista: os ideais de colaboração, compartilhamento e generosidade. A rede está montada. A Teia cobre o país de ponta a ponta. A TV Brasil, só para se ter um exemplo, mostra uma pequena parte disso no programa Cultura Ponto a Ponto, expondo e enaltecendo essa maravilhosa diversidade. Um programa, também ele, produzido de forma coletiva e colaborativa. Cerca de 400 pessoas, de mais de 100 Pontos, trabalharam durante 18 semanas de gravação na produção de mais de 130. Um jeito coletivo de produzir para superar o jeito individual de consumir, produtos e informações.

Mas a educação escapa! Foge da teia!

Lamentavelmente não consegue ver tudo isso. As escolas não falam com os Pontos de Cultura e, também estes, não falam com as escolas. Verdade que tentam, como no projeto Escola Viva. No entanto, na educação, tudo fica muito preso à uma lógica de gestão e padronizações que não possibilita que se trabalhe com o inesperado, com o vivo, com... a cultura. Nos Pontos, as experiências de uso de softwares livres e dos licenciamentos livres e abertos contribuem para um enorme avanço na busca da autonomia do país. Se as escolas aproveitassem essa expertise, poderiam trazer para o seu interior esses ricos processos criativos de produção. Com isso, estariam formando outras teias, trabalhando de forma intensa na busca da produção coletiva de recursos educacionais abertos, com professores, alunos e comunidade envolvidos no processo, favorecendo o acesso de toda a população aos bens científicos e culturais produzidos em nosso país e no mundo.

A leitura dos documentos básicos do CONAE evidencia que pouca referência se faz ao uso de software livre e nenhuma aos recursos educacionais abertos. Isso, seguramente, pode ser um indicativo do tamanho do desafio que ainda teremos pela frente.

Publicado no jornal *A Tarde* de 28 de março de 2010.

## CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O FUTURO

---

Ao longo desta semana – 21 de outubro de 2009 – estão sendo realizados, em todo o Brasil, eventos que integram a bem sucedida iniciativa do governo federal de promover ampla discussão sobre Ciência e Tecnologia.

Na Bahia, com a recente rearrumação política partidária do governo estadual, um novo titular assumiu a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), sem ainda ter apresentado suas propostas. Adianto-me logo para, publicamente, por em sua mesa um questão que penso não poder ficar sem solução: o fechamento da magnífica experiência da “Universidade da criança e do adolescente” (Unica), desativada em agosto passado em função da crise instalada na ONG Organização do Auxílio Fraternal (OAF).

A Unica é um Museu Interativo de Ciências, implantado no bairro da Liberdade/Caixa d'Água, em Salvador, numa área de aproximadamente oitocentos metros quadrados, que atendia em média 10.000 visitantes/ano, segundo e-mail que recebi de integrantes do projeto, preocupados com o destino desse fenomenal espaço de formação da juventude. O Museu, totalmente interativo e dinâmico, é dividido em cinco setores: eletricidade e magnetismo, mecânica, energia, ótica e ondas, com aproximadamente 60 experimentos interativos, uma quadrisfera e 150 jogos matemáticos de estratégia e raciocínio. Ainda quando professor do Instituto de Física da UFBA, tive a oportunidade de levar meus alunos, futuros professores, para conhecerem esse projeto. Passamos uma maravilhosa tarde e ficamos todos encantados com a simplicidade e ao mesmo tempo eloquência daquele espaço e projeto.

Ação como essa, que, ao contrário de ser fechada, deveria ser espalhadas por todas as regiões, constitui-se em oportunidade única, perdoem-me o trocadilho, de aproximar nossa juventude da investigação científica e do gosto pela compreensão dos fenômenos da natureza, articulando tudo com formação artística e estética, produzindo assim, novos sentidos para a existência.

A crise da OAF, política, diga-se de passagem, não pode ser maior do que a determinação de um governo que afirma ser “de todos nós”. Manter a Unica aberta seria o primeiro passo de uma ação mais ampla para replicá-la em toda a Bahia.

Publicado no jornal *A Tarde* em 21 de outubro de 2009.

## A NUDEZ EXPLÍCITA DO ENSINO DO PAÍS

---

A labuta diária dos professores é algo que, praticamente, todos acompanham. Não tem aquele que não se lembre de uma vizinha, amigo ou conhecido professor. Os mais velhos que tiveram o privilégio de passar pela escola – e, lamentavelmente, sabemos que em torno de 20% da população do Nordeste assim não o fez, contribuindo para engordar as estatísticas do analfabetismo no país – seguramente tem algum tipo de lembrança de seus mestres.

Outubro é o mês em que celebramos o dia do professor. A cada ano, e em cada lugar, essa comemoração é realizada de maneira diversa, umas mais festivas, outras mais reivindicatórias e, outras ainda, como simples celebração interior, com cada mestre refletindo sobre o seu cotidiano, tão pouco valorizado.

Nós, da Faculdade de Educação da UFBA, cujo trabalho maior é contribuir com a formação dos futuros professores e dos pesquisadores no campo da educação, celebramos o dia do professor cotidianamente em nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Este ano, além disso, comemoramos 40 anos de vida. Dura vida também para nós, que lidamos com enormes desafios para manter viva a universidade pública em nosso país, lutando contra os processos de privatização – externa e interna – que vão solapando as bases da educação, em todo o mundo. Educação que vai se tornando mercadoria, portanto, objeto de compra e venda. Educação que deixa de ser um patrimônio público, um bem da humanidade, para se tornar um mero serviço. Nesse negócio, estudantes passam a ser clientes e professores lutam, cotidianamente, para garantir a sua dignidade. Sem tempo para o estudo, sem tempo para o lazer, com dificuldades de todas as ordens, os trabalhadores da educação vivem tormentosas angústias. Acrescente-se a isso o fato de que a vida do professor passa a ser controlada em todos os sentidos, agora também pelas câmaras nas escolas e nos celulares dos alunos. Controle dentro da escola e fora, como foi o caso da professora que dançou numa folia de fim de semana, mostrando suas qualidades de dan-

çarina e terminou crucificada publicamente. Entretanto, pouco se comentou acerca da qualidade do seu trabalho de professora; nada se falou da mídia que, com total naturalidade, expõe as mulheres como mercadorias, no carnaval, nas festas e em seus programas dominicais, em danças e posturas muito próximas àquelas da professora na sua folia. E isso, desembocou num segundo ato: a tal professora deixou o magistério, passou a dançar profissionalmente e, dizem, ganha por apresentação cerca de 30 vezes o salário mensal de mais de 50% dos professores do Nordeste brasileiro, conforme recente estudo da UNESCO.

Em São Paulo, professores da rede estadual também pensam em botar o corpo de fora, só que agora não numa festa, mas na rua, num protesto denominado de “dia do nu pedagógico”, para mostrar a nudez do governo em relação à educação.

Fatos como esses alimentam o cotidiano dos 40 anos de vida da Faculdade de Educação da UFBA. Aqui, para formar os professores, lutamos diariamente para desnudar as teorias pedagógicas e, num esforço muito grande, tentar mostrar aos nossos alunos que a formação profissional de um mestre vai muito além dessas importantes teorias. Exige uma formação ética e solidária que não se resume às aulas, provas ou trabalhos. Demanda um pensar mais amplo, que lhes possibilitem, de fato, compreender o mundo com todos esses desafios e dele participar de forma ativa, na busca de transformá-lo. Com os nossos alunos temos que aprender o jeito ativista de ser da juventude, que não se conforma e não se acomoda. Uma juventude que muitas vezes é empurrada para fora da escola, por absoluta falta de compreensão das políticas públicas e, lamentavelmente, de muitos mestres. Por isso, insisto que não se trata só de organizar a escola e o sistema. O que precisamos, com urgência, é fortalecer os professores. Com salários dignos, escolas bem construídas, bibliotecas e equipamentos de qualidade, espaço para lazer e estudo, com integração com a comunidade e com a implantação de redes de comunicação e solidariedade. Tudo isso é importante, mas nada se concretizará se não tivermos professores fortalecidos enquanto lideranças intelectuais e acadêmicas.

Publicado no jornal *A Tarde* em 7 de outubro de 2009.

## UM AMBIENTE INTEIRO

---

Ontem, eu conversava daqui de Nottingham com o meu pequeno Davi, em Salvador, e comentava com ele que o verão aqui já tinha chegado e que estávamos com 24 graus centígrados. E ele, na lata, respondeu que na Bahia, o inverno é que já tinha chegado, pois lá, estava 24 graus. Essa percepção sobre o que é quente ou frio é sempre algo relativo e quando saio na rua por aqui e vejo o povo de camiseta e com as saíngas esvoaçantes fico pensando no friozinho que sinto... pois esse tempo aqui, para mim, não é quente, não.

Mas essa conversa está sendo apenas para falar um pouco mais das questões ambientais, que, de certa forma, tem tudo a ver com essas percepções e com as mudanças do clima no planeta.

O jornal *The Guardian*, aponta em matéria especial nesses dias, que as mudanças climáticas matam 300 mil pessoas por ano afetando 300 milhões de pessoas no mundo. O estudo recentemente divulgado projeta mais de 500 mil mortes por ano até 2030, sendo que o custo dessas mudanças climáticas é da ordem de 600 bilhões de dólares. Bastante dinheiro.

Nesse mês de junho, 20 prêmios Nobel clamaram por ações mais enérgicas nesse campo em reunião em Londres. “Mudanças climáticas é uma questão de vida ou morte”, bradou a africana Wangar Maahai, prêmio Nobel da Paz. Ela vem liderando um movimento em defesa da segunda maior floresta do mundo, no Congo.

Aqui, vale uma curiosidade que tem uma importância fenomenal. O jornalista John Vidal conta-nos que nos anos 1960, cerca de 300 estudantes do Kenya foram estudar nos Estados Unidos com bolsas da ONG Kenedy. Desses, um deles era o pai de Obama, que por lá ficou, e o filho virou Presidente dos Estados Unidos. O outro era Wangar Maahai, que na época tinha apenas 20 anos e retornou para a África, sendo hoje prêmio Nobel. Aliás, ela lançou recentemente

te aqui na Inglaterra o livro *O Desafio da África: nova visão* pela editora William Heinemann.

Por falar em África, nesse final de semana assisti um concerto gratuito na igreja de Saint Peter aqui em Nottingham, muito bom mesmo. Como parte da campanha, para salvar o órgão da igreja que está com problemas, eles estão organizando esses concertos e muitas outras atividades. O jovem maestro russo se não me engano, Peter Sueperman, conduziu uma bela apresentação e, no intervalo, uns vinhos dentro da igreja, como numa casa de espetáculo. Pois nessa igreja atua um grupo de voluntários – isso é muito comum aqui na Inglaterra! – que apoiam e organizam a comercialização de produtos agrícolas da África do Sul. Mesmo com o fim do *apartheid* em 1994, 84% das terras de lá ficam em mão de fazendeiros brancos, o que demanda um grande esforço para que a população negra possa sobreviver da terra. A ONG, com isso, contribui para a comercialização dos produtos produzidos nas poucas terras comandadas por negros e, com isso, fortalece o movimento pela democracia racial lá e em todos os cantos planeta.

Publicado no *blog* em 12 de julho de 2009.

## REVOLUÇÃO DA CULTURA DIGITAL

---

Os religiosos mais conservadores podem ficar meio desesperados, mas muita coisa está mudando por conta do digital, inclusive nas igrejas. Na Inglaterra, a tradicional Catedral de Saint Paul, contratou nada mais nada menos do que um dos pais da chamada vídeo arte, Bill Viola, para produzir uma série de vídeos com o tema “Maria e os mártires”. Esses vídeos serão apresentados em enormes tvs de plasma em duas proeminentes posições ao lado do famoso altar principal, para ser visto desde a entrada de cada uma das alas. Seguramente, esse deve ser um investimento altíssimo, mas a apropriação dessas tecnologias, com o barateamento dos equipamentos digitais, tem possibilitado um outro movimento muito mais importante. E isso não é de hoje.

Quando em 2003, a espaçonave Columbia explodiu ao retornar do espaço, a NASA pode melhor analisar o fato, por conta dos mais de 12 mil vídeos e imagens coletados de amadores. O Observatório Nacional Virtual, financiado pelo governo americano, coleta e pública, de forma aberta, imagens de astrônomos amadores de todo o mundo, de forma a se constituir em um enorme painel do universo, possibilitando pesquisadores, professores e amadores adentrarem no universo dos astros diretamente de seus computadores pessoais.

A arte digital, a pesquisa em rede, a publicação *on-line* de textos e resultados de pesquisas acadêmicas, a apropriação da rede por produtores de músicas e vídeos, são exemplos de um movimento mundial em torno da liberdade de circulação dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

No campo científico, tem crescido, felizmente de forma vertiginosa, a publicação de revistas acadêmicas no modelo de publicação aberta, com acesso livre para todos, diferente do sistema atual, através do qual editoras cobram fortunas para que o autor possa publicar seus resultados (na maioria das vezes financiados com dinheiro público!) e cobram também outra fortuna para que o leitor possa ter acesso aos artigos.

Na Bahia, ainda andamos muito devagar, mas estamos caminhando. A título de exemplo, na UFBA temos nove revistas com a política de acesso aberto e mais sete estão em implantação. Tenho insistido, lamentavelmente sem muito sucesso, que o governo do Estado promova uma ação mais enérgica e estratégica nessa área. Só falando em termos de campi de universidades públicas, temos ao redor de 30 espalhados pelo interior da Bahia e capital. Imaginem se articulássemos todas as suas bibliotecas, junto com as municipais e estaduais, integrando acervos, sistemas de empréstimos e trocas, revistas *on-line*, sistemas informatizados compatíveis uns com os outros, tudo livre e acessível para todo cidadão em seu próprio município? Não tenho dúvida, seria uma verdadeira revolução em nosso Estado. Uma revolução através da cultura digital, que já tem na política de Pontos de Cultura um forte aliado. Neles, esta se formando uma geração que será capaz de atuar de forma livre na busca de soluções criativas (e espero que também livres!) para os grandes desafios que temos pela frente. Essa turma, em torno dessa bem sucedida política pública do Ministério da Cultura (MinC), promove a chamada inclusão digital, produz vídeos, sons, rádios web, parafernália eletrônicas e digitais que ampliam a cidadania. Promovem a produção de música, como as ONGs Eletrocoperativa e o Pragnotecno, que já se articulam com todo o Norte e Nordeste brasileiro.

Movimentos como esses estão acontecendo em todos os cantos do planeta.

Um outro exemplo de apropriação da cultura digital vem mexendo com o cotidiano dos índios bolivianos. Lá, com apoio do governo do presidente-índio Evo Morales, eles estão ocupando a televisão, transformando a música, resgatando suas culturas e, aí o importante, remixando tudo. Na televisão pública, as comunidades indígenas estão tendo mais espaço e, desse modo, resgatam a sua língua. Na música, dialogam com outros tipos e se apropriam das redes sociais. No facebook (equivalente ao Orkut), Abraham Bojórquez, líder do grupo hip-hop Ukamau y Ke, divulga o seu trabalho, estabelecendo novas conexões. Em recente matéria de página inteira no jornal inglês *The Guardian*, ele afirmou que o “hip-hop é um gênero revolucionário, então, porque não adaptá-lo para dizermos o que queremos? Os povos arborígenas sobreviveram a anos de opressão e tortura. Estamos recuperando nossa identidade com o hip-hop. E o povo nos ouve!”.

Será que, escrevendo aqui, alguém nos ouvirá? Quem sabe?

Postado no *blog* em 06 de julho de 2009.

## IRECÊ É (SOFTWARE) LIVRE?

---

Ao longo dos últimos anos, a Faculdade de Educação da UFBA tem desenvolvido um trabalho em parceria com o Município de Irecê, o qual avança por três gestões do executivo municipal. Pesquisas em todo o mundo apontam como elemento fundamental ao desenvolvimento de projetos duradouros e consistentes, a sua continuidade ao longo do tempo, independentemente das mudanças políticas locais. Entretanto, na prática, com a chegada dos novos dirigentes eleitos, alterações quase que radicais são introduzidas em políticas bem sucedidas que estavam em andamento no país, no estado ou no município.

Tomemos o caso de Irecê. Como resultado dessas ações integradas da UFBA e Município, foi implantado um projeto de formação dos professores da rede municipal, já com 140 professores licenciados, articulado com uma política de inclusão digital que inclui os Tabuleiros Digitais, no início apoiados pela Petrobras (infelizmente, posteriormente cortado!) e um Ponto de Cultura, apoiado pelo MinC, entre outras ações. Esses projetos são os responsáveis pela implantação de uma verdadeira incubadora de ideias no campo da cultura digital, com uma Rádio Web em software livre, constituindo o “Ciberparque Anísio Teixeira”, homenagem ao grande educador baiano que, com certeza, adoraria ver a menina usando de forma plena as tecnologias digitais, como o fazem em Irecê. No início desse projeto, 50 jovens receberam uma bolsa de estudo (Ministérios do Trabalho e Cultura), para atuarem no Ponto de Cultura com software livre. O resultado foi que desses 50, 49 foram imediatamente empregados logo depois dos cinco meses de bolsa. Um grupo dali egresso criou uma pequena empresa de suporte a software livre no município, a qual, provavelmente, foi a primeira empresa do gênero no interior do Estado. Esse grupo articulou-se com a Câmara dos Vereadores e lá implantou uma rádio web, com software livre, o que possibilitava a todos os cidadãos acompanharem as sessões da Câmara Municipal de qualquer lugar onde houvesse internet. Além das

transmissões ao vivo, ficavam disponíveis o áudio das sessões anteriores, de forma que a comunidade pudesse acompanhar a atuação dos vereadores e o que se discutia naquele egrégio palácio a qualquer momento.

São pequenas ações como essas que fazem uma enorme diferença quando se pensa em democracia.

Porém, lamentavelmente, essa breve e rica experiência, que articulava transparência, criatividade, emprego para a juventude e, muito importante, software livre, ao invés de ter sido exemplo a ser adotado por outras casas legislativas país a fora, foi ceifada. A nova administração da Câmara Municipal de Irecê simplesmente tirou da rede a sua rádio web. Triste Bahia!

*Artigo publicado no jornal A Tarde em 28 de junho de 2009.*

## FATOR “UAAUU” NA EDUCAÇÃO

---

A crise da educação é tema constante em todos os países. Todos reclamam dos baixos índices de aprovação, da violência nas escolas, dos sistemas de avaliação que não dão conta dos desafios contemporâneos, da universidade que não prepara para o mundo profissional tampouco para a vida. Mas essa é uma crise anunciada, uma vez que pesquisas realizadas há muito já a vislumbravam.

Na Inglaterra, a situação é dramática neste final de ano letivo (o verão começa agora em junho). Os dados apontam uma crise sem precedentes no que diz respeito à empregabilidade dos alunos que agora estão se formando. Recente pesquisa realizada pela *Chartered Institute of Personnel and Development* anunciou que 50% dos empregadores entrevistados não estão pensando em contratar recém-graduados. Em função da gravidade da situação, o professor David Blachflower, até recentemente membro do comitê monetário do Banco da Inglaterra, alertou o governo para o que considera o maior desafio atual do país, o desemprego da juventude.

No âmbito do ensino básico inglês, o que aqui e acolá se vê são projetos e políticas públicas que buscam – sem sucesso, com os números indicam – transformar a educação e criar algum tipo de motivação (não gosto dessa palavra, mas ela costumeiramente é usada nesse contexto) para que a juventude permaneça na escola.

Foi proposta recentemente a redução do número de áreas de aprendizagem de 13 – as áreas mais tradicionais, tais como ciências, biologia, história, etc. – para seis áreas de maior abrangência. O interessante dessa proposta é a introdução, de forma explícita, do uso das tecnologias de comunicação, a exemplo dos blogs, twitter, Orkut e todos os demais elementos da chamada mídia contemporânea. A proposta, a ser implementada até 2011, propõe áreas de aprendizagem mais amplas, tais como compreensão do Inglês, comunicação e

linguagens, compreensão científica e tecnológica, compreensão do humano, social e ambiental, entre outras. A confusão já está estabelecida, com reclamações de todos os lados, pois, como já estamos lamentavelmente acostumados na educação, tal proposta foi pouco discutida, segundo os sindicatos docentes. A própria mídia, que tem tratado muito da educação, termina polarizando o debate entre, por exemplo, se é importante ensinar twitter ou Segunda Guerra Mundial e, claro, isso tem um grande efeito sobre os pais e a população. Evidentemente esse não é o ponto central e, como de costume, uma cortina de fumaça cai sobre a importância de discussões mais profundas sobre a educação.

Por outro lado, a proposta inglesa se reporta à necessidade de um “currículo criativo”, o que para mim é uma redundância, uma vez que tanto currículo como escola têm na criatividade e na criação seus elementos mais fundamentais. Chegam a cogitar de inserir um “fator uauuu” (*wow factor*) no currículo, como elemento de impacto nas escolas, para “prender” a atenção das crianças e jovens. Também essa é uma antiga discussão, pois não estamos aqui a falar de espetáculos, onde os estudantes precisam ser “motivados” e o professor tem que ser um ator – de preferência cômico, como em muitos dos nossos cursinhos de vestibular – para que os alunos possam “apreender” os assuntos.

Educação é muito mais do que isso. Educação é diálogo permanente e aqui, quando falamos em diálogo, tratamos deste em pelo menos dois níveis. Um no âmbito das escolas e outro no âmbito das famílias. Nestas, essa prática, que deveria ser constante, em muitos casos praticamente deixou de existir, seja pelo enfraquecimento da família enquanto espaço de diálogo, seja pela própria inexistência desta. Um intenso e permanente diálogo é conversa que flui, é um verdadeiro jogo de ir e vir, de ouvir e falar, de ceder e conceder. Mas é também o exercício da autoridade – não do autoritarismo – nos momentos necessários.

Um outro diálogo é aquele entre o conhecimento que cada um traz de sua realidade e experiência de vida com a Ciência e a Cultura, estas com “c” maiúsculo mesmo. Mas não como uma imposição destas sobre as demais ciências, saberes, conhecimentos e culturas, aqui todas em minúsculo e no plural. A busca por essa convivência permanente entre diferenças, conhecimentos e saberes constitui-se no movimento central para a preparação dos jovens para

o mundo. E quando falamos em mundo estamos nos referindo, também, ao mundo do trabalho, mas não só a este. Falamos de um mundo que ainda nem sabemos como vai se configurar no futuro.

Aqui, temos que retomar a minha preferida questão: o fortalecimento do fundamental papel dos professores nas escolas, este sim, seguramente, o verdadeiro “fator uaaau”.

Publicado no *Terra Magazine* em 11 de junho de 2009.

## ATIVISMO PARA UM MUNDO MELHOR

---

Na próxima semana, começa em Londres, o encontro das 20 maiores potências do mundo, conhecido como G20. A crise financeira global, que tem provocado uma onda de desemprego sem precedentes em todo o mundo, será, seguramente, o centro das discussões, mas não só. Outros temas terminam entrando na pauta do encontro oficial também por conta da intensa mobilização que já se faz ver pela internet e pelas ruas. Os ativistas ligados a diversos grupos que atuam em todo o planeta em defesa do ambiente, contra o apoio em bônus aos bancos quebrados, em campanha pelo desarmamento nuclear, pelo fim da guerra, em defesa de uma alimentação mais sadia e de menos velocidade na vida contemporânea, entre tantos outros, já estão mobilizados. Um dos mais conhecidos desses grupos, o anarquista *Class War*, já anuncia em seu site que para se manter aquecido nesses tempos de arrocho de crédito (aqui mal acabou o intenso inverno!), a solução é “queimar um banqueiro”.

Enquanto em uma parte de Londres acontecerá o encontro do G20, no centro financeiro da cidade, vários desses grupos estarão atuando em diversas frentes para chamar a atenção do mundo para a destruição do planeta e clamando por mudança na pauta de discussão do G20. Para essa mobilização, contam principalmente com os celulares, com as mensagens instantâneas, salas de bate papo, enfim, com a internet, com destaque para os blogs e microblogs, em especial o twitter. O fenômeno twitter tem se espalhado pelo mundo e, ao longo dessa semana, o sistema já não dava conta do movimento, tendo “trancado” algumas vezes por excesso de postagens. As comunidades sociais em torno de sites como facebook e mySpace, mais usados aqui do que o Orkut no Brasil, estão repletas de postagens e de grupos organizando os protestos e as marchas para Londres.

Toda essa mobilização, que já vem acontecendo ao longo dos últimos 15 anos, agora mais intensificada pela apropriação das tecnologias digitais,

tem contribuído para pautar a discussão sobre o futuro do planeta para além do universo financeiro. Essas mobilizações tem nos mostrado que a construção de um planeta sustentável demanda uma ação mais enérgica de toda a sociedade, não deixando para poucos – e por isso mesmo poderosos –, as decisões de assuntos que nos afetam diretamente.

Aqui, de novo, retomo, como de costume, o tema da educação: mais do que nunca, articular o conhecimento e a crítica a esses movimentos, é também papel da escola. Para fazer isso, precisa de professores fortalecidos que possibilitem a construção coletiva de uma escola que não se acomoda ao instituído. Essa escola, lamentavelmente, ainda está a ser construída.

Publicado no jornal *A Tarde* de 3 de abril de 2009.

## LÍNGUA CULTA, CAETANO E EDUCAÇÃO

---

Acabou o carnaval. Acabou o verão, na prática. O Brasil e especialmente a Bahia voltam ao normal. Normal? Claro que não. Voltam à vidinha de sempre, alimentada, nesses tempos de crise, pela constante dúvida sobre o futuro. Falar em futuro é sempre falar em educação. Todos, e não só nós os educadores, que já fazemos isso a vida inteira, estabelecem essa referência nesses momentos.

Provocado por Caetano Veloso em um texto, na verdade um *post*, mais na verdade ainda, um petardo-post, que ele publicou, em pleno Carnaval, no seu blog *Obra em Progresso*<sup>69</sup> – já referência de boas conversas –, com um sofisticado diálogo com autores e leitores e suscitando uma deliciosa polêmica sobre a importância da língua culta e da educação, venho nestas linhas concordar com ele sobre a necessidade de uma formação sólida para a juventude.

Em tempos de tantas possibilidades para a escrita, com os blogs, SMS, microblogs, fotoblogs e tantos outros *ogs*, retomar o tema da escola pode parecer anacrônico, mas penso que não o seja. Por uma coincidência – ou não!, como diria Caetano –, em diversas das minhas atuais leituras sobre cibercultura tem aparecido um autor austríaco muito presente na minha formação na década de 80: Ivan Illich. Defensor da “sociedade sem escolas”, Illich escreveu sobre diversas coisas e, meio que antevendo o futuro, já falava em web e em rede. Mas, claro, não era ainda a internet e muito menos essa internet de hoje, que já a escrevemos com o *i* minúsculo, diferente do que ocorria há pouco tempo, quando dávamos a ela uma dimensão própria. O risco de recuperar Illich, justo agora em que a educação anda tão mal em todo o mundo, é vermos crescer a absurda tese da não necessidade das escolas e dos professores, através das iniciativas de formação no ambiente doméstico, com pais e familiares desempenhando o papel dos professores.

---

69 <<http://www.obraemprogresso.com.br>>.

As chamadas tecnologias de informação e comunicação têm trazido incommensuráveis possibilidades de estímulo à produção de vídeos, imagens, sons, textos, pré-textos e muito mais – por cada um individualmente ou nos coletivos, a partir de suas próprias experiências e vivências. Mas isso só não basta. Penso ser necessário o diálogo profundo e intenso com o saber estabelecido, com os avanços das ciências, com o conhecimento das tecnologias desenvolvidas, com as culturas e com os clássicos da literatura universal e nacional, e não só com os nossos autores regionais mais próximos e queridos, e, como insiste Caetano lá no blog, com a chamada língua culta.

Fortalecer a meninada, estimulando a escrita *a la* “blz, to aki lgdo em vc”, é imprescindível. Não podemos desconsiderar essa forma de expressão que, mais do real, é fundamental, pois está associada ao meio tecnológico na qual é utilizada. Estabelecer e promover a produção de filmes e vídeos nas escolas e comunidades é indispensável. Mas tudo isso só se configurará em formação – e aqui temos que falar de boca cheia e em alto e bom som em formação, e não em treinamento! – se tudo se articular de forma intensa com a rica produção cultural histórica da humanidade, ao mesmo tempo com respeito e, principalmente, com aguçada crítica.

Mas, para tanto, é necessário conhecer. Para isso, e não só, a escola é fundamental. Daí, a grande importância dos professores. Estes respeitados e tratados com dignidade, com sólida formação e pagos com decentes salários, como o são os profissionais de algumas outras carreiras, e não como trabalhadores de segunda categoria, somente porque existem em quantidade fenomenal, necessária para dar conta do enorme desafio colocado para a humanidade nos dias de hoje. Professores nobres, como já me referi outras vezes, trazendo de novo Caetano. *Nobreza brau*, disse ele em uma deliciosa música, falando de Neide Candolina, sua professora de português no Central. Negona retada que, certamente, chuto eu aqui, com regras, delicadeza e afeto, fez o tão necessário link entre o instituído (a língua culta) e o movimento alucinado da geração Central, que, entre tantas outras maravilhosas loucuras, deram na Tropicália, no Cinema Novo e nos Caetanos. Quer mais?

Publicado no jornal *A Tarde* em 07 de março de 2009.

## PARABÉNS MR. DARWIN

---

Há exatos 200 anos, nascia na cidade de Shrewsbury, aqui no norte da Inglaterra, o naturalista Charles Darwin. Ele ficou famoso em todo o mundo pelo seu delicado trabalho de investigação, que incluía horas a fio de observações sistemáticas da natureza, em busca de compreender a origem das espécies.

As comemorações dos 200 anos do seu nascimento estão também associadas aos 150 anos da primeira publicação do livro que marcou a chamada teoria da evolução e que foi lançado pela primeira vez, em Londres, em 1859, pela editora John Murray. O nome do livro é enorme: *Sobre a origem das espécies através da seleção natural ou a preservação de raças favorecidas na luta pela vida*. Também foi enorme o seu trabalho e dedicação e, aqui, destaca-se a famosa viagem do *HMS Beagle*, o navio que partiu da Inglaterra e, durante quase cinco anos, rodou o mundo à cata de detalhes mínimos de cada uma das espécies, comparando-as e buscando semelhanças e diferenças entre elas. Essa expedição, que durou de dezembro de 1831 à outubro de 1836, passou pelo Brasil, parando em diversos lugares como a Bahia e Rio de Janeiro.

O extraordinário Museu de História Natural de Londres<sup>70</sup> está, até dia 19 de abril, com uma maravilhosa exposição sobre Darwin, associada a uma série de outras atividades que podem ser acompanhadas pela internet,<sup>71</sup> já que a sua vida e o seu trabalho científico despertam curiosidade em todo o mundo. E isso, ganha outra dimensão principalmente no momento em que a discussão sobre o criacionismo e o design inteligente ressurgem em vários países, com uma certa força. Aqui na Inglaterra, por exemplo, recente pesquisa realizada pela Ipsos Mori, identificou que quase um terço dos professores de ciências do ensino básico consideram importante ensinar o criacionismo nas aulas de

---

70 <<http://www.nhm.ac.uk>>.

71 <<http://www.darwin200.org>>.

ciências, junto com a teoria da evolução e *Big Bang*. Os resultados dessa pesquisa obviamente preocupam, pois fica claro a confusão que se estabeleceu durante a formação desses professores, que terminam misturando suas crenças com ciência. Nos Estados Unidos, também, se tem notícia de um espantoso crescimento na crença no criacionismo, quem sabe recuperando Adão e Eva, e isso, seguramente, tem a ver, lá, cá e no Brasil, com uma formação mais ampla da população.

Por isso o trabalho de Darwin é tão importante e essas comemorações contribuem muito para que esses temas voltem à discussão. Evidente está que precisamos, urgentemente, intensificar e melhorar a formação científica e naturalística – se é que podemos usar essa palavra – da juventude. Essa formação se dá nas escolas, claro. Ali, são fundamentais os professores bem preparados, mas não é só nesse espaço privilegiado de educação – a escola – que se dá a formação científica da juventude. Ela acontece no dia a dia da meninada que, se bem estimulada, sabe criar e deixar fluir os comportamentos mais curiosos e, com isso, investigativos. No Brasil, ainda temos muito pouca produção sobre ciência e tecnologia na televisão e no rádio. Não podemos esquecer que esses meios são concessões públicas a serviço da educação e da cultura e a veiculação de programas de divulgação científica em muito ajudaria a formação desses jovens que, na escola, poderiam aprofundar todos os temas. Esses programas poderiam ser os conhecidos documentários, explicando aspectos relevantes (e os polêmicos) da ciência e da tecnologia, associando-os com o mundo da cultura. Mas, também, poderiam ser outros tipos de programas ou mesmo vinhetas, onde pudéssemos compreender os fenômenos e o funcionamento do universo. Sobre Darwin mesmo, teríamos muito o que fazer. A BBC da Inglaterra, conhecida no mundo todo pela qualidade de sua programação de divulgação científica, veiculou no início desse mês um excelente documentário, *Charles Darwin e a árvore da vida*, apresentado pelo também naturalista e conhecido divulgador científico David Attenborough. Um belo programa, em horário nobre que ajuda a compreender o trabalho e, principalmente, as questões que Darwin se fazia e que lhe levaram a pensar na Origem das Espécies. Veiculado numa única noite e, para os ingleses com acesso à banda larga, o programa ainda fica disponível durante mais uma semana na internet. Pro-

gramas como esses poderiam estar disponíveis para acesso de qualquer lugar do mundo, o tempo todo. Certamente seria um excelente material para aulas e para o público em geral. Logo, logo, um garoto desses faria a tradução e poria legendas, e o conhecimento circularia com muita mais facilidade.

Assim, mais gente conheceria Darwin. Mas gente conheceria suas ideias e suas teorias. E como o programa terminava no Museu de História Natural que já me referi, também, recupero daquela exposição uma informação que não sabia: Darwin queria se casar, mas não sabia se isso iria ou não atrapalhar suas investigações. Solução? Escrever um texto com os “Prós e Contra o casamento”. Estava ele com 29 anos e, para o jovem cientista inglês, “casar ou não casar, eis a questão?”.

Da lista, venceu os prós e ele “acertou” o casamento logo com sua prima Ema. Viveram felizes por muitos anos e tiveram, nada mais, nada menos do que 10 filhos.

Publicado no *Terra Magazine* de 12 de fevereiro de 2009.

## DARWIN, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

---

No dia 12 de fevereiro de 1809, nascia na pequena Shrewsbury o naturalista inglês Charles Darwin, famoso no mundo todo pelo seu delicado trabalho de investigação científica em torno da origem das espécies. Agora em 2009, comemora-se 200 anos do seu nascimento e 150 anos da publicação do livro marco da teoria da evolução, *A Origem das Espécies*.

O Museu de História Natural de Londres está com uma belíssima exposição sobre Darwin, associada a uma série de outras atividades que podem ser acompanhadas pela internet,<sup>72</sup> como também está na internet o trabalho do pesquisador britânico John van Wyhe, responsável pelo belo site *Darwin on-line*.<sup>73</sup>

Hoje você encontra tudo sobre Darwin na rede, mas, na sua época, ele deve ter sofrido por não contar com nada parecido. Para divulgar suas ideias, ao longo dos cinco anos de viagem do Beagle, ele escrevia cartas e mais cartas, dando conta de suas pesquisas. Para enviá-las, aproveitava-se dos navios que cruzavam os mares da época. Tais cartas – muitas delas expostas na exposição de Londres – foram construindo a memória dessa histórica viagem, e, o mais importante, possibilitaram ao mundo acompanhar seu trabalho científico, ao tempo em que lhe davam força política para a obtenção de mais recursos para suas pesquisas.

A ciência é feita assim, por gente de carne e osso, que trabalha duro como os demais trabalhadores, e que necessita de apoio e financiamento. Não é compreensível, portanto, que o Congresso Nacional recentemente tenha feito um corte de R\$ 1,1 bilhão, representando 18% no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para 2009.

---

72 <<http://www.darwin200.org>>.

73 <<http://darwin-online.org.uk>>.

Lamentável! Nossas universidades e centros de pesquisas precisam de condições concretas para pesquisar, desenvolver tecnologias e, simultaneamente, promover uma ampla difusão do conhecimento científico. Difusão essa que deve acontecer em todos os meios: jornais, revistas, TV, internet, mas também em exposições, museus e no cotidiano das escolas. O trabalho dentro das escolas é absolutamente fundamental e, para tanto, precisamos de professores com sólida formação inicial e em permanente e continuado aperfeiçoamento.

A formação científica da juventude é algo que não pode ser descuidada e demanda ações de todos os setores do governo, e não apenas da educação. Na Bahia, por exemplo, nos perguntamos sempre sobre o que foi feito do Museu de Ciência e Tecnologia, ali na Boca do Rio, construído na época de Roberto Santos, porém, totalmente abandonado ao longo dos governos subsequentes. Por que a ideia de um planetário em Salvador, em relação a qual o governador e o secretário de Ciência e Tecnologia já demonstraram interesse, não decolou? Essas ações mais lúdicas fora da escola contribuem para que nossas crianças possam compreender a natureza, o ambiente, o universo, a cultura, a ciência, e são passos básicos para pensarmos uma Nação com ene maiúsculo.

Mas esse não é apenas um problema brasileiro. Mesmo países com alto investimento em educação como a Suécia, a situação é preocupante. De 1995 para 2007, despencou em 42 pontos a avaliação do conhecimento científico da juventude sueca. Claro que esses testes não são lá muito confiáveis, uma vez que estabelecem padrões de comparação que nem sempre concordamos, mas, não resta dúvida, que dão um puxão de orelha, tanto lá como cá, nos governantes que não investem significativamente em educação, cultura, ciência e tecnologia.

Tais índices são, pelo menos, um alerta, indicando que não podemos descuidar da turma pequena. Ela precisa de boa capacidade de leitura e escrita, associada a um bom conhecimento científico, e isso não acontece de um dia para o outro.

Darwin passou pela Bahia por duas vezes naquela famosa viagem do Beagle. A segunda, exato no mês de fevereiro do ano de 1832. Quem sabe, aproveitando essas datas comemorativas, não tenhamos anúncios alvissareiros da retomada de projetos importantes visando a formação científica da nossa juventude, a

exemplo do Museu de Ciência e Tecnologia, do planetário de Salvador e, também, de novos projetos como o de um Centro de Referência do Sertão, do fortalecimento do observatório Antares, em Feira, e de tantos outros que poderiam ser implantados pela Bahia a dentro.

Publicado no jornal *A Tarde* de 12 de fevereiro de 2009.

## É PROIBIDO PROIBIR...

---

Esse é o título de uma música de Caetano Veloso, apresentada com muito rebuliço no festival da canção da Rede Globo, em setembro de 1968 (grande ano!). A apresentação de Caetano foi incrível, como, aliás, todos aqueles festivais de música, sendo que o da TV Record era o mais badalado e a Globo logo saiu atrás com o tal Festival Internacional da Canção (FIC). Era também o início das transmissões ao vivo pela TV, ainda em preto e branco.

E eu digo não  
E eu digo não ao não  
Eu digo: É!  
Proibido proibir  
É proibido proibir  
É proibido proibir  
É proibido proibir...

Trago isso por conta da matéria sobre proibir ou não proibir acessos a vídeos e outras coisas nos telecentros, publicada recentemente no site Cidades Digitais. Nossa experiência com os Tabuleiros Digitais na UFBA/FACED mostra-nos o quanto essa é uma importante luta que não podemos deixar, simplesmente, que a lógica do mais fácil tome conta de projetos importantes como os que estão em andamento nos telecentros, infocentros ou que nome queiremos dar.

Em recente polemica na nossa Faculdade sobre o tema, insistíamos sobre a necessidade de se colocar em primeiro lugar uma pergunta/questão que, em nossa opinião, deveria balizar toda a discussão sobre o tema. A questão: por que os filhos das classes média e alta podem ter acesso ao universo da internet, na privacidade de seus quartos, com banda larga, suporte via telefone e computadores poderosos para fazer um monte de coisas como baixar músicas, mixá-las,

distribuí-las, jogar videogames *on-line*, conversar com amigos velhos e novos, visitar e interagir com sites às vezes não tão adequados segundo os adultos – que, aliás, um dia já viram as mesmas coisas em gibis escondidos dentro dos livros escolares! –, e, os filhos dos pobres, têm que acessar internet em telecentros para serem treinados (com projetos pedagógicos) em *word* e *excel* (aliás, softwares proprietários que lhes “escravizarão” para o todo e sempre...)?!

Não temos dúvida que esses projetos, e junto com eles, a escola pública de qualidade que ainda estamos longe de encontrar, podem e devem assumir a condição de se constituir num efetivo espaço coletivo de culturas e conhecimentos, oferecendo aos filhos dos pobres aquilo que os filhos dos ricos têm em casa, como aliás já foi dito pelo educador baiano Anísio Teixeira, na década de 50 do século passado em um belo texto que está na Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, agora abrigada na UFBA.<sup>74</sup>

De fato, parece que, se não enfrentarmos essa questão com coragem, vamos ter que repetir Caetano em 68: *vocês não estão entendendo nada, nada...*

Foi assim, a ira de Caetano naquele 68...

Será que vamos ter que continuar a dizer que tem um monte de gente que não está entendendo nada?!

Publicado no *blog* em 22 de janeiro de 2009.

---

74 <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br>>.

## A FORÇA DA JUVENTUDE

---

Daqui da Inglaterra, leio em *A Tarde* um belo projeto de intercâmbio de estudantes, promovido pelo Teatro Vila Velha. Aqui mesmo nesta página, já escrevi algumas vezes sobre a necessidade de promovermos políticas públicas que estimulem os jovens – de qualquer idade, claro! – a passearem mais. Falo diretamente na palavra passear, pois é isso que penso ser fundamental para ajudar na formação dessa meninada. Conhecer novos lugares, novas cidades e seus povos, outras culturas. Mesmo compreendendo que o nosso mundo contemporâneo resolveu partir para a mesmice, onde as coisas que vejo aqui na pequena Nottingham sejam quase todas absolutamente iguais às que vejo aí em Salvador, creio que esses passeios e intercâmbios são fundamentais para a formação dessa gente, inclusive para que possamos, com muita garra, lutar contra esta lógica de tudo virar o igual.

Hoje, andar de ônibus por quase todos os países ocidentais, é passar pelos mesmos pontos de ônibus que temos em Salvador. A mesma empresa, o mesmo modelo, o mesmo estilo, enfim, a mesmice implantada, como uma comida *fast food*, que aí, ou aqui, é sempre a mesma. Achar o diferente, requer garimpar com profundidade.

Os filhos das classes médias e altas têm a oportunidade das viagens promovidas pelas próprias famílias. Conhecem museus, praças, cidades, estradas, ruas, enfim, se não ficarem nos tradicionais roteiros pré-fabricados pela indústria do turismo, podem interagir um pouco mais com as culturas de outros países. Aos filhos das classes populares, resta esperar por políticas públicas que favoreçam essa mobilidade, que possibilitem que esta turma possa conhecer e interagir com outras turmas de outros países.

Projetos como esses do Vila, Axé, Eletrocooperativa, Breje Eró e de tantos outros grupos liderados pelas ONGs, brasileiras e estrangeiras, que investem no país, são exemplos de belas oportunidades para uma juventude que pode não estar vendo muita esperança no futuro que se avizinha. Mas me pergun-

to: porque isso não faz parte das políticas públicas dos governos municipal, estadual e federal? Por que não viabilizar que alunos – e, claro, os professores – possam passar períodos em outras cidades, estados e países, em projetos de intercâmbio de forma mais permanente? Isso, seguramente, também traria para a Bahia, outras gentes, turmas e tribos que, interagindo com a nossa meninada, certamente fariam diferença no mundo de hoje. Um mundo que carece de generosidade, de companheirismo e de solidariedade. Penso que esta força da juventude é única possibilidade de uma radical transformação na mesmice do mundo atual. Porém, tais ideias, nem sempre são bem acolhidas.

Certa vez, numa festa do Bonfim, encontro um amigo querido que gosto muito de ouvir. Assim que nos encontramos, ele me provoca: tenho te lido e tenho minhas dúvidas sobre esse seu encantamento juvenil! Fiquei muito intrigado com o comentário, pois respeito bastante esse meu amigo de longas datas. Com aquilo na cabeça e a cada manifestação desta turma jovem, me perguntava mais uma vez: estou exagerando ou essa meninada está recuperando uma energia sufocada ao longo dos últimos anos e que, agora, volta a se manifestar como uma rebeldia necessária para a vitalidade do mundo?

Recentemente aqui na Inglaterra, uma turma de não mais de 30 jovens, entre 18 e 25 anos, parou um grande aeroporto para protestar contra a expansão da aviação e os perigos do aquecimento global. Dois dias depois, o jornal *The Guardian*, publica matérias de página inteira mostrando a gravidade do momento na voz dos cientistas que estudam o tema: a situação é dramática e sem retorno! Coincidência? Pode ser, mas imaginar que os cientistas que estudam o ambiente se mobilizem para se acorrentarem às grades de um aeroporto pode ser um pouco demais... Mas, para esta turma que está ligada ao que acontece na sua cidade e no mundo, esse ativismo – que os adultos de hoje também faziam na sua esquecida juventude, principalmente os que estão agora no poder – é parte do seu jeito de ser.

Para essa juventude que não se acomoda aos bancos escolares, estas ações radicais podem ser a única saída e, quem sabe, esta não seja a única saída para todos nós.

Publicado no jornal *A Tarde* em 26 de dezembro de 2008.

## CRISE NA FACED E NOS TABULEIROS DIGITAIS

---

Olá Faculdade de Educação (Faced).

Bom dia/boa tarde/boa noite

Sabem os que me conhecem um pouco que não sou dado a polêmicas pela lista nem a longos e-mails... No entanto, não resisto e vou comentar a mensagem do prof. Pedro sobre os nosso Tabuleiros Digitais.

Caras e caros da Faced, nossa motivação para o projeto dos Tabuleiros Digitais (fruto de nossas pesquisas, atividades de ensino e de extensão) foi dar acesso aos que não tem acesso as redes digitais de informação e comunicação. Justo por isso, o projeto ganhou prêmios e foi, inclusive, o indicado pela Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB mês passado), para concorrer ao Prêmio Péter Murányi 2009. Mas isso não é o fundamental, pois seria tratar o tema a partir da lógica meritocrática, que tanto condeno. [mas, claro, não custa lembrar para os desavisados, não é?!].

O fundamental é que, aqui, dentro da comunidade de educadores, os Tabuleiros incomodam. Incomodam e muito. E, creiam, isso nos deixa eufóricos. Quem sabe se, com esse incomodo, nossos futuros professores possam ver o mundo com outros olhos. Abertos, de preferência! Quem sabe, se com essa turbulência que eles causam, não possamos pensar em escolas, currículos, prédios escolares (vou escrever mais sobre isso em breve!) e professores mais atentados com a contemporaneidade. Ou ainda, será que ainda pensamos que é na normalidade que se cria e se produz conhecimentos e inovação?

Ledo engano, minhas caras e meus caros... Ledo engano.

Não resisto lembrar de uma aula de Polêmicas Contemporâneas (que também já deu muita polêmica!) sobre homossexualidade, na qual umas três alunas foram embora indignadas com a discussão e...chamaram os maridos!

Caro professor: por que sua indignação com o ato do menino não teve como pronta resposta o necessário ato de um professor que seria o de educar:

chegar mais, ir lá, dialogar, conversar, mostrar o absurdo que é um garoto ficar vendo páginas pornográficas em um lugar público e, pior, em uma unidade de educação? Qual nada, sua ação foi a de chamar a diretora. A autoridade. Avisar ao reitor, a autoridade! Para que? Para que ordem voltasse a reinar?

Todos nos temos que reprovar e não permitir que esses meninos façam isso aqui, mas, claro, temos também que nos perguntar: que formação sobre sexualidade estamos dando à essa juventude? Que formação ética estamos dando? Esse pai que até aqui veio (deve ter sentado um minutinho no Tabuleiro, não?) devia compreender exatamente o porque do menino estar aqui e não lá na escola. Esse pai deveria ir até a escola, cobrar da escola sem, no entanto, ser responsabilizado pela falência da escola e da educação.

Não, não... as famílias não são as responsáveis por isso, professor. Elas precisam cobrar sim é Políticas Públicas, isso sim! Mas essa é outra conversa, deixa para lá...

O que fico aqui a pensar é por que essa indignação e acesso à Reitoria não foi no sentido de perguntar à administração central por que, até hoje, os Tabuleiros não estão espalhados em toda a UFBA, com o apoio da Petrobras, tão caro ao nosso projeto e mais caro ainda à administração central? Por quê? (Mudem o nome, para não dizer que foi ideia da Faced, não tem problema!) Essa pergunta me faço o tempo todo, pois, saibam todos, fizemos de tudo para que pudéssemos ter mais Tabuleiros, mais acesso, mais produção de conhecimentos, culturas e, por que não professor, muito, muito mais diversão e alegria?!

Uma nota de pé de página: depois dos primeiros apoios (para cá e para Irecê), todas as vezes que enviamos à Petrobras, pedidos para ampliação do projeto na UFBA, tivemos os projetos negados! Fecha nota de pé de página.

A Faced tem responsabilidade com esse projeto. Estamos vendo, no mundo todo, uma luta desenfreada por ampliação das liberdades, e o acesso a essas tecnologias não é algo secundário.

Foram esses meninos e meninas – às vezes fazem esses absurdos (ooh-hh!!!!) – que, direto da Índia, na semana passada, através do twitter postaram informações, fotos e, inclusive, alimentaram a grande imprensa, que dava notícias não verdadeiras sobre a tragédia do Tsunami (acabo de ver que o mesmo está acontecendo com as enchentes no sul do Brasil).

Foram esses meninos e meninas, que não estavam só sendo treinados para usar *word* e *excel* com projetos pedagógicos, que organizaram a “revolta do buzu” ai em Salvador, a “revolta catraca” em Santa Catarina, os movimentos como MST e Chiapas no México...

São esses meninos e meninas que, depois de crescidos – ou muito antes do que isso! – estarão ajudando a construir um mundo justo e solidário. Isso é o que esperamos e, para isso trabalhamos. Trabalhamos duro, professor... Não é fácil compreender a vibração dessa meninada que, por natureza, adora (e tem que!) transgredir para que possam, um dia, serem adultos que consigam perceber que uma juventude que não transgride, não é juventude!

A escola, colegas, desculpem o tom professoral (xiii, tô me traindo, hein?!), tem que aprender a tratar com essa juventude como ela é e não idealizada que se comporta como... como... como adulto!

Perdoem-me... já falei demais e esse não é o meu estilo (deve ser o frio e as saudades da Faced!).

Por ultimo, e não menos importante penso eu, uma pequena historia.

Caminhava na Avenida Centenário – relativamente perto da Faculdade – um fim de semana desses de setembro, quando encontrei uma turma de meninos do bairro do Calabar.<sup>75</sup> Ao passar por eles, de pronto, um me pediu: *tio (argh!) dá um trocado aí...* Eu, como de costume, respondi na lata: *que nada cara., colé?!* E continuei o meu caminho. O garoto olhou pra mim e, com um sorriso de orelha a orelha, fez um *tchau, professor! segunda tô lá na Ufba!*

Era um dos meus “amigos” do *Tabuleiro...*

Que bom seria, prof. Pedro, se naquela segunda, você estivesse no corredor e, de braços abertos, recebesse esse menino, desse um sonoro bom dia, explicasse alguma coisa, e, quando necessário, passasse um belo “esporro” (no bom sentido, claro!), sem autoritarismo Iluminista mas, duro, consistente, com a autoridade de um adulto, de um pai e, principalmente, de um professor.

Esse seria um dia muito feliz para mim. Pena que esse dia ainda está distante. Ou, quem sabe não?!

---

75 Bairro popular, vizinho ao Campus da UFBA onde está localizada a FAGED.

Continuaremos o nosso incansável trabalho político e acadêmico para contribuir com a construção de um mundo justo, solidário e feliz, podes crer meu caro!

Um abraço fraterno.

Postagem no blog de um e-mail escrito para a lista da Faculdade de Educação da UFBA, no meio da crise instalada quando um menino foi encontrado por um professor (chamado aqui de *prof. Pedro*) vendo uma página pornográfica. Em 3 de dezembro de 2008.

## PAIDOIS E MÃEDOIS

---

Madrasta e padrasto, seguramente, são palavras que caíram de moda. Bem verdade que voltaram a ser usadas recentemente nas sensacionalistas coberturas da imprensa sobre a morte da menina Isabella, em São Paulo. A palavra madrasta vem do latim e nada mais é do que “mulher casada em relação aos filhos de um anterior matrimônio do marido”, tendo também um sentido figurado bastante forte. É a mulher má, “incapaz de sentimentos afetuosos e amigáveis”, conforme o Houaiss. Povoam o imaginário de todos nós as histórias infantis nas quais a malvada madrasta amedronta as criancinhas.

Por extensão, mesmo o dicionário não definindo o padrasto como o homem mau, ele é assim compreendido ou, pelo menos, não lhe é reservado lugar de muito destaque nas novas famílias que vão se configurando nos tempos atuais.

No entanto, isso está mudando com certa rapidez, pois os casamentos pós-casamentos se sucedem, e filhos de um casal relacionam-se com pais e mães “emprestados” e, em muitos casos, com grande proximidade e muito carinho.

Lembro-me de duas ou três situações que marcaram a minha vida de “pai” de outros “filhos”. Certa vez, num supermercado, estava com meu “filho emprestado” de quatro anos de idade. Com a liberdade e autonomia que ele sempre recebeu e aprendeu a ter, rodava aquele pequeno garoto de um lado para o outro enquanto eu escolhia alguns produtos. Com ele estava tudo combinado: na saída, daria o meu tradicional assobio para nos encontrarmos a caminho do caixa. Eis que um fiscal avista o menino sozinho e, de pronto, questiona: “Cadê sua mãe?!” Silêncio... “E seu pai?!” complementa rápido. Instala-se um certo pânico e, o que era um mero passeio de curiosidade e investigação pelos corredores do mercado, vira um espécie de terror. Já com o tom mais elevado, o fiscal saca sua última questão: “Então, você está aqui com quem?!”. Pânico generalizado...

Claro que ele sabia com quem estava, mas faltava-lhe a palavra. Resultado: desabou no choro, que foi o suficiente para que eu, atento à distância aos seus

movimentos, pudesse soltar o nosso código-assobio, dando-lhe uma tranquilidade que lhe permitiu correr para a segurança dos braços do... do “seu pai”.

De outra vez, uma amiga estava com a filha do seu marido à época quando encontrou um amigo que não via há muito tempo. “Oi, é sua filha?!”, ao que ela respondeu precisamente: “Não, é a filha de meu marido”. Ao chegar em casa, a menina desabou no choro e depois explicou que ficara triste porque queria ser tratada como filha de fato ou, pelo menos, como algo mais próximo do que uma mera “filha do meu marido”, o que, seguramente não representava a intimidade que já existia entre aquela duplinha.

Por último, meu “filho” de nove anos, que conheci aos dois, não tendo como explicar o fato de ter um pai super presente e um “outro”, eu o atual marido da mãe, aos quatro anos assim se expressou sobre a situação: “Mãe, já sei. Eu tenho dois pais, o meu pai verdadeiro, e um *pai falsinho*”.

Esses são pequenos exemplos que demonstram a carência de novas palavras para representar essas relações que estão se estabelecendo com as novas configurações familiares, e que, também aos professores, têm dado um certo trabalho nas escolas quando dos importantes exercícios propostos à meninada de identificação dos relacionamentos e redes familiares. Esses segundos pais e segundas mães, que, óbvio, não substituem os primeiros, mas que em muitos casos interagem fortemente com aqueles, precisam de uma denominação mais realista, que lhes dê mais conforto, tanto para eles próprios, como para as crianças. Quem sabe podemos chamar de *paidois* e *mãedois*? Não, muito feio!! *Pai falsinho* também é estranho. Mãe emprestada, chega mais perto, mas ainda não diz tudo.

Sem dúvida, em breve, essa turma nova vai dar um jeito de nos ajudar a denominar melhor esses/nós adultos quando, em novos casamentos, precisam assumir um importante papel de companheiros dessa gente miúda para quem quanto mais afeto houver, melhor, seja do primeiro, segundo, terceiro ou enésimo “pai” ou “mãe”.

Quem sabe assim tenhamos, num futuro próximo, adultos mais generosos e solidários do que os dos dias de hoje.

Publicado no jornal *A Tarde* em 15 de agosto de 2008.

## EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA

---

Três palavras que podem parecer muito distantes, mas que se articulam de forma intensa, principalmente se pensamos a partir da primeira: a educação.

A cultura e a educação já andaram muito mais próximas, sendo tratados, inclusive, por um único ministério que, no começo mesmo, ainda tinha a saúde acoplada. Na década de 30 do século passado, o governo brasileiro possuía um Ministério que cuidava da Educação, Cultura e Saúde Pública. Com a comunicação, a educação não anda muito próxima, não. Infelizmente, pois vários teóricos já trataram dessa aproximação e, creio, merecer um bom destaque o educador Paulo Freire com o seu famoso livro *Extensión y Comunicación*, publicado em 1969 pelo Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária, no Chile. Paulo Freire insistia que o ato de educar é um ato de comunicação. Aprendi com ele desde menino quando, ainda no Colégio Antônio Vieira, saía, com meus 15 ou 16 anos, para dar aulas de alfabetização de adultos lá no, para nós, longínquo bairro de Cosme de Farias. O método que utilizávamos? O de Paulo Freire, claro.

Foi um pouco, a partir dessas experiências, que envolviam desde cedo a educação, a cultura e a comunicação que foi me fazendo pensar – e principalmente ensinar meus alunos – de importância do professor como um ativista comunicador. Ao longo de todos os cursos e atividades que desenvolvia, defendia e ensinava aos meus alunos sobre a necessidade de atuarem de forma mais intensa na relação com os meios de comunicação. Imaginava – e continuo imaginando, hoje mais ainda! – que um professor deve ser, antes de tudo, uma liderança comunitária e intelectual. Diversos outros profissionais, de todas as áreas, deveriam intensificar o seu relacionamento com os meios de comunicação. As colunas de Opiniões dos jornais, como aqui em *A Tarde*, deveriam ser ampliadas para dar espaço a mais gente que, assim, escreveriam mais e nós, leitores, teríamos uma visão plural de nossa sociedade.

Claro que hoje temos os famosos blogues, que possibilitam a emergência de escritores de todos os matizes. Esses blogues passaram a ocupar a internet e dela, em alguns casos, viraram inclusive livro. Já foi o meu caso com *Smog – crônicas de viagens*,<sup>76</sup> que foi produzida a partir de minha experiência de viajantes pelo mundo afora, escrito no tempo que internet se escrevia com o I maiúsculo, como se fosse um substantivo próprio. Com o passar do tempo, assim como telefone e televisão, por exemplo, já não fazia sentido, em minha opinião, dar esse destaque à internet. Com maiúsculo ou minúsculo o fato é que as redes chegaram. Circulam informações, internet e interatividade são palavras que estão no nosso cotidiano neste início de milênio. A ciência e a técnica desenvolvem-se, velozmente, de modo a deixar-nos, muitas vezes, atônitos. Fala-se muito do mundo de comunicação generalizada. Mas, antes de tudo, comunicar-se é ter o desejo de estabelecer o diálogo, de buscar interlocutores. As tecnologias da comunicação, sem dúvida, em muito favorecem àqueles que desejam estabelecer vínculos comunicativos. Mas, muito antes de termos toda parafernália eletrônica, já existiam pessoas e grupos que buscavam meios de estabelecer uma comunicação mais intensa com os outros. Pessoas que achavam importante socializar as informações. A história da ciência está repleta de preciosidades extraídas da troca de correspondências entre importantes pensadores. Cartas iam, cartas vinham e, depois de algum tempo, essa significativa troca de correspondências poderia ser elucidativa para vários dos chamados mistérios das ciências. Com o advento do telefone, parte dessa importante memória foi certamente perdida, pois não se escreviam mais as cartas, e sim conversava-se ao telefone. A história da humanidade ficou sem este registro, correspondendo a cerca de três ou quatro décadas do século XX. Atualmente, com a internet, recuperamos um pouco o hábito de escrever, mas não sabemos se estamos recuperando o hábito de guardar esta importante troca de correspondências eletrônicas.

Pois foi movido por esse desejo e necessidade de comunicação que ao longo dos últimos 20 anos fui publicando alguns textos e outros sendo deixados de lado. Hoje, eles estão re-organizados no livro *Escritos sobre Educação, Co-*

---

76 <<http://www.smog.pretto.info>>.

*municacão e Cultura*, (2008) trazendo minhas reflexões ao longo de todos esses anos nos campos da educação, da comunicacão, da ciência, da cultura e, claro, mais recentemente, no campo das tecnologias da informacão e comunicacão (TIC), em particular da presença da internet em nosso cotidiano, no Brasil e no mundo.

A publicacão destes escritos, agora reunidos e organizados neste livro, tem dois propósitos fundamentais. De um lado, resgatar esta trajetória e com isso, possibilitar ao leitor acompanhar um pouco mais do meu percurso acadêmico. De outro, acompanhar, também, a (in)evoluçã dos temas que continuam a ser os mais fundamentais no mundo contemporâneo; é curioso ver a atualidade dos temas escritos há alguns anos e que, lamentavelmente, se fossem hoje escritos, seriam quase que da mesma forma, com os mesmos enfoques e críticas.

Publicado no jornal *A Tarde*/Caderno Cultural em 10 de maio de 2008.

## LIXO, BARULHO E EDUCAÇÃO

---

Segunda feira, seis e meia da manhã. Rio Vermelho. O sol ilumina a praia com os seus barquinhos que no último dia dois de fevereiro prestaram homenagem à rainha do mar. Estamos na semana de início das aulas na rede pública e a meninada caminha pelos passeios em direção às escolas. A cena é graciosa. No rosto dessa gente miúda transparece a alegria do retorno à escola, ao espaço de convivência com os colegas, às traquinagens e, claro, também às aulas e aos professores. Estes, nos últimos dias, nas reuniões pedagógicas de planejamento, pensavam a melhor forma de conduzir as aulas das diversas matérias, de modo a envolver a meninada em todo o processo educacional. Para tanto, fazem das tripas coração, pois se deparam, na maioria das vezes, com condições de trabalho muito aquém das necessárias e, como de sempre, com salários que não lhes permitem uma dedicação integral à escola e, muitas vezes, nem mesmo à educação. Mesmo assim, esforçam-se para introduzir questões mais amplas, dentre as quais sempre merece destaque o tema da cidadania e do ambiente. Justo nesses campos, encontram os professores uma concorrência quase que desleal, bem no caminho da escola.

Na véspera, a alegria que caracteriza a cultura baiana, ocupara as ruas e praças do Rio Vermelho, com as baianas de acarajé mais famosas enchendo as burras de dinheiro e deixando um rastro de sujeira que deveria envergonhar a qualquer um. Meninas e meninos que passam por esse lindo pedaço da cidade convivem, também, com uma infernal música vinda da suntuosa academia ao lado da praça, onde um instrutor imagina expulsar as gordurinhas dos malhadores matinais aos gritos.

Triste Bahia, que considera “naturais” esses comportamentos displicentes, que vão do som alto da academia ao ato de jogar no chão tampinha de cerveja, restos de vatapá, papel de acarajé e copinhos plásticos, como se os impostos que são pagos para a limpeza da cidade fossem destinados à limpeza da

sujeira deixada por esses empreendimentos comerciais. Estes, em alguns casos com lucros astronômicos, a exemplo das baianas de acarajé mais famosas da cidade, que, agora, possuem até “franquias”, inclusive em posto de gasolina (pasmem, fritar acarajé em posto de gasolina!).

Desviar do lixo deixado, caminhar na direção da escola com o ruído ensurdecedor das músicas das academias e gritos dos instrutores, tudo isso poderia ser tolerável se fossem situações pontuais, mas o fato é que se repetem cotidianamente e marcam de forma indelével cada uma dessas crianças, que amanhã serão os adultos que, num moto perpétuo, estarão com os porta-malas de carros abertos com sons ensurdecedores, jogando, dos ônibus, carros e janelas das casas, os restos do que é produzido pela nossa sociedade – lixo material e cultural.

Nas escolas, nos primeiros dias letivos, professoras esperam os meninos e meninas com alegria, e sabedores de que o seu maior desafio não está somente no trato dos conteúdos das diversas matérias, mas, sim, na formação de uma juventude capaz de compreender que a responsabilidade pela nossa cidade não é só dos políticos e das políticas públicas, cada vez menos atentos a essas coisas, mas de cada um de nós individualmente e de todos coletivamente.

Publicado no jornal *A Tarde* em 9 de março de 2008.

## A ESCOLA DO ASFALTO

---

“O que faz um trabalho sobre um protesto de jovens estudantes no contexto de um curso de Pedagogia?”. Essa é a pergunta que abre a monografia de Genielli França da Silva, trabalho final do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), orientada pela professora Iracy Picanço, futura vice-diretora da Faculdade de Educação da UFBA (FACED).

Questionamento importante e que vai balizar todo o texto da jovem pedagoga, ao se debruçar sobre a chamada “Revolta do Buzu”, movimento dos estudantes secundaristas de Salvador contra o aumento das tarifas de ônibus, ocorrido entre agosto e setembro de 2003, e que, literalmente, parou a cidade, assim como aconteceu, depois, em Florianópolis e em outras cidades do Brasil. Para os que não lembram, durante esse período a meninada soteropolitana tomou as ruas em protesto, com palavras de ordem e estratégias de ativismo juvenil fortemente articuladas pelo uso intenso de tecnologias de informação e comunicação, como a internet, telefones celulares, msn, pagers, tudo isso a construir uma eficiente rede de mobilização.

Tenho defendido veementemente a presença de monografias finais nos cursos de graduação, e, para a formação de professores, considero essa etapa absolutamente imprescindível, uma vez que coloca o futuro professor frente à frente com a necessidade de uma produção intelectual mais consistente, e que deverá pautar o seu cotidiano profissional. Nesse sentido, Genielli, além da boa escrita e análise, toca num importante ponto para nossa reflexão: a educação é um fenômeno que tem na escola um espaço fundamental, mas não está a este limitada, em absoluto. As ruas, as ações sociais, as famílias, a vida cotidiana e, principalmente, a luta política, possuem uma dimensão formativa básica dos jovens no mundo contemporâneo, o que difere diametralmente da mera preocupação com a preparação e acomodação ao mercado, que apenas

busca um jovem-trabalhador conformado, com atuação eficiente e produtiva, e nada mais.

É muito rico, para nós, de uma Faculdade de Educação, poder ler uma profunda análise, feita por uma de nossas alunas, de um movimento juvenil da importância da “Revolta do Buzu”. Tudo isso ganha maior dimensão no momento atual, no qual a sociedade brasileira presenciou a recente invasão da Reitoria da UFBA pela polícia, com apoio do próprio reitor, e que resultou em estudantes presos, algemados com as mãos pelas costas, justamente porque lutam, junto com muitos professores, por uma universidade pública de qualidade, contra projetos de universidade que, em nome da produtividade e da escolha precoce das profissões, modificam, por exemplo, a quantidade de alunos que serão atendidos por cada professor, o que certamente dificultará o acompanhamento atento das produções dos alunos ao longo do curso e dos trabalhos de conclusão, como esse a que me refiro aqui.

Voltando ao texto da monografia *A revolta do Buzu: a escola do asfalto*, a ação da meninada de 15 ou 16 anos, que tomou as ruas, é identificada com “atos de solidariedade” o que, segundo a autora, é surpreendente nos dias de hoje, porque a ação solidária, tão presente nos discursos das escolas como sendo uma das “habilidades para a formação da cidadania, aparece justamente na fala de um jovem de 16 anos, de uma geração rotulada por muitos como individualista e consumista em sua essência”.

Se não tivermos a capacidade de compreender essa juventude, que nos desafia e nos ensina cotidianamente pelos seus atos – que, às vezes, nos tiram do sério, é bem verdade –, não teremos condições, enquanto adultos, de com eles dialogar e com nossa experiência acumulada e, quiçá, sabedoria, estabelecer uma rede de relações e trocas.

Urge, portanto, serem enaltecidas as diferenças, para que prevaleça a solidariedade, a camaradagem e o fortalecimento da democracia, sempre baseada no respeito às posições das minorias. Daí porque a escola, seja a do asfalto ou a edificada em torno de universidades ou escolas básicas, tem que saber lidar com os valores da juventude. Nas palavras de Genielli, “a educação acontece de diversas formas e em toda a parte”, e isso nos permite perceber que os estudantes que saíram às ruas em 2003, assim como os que, hoje, manifestam-se

na UFBA e em diversas outras universidades públicas contra o REUNI, “muito aprenderam e, também, muito ensinaram”.

Publicado no *Terra Magazine* de 9 de março de 2008.

## UFBA:

---

### O DESAFIO DO DIÁLOGO

A sociedade baiana acompanha a grave crise institucional da história recente da UFBA, fruto da ação da Reitoria no sentido de tentar impor a sua vontade na implementação da política do governo federal para reestruturação das universidades públicas (Reuni).

Numa intensa ação midiática, ao longo do último ano, o reitor da UFBA vem apresentando o polêmico Projeto Universidade Nova, que prevê outro funcionamento da universidade, com mudanças nos cursos de graduação, através dos chamados bacharelados interdisciplinares.

Alguns dos elementos deste projeto acabaram inseridos no decreto do MEC (Reuni) que anuncia recursos para as universidades públicas que se submetam ao chamado “modelo Reuni”. Contudo, diversas unidades e inúmeros docentes apresentaram críticas aos mencionados projeto e decreto. Entre seus opositores, os mais barulhentos, sem dúvida, têm sido os estudantes. Protestando contra as insuficientes políticas de assistência estudantil, contra a citada proposta de reestruturação da universidade e, principalmente, contra os métodos que a administração central da UFBA vem usando para fazer valer as suas posições, os estudantes ocuparam a Reitoria durante mais de 40 dias.

É óbvio que não se trata aqui de apoiar ocupações, pura e simplesmente. No entanto, não se pode simplesmente desqualificar essa forma de protesto. Note-se que, neste processo, o conselho máximo da Universidade não foi chamado para tratar da crise institucional que se instalara, e que foi agravada em 19 de outubro passado, quando fora convocado para reunir-se na Faculdade de Direito, e não na Reitoria recém-ocupada. Nesse dia, os estudantes intensificaram o protesto, conturbando a reunião, e, a despeito disso, o reitor conduziu uma “votação”, literalmente no grito, para aprovar a adesão da UFBA ao Reuni.

Tal evento jamais poderia ser considerado uma reunião do Egrégio Conselho Universitário, do ponto de vista jurídico, tampouco do ponto de vista

ético e político. Enquanto isso, a Reitoria continuava ocupada, e a pauta das reivindicações dos estudantes, obviamente, passou a incluir a anulação do lastimável episódio do dia 19. Porém, acirrando o embate com os alunos, a Reitoria, que até então se limitara a tímidas negociações, pediu reintegração de posse, culminando na ação da Polícia Federal a invadir o Palácio da Reitoria no último dia 15, ironicamente o dia da Proclamação da República.

A lamentável imagem, estampada em *A Tarde*, no dia seguinte, mostrava os nossos estudantes dentro de camburões da polícia, confirmando o que antevíamos: a absoluta incapacidade da liderança institucional para a prática do diálogo.

Igualmente, ou talvez mais lastimável, foi a nota divulgada pela Associação dos reitores das universidades públicas brasileiras (Andifes), considerando as manifestações políticas dos estudantes como tendo “conteúdo fascista e totalitário”. Estranho e deplorável comportamento de adultos/professores, alguns dos quais, na história recente do País, acirraram a luta política com duras ações que contribuíram para a reconquista democrática.

Estar aberto ao diálogo é uma das características mais fundamentais dos profissionais da educação, e quem é de fato professor sabe disso. Lamentável, portanto, que a Reitoria não tenha tido a capacidade de dialogar com os estudantes e que, não atenta aos insistentes pedidos de vários diretores de unidades, tenha se recusado a convocar o Conselho Universitário para mediar a crise.

As manifestações ruidosas da juventude são fundamentais para as transformações da sociedade. Escola e universidade não foram feitas para acomodar, mas sim para provocar o instituído, e constituir-se como embrião do novo. Os estudantes, que, felizmente, têm retomado as suas articulações políticas, na UFBA, vêm dando um exemplo de compromisso com a instituição, em incisiva participação nos conselhos superiores, onde fazem uma defesa intransigente e competente da universidade pública.

Ter a capacidade de escutar os diferentes e, com eles dialogar, é o requisito e desafio maior de um dirigente universitário. Em qualquer época, mas especificamente em momentos de crise, o diálogo precisa ser buscado, à exaustão. Poucas vezes tivemos a polícia dentro da UFBA e em todas elas reagimos com firmeza. Nessa última, no dia da República, a presença da polícia, a respaldar ação da própria Reitoria, envergonhou e maculou a nossa instituição.

Publicado no jornal *A Tarde* de 22 de novembro de 2007.

## DAS PEDAGOGIAS DA ASSIMILAÇÃO ÀS PEDAGOGIAS DA DIFERENÇA

---

Este texto para o site da Fundação Roberto Marinho foi escrito por mim e editado pela jornalista Marleine Cohen, onde eu explico as minhas propostas para a educação.

Em sua pedagogia da diferença, a *e*-ducação ocupa papel central como rede e comunicação, uma aliada fascinante no desafio de formar cidadãos produtores de cultura e de conhecimento.

É fundamental pensar a educação enquanto forte articulação entre os conhecimentos de todas as áreas, culturas e saberes – todos num plural pleno. Isso, de forma a termos como princípio básico a capacidade coletiva de enaltecer diferenças, e podermos contribuir para que prevaleça a solidariedade, a camaradagem e o fortalecimento da democracia, sempre baseada no respeito às minorias. É nesse sentido que a educação, formal ou não-formal, tem de saber lidar com os valores da juventude. Professores e alunos precisam adotar uma permanente postura de rebeldia diante do estabelecido, como maneira de criticar os conhecimentos e saberes instituídos.

Partindo-se destes pressupostos, o passo seguinte é passarmos das atuais pedagogias da assimilação às pedagogias da diferença. No entanto, para essa superação é fundamental levarmos em conta a *e*-ducação, com forte presença das atuais tecnologias digitais, que possibilitam a implementação das redes de saber e de socialização.

### **Cada sujeito como uma rede de diferenças**

O *e* dessa nova *e*-ducação, certamente, é eletrônico. E também é muito mais do que isso: é rede<sup>77</sup> e comunicação, ou o estabelecimento de conexões

---

<sup>77</sup> Rede é um conjunto de nós interconectados, sendo o nó o ponto no qual uma curva se entrecorta. [...]. As redes são estruturas abertas capazes de se expandirem de forma ilimitada,

que respeitem os nós interconectados como elementos fundantes – elementos de valor que considerem a diferença como estruturante, e não como algo que tem de ser trabalhado e transformado no igual.

Não existe, portanto, nessa perspectiva, uma hegemonia universal – ou seja, uma grande narrativa legitimadora. Mas a possibilidade de que seja estabelecida uma rede não linear de diferenças em interação. Nesta, cada estudante, cada professor, cada servidor – enfim, cada sujeito – se liberta do uno como fundante e estabelece-se uma rede de diferenças.

O que acreditamos ser elemento básico para a educação é a quebra da tradicional separação teoria versus prática, conhecimento básico e aplicado, pensamento e ação, trabalho e lazer, entre outros. Desse ponto de vista, pensamos o universo do local relacionado à historicidade do espaço educacional em questão que, em termos de conhecimento, é de natureza não-disciplinar. E também sugerimos outro universo, não local, que é transinstitucional, trans-territorial, caracterizado pelo conhecimento disciplinar e especializado. A aprendizagem seria dada pela interpenetração desses espaços através da intensidade e do sentido.

Ressalta-se, portanto, que a educação não pode ser um espaço de normalidade: tem de ser um espaço de rebeldia, com interações e conexões múltiplas, não devendo estar submetida a padrões e avaliações de qualidade como se fosse uma fábrica, uma indústria ou uma loja de serviços. Ela não pode se pautar pela normalidade que prepara para o presente – se não para o passado! Antes, deve vislumbrar o futuro, um futuro dinâmico que tem de trabalhar com o inesperado.

### **A juventude e seu jeito *alt-tab* de ser**

Usufruir desta forma de pensar pode constituir o elemento de partida para a compreensão maior dos processos de produção de conhecimentos e culturas. Consideramos as tecnologias digitais como estruturantes dessa nova forma de pensar e agir: esta é a forma de ser e de pensar da juventude de hoje, uma juventude que tem um jeito *alt-tab* de ser, que é capaz de processar múltiplos

---

integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de desempenho. (CASTELLS, 1999)

tiplas coisas simultaneamente. E esta diferença tem relação direta com os elementos tecnológicos do mundo contemporâneo.

Por isso, apropriar-se destas tecnologias como meras ferramentas é jogar dinheiro fora. Colocar computador, recursos multimídia e tudo o mais a serviço da mesma educação instituída, de consumo de informações, é um equívoco. Ou usamos as tecnologias com a perspectiva de modificar a forma de ensino e de apreensão – e isso significa, fundamentalmente, entender a interatividade e suas possibilidades como elemento essencial de transformação dessas relações –, ou continuamos formando cidadãos que serão meros consumidores de informações. O que precisamos – e este é ponto central que defendo – é formar cidadãos produtores de culturas e de conhecimentos. Para isso, a tecnologia é fascinante.

Com o software livre, com a possibilidade da rádio-web, da edição em equipamento digital, cada leitor, em qualquer parte do mundo, pode montar uma TV, uma rádio, uma revista, um jornal, um panfleto, gravar discos. É o que precisa acontecer. Para rejeitarmos essa sociedade que quer impor uma visão única de mundo, não temos de reagir à tecnologia, nem negá-la. Temos de reagir produzindo, superando o que está aí, por intermédio de um esforço de autoria que o professor e a escola têm de exercitar.

Texto produzido para o site da Fundação Roberto Marinho, em fevereiro de 2009, com a colaboração da jornalista Marleine Cohen (marleine.cohen@gmail.com), para o *Guia das Metodologias do Canal Futura*.

## A LINGUAGEM DOS JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE: APLAUSOS OU CENSURA?

---

Para Lícia Beltrão, competente na articulação das linguagens contemporâneas, com carinho.

Aplausos, claro... alguma dúvida?

A primeira razão para essa afirmação é simples: não devemos pensar nunca em censura, tanto para este tema como para qualquer outro. Educação é diálogo. É conversa, muita conversa, conversa boa que respeita o interlocutor. Temos que compreender, no caso da linguagem dos jovens, o que ela significa e como foi assim se constituindo, mesmo porque nada disso acontece do nada. Essa geração, nascida no digital, tem outra forma de se relacionar com as tecnologias e com o mundo.

Por outro lado, essa outra (nova?) linguagem está intimamente relacionada com as tecnologias que são desenvolvidas historicamente pela humanidade. Somos parte desse processo de produção e criação dessas e de tantas outras tecnologias e culturas. Claro que as condições sociais e econômicas dos países e dos diversos grupos sociais fazem com que esse envolvimento e apropriação se deem de forma muito diferenciada. Assim, nos apropriamos das tecnologias, ao tempo em que a utilizamos a transformamos, e é justo isso o que a juventude vem fazendo, criando novas linguagens e novas formas de expressão.

Chamamos essa turma de *geração Alt+Tab* (PRETTO, 2008), numa referência às duas teclinhas do teclado que possibilitam que sejam abertas várias telas do computador ao mesmo tempo, possibilitando que diversas coisas possam ser feitas simultaneamente. Assim, num mesmo momento, a menina recebe informações e produz tantas outras, elabora conhecimentos e, principalmente, cria. E eles criam e recriam muito. Inventam e reinventam. Remixam tudo.

Criam nas vestimentas, no uso dos adereços e utensílios pendurados no corpo (RUSKHOFF, 1999), na forma de ouvir e fazer música, na forma de riscar e rabisar as telas, papéis e muros. Em outras palavras, trabalham com diversas linguagens, aquelas já instituídas e as novas que vão nascendo dessa relação com as tecnologias.

O sociólogo argentino Luis Alberto Quevedo acredita que esses meninos “vão criar as linguagens deles [e por isso] temos que admitir que existe uma multiplicidade de linguagens e que a escola deve estar atenta a essas linguagens”. (QUEVEDO, 2008) Ao fazer esse comentário ele se referia ao uso dos telefones celulares, que hoje possibilitam uma comunicação instantânea, formando verdadeiras redes.

Os celulares, mas não só estes, foram criados, apropriados e transformados por diversos mecanismos que têm, potencialmente, favorecido um outro tipo de escrita, assim como os blogues e o twitter. Este, ao condicionar uma escrita de até 140 caracteres, obriga ao uso de uma linguagem mais enxuta. Nos celulares, por sua vez, com os SMS (do inglês *Short Message Service* - serviço de mensagens curtas), os textos precisam ser mais ainda reduzidos, obrigando o uso daquelas abreviações que irritam tanto professores e pais. Sistemas como os wikis – para quem não sabe, espaços na internet onde textos podem ser criados coletivamente – vêm estimulando o crescimento de uma escrita colaborativa, algo que vinha sendo posto de lado nesta sociedade de competição generalizada. O mais conhecido wiki é a enciclopédia *on line* Wikipedia, que já está traduzida em mais de 260 línguas e possui cerca de 3 milhões de verbetes em inglês e quase 500 mil em português, escritos de forma colaborativa, tudo isso, usando o wiki.

Este texto que você está lendo impresso nesta revista, por exemplo, está também disponível num wiki público brasileiro chamado Wikispace, de forma que você pode continuar a (re)escrevê-lo,<sup>78</sup> ampliando a relação autor-leitor, de forma colaborativa.

Para a educação, o fazer colaborativo tem imenso valor e precisa ser resgatado, juntamente com a generosidade, ambos em estreita relação com o que

---

78 <<http://nelsonpretto.wikispaces.com/Revista+Presente>>.

ficou conhecido como “ética hacker”, a ética dessa turma que criou a internet e que está produzindo e fazendo circular informações de forma aberta e livre pelo mundo afora. Os meios para tanto são inúmeros e justo neles temos as recriações linguísticas que, se de um lado merecem todo o nosso aplauso, de outro realmente demandam esforços para a sua compreensão.

A partir do uso dessas tecnologias na escola e da compreensão de que o seu significado não se limita ao seu uso instrumental (PRETTO, 1996, 2008), as linguagens utilizadas estão associadas ao seu suporte, ou seja, à tecnologia específica que se lançou mão (lápiz, papel, tela, gravador, rádio, vídeo, computador) no processo criativo.

Essa relação com a tecnologia na maioria das vezes é um pouco complicada. Num passado recente, que ainda é muito presente, fazíamos crítica ao uso da televisão para educar através de aulas televisionadas, com um professor falando para uma câmera. Esses projetos de educação pela televisão, com esse formato, na verdade o que fazem é destruir a característica fundante do fazer televisivo e os resultados são aqueles programas que, na maioria das vezes, são muito chatos. Pior, são chamados de educativos, para nosso azar!

No que diz respeito às outras tecnologias de que aqui estamos tratando, temos que ter os mesmos procedimentos e cuidados, ou seja, é importante tratar do tema com a juventude, no sentido de fazê-la compreender a natureza de cada um dessas linguagens e dos suportes que são utilizados para produzi-las.

Porém, para aqueles que imaginam que essa discussão se restringe aos jovens, vale resgatar o trabalho de Karin Knorr Cetina e Urs Bruegger (2002), no qual analisam o que chamaram de “microestruturas globais”, a partir da observação das transações interbancárias planetárias, a partir da conversa de dois operadores do mercado de valores mundial. Nas telas dos seus computadores interligados, o tipo de escrita utilizado pode parecer esquisito neste texto, mas lá nada de estranho sinaliza, a não ser o fato de que bilhões e bilhões de dólares circulavam da conversa entre eles, o que, quem sabe, já era o prenúncio da crise financeira atual. Mas a crise não é o nosso tema aqui, apesar de estar mexendo com todos. O que importa agora, é ver a tela com a conversa dos dois operadores, um em Zurique, na Suíça, e outro em Londres, na Inglaterra:

1 FROM GB3 <Name of Bank>INTL LONDON\*  
1301GMT 251196\*/3514  
2 Our terminal: GB2Z Our user: <Name of Spot Dealer>  
3 # TEST BACK LOWER RATES NOW...  
4 #  
5 # INTERRUPT#  
6 CAN I GIVE YOU 15 MIO USDCHF PLS  
7 # SURE 83  
8 GTEATEE TREE GREAT. TKS  
9 # WELCOME...  
10 # BUYING DM SFR HERE... (BRUEGGER ;CETINA;  
2002, p. 943)

Sem delongas, essa conversa, correspondeu à negociação de 15 milhões de dólares. O importante para nos é constatar que a linguagem ali utilizada foi absolutamente adequada para o meio e para os seus fins.

Contudo, os exemplos econômicos às vezes são muito áridos. Outro exemplo de apropriação das tecnologias, mais especificamente da internet, é o dos blogues, também este um fenômeno mundial não apenas para os jovens. Com rigor na ponta da língua ou melhor, do dedo, o escritor português José Saramago mantém o seu blogue (que hoje é o delicioso livro *O Caderno*, da editora Caminho, Portugal), para por na “página infinita da internet suas ideias sobre o mundo.” (SARAMAGO, 2008, p. 19)

Caetano Veloso manteve por um tempo determinado o seu rigorosamente bem escrito blog *Obra em Progresso*, durante o período de criação do seu disco *Zii e Zie*, lançado em abril de 2009 (e o blog fechado, para tristeza de muitos seguidores!). Aliás, é desse blog de Caetano que pego o mote para continuar a discussão aqui proposta. Em um dos seus *posts*, ele publicou um longo texto, que suscitou uma grande polêmica, sobre a importância da língua culta e da educação. (VELOSO, 2009) E é este justo o nosso *X da questão*, pois não tenho dúvida de que necessitamos de uma sólida formação para a juventude, o que somente dar-se-á se, ao mesmo tempo, fortalecermos essas linguagens – in-

clusive recriando-a e estimulando a escrita *a la* “blz, to aki lgdo en vc” – e possibilitarmos um diálogo profundo com a língua culta.

Penso que não podemos desconsiderar essa forma de expressão mais ali-geirada que, mais do que real, é fundamental, pois, como já disse, está associada ao meio tecnológico na qual é utilizada. Mais ainda, isso tudo se articula a outras linguagens que também estão presentes e se intensificam de forma vertiginosa, como a dos vídeos, áudios, a produção multimídia e todas as demais formas de expressão contemporânea.

Assim, podemos falar em formação da juventude – e aqui temos que falar explicitamente em formação e não em treinamento – quando articulamos de forma intensa todas essas linguagens com a rica produção cultural histórica da humanidade.

E para que tudo isso aconteça não há melhor lugar do que a escola. Escola enquanto espaço físico mesmo, espaço do encontro das pessoas, das gentes que se tocam e se encantam umas com as outras. Só que, para tanto, temos que retomar um dos meus temas preferidos: o papel dos professores. Essa escola a que nos referimos necessita de professores qualificados, bem remunerados, com adequadas condições de trabalho e animados para que, também eles inseridos no universo da cibercultura, possam dialogar intensamente com as tecnologias e a juventude.

Professores e estudantes, numa negociação permanente de linguagens e culturas, vão, assim, produzindo mais conhecimentos e mais culturas, relacionando o saber produzido naquele espaço específico com o que fora produzido historicamente. Desse modo, de mera consumidora de informações, a juventude passa à condição de intensa produtora de culturas e conhecimentos.

Tenho usando, de forma recorrente, um delicioso texto do escritor Mário Prata, no seu livro *Minhas Tudos*, que conta o seu envolvimento com a internet e sobre a produção literária dos jovens.

Mário Prata:

Quando eu ouvia um pai ou mãe dizendo “meu filho fica horas na Internet”, todo preocupado, eu também ficava. Até que, por força do meu trabalho, comecei a navegar pela dita suja. E descobri, muito feliz da vida, que nunca

uma geração de jovens brasileiros leu e escreveu tanto na vida. Se ele fica seis horas por dia ali, ou ele está lendo ou escrevendo. E mais: conhecendo pessoas. E amando essas pessoas. Jamais, em tempo algum, o brasileiro escreveu tanto. E se comunicou tanto. E leu tanto. E amou tanto. [...] Essa geração vai dar muitos e muitos ESCRITORES PARA O Brasil. E muita gente vai se apaixonar pelo texto e no texto. Existe coisa melhor para um escritor do que concluir isso? (PRATA, 2001, p. 14-16)

Blz.. opppsss... Beleza, acho que aqui não temos mais nada a dizer. Deixemos que o diálogo se estabeleça.

Publicado na *Revista Presente!* Número 65 de agosto/novembro de 2009.  
Colaborou Ivone Sombra.

## TV DIGITAL:

---

### SITUAÇÃO E PERSPECTIVA

A apresentação de um livro nos possibilita, por um lado, descrever e atender o leitor para os aspectos mais específicos do tema do livro. Por outro, possibilita também falar um pouco mais livremente do autor – no caso da autora Simone Lucena – e, junto com isso, refletir um pouco sobre os nossos caminhos comuns.

Escolhi o segundo caminho. Por inúmeras razões, sendo a principal delas uma razão política: a necessidade do fortalecimento do professor como a principal estratégia com vista às necessárias radicais transformações na educação brasileira. Isso porque, nossa trajetória comum é de sermos, desde sempre, professores, que lutam e labutam pela valorização da nossa profissão e pela busca permanente de qualificação profissional.

Conheci a professora Simone Lucena por volta de 1997 em um dos cursos de especialização sobre “Aplicações Pedagógica dos Computadores”, realizados na Bahia, um na Universidade Católica de Salvador (UCSal) e o outro na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Estes cursos, demandados pelo MEC, buscavam formar profissionais da educação para trabalhar nos recém-criados Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), que estavam sendo implantados em todo o Brasil como parte na nova etapa do Programa de Informatização das Escolas (PROINFO).

Os professores que faziam estes cursos foram pinçados do conjunto de mestres que atuavam na educação básica a partir do interesse que tinham pelo tema tecnologia e, principalmente, computadores. Estávamos nos primeiros momentos da internet, uma internet muito lenta, com dificuldades enormes de conexão e com a necessidade de um razoável domínio da língua inglesa e da linguagem html, se pensássemos na construção de páginas web. Tudo era novidade. As professoras estavam ao mesmo tempo assustadas com tudo e anima-

das com muito mais do que tudo. Foi um rico tempo e Simone fez parte deste quase pioneiro grupo que decidiu, literalmente, pôr a mão na massa e enfrentar o desafio, fazendo. Fazendo e refletindo teoricamente sobre o que se fazia. As temáticas eram as mais variadas e demandavam muita pesquisa. As professoras que aquele curso fizeram, retornariam aos recém-criados NTE (Núcleo de Tecnologia Educacional) para atuarem como multiplicadoras – essa era e ainda é o terrível termo que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) escolheu para denominar estas novas lideranças educacionais e eu sempre me indispus com essa denominação! – dando suporte e, mais do que tudo, sendo verdadeiras catalisadoras de processos formativos junto aos professores que atuavam nas escolas que estavam na área de abrangência dos NTE. Todos os tipos de dificuldades foram encontradas. Não conseguíamos, como propúnhamos nas disciplinas que ministrávamos nesses cursos, manter o nosso vínculo via rede após o término do mesmo por uma razão muito simples: a conectividade era muito, mas muito deficitária. Isso não impediu várias destas professoras a seguirem o seu caminho, de um lado, atuando forte junto aos colegas que estavam ainda engatinhando com o uso dos computadores e, de outro, buscando, cada vez mais, formação profissional. Foi o que ocorreu com Simone que começou a fazer parte da rede que articulamos através do grupo de pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC), no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Em 2002, Simone Lucena parte para uma outra etapa, indo para Florianópolis, para um mestrado com orientação do colega e parceiro professor Lucídio Bianchetti, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nesse momento ela já se aproximando do tema que lhe acompanharia e é o objeto deste livro:<sup>79</sup> a interatividade e as possibilidades da televisão digital. Nasceu a dissertação concluída no ano de 2004 intitulada *Um estudo sobre a interatividade nos ambientes virtuais da internet e a sua relação com a educação: o caso da AllTV*.

Mesmo distante fisicamente não se afastou do nosso grupo de pesquisa e, tão logo retornou à Bahia, entrou no doutorado com o objetivo de contribuir com as discussões que vínhamos fazendo na temática da interatividade e, mais

---

79 Livro Educação e TV Digital: situação e perspectiva, 2012, EDUFAL.

particularmente, acompanhando o movimento do governo brasileiro em torno da implantação de um sistema de televisão digital no país. A polêmica era grande e vivíamos uma expectativa de que o Governo Lula da Silva, que se iniciará em 2003, iria, de fato, promover uma ampla discussão em torno do padrão da televisão digital para o Brasil. Foi criado um consórcio envolvendo universidades, públicas e privadas, empresas e governo e, ao longo de pelo menos dois anos, esses grupos produziram significativas reflexões sobre a temática. Essas pesquisas deram um alento a todos, engenheiros, programadores, pesquisadores, educadores e políticos em geral no sentido de que indicavam a possibilidade de construirmos um sistema brasileiro, ou pelo menos, que a escolha do sistema a ser feito atenderia às reais necessidades da população brasileira e não apenas aos interesses comerciais das grandes redes de televisão. Como bem diz Simone Lucena no livro, isso foi muito importante “pois foi a primeira vez que uma rede nacional foi criada com o objetivo de resolver um problema do país. O que torna evidente a capacidade dos pesquisadores brasileiros em encontrar soluções para os problemas sem que seja preciso buscar modelos externos que não se adéquam à nossa realidade de um país com grande extensão territorial, diferentes identidades e culturas e desigualdade socioeconômico e educacional.” (FERREIRA, 2012, p. 212)

Mas a rede foi desfeita!

O governo, pressionado por todos os lados, tomou a decisão de escolher um dos modelos existentes – que Simone descreve detalhadamente no livro – justo no primeiro semestre de 2006, quando se aproximava uma nova eleição presidencial. O sistema japonês foi o escolhido.

Mesmo assim, as pesquisas continuaram e ainda se obteve alguns avanços no desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Televisão Terrestre (SBTVD), sendo que me parece o mais significativo foi o desenvolvimento do middleware Ginga, um padrão brasileiro para a interatividade, que inclusive já foi adotado pela União Internacional de Telecomunicação (ITU-T) como padrão para as transmissões de IPTV. Ele foi desenvolvido numa parceria da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e ainda está demandando mais esforço em termos políticos e industriais para a sua plena utilização no país.

Como parte das pesquisas sobre a televisão digital brasileira, o consórcio em questão desenvolveu um conjunto de estudos sobre as possibilidades e potencialidades na educação. Como nos conta Simone Lucena, uma destas pesquisas foi realizada pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), que criou o Serviço de Apoio ao Professor em Sala de Aula (SAPSA) com a “finalidade disponibilizar conteúdos multimídia educacionais em aulas presenciais, como forma de melhorar a interação entre professor e alunos.” (FERREIRA, 2012, p. 214)

Ao longo do seu doutorado, que resultou no livro, Simone mergulhou fundo na experiência do CPqD e isto está descrito no seu capítulo cinco. No período em que lá estive, também observei atentamente a experiência da Unicamp com o Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec), coordenado pelo colega Sérgio Amaral que, depois de ter participado da banca final de Simone Lucena em Salvador, e em função das articulações que fizemos neste período, passou a estar mais próximo de nós e, com isso, foi possível que passássemos a ministrar conjuntamente a disciplina *Ética Hacker e Educação*, simultaneamente nos Programas de Pós-graduação em Educação da Unicamp e da UFBA e contribuiu com o nosso evento da *Ética Hacker* o desenvolvimento da ciência e tecnologia, que aconteceu em Salvador durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2010.<sup>80</sup> A disciplina conjunta em duas distintas universidades tem sido uma rica experiência, desde 2010, e um dia ainda vamos escrever um pouco mais.

O livro de Simone Lucena está pronto. Ao longo de suas páginas encontrará reflexões sobre a televisão digital, que puxaram outros temas presentes na educação desde muito, como os laboratórios de informática, até os mais contemporâneos, como os pequenos computadores que estão sendo distribuídos em sua fase piloto pelo governo federal no projeto Um Computador por Aluno (UCA). Esse conjunto de reflexões aponta para a necessidade de se pensar muito fortemente na implantação de uma infraestrutura tecnológica de qualidade e aqui, necessário se faz pensar em um Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) que atenda as demandas das escolas para que se qualifiquem

---

80 <<http://www.eticahacker.faced.ufba.br>>.

para a produção de conhecimentos. Como afirmou Simone Lucena, também na TV Digital, se de fato tivermos todos os canais desimpedidos, viabilizando a interatividade, as escolas poderão concretamente, deixarem de ser consumidoras de informações e com isso, se constituírem em novos nós na rede, fortalecidas e fazendo parte de forma ativista da grande transformação que almejamos para a educação.

Simone se pergunta “que TV digital queremos para a educação?” e busca, ao longo do texto, responder à questão, ao tempo que vai propondo novas possibilidades para o sistema como um todo. Resgata nosso conceito de educações, na perspectiva de um plural pleno, que defendemos ao longo dos últimos anos com as pesquisas em andamento em nosso grupo e que, com muita alegria, Simone Lucena participou e continua a colaborar. Materializa-se, aqui também, os outros ‘nós’ da rede. E nesses outros nós, estaremos todos nós. E você, leitor, será muito bem vindo a esse e a outros tantos nós pois, desta forma, a rede se fortalece e, estando a escola e os professores integrados, também a educação se transforma e se fortalece. Ganha a sociedade, ganhamos todos nós.

Apresentação para o livro *Educação e TV Digital: situação e perspectiva* de Simone Lucena, publicado pela EDUFAL em setembro de 2012.

## A VIDA NO ORKUT:

---

### NARRATIVAS E APRENDIZAGENS NAS REDES SOCIAIS

Era uma segunda feira, a Faculdade de Educação da UFBA estaria fechada por conta da realização do exame vestibular para ingresso na universidade no ano seguinte. Minha aula da disciplina *Polêmicas Contemporâneas* estava programada para às 18 horas, quando já teria terminado o vestibular e, portanto, poderíamos ter acesso à Faculdade para a aula.

Estava em minha sala de um prédio totalmente vazio, conectado no moodle, um dos ambientes da disciplina, esperando algum sinal dos alunos, nesse semestre, a maior parte deles, do Curso de Pedagogia.

Quase cinco da tarde e eu via nos fóruns do moodle umas discussões sobre se teríamos ou não a aula, uma vez que havia uma msg (ooppsss!, perdão, uma mensagem) da administração afirmando que a Faculdade estaria fechada nesse dia. No ambiente coletivo, onde em princípio todos os alunos poderiam e deveriam estar, apenas duas alunas. Uma delas me pergunta no chat: “e aí, profe, vai ter aula hoje?! É que estou aqui com outras colegas da disciplina no Orkut e todos se perguntam a mesma coisa”. De fato, a aula não aconteceu. E isso, aqui pouco importa.

O fato concreto é que o ambiente “educacional” moodle não se constitui no ambiente de interação para essa turma jovem – os nossos estudantes e futuros professores! –, que, em vez disso, estavam todos se comunicando, interagindo e, especialmente, vivendo um outro espaço no mesmo ciberespaço. Ou seja, estavam todos no Orkut que se constituía, naquele e em muitos momentos, no verdadeiro ambiente de vivência e aprendizagem.

No Congresso da Educared,<sup>81</sup> que reuniu mais de dois mil professores em novembro de 2009, na Espanha, em uma das mesas-redondas para discutir o

---

81 <<http://www.educared.org>>.

papel das redes sociais na educação estava presente Zaryn Dentzel, de 26 anos, o fundador do site de relacionamento Tuenti,<sup>82</sup> que, na Espanha, é equivalente ao que o Orkut é no Brasil: ou seja, o lugar onde a meninada está!

Nesse debate, o que pude ver foi o depoimento de uma professora que disse não frequentar o Tuenti – muito popular na Espanha – porque tinha certeza que lá encontraria todos os seus alunos. Por isso, ela preferia usar o facebook e, assim, ficar um pouco mais “protegida” dos estudantes.

De fato, se observarmos quem está no Orkut no Brasil, constatamos que a grande maioria é de jovens, portanto, potencialmente os nossos alunos. Os dados mostram que 56% dos que acessam o site têm até 20 anos de idade, conforme texto publicado pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) a partir de dados do Ibope/NetRatings.

O mesmo texto que abria a página do CENPEC em dezembro de 2009, ao analisar as redes sociais, destacava que “uma criança abre em média 470 páginas por mês, um adolescente vê 1.850 e adultos não passam de 700 (Ibope/NetRatings).”<sup>83</sup>

Os números são significativos: um ano atrás, 17,2 milhões de pessoas acessaram o Orkut nos lares brasileiros, significando sete em cada dez internautas residenciais. Mas esse acesso não se dá somente nas residências. Como pode ser visto no artigo de Maria Helena Bonilla e Joseilda Sampaio no livro *A vida no Orkut...* o Orkut é um dos sites mais acessados em nosso projeto dos *Tabuleiros Digitais*<sup>84</sup> e que, para nossa tristeza, é alvo de muitas críticas dentro da própria comunidade de professores e alunos da Faculdade de Educação da UFBA. Justo esses, que mais precisam compreender o que está acontecendo ali!

Esse é o grande impasse em que nos encontramos e que o livro *A vida no Orkut* discute e aponta alguns caminhos.

Desenvolvemos, historicamente, inúmeras possibilidades com a digitalização das tecnologias, ampliamos as possibilidades comunicacionais e de interação entre as pessoas, mas, lamentavelmente, não conseguimos acompanhar

---

82 <<http://www.tuenti.com>>.

83 Disponível em: <<http://www.cenpec.org.br/noticias/ler/Use-das-redes-sociais-na-escola-enriquece-processo-de-aprendizado>>. Acesso em: 4 dez. 2009.

84 <<http://www.tabuleirosdigitais.org>>.

adequadamente esses movimentos no interior do campo educacional. Com isso, a educação luta permanentemente para afastar, de forma contundente, muitas dessas possibilidades enriquecedoras dos processos, assim como já fez com a televisão, com os celulares e tudo mais que possa “atrapalhar” a acomodada vida de muitas das escolas e de muitas das políticas públicas que buscam sempre os caminhos mais fáceis e, claro, mais rápidos para poderem apresentar resultados ao fim dos quatro anos dos mandatos. A natureza desses desafios – e os capítulos do livro mostram isso – não nos possibilita pensar nessas políticas de curto prazo e de visão curta. Os professores, elementos-chave nesses processos, precisam ser fortalecidos para que possam interagir com essas tecnologias de forma muito mais natural, da mesma forma que as crianças assim já o fazem, pois já nasceram em um mundo conectado.

Esses são alguns dos tantos desafios que temos na educação. Essas são algumas das possibilidades trazidas pelas tecnologias digitais para a educação e este livro, ao articular autores de diversas universidades brasileiras, busca apresentar algumas dessas ricas possibilidades. Cabe a nós, leitores, professores, pais ou simplesmente curiosos da questão, estarmos atentos ao que nos dizem esses pesquisadores. E, quem sabe, através do Orkut e tantos outros recursos disponíveis, poderemos intensificar o diálogo na busca de estabelecer relações mais intensas entre nós mesmos, os adultos, e principalmente, entre nós e essa juventude que, já vivendo um *jeito alt+tab* de ser, relaciona-se com todos esses recursos de forma simultânea e intensa.

Apresentação do livro *A vida no Orkut: narrativas e aprendizagens nas redes sociais*, organizado por Edvaldo S. Couto e Telma B. Rocha, EDUFBA, 2010.

## O PUB MAIS ANTIGO DA INGLATERRA (DO MUNDO?!)

---

O *pint of guinnes* é uma das pedidas mais tradicionais nos pubs ingleses e corresponde a um canecão de um chopp escuro, com gosto muito particular. É som que se ouve com quase tanta frequência como o já famoso *mind the gap*, que azucrina todo turista no metrô de Londres. Mas nada é igual a pedir o tal *pint* (um pouco mais de meio litro!) no *pub* mais antigo da Inglaterra, localizado na cidade do Robin Hood e do sherife da floresta de Sherwood, floresta esta que quase não existe mais.

O *Ye Olde Trip to Jerusalem*<sup>85</sup> foi fundado lá por volta de 1.186, construído no pé do Castelo de Nottingham, na entrada da cidade. Bem localizado e com pitoresca decoração, você adentra no bar pelos labirintos das salas e, baixando a cabeça aqui e ali, chega num balcão de cantinho, onde pode, com todo o gosto e entonação, pedir a sua Guinness ou, melhor ainda, um tipo de cerveja com uma fermentação diferente chamada de *Ale*. Nesse caso, tente a *Olde Trip*, bem fraquinha, mas que servirá para refrescar. Como é o costume por lá, pague logo, pegue sua caneca e sente numa das mesas coletivas das salas internas ou no delicioso jardim externo, que fica no lado e na frente do bar.

Não imagine que vá encontrar os cruzados ou cavaleiros por lá, no entanto, contam as más (ou boas!) línguas que, à tarde, é um bom lugar para encontros, digamos assim, meio secretos. Nada mal!

Coluna Satélite da revista *Muito!*, jornal *A Tarde* de 19 de agosto de 2012.

---

85 <<http://www.triptojerusalem.com>>.

## VIAGENS

---

Começo a ler estes *Cadernos de viagens* em um avião, num voo entre Salvador e São Paulo. Não podia haver lugar mais especial do que este para pensar sobre o que dizer como introdução ao web diário do professor e colega da Universidade Federal da Bahia, André Lemos. Um texto – em letras e imagens – que trata de comunicação, lugares e tecnologias. Comunicação entre lugares, conectando pessoas distantes, através de tecnologias, as mais diversas possíveis, que ligam meios de transporte com meios de comunicação, como já pontuou há um bom tempo atrás Rene Berger, no seu *Il nuovo Golen*, que também li numa viagem de estudo como a descrita nos *cadernos*.

O texto é recheado de constatações e angústias – naturais do nosso tempo, diriam alguns – de um acadêmico que, não perdendo o rigor, passeia – para ser mais coerente, flana – com os lugares, livros, sites, mapas, coisas e gentes. Esse mix, de fato, dá charme especial ao livro, que é uma deliciosa viagem acompanhando o seu percurso durante o seu pós-doutoramento no Canadá. Mas os passeios não se limitam àquele país, muito menos a apenas uma parte dele. Trata-se de uma viagem planetária, com idas e vindas, referências, reflexões, provocações e, muitas imagens.

Uma coisa volta subliminarmente em todo o texto. Trata-se da constatação maior de que não temos mais tempo para nada. Alguns anos atrás, num tempo que ainda não tinha twitter, André questionava em seu *Carnet de notes*:<sup>86</sup> “Por que corremos tanto?”, e ele mesmo completava: “E gostamos!”.

Aqui podemos continuar a conversa. Gostamos ou somos empurrados a nos conformar com essa correria? No nosso cotidiano universitário, pelo que vejo no Brasil e no mundo, e também em muitas outras profissões, estamos quase que impelidos a correr, produzir, estar na frente. E não temos mais tem-

---

86 <<http://andrelemos.info>>.

po para ver. Para contemplar. Para nos deliciarmos com o simples olhar. *Bizoiar*, dar uma *ispiada*, como se diz aqui na Bahia.

Mas André busca dar um tempo nesse tempo e destacar esse seu momento de reflexão, o que, na verdade, deveria ser o trabalho cotidiano dos pesquisadores, que, com tempo, teriam possibilidade de maturar e refletir mais sobre os conhecimentos e as culturas. Não temos mais isso! Vivemos, nas universidades, a alucinada vida do correr para publicar – ou perecer! –, fazendo projetos e mais projetos para concorrer a editais que, se aprovados, nos possibilitarão termos um pouco de recursos para as nossas necessidades básicas profissionais. Depois, os relatórios, as prestações de contas e, os novos projetos. *Eppur se move!*

E nada do tempo para flunar!

As escritas leves, essas, foram sendo deixadas de lado por muitos. Felizmente, não por todos.

André Lemos é um desses que não deixa de rabiscar umas linhas em seu *Carnet de notes* na web, desde um tempo em que mal tinha blog. Hoje, dos seus webescritos, nos oferece esses *Cadernos*, mantendo o estilo diário, com data marcada, anunciada e declarada. Aqui, podemos navegar pelos textos, mapas e fotografias, retrabalhados e re-apresentados em um formato de livro. No trato das imagens, a colaboração precisa de outro colega da UFBA, José Mamede.

Gosto de escrever sobre lugares que não conheço. Ou melhor, não conhecia, pois com as leituras desses originais pude fazer uma bela viagem pelo tempo e pelo espaço.

Dos muitos autores e livros referenciados, não conhecia o escritor argentino Alan Pauls. Fiquei curioso com o fragmento que antecede a bela imagem do *Parc la Fontaine* de Montreal, refletindo sobre a inércia. Inércia que não é só o estar parado, num mesmo lugar. Lamentavelmente poucos sabem disso (*recuerdos* dos meus bons tempos de professor de física!), já que inércia pode significar movimento. Mas este é um movimento constante o que vem a significar que ele, também, não é lá um movimento, digamos assim, tão movimentado. É um movimento calmo, controlado pela velocidade constante do deslocamento e dos acontecimentos. Mas, como não é movido pelos desequilíbrios, é um movimento que, como diz Alan Pauls, “não produz mudanças”.

E são essas mudanças que nos fazem crescer. Foi o recente movimento de pós- doutoramento que gerou o livro de André. Foi nessa linha também o meu, imediatamente depois do dele, só que na Inglaterra, na cidade de Robin Hood, Nottingham. Assim, pensamos nós dois, deve ser o tal período sabático – expressão que vai ser destrinchada lá pelo meio do livro – dos professores universitários. Isso porque não tem coisa melhor do que viajar.

Ih! não tem não!

Pode dizer aí, pense e diga, as coisas melhores que você conhece e faz. Todas elas ficam ainda melhores se você estiver viajando, conhecendo novas gentes e desafiando-se permanentemente. O frio ou o calor, a ópera ou o concerto ao ar livre, o *pub* ou a destilaria, o carro ou o ônibus, tudo, tudo absolutamente tudo, tem o sabor do diferente. Mesmo que hoje, com esse mundo padronizado, dê um trabalho danado para se achar esse diferente. Mas isso é outra história e aqui, nos *Cadernos*, você vai poder ver muitas dessas histórias. Como, aliás, o fez brilhantemente Jim Jarmush no belo filme *Down by law*, onde a presença do estrangeiro mexe com o lugar. Traz nova vida e novos ânimos para aqueles que não se acomodam.

André Lemos tem estudado intensamente as questões da cibercultura, olhando mais atentamente para os temas da mobilidade, dos territórios informacionais, dos controles de fronteiras, redes virais e conexões sem fios. Conexões e redes que tomam conta de todas as páginas e são, na verdade, as bases dos muitos mapas aqui também apresentados. Uma conjugação perfeita entre o texto, os mapas e as imagens. Como ele mesmo diz, “o texto importa, mas não sem as imagens. Estas têm vida própria e não são mero suporte daqueles”.

Desde a saída de Salvador, para Edmonton, no Canadá, um lugar onde, pelas informações que ele nos dá, já foi um parque de dinossauros e hoje é uma dos maiores complexos de redes sem fio do mundo, ele já fazia as anotações que compõem os *Cadernos*. E nessas anotações, podemos contatar que essa conectividade intensificada, também significa maiores controles sobre os nossos movimentos, o que vem acontecendo em todo o mundo e, obvio, preocupa-nos por demais. Controles esses sempre associados à questão que virou mantra: a segurança. Nas ruas, nas casas, na rede, nos sistemas comunicacionais e interativos, impondo-nos um movimento ativista intenso na luta pelas liberdades na internet, e que aqui está descrito com detalhes em vários dos dias do diário.

Mas, claro, pensar no tema segurança lá no Canadá não tem nada a ver com o nosso pensar em segurança aqui no Brasil. Num dos trechos do livro, descreve ele o seu cotidiano: “Ontem no ônibus, na hora do *rush* (aqui é às 16h), muitos usavam laptops, consoles de games, celulares com ou sem GPS. Só à minha volta tinha um cara com um MacBook, um outro jogando na console de games, uma mulher na minha frente usando o GPS no celular (não consegui fotografar) e um terceiro checando e-mail no Blackberry... Lugar de mobilidade física que é, de agora em diante, lugares de mobilidade informacional. Ônibus, trens, aviões e navios ou *ferries* seriam as novas heterotopias por excelência, para usar o termo de Michel Foucault. Voltarei mais adiante a este ponto.”

Eu não. Acho que isso é o suficiente.

O leitor acompanhará o desdobramento dessas discussões sobre mobilidades e segurança ao longo do diário.

As imagens, belas imagens, ajudam a descomprimir, como ele mesmo afirma. Nos transportam para o frio, para a neve, para as ruas das cidades passeadas, nos trazendo de volta, quem sabe de maneira mais forte, a mesma pergunta levantada por André e já referida: “Por que corremos?”.

Mas corremos!

E, de corrida em corrida, o tempo vai passando e nós vamos atualizando essas questões, transformando-as, quem sabe, em alertas para pensarmos a nossa existência.

Na sua chegada dessa viagem – eu preparando-me para a minha ida –, encontramos-nos num debate que propus à TV Educativa da Bahia. O tema era o futuro da internet mas, no fundo, o que queríamos era falar do futuro do planeta. Conversa ao vivo vai, conversa ao vivo vem, e nos resta alguns segundos para os últimos comentários. André Lemos não pestanejou e, depois de ter escrito esse detalhado diário ao longo de 12 meses, encerrou o programa – e o papo! – com uma contundente frase-questão: “O futuro?! O futuro, seguramente vai depender da nossa capacidade de desplugar”.

É *vero*, desplugar.

Quem sabe possa essa ser a atitude mais correta, concreta e mais necessária para o momento contemporâneo.

Espero que o leitor delicie-se com os textos e as imagens, realize profundas viagens com esses Cadernos e, assim, desplugado, relaxe para fazer esse delicioso e delirante passeio por espaços, palavras, línguas e imagens.

O livro, portanto, é o resultado de anotações no seu moleskine, (huuummm, mais um viciado nos cadernos físicos, bons e belos, que acompanham os viajantes, mesmo aqueles que, como nós, usam todos os recursos tecnológicos!), e lhe possibilitará ir flanando pelos espaços do Canadá, da Espanha, Suíça, Portugal, e tantos outros desta e de outras viagens, com os links para os outros espaços vividos, a vero ou na imaginação.

“Estou com as malas prontas esperando o taxi”.

Ele vai partir.

Esse período do *Carnet de notes* vai se fechar e com isso, abrir inúmeras outras possibilidades. Para o pensar. Para o discutir, refletir e escrever. Reescrever. Na web, nas revistas acadêmicas, nos jornais e panfletos.

O taxi está chegando. São três malas de matéria física e toneladas de bites sendo transportados pela infoesfera de forma permanente e continua.

“Ao aeroporto!”.

O voo vai sair. Acabou o seu tempo. Acabou o meu tempo. Acabou o nosso tempo.

Paulinho da Viola (1999):

Olá, como vai?  
Eu vou indo e você, tudo bem?  
Tudo bem eu vou indo correndo  
Pegar meu lugar no futuro, e você?  
Tudo bem, eu vou indo em busca  
De um sono tranquilo, quem sabe ...  
Quanto tempo... pois é...  
Quanto tempo.  
[...]  
O sinal ...  
Eu espero você  
Vai abrir...

Por favor, não esqueça,

Adeus...

Adeus, até breve.

Boas viagens, leitor! (e não esqueça o seu *moleskine*! Essa conversa não pode parar).

Prefácio para livro *Caderno de Viagens* de André Lemos, novembro de 2009.

Disponível em: <<http://andrelemos.info/caderno-de-viagem>>.



## ENTREVISTAS

---



## O FUTURO DO PAÍS AGORA TRAMITA NO SENADO: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

---

P - Como se originou e qual a importância deste segundo Plano Nacional para a educação brasileira?

R - A primeira coisa a destacar aqui é o avanço na democracia brasileira com a realização de conferências nacionais em praticamente todas as áreas do conhecimento. Estas conferências têm produzido as bases para a elaboração de políticas públicas de Estado e não apenas de governos – limitados a cada quatro ou, no máximo, oito anos de mandatos. No campo específico da educação, entre 2007 e 2008, foram realizadas as conferências estaduais que indicaram delegados para participar, no início de 2010, em Brasília, da Conferência Nacional da Educação (Conae), com cerca de três mil delegados de um total de quatro mil participantes.

Ao longo dos anos que antecederam a Conferência Nacional, quase quatro milhões de pessoas participaram das etapas preparatórias. Foram intensos debates sobre a necessidade de profundas e radicais transformações na educação, sobre o papel do Estado e dos governos na busca de uma educação com qualidade, contemporânea, com igualdade de oportunidades e equidade no financiamento. A partir desses debates, foi construído o II Plano Nacional Decenal de Educação que deram as bases para o Projeto de Lei que, em dezembro de 2010, foi enviado pelo Executivo ao Congresso.

P - E vale salientar que o Plano é decenal. Já deveria, inclusive, estar em vigor, não é mesmo?

R - Exato. O PNE define as bases da educação e dos investimentos para a realização de suas metas para os próximos 10 anos e, por isso, deve ser o documento fundamental que garanta a continuidade dos investimentos e das políticas para as radicais transformações que a educação brasileira necessita. É uma forma de evitarmos que cada ministro as reinvente e queira implan-

tar políticas pirotécnicas e mirabolantes como se a educação disso precisasse. Educação precisa de financiamento, que seja contínuo e com contundente fortalecimento do professorado. A realidade é que, com o novo PNE, é o futuro do país que, agora, está tramitando no Senado.

P - Aprovado em 2001 durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, por exigência da Constituição de 88, cujo artigo 214 prevê o estabelecimento de um Plano Nacional de Educação – o primeiro PNE, como este agora em tramitação desde dezembro de 2010 no Congresso, estabelecem metas e diretrizes para a atuação do Poder Público e da sociedade. O objetivo maior é universalizar o acesso à educação, melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis e erradicar o analfabetismo através de um esforço conjunto entre governo federal, estados e municípios. É certo que o primeiro PNE sofreu revezes, vetos e ficou aquém de tais objetivos. O que é possível distinguir nestas duas iniciativas?

R - Seguramente, o primeiro PNE apontou metas que não foram, sequer aproximadamente, atingidas. Cito, como exemplo, a de termos 30% dos jovens de 18 a 24 anos no ensino superior até o final da década (2010, portanto) nem de longe atingida. Mesmo com o considerável e louvável esforço do Governo Lula na ampliação do ensino superior público – feito, obviamente, sob duras críticas, pela forma como foi encaminhado – ainda estamos longe deste percentual (são 17% os jovens no ensino superior, conforme dados de 2010).

O primeiro PNE foi objeto de veto presidencial no que diz respeito ao percentual do PIB para investimento na Educação, da mesma forma que agora se percebe a manobra do governo para atrasar a tramitação do novo Plano, justamente por ter sido aprovado na Comissão não o percentual de 7% proposto pelo Governo, mas de 10% do PIB para a educação entre 2011-2010, conforme está previsto na meta 20. Esta, sem dúvida, é uma das principais diferenças entre os dois planos e que temos que defender com unhas e dentes. Um país que se leva a sério não pode deixar a educação nas atuais condições.

P - E quanto à proposta da educação em tempo integral, qual a sua avaliação?

R - Há um avanço na proposta de oferecer “educação em tempo integral” em 50% das escolas públicas. Porém, precisamos ter claro o que compreendemos como sendo tempo integral. Precisamos compreender que a criança e o

jovem na escola precisam que o “integral” aí referido esteja associado à educação e não apenas ao tempo. De nada adianta continuarmos com a lógica de que em um turno se tenha o ensino “professoral” dos conteúdos e, no outro, as atividades de lazer e reforço escolar, sem nenhuma ligação entre si. E considerar, também, que o professor precisa estar o tempo integral na escola. Esses são desafios que têm a ver com a gestão, claro, mas principalmente, com as concepções de currículo e com o fortalecimento da figura do professor.

P - A Conferência Nacional de Educação (Conae) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre outros setores, têm defendido, relutantemente, a destinação de 10% do Produto Interno Bruto-PIB para a educação. Aliás, a reivindicação desse percentual de financiamento vem desde o Governo FHC, quando estava limitado a 4%. Agora, o Governo Dilma tentou restringir tal investimento em 7% do PIB. Qual a avaliação do futuro do país, sem essa prioridade, sem uma “revolução na educação”?

R - O país precisa compreender a importância de um forte investimento na educação, incluindo uma profunda reformulação nas concepções curriculares, no fortalecimento do professor, com oferta de formação continuada e montagem de redes de aprendizagem e formação permanentes e uma profunda reestruturação das edificações escolares. Precisamos de forte investimento na pesquisa sobre a arquitetura e a educação, na intensificação de produção de Recursos Educacionais Abertos (REA), entre tantos e tantos outros aspectos. O movimento Campanha Nacional pelo Direito à Educação<sup>87</sup> publicou uma detalhada Nota Técnica mostrando, a partir de planilhas apresentadas pelo MEC ao Congresso, que os 7% indicados pelo governo não são suficientes para atingir as metas do plano e, com isso, reforça a luta pelos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação. A pressão da sociedade civil organizada pelos 10% foi incorporada durante a tramitação na Câmara e é isso que agora o governo quis derrubar.

Não é justo isso que estamos vendo acontecer ao longo dos últimos anos. Avançamos no acesso, na quase universalização do ensino fundamental já que 98% das crianças estão matriculadas nas escolas, porém, ao custo de uma qua-

---

87 <<http://www.campanhaeducacao.org.br>>.

lidade desejável como constatamos todos os dias pelas matérias sobre educação publicadas nos jornais, sites, blogs e pelas conversas com os jovens estudantes e professores que, aliás, estiveram em greve por mais de 100 dias aqui na Bahia.

P - O mercado tem buscado de forma cada vez mais intensa por mão de obra qualificada. A informática tem possibilitado acesso imediato ao conhecimento de forma até mesmo ilimitada (em um contexto que sugere uma nova concepção de escola) e os índices de desenvolvimento da educação apontam quadros dramáticos no aprendizado e na qualidade do ensino, o que o PNE pode mudar adotando os novos recursos disponibilizados pela tecnologia da comunicação e da informação, sem uma política radical de investimento no setor?

R - A primeira e mais imediata evidência a partir dos últimos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o claro desencantamento do jovem com a escola à medida que ele vai passando para os níveis mais elevados de escolarização. Das séries iniciais do ensino fundamental ao ensino médio a diminuição dos índices é brutal e, seguramente, é fruto desse desencantamento. A escola perde o sentido. Precisamos resgatar esse sentido da escola e da educação.

A sociedade brasileira está vivendo um processo lamentável de descuido, e isso é fruto da falta de educação: falta de educação doméstica, falta de educação política e falta de educação escolar, de educação formal, aquela que nos permite associar os nossos saberes com os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade.

Isso foi se perdendo, entre outras razões, porque o professor, também ele, foi se transformando apenas numa pequena peça de um sistema – de uma engrenagem – onde não lhe cabe mais nada a não ser seguir orientações emanadas de fora. Perdeu a sua autoridade, deixou de ser um intelectual, um formador de opinião, para ser um repassador de informações. E aí, nós perdemos a concorrência para os meios de comunicação de massa e a internet. Mudou a nossa função. E essas tecnologias estão aí justamente para fortalecer essa outra perspectiva de educação e do professor que é mais a de repassador de informações.

Assim, precisamos de mudanças legais e investimento – e muito – não só na educação, mas em diversas outras áreas, para viabilizar que a escola seja um espaço rico de produção de culturas e conhecimentos. Precisamos de uma radical mudança na Lei de Direito Autoral, uma política para incentivar os Recursos Educacionais Abertos, um Plano Nacional de Banda Larga de verdade, que contemple todas as escolas com adequada velocidade e equipamentos para o acesso pleno ao ciberespaço. Isso porque para nós, do grupo de pesquisa na Faculdade de Educação da UFBA, a tecnologia traz para as escolas as diversas linguagens contemporâneas.

P - Qual é a ideia desse grupo de pesquisa para a inserção da tecnologia na escola?

R - A nossa ideia é ver a tecnologia como potencializadora da produção de conhecimentos das pessoas, através dos dispositivos digitais como o rádio, a televisão, a escrita, usando computadores, celulares, tablets, máquinas fotográficas e tudo mais disponível. A tecnologia não entra para ajudar a escola. Ela entra como uma nova possibilidade para a escrita e como um instrumento de produção de conhecimento e o nosso objetivo é fortalecer professores e estudantes como produtores de culturas.

Lembro que há 16 anos aqui em Salvador, quando era prefeita, a senadora Lídice da Mata, e inaugurávamos a primeira escola conectada à internet, a escola do Marotinho, eu insistia com ela o quanto precisávamos ter claro que “não queremos a internet nas escolas, mas as escolas na internet”. Queremos que as escolas se coloquem nas redes, criem blogs para elas e para seus estudantes, façam parte do universo da cibercultura. Isso valia para aquele momento, mas vale, e muito ainda, para hoje!

P - Considerando que mais de 12% do total de 14,1 milhões de analfabetos do Brasil está na Bahia, ou seja: 1,8 milhão de baianos com 15 anos ou mais não sabem ler e escrever, o que corresponde a 16,7% da população do Estado nesta faixa etária, segundo dados do IBGE através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), qual a avaliação que o senhor faz, hoje, sobre a educação na Bahia?

R - Deixa muito a desejar! Os dados apontam isso com clareza. Vemos essa triste realidade no cotidiano de nossas visitas às escolas, pois formamos pro-

fessores para o uso dos computadores portáteis no programa Um Computador por Aluno. Além disso, convivemos com jovens, tanto nas ruas como na chegada à universidade. Eu tenho insistido que estamos com um excessivo foco no conteúdo e não na formação. Tenho alunos na UFBA que são professores em escolas públicas e que me dizem que, dos seus 30/35 alunos matriculados, nem seis frequentam as aulas regularmente. Isso é em escola estadual, em Salvador. Tivemos a greve recente que mostrou bem a situação. Existem esforços, claro, existem projetos, com certeza. Mas me parece, e tenho insistido que nos acostumamos a pensar pequeno. Uma situação complexa como a educação, não se resolve com um pensar pequeno. Em suma, sempre gosto de insistir, e isso se tornou um mantra na minha vida: precisamos, essencialmente, de professor fortalecido e ativista. Um Plano Nacional de Educação que tenha previsão de recursos para fortalecê-los é, também, fundamental.

P - É possível solucionar as graves distorções da educação no país sem rever a multiplicidade de estatutos do professor, em um único documento, com definições e atribuições melhor definidas? Do mesmo modo, sem a federalização do ensino básico não estaremos apenas perpetuando o interesse de gestores municipais na busca pelo aumento dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em evidente mentira pedagógica?

R - Não sou pesquisador do tema. Sei que existem inúmeros estudos e pesquisas sobre municipalização do ensino, estudos tanto favoráveis como contrários à gestão centralizada da educação. No entanto, me parece claro que não adianta pensar em soluções uniformes e gestadas no Planalto para serem distribuídas pelo país afora. Sem dúvida, precisamos de um professor fortalecido nacionalmente, com planos de carreira bem definidos, e com um estatuto que garanta aquilo que venho insistindo como sendo o tripé de sustentação de uma educação qualificada no que diz respeito aos professores: salário, formação inicial e continuada e condições de trabalho. Isso, seguramente, teria que ser algo a ser pensando em termos nacionais, como política de Estado e não de governo.

P - E quanto ao Fundeb e o desvio dos recursos como tem sido verificado?

R - O Fundeb foi, seguramente, um grande avanço e não podemos evitar que os governos locais tenham poder sobre a educação. Não só na educação, mas em todas as áreas. Precisamos de uma Nação fortalecida e isso só acontece se em cada município, em cada vila, em cada grupo social tivermos cidadãos fortalecidos e atuantes, ativistas, como gosto de falar. Assim, com forte controle social, não veremos os absurdos dos desvios desses recursos. Isso é qualificar uma Nação, e não só a educação. Desta forma, podemos acabar com o que você está chamando de mentira pedagógica.

Apesar de não ser especialista no tema, me parece que o que acontece hoje com o Sistema Único de Saúde (SUS) é um bom exemplo a ser seguido pela educação. Existe uma rede muito atenta, envolvendo desde as equipes locais até o Ministério, que controla e discute cada passo da política de saúde brasileira. Com todos os problemas que seguramente a saúde no Brasil enfrenta, o sistema tem seus méritos e tem gerados bons resultados com ampla participação da sociedade. No campo da educação, o que vemos, no entanto, é que as próprias indicações das Conferências Nacionais têm dificuldades de serem implementadas, apontando, portanto, para os enormes desafios que, ainda, temos pela frente.

Entrevista realizada por Albenísio Fonseca,  
via e-mail, em setembro de 2012, publicada nas redes sociais.

## POR UMA ÉTICA HACKER

---

P - O que é inclusão digital? É simplesmente dar computadores e conexão à internet para as pessoas?

R - Existem duas grandes perspectivas sobre a inclusão digital. Uma é essa a qual você se referiu, que é colocar computadores e internet disponíveis para a população. É óbvio que isso, para nós, não se configura como uma política correta para esse fim – ela não é suficiente, apesar de ser um aspecto muito necessário. Precisamos entender o que se quer dizer com inclusão: incluir em quê? O que efetivamente queremos quando discutimos inclusão digital é que o cidadão tenha acesso a todos os elementos do mundo digital para fortalecer a sua dimensão de produtor de culturas e conhecimentos, e não de mero consumidor de informação. Esse é o foco central das pesquisas desenvolvidas pelo nosso grupo e, em particular, do segundo livro que acabamos de publicar.<sup>88</sup>

P - Como a inclusão digital se relaciona com a social? Ela é um veículo para a inclusão social ou as duas são apenas aspectos da mesma questão?

R - Elas estão absolutamente relacionadas. A inclusão digital é um fator de inclusão social, mas isso só será verdade se compreendermos a inclusão digital nessa perspectiva mais ampla que estamos defendendo. Por que os filhos das famílias privilegiadas socioeconomicamente participam da cibercultura e do mundo digital? Porque eles têm acesso à internet nos seus quartos, com banda larga de qualidade, serviço de suporte gratuito e liberdade de navegação para efetivamente se constituírem como membros daquilo que chamamos de geração *alt+tab*. Se eu tenho programas de inclusão digital na linha de telecentros e infocentros que não compreendam essa dimensão, estou criando uma política perversa que disponibiliza para os filhos das camadas mais populares máquinas ruins para dar aula de software proprietário [aqueles cuja cópia ou

---

88 *Inclusão Digital: polêmica contemporânea*. EDUFBA, 2011.

redistribuição depende da permissão do proprietário]. Essa dicotomia entre o acesso privilegiado e o mais restrito cria uma segunda exclusão mais grave ainda, pois dá a ideia de que a pessoa está imersa nesse universo cibercultural, mas, na verdade, ela é apenas um coadjuvante reproduzindo a pirâmide de desigualdade que vemos em todos os outros campos.

P - E quais seriam as consequências para o país de não se investir nessa inclusão?

R - Seriam graves. Por um lado, o sistema educacional não daria conta dos desafios contemporâneos, porque o mundo hoje está articulado por essas tecnologias digitais. Por outro lado, não se conseguiriam formar cidadãos plenos que pudessem participar do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país. Estaríamos construindo uma nação onde os poucos privilegiados seriam os criadores e produtores de conhecimento, enquanto uma grande maioria seria apenas consumidora. Podemos ir mais longe e dizer que essa é a crise da universidade. Ela está excessivamente voltada para o mercado, que é volátil e está em plena transformação. Dados recentes liberados pelo programador australiano Reto Meier, chefe da equipe de desenvolvimento do sistema operacional Android, do Google, mostram que, em 2050, 95% do nosso conhecimento será novo. Ou seja, hoje só conhecemos 5% do que saberemos daqui a 40 anos. De onde virá esse conhecimento novo? Dos países que investirem pesado em ciência e tecnologia, em educação e no fortalecimento da cultura.

P - Como está o Brasil nessa questão?

R - Ainda temos grandes desafios para enfrentar. Acho, particularmente importante, o Ministério das Comunicações ter criado uma secretaria específica para a inclusão digital e também acredito que o projeto Telecentros.BR avançou, pois articula todas as políticas públicas que estavam dispersas. Mas efetivamente progredimos muito pouco tanto do ponto de vista do Plano Nacional de Banda Larga quanto do marco regulatório da internet. Essa discussão é importante e precisamos urgentemente da aprovação do marco regulatório. Entre outros aspectos, esse marco regulatório deve garantir a neutralidade da rede e a liberdade de navegação, que tem sido profundamente ameaçada. Essa ameaça tem ocorrido não só no Brasil, com o chamado “AI-5 digital” – legislação proposta pelo senador Eduardo Azeredo para regular a internet – como

também no mundo, por causa dos grandes projetos de lei internacionais, como o Sopa [sigla em inglês para a Lei Pare com a Pirataria Online] e o Pipa [sigla em inglês para a lei Proteja a Propriedade Intelectual], que visam estabelecer um controle forte da propriedade intelectual.

P - E o que precisaria mudar nesses projetos para se tornarem mais eficazes?

R - Além dos aspectos jurídicos já mencionados, precisamos de banda larga de qualidade, de uma infraestrutura pública nacional que garanta o acesso de todos. Não é possível pensar em uma política de conectividade que não garanta para as pessoas uma conexão de banda larga com velocidade decente. E, mais do que tudo, sem limitação de tempo de navegação ou de volume de arquivos baixados. Não adianta uma escola ter uma conexão de 512 kilobits/segundo, ou mesmo um megabit/segundo, se ela tem centenas de computadores portáteis na mão dos alunos e não é possível conectar nem 30 deles de uma vez, porque senão ninguém consegue fazer coisa alguma. Além da garantia da capilaridade da conectividade, temos que trabalhar de maneira forte a ideia da qualidade e da garantia da qualidade do serviço oferecido pelas operadoras privadas. Esse é o maior nó do Plano Nacional de Banda Larga.

Do ponto de vista do marco regulatório, ele tem que garantir o acesso pleno e a não criminalização de tudo na internet. Sem isso, fica impossível pensar em uma perspectiva de inclusão digital que não seja meramente a de distribuição de informação. Essas restrições seriam a grande bandeira – embora ninguém a assuma – de uma política de inclusão que apenas botasse computador e internet nas escolas. Você se conectaria aos grandes portais, que distribuiriam as informações. É aquilo que eu e André Lemos [professor da Faculdade de Comunicação da UFBA] chamamos de “portais-currais”. Traz-se a lógica da comunicação de massa para um novo meio, a internet, que é, por natureza, extremamente capilarizado, descentralizado e horizontal. Os meios de comunicação de massa, materializados essencialmente pelo sistema de televisão, são uma rede que funciona a partir de grandes centros distribuidores para centros consumidores espalhados no Brasil e mundo afora. Já, na internet, o sistema é articulado por nós, em um nível horizontal, em que a comunicação é muito mais democrática.

P - Mas mesmo se o Brasil fizer essas mudanças, um ambiente em que projetos como o Sopa (*Stop Online Piracy Act*) e o Pipa (*Protect IP Act*) estão sendo discutidos não pode levar o país a confrontos comerciais e jurídicos com outras nações, cuja visão é mais restrita nesse aspecto?

R - Claro! Por isso, essa é uma luta externa também, do ponto de vista de política internacional. Nossos ministérios – da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Comunicação, da Cultura, entre outros – tem que estar convencidos de que o Brasil deve continuar tendo esse papel protagonista que teve no governo do ex-presidente Luís Inácio (Lula) da Silva. Lamentavelmente, com o atual Ministério da Cultura, temos um retrocesso tremendo tanto no direito autoral quanto em todas as políticas de cultura digital.

P - Você mencionou o software livre como uma ferramenta de inclusão digital. Como ele ajuda?

R - Esse é outro elemento fundamental da inclusão – a política de produção colaborativa de conhecimento e cultura tem a ver com projetos que trabalham de forma mais horizontalizada, como a Wikipédia. Destes, a experiência mais significativa é o movimento do software livre, no sentido de que pode vir a se tornar uma política pública, como se tentou fazer no governo passado, mas que infelizmente não atingiu a amplitude que gostaríamos, apesar de ter havido um enorme crescimento. Os Fóruns Internacionais Software Livre, o trabalho do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e dos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul nessa área, e o Portal do Software Público são exemplos significativos e que precisam ser fortalecidos tanto do ponto de vista filosófico, da produção de conhecimento, quanto do econômico. O menos importante do software livre é a distribuição gratuita, o mais relevante é a forma como são produzidos e desenvolvidos os sistemas. É por isso que não entendo o porquê de isso não se tornar uma política explícita do governo federal, mais especificamente do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia com as universidades públicas brasileiras, a exemplo do bem-sucedido projeto de implantação da internet no país com a Rede Nacional de Pesquisa. Temos bons exemplos históricos e parece que não aprendemos com eles. Esse conjunto de reflexões políticas é que tem nos levado a pensar mais intensamente na ética hacker.

P - O que é a ética hacker?

R - Em essência, é uma ética que trabalha a partir dos princípios da colaboração, da horizontalidade e da descentralização. O que defendemos é a ideia de produzir conhecimento, de articular essa produção por meio da circulação aberta das informações. A base é dada pelo livro homônimo do Pekka Himanen [filósofo finlandês], que define alguns dos elementos constituintes dessa ética. Esses são princípios fundamentais para a educação e para a produção científico-tecnológica. Por isso, defendemos, nesse conjunto de discussões sobre inclusão digital, políticas como as do Ponto de Cultura [entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministro da Cultura que desenvolvem ações de impacto sociocultural em suas comunidades], com uma dimensão muito forte da cultura digital. Durante uma reunião com o ministro Aloizio Mercadante, no último Fórum Internacional Software Livre – na época, ele ainda era ministro de Ciência e Tecnologia –, defendemos a existência de Pontos de Ciência e Tecnologia, nos mesmos moldes que os de cultura, poderiam ser as “garagens digitais”, como fala Sérgio Amadeu, ativista e professor da Universidade Federal do ABC. Ou seja, espaços onde a população poderia criar ciência e tecnologia a partir de uma imersão no software livre e nas redes. Se possível, articulando isso tudo com os Pontos de Cultura, que já fazem isso no campo cultural. Nessa perspectiva, a inclusão não seria um mero fornecimento de infraestrutura, mas sim a criação de um ecossistema criativo, que juntaria escolas, Pontos de Cultura e Garagens de Ciência e Tecnologia, permitindo a formação da cidadania, bem como a preparação dessa meninada para o mundo contemporâneo. Isso é tão importante quanto apoiar centros de excelência desenvolvedores de ciência e tecnologia. Essa é a nossa maior expectativa para o trabalho do novo ministro da Ciência e Tecnologia: que consiga ver essas diversas dimensões do desenvolvimento científico e tecnológico e não se concentre apenas em uma dessas partes.

P - No livro, o senhor menciona um projeto chamado Tabuleiro Digital. O que é esse projeto?

R - É um projeto nosso de inclusão sociodigital, que foi inicialmente apoiado pela Petrobras, mas que infelizmente teve o patrocínio cortado pela empresa. Hoje ele é meio fracassado do ponto de vista da sua presença na

Faculdade de Educação da UFBA, mas continua forte no município de Irecê. O projeto busca a inclusão digital a partir de elementos da cultura baiana. Não queríamos que o acesso à internet fosse visto como algo futurista, ligado a móveis e equipamentos sofisticados. Por isso, nos inspiramos na baiana do acarajé, presente em cada esquina de Salvador e de toda a Bahia, e que é um elemento de culinária, de cultura, comunicação, informação e lazer. Queríamos que computadores fossem distribuídos na Faculdade de Educação, com software e acesso totalmente livres, sem nenhum controle, de maneira que cada pessoa que frequentasse a faculdade tivesse acesso pleno ao universo da cibercultura. Implantamos o projeto em 2004 e ele ganhou diversos prêmios, mas a universidade resistiu muito à ideia. Lamentavelmente, a UFBA não conseguiu compreender a importância de espalhar os Tabuleiros Digitais pela universidade, assim como o acarajé está espalhado na Bahia. E o principal motivo da resistência foi o caráter livre. Havia o temor de deixar que as pessoas jogassem e navegassem livremente, como se isso fosse coisa secundária. Isso é parte da formação para o universo da cibercultura. Hoje, na Faculdade, o projeto está parado, mesmo porque precisaríamos de máquinas mais poderosas, afinal elas ficam ao ar livre sendo usadas constantemente. No município de Irecê, ele continua porque a prefeitura acredita no projeto. Lá, temos uma área chamada Espaço UFBA, que congrega Ponto de Cultura, Tabuleiro Digital, rádio web, licenciatura à distância de música, sala de videoconferência e biblioteca municipal. Eles criaram uma grande ambiência pública para que a população tenha acesso a tudo isso.

Entrevista a Fred Furtado, publicada na Revista *Ciência Hoje/RJ*, março de 2012.

## ATIVISTAS DE GARAGEM:

---

### ÉTICA HACKER

P - O que é um hacker na sua concepção?

R - Essencialmente é, no campo da computação, um apaixonado pelo o que faz, ou seja, pela cibernética e pela programação. O problema mais importante é diferenciar o hacker do cracker. O cracker é aquele que invade os sistemas, com a mesma capacidade do hacker, mas para cometer crimes. Esse ai nós não discutimos porque se trata de um criminoso que deve ser tratado pela justiça. Então, especificamente no caso do hacker, a importância desse sujeito surge, principalmente, pelo grande avanço da computação e da internet. Nasce justamente por conta do trabalho apaixonado desses jovens que trabalham com a programação de computadores e, com isso, conseguiram nas garagens e nas universidades, montar essa rede fascinante que articula todas as outras redes. Então, além de entender que o hacker é aquele que mexe com a computação, podemos estender essa ideia de “aquele que trabalha com entusiasmo” para qualquer área do conhecimento e, particularmente, para educação.

P - Então, o senhor especifica que aqueles que invadem sistemas não podem ser considerados hackers?

R - Sim. Associá-los seria dizer o mesmo que dizer que sou criminoso – um pirata! – porque eu troco com você um arquivo de música ou texto. Quero dizer que as palavras têm significado muito claro. Pirataria é assaltar um navio em alto mar como diz o Sérgio Amadeu e “isso é perigoso e ilegal!!!”. Ou seja, compartilhar o arquivo de uma música, um livro ou um conhecimento com meu colega não é pirataria coisa nenhuma. Desse modo, ser hacker não é invadir o sistema para roubar senhas ou informações. Quem faz isso tem um nome: cracker, e deve ser tratado pela justiça.

P - Gostaria de insistir neste assunto um pouco mais, pois percebo que nas mídias colocam hacker e cracker como se fossem sinônimos para ativi-

dades ilícitas na internet. Então, especifique qual a principal diferença entre ambos?

R - Um é criminoso e o outro não é. Agora, porque que existe essa intencional confusão entre hacker e cracker é a questão central e foi por isso que eu trouxe o termo pirataria para a mesma discussão. Percebo que interessa àqueles os quais querem controlar a internet dizer: tudo que se faz na rede se não passar por um grande clivo ou por um grande controle, trata-se de algo que eles denominam de perigoso. Esse alarde em torno de roubo de senhas e todo tipo de falcatruas cibernéticas visa justificar o interesse de determinados grupos, no que tange ao controle da internet. Esse assunto deve ser abordado, mas de maneira clara, procurando instruir a população que se trata de éticas diferentes. A internet nasce dessa liberdade e se desenvolve exatamente por não ter grandes rigores no seu funcionamento. A internet é uma rede que tem como grande característica o ato de poder se constituir como uma rede de redes. Não procurou deixar tudo igual para poder se conectar, pelo contrário, ela conseguiu, a partir desses protocolos, articular todas as redes sendo cada um na sua especificidade. Nessa estrutura os computadores com sistema A, B, C, X conseguem dialogar. Assim, é uma estratégia de alguns seguimentos taxarem os hackers como criminosos para desqualificar o movimento e com isso aumentar o nível de segurança que, na realidade, é uma espécie de controle.

P - Então se trata de um jogo de interesses?

R - Sim. Você percebe que criar todo esse terror com relação à segurança na internet e associar os hackers aos crackers como invasores de sistemas interessa principalmente àqueles ligados ao mercado financeiro e ao comércio eletrônico, visando que se aumente o rigor e segurança na internet de forma a limitar cada vez mais as possibilidades de um acesso mais livre. Por isso a nossa luta pela neutralidade na rede e contra ao AI-5 digital (Lei Azeredo). Por isso lutamos a favor de um marco civil na internet que possibilite uma governança planetária da internet que não fique dependente dos governos dos países. Estes governos são muito susceptíveis às pressões, principalmente dos grandes conglomerados financeiros. Hoje as empresas de telecomunicações, de produção de conteúdo e entretenimento tomam partido nessa discussão no lado do mercado porque tem interesse em vender seus produtos. Porque dependendo

do tipo de conexão que o sujeito tenha ele poderá ter acesso a determinadas coisas.

Relacionar todos esses problemas aos hackers faz parte de uma estratégia maior que inclui chamar de qualquer tentativa de utilizar o espectro eletromagnético de “rádio pirata”.

P - O filósofo Pekka Himanen fala de ética hacker como o espírito do informacionalismo em contraponto com a ética protestante e o espírito do capitalismo de Max Weber. Esse tem sido também tema que circula seus estudos, aulas e palestras. Desse modo, o que o senhor denomina de ética hacker?

R - Nós constituímos uma disciplina na pós-graduação em Educação para discutir ética hacker a partir do Pekka Himanen que trabalha intensamente com a ideia de procurar compreender como esses hackers trabalham. Trata-se de uma lógica em torno do trabalho colaborativo, em torno de uma perspectiva generosa de compartilhamento, onde é característica fundamental daqueles que programam os computadores se desenvolve em uma ética centrada nesses princípios. Ou seja, o princípio da colaboração, da generosidade e da liberdade.

Com o aporte de Himanen e outros referenciais, procuramos compreender que o desenvolvimento da cibernética acontece muito fortemente por causa desse espírito. Então, aprisionar o espírito científico e tecnológico por conta de interesses meramente mercadológicos e comerciais é um crime. Por isso que trabalhamos com a intenção de colocar para sociedade o que é a ética hacker. Foi assim que na Semana de C&T de 2010, fizemos o “Evento Ética Hacker” e todo o material gerado das mesas e comunicações estão disponíveis.<sup>89</sup>

P - Fazendo alusão ao contraponto entre as duas obras, seria o dinheiro o motor do trabalho no espírito do capitalismo, enquanto que é a paixão que move os hackers com relação ao trabalho criativo?

R - Sim. Entretanto, o que é importante dizer, com atenção ao que vem acontecendo agora com o Wikileaks e os movimentos cibernéticos, é que estamos presenciando um momento na sociedade que vai além da discussão entre capitalismo e socialismo. Estamos presenciando novas formas de representação política, organização da sociedade e do trabalho. Contudo, isso não

---

89 <<http://www.eticahacker.faced.ufba.br>>.

significa dizer que não exista dinheiro no universo dos hackers. Pois, assim como aconteceu com Galileu, os hackers também precisam se vestir, comer, etc., ou seja, precisam está inseridos economicamente [Refiro-me à passagem da peça de Bertold Brecht em que Galileu afirma que suas pesquisas necessitam suporte financeiro para que ela sobrevivesse e isso não pode comprometer os resultados das mesmas!]. O que se almeja é que esse dinheiro venha de uma transformação de algo que não é escasso, em escasso. A formação, o software, a música não é algo escasso, sendo que eu posso reproduzi-lo infinitamente, principalmente a partir do digital. O importante é tentar perceber formas de se fazer circular dinheiro sem proibir a difusão desses meios culturais e científicos. O dinheiro não é o que move o mundo na ética hacker, mas também não é secundário.

P - Quais as principais características da cultura hacker?

R - A colaboração, a generosidade e o trabalho coletivo. É isso que é tão estranho para essa sociedade individualista, competitiva e centrada na lógica de mercado permitir que se tenha uma cultura hacker centrada em outros valores e em outra lógica. Por isso que a ética hacker é tão importante para a educação. Infelizmente o que acontece é que a educação vem se estruturando com base nos valores do mercado. Se respaldar na ética hacker não deixa o estudante menos preparado para enfrentar o mundo nesta lógica capitalista. Ele não precisa se formar em uma lógica individualista para viver em uma sociedade centrada no consumo.

P - Qual a maior contribuição do hacker para a sociedade?

R - Se eu entender o hacker como sendo aquele que programa o computador, a maior contribuição que ele tem dado é a criação da rede e dessa estrutura de redes sociais. Entretanto, se eu o compreender como sendo qualquer um de nós que tem essa ideia de colaboração, generosidade e compartilhamento, a maior contribuição é poder ajudar na construção de um planeta que não seja autodestrutivo como o que nós estamos vivendo hoje.

Entrevista a Bárbara Coelho, publicada no site *Bahia Diário*,<sup>90</sup> em 22 de dezembro de 2011.

---

90 <<http://www.bahyadiario.com>>.

## INCLUSÃO DIGITAL:

---

### POLÊMICA CONTEMPORÂNEA

P - No dia 13 de dezembro, será lançado o segundo livro resultado do trabalho do grupo de pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologia, intitulado *Inclusão digital: polêmica contemporânea*, organizado em parceria com a professora Maria Helena Silveira Bonilla. Como foi o processo de concepção desta obra?

R - Como todo o trabalho do nosso grupo de pesquisa, a base é a colaboração. Trabalhamos deste muito nesta perspectiva, com orientações coletivas, com participação intensa de todos os alunos, da graduação ao doutorado, no sentido de um ajudar o outro e isso se constituir num círculo permanente de colaboração, generosidade e abertura. Não digo que isso tem sido fácil. Ao contrário, tem sido muito difícil, pois esse não é o espírito que impera em nossa sociedade e, como não poderia deixar de ser, aqui na Faculdade ele está presente de maneira muito forte. Essa é a nossa luta cotidiana: modificar essa postura.

Para os livros desta coleção Educação, Comunicação e Tecnologia, o princípio foi o de trazer os trabalhos que vamos fazendo junto com os nossos estudantes, com ex-estudantes que hoje são profissionais qualificados e lideranças acadêmicas atuando em outras instituições e, além disso, com autores convidados de outras instituições – ou países – para trazerem suas reflexões. Estes têm sido colegas que, com sua produção teórica, tem nos inspirado a produzir novos conhecimentos aqui. São nossos inspiradores e interlocutores intelectuais...

P - O tema da inclusão digital é altamente discutido na sociedade contemporânea. Muitas vezes, porém, é perceptível uma confusão no entendimento do significado deste conceito. Através de uma perspectiva teórica, o que seria, de fato, a “inclusão digital”?

R - Esse é o ponto central do livro e não vou adiantar muito aqui, entre outras coisas por conta de que gostaria que o leitor destas linhas pudesse se

debruçar mais sobre o livro, seja comprando a edição impressa cuidadosamente produzida pela Editora da UFBA (EDUFBA) (que tem feito belos livros!) seja pela leitura *on-line* do seu conteúdo, já que nosso livro está licenciado em *Creative Commons* de forma a possibilitar o seu pleno uso em todos os contextos. Isso tem sido uma política do nosso grupo de pesquisa e, felizmente, tem sido uma correta política da Editora da UFBA, que desde 2010 vem adotando a prática de publicar todos os seus livros no repositório institucional (RI) (que por sinal, soube que ganhou prêmio nacional do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia – Ibict, recentemente, por ser o RI que mais artigos científicos disponibilizou até o momento. Parabéns EDUFBA!). Com isso, e aqui começo a voltar à sua pergunta, temos por um lado o bem material – o livro! – que tem um custo, sendo vendido, mas o seu conteúdo – as ideias contidas no livro! – sendo disponibilizada livremente na rede. Isso porque o livro é de fato um bem rival (se você pegar o meu livro fico sem ele!), mas as ideias que estão nele não. Constituem-se, portanto, em um bem não rival (se trocamos nossas ideias com você, você e nós ficamos com as ideias!). Portanto, inclusão e inclusão digital para serem compreendidas precisam ser qualificadas: incluir em que e para que? Incluir digitalmente, portanto, é muito mais do que dar acesso à máquinas e à rede. Isso é fundamental, mas não tudo e já na abertura do livro o colega da Faculdade de Comunicação (Facom), André Lemos, que escreve o Prefácio, mostra isso com detalhes. E será seguido por diversos outros autores em todos os demais capítulos do livro.

Quando falamos em inclusão digital, queremos, em última análise, que toda a população tenha acesso pleno às tecnologias e às redes digitais enquanto cidadãos plenos e não como meros consumidores de informações e de tecnologias.

P - Em sua opinião, quais são as principais políticas públicas brasileiras com foco na inclusão digital? O que precisa ser melhorado e o que parece estar seguindo um rumo adequado?

R - O governo Dilma avançou quando levou para os Ministérios das Comunicações a questão e criou uma secretaria específica para a inclusão digital. Mas precisa avançar muito mais. Hoje o grande gargalo, no país, é o acesso à internet em banda larga. O Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que era

nossa grande esperança de por o Estado brasileiro, de fato, tendo uma política indutiva que possibilitasse a todos o acesso à internet com qualidade de banda, terminou se constituindo num acordo com as operadoras de telecomunicações que deixa muito a desejar. Essa ainda é um enorme luta. Não podemos aceitar velocidades menores que dois Mbps e estamos longe de atingir esse patamar. Precisamos de controle na qualidade do serviço oferecida pelas operadoras. Precisamos de um Estado forte atuando de forma indutiva nesse campo. Isso é uma questão de segurança nacional. Ou o país compreende que sem esse acesso pleno estaremos na rabeira da história ou continuaremos presentes no mundo contemporâneo de forma secundária. Mas isso não é tudo. Precisamos do Marco Civil da Internet muito bem definido na defesa das liberdades no ciberespaço. Temos que lutar com todas as nossas forças contra o que estamos denominando de AI5 Digital, que é o projeto de lei apresentado pelo ex-Senador Eduardo Azeredo que impõe serias restrições ao uso pleno da internet. Precisamos de profundas mudanças na legislação do direito autoral, que finalmente o Ministério da Cultura enviou a Casa Civil e que, felizmente, manteve boa parte das conquistas conseguidas durante a gestão Gilberto Gil/Juca Ferreira, com ampla discussão com a sociedade sobre as necessárias mudanças na lei, a lei do direito autoral.

Portanto, vejam que, não são poucas as políticas que precisamos estar acompanhando e que temos muita pesquisa e muita luta pelo frente.

P - Um dos capítulos de *Inclusão digital: polêmica contemporânea* aborda o projeto Tabuleiro Digital,<sup>91</sup> coordenado pelo grupo de pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologia. Em que consiste este projeto?

R - Os Tabuleiros Digitais foram criados cerca de seis anos atrás com o objetivo de oferecer à comunidade da Faced, da UFBA e também à comunidade em geral, acesso fácil e livre à internet. Montamos uma estrutura que passou a ocupar os espaços vazios dos halls da Faced com equipamentos comuns, mas com um diferencial fundamental: rodavam software livre, direto de um cd. Não usávamos disco rígido. Implantamos o projeto também no município de Irecê [500 km de Salvador], onde a Faced desenvolve um grande projeto que

---

91 <<http://www.tabuleirodigital.org>>.

inclui formação de professores, Ponto de Cultura, os Tabuleiros e um conjunto de outras ações constituindo aquele que a comunidade local denominou de “Espaço UFBA”.

Buscamos com o projeto criar um móvel para a chamada Sociedade da Informação com a cara da Bahia e, por isso, a referência forte ao tabuleiro da baiana de acarajé. Ela esta em toda praça e toda a esquina e, além de oferecer os deliciosos acarajés, abarás e outras guloseimas da culinária africana, é marco, uma referência e um elementos de encontros e de informações. Exatamente como queremos que seja o espaço de uma Faculdade de Educação, que seja o ciberespaço. Queríamos contribuir com o acesso e, com isso, favorecer uma maior participação cidadã de cada estudante ou morador que visitasse os nossos espaços.

Mas foram e são muitos os problemas. O primeiro e mais grave é que tivemos o patrocínio da Petrobras cortado depois do segundo ano, o que levou a praticamente o fim do projeto na Faced. Estamos em busca de captar recursos para a sua continuidade. Eu confesso que não entendo, e digo isso no livro já que é justo o capítulo que escrevi que trata do tema, que não entendo porque a UFBA não adotou o TD como sendo uma projeto UFBA e, com isso, investiu para espalhar Tabuleiros por toda a universidade. Coisas incompreensíveis, mas que, *huumm*, é assim mesmo a vida na universidade!

Recebemos muitos prêmios pelo projeto Tabuleiro e isso nos indica que estávamos no caminho certo... Mas, claro, o projeto precisa ser atualizado e aperfeiçoado nesses tempos de mobilidade computacional.

P - De que forma o uso de softwares livres pode auxiliar na luta pela inclusão digital, sobretudo em ambientes escolares?

R - Totalmente... claro que pode se fazer com softwares proprietários, mas a questão central aqui não é se o software é grátis ou não. Até porque por uma estratégia terrível de produtores de software eles são praticamente doados para a educação, justo porque querem “domesticar” futuros usuários...

O software livre trabalha e é construído em outra perspectiva. Uma ética de colaboração, de liberdade de acesso e da possibilidade de, se tivermos políticas públicas nesse sentido, fortalecimento de uma geração de programadores e de desenvolvedores que possibilitaria a criação permanente. Mais do que

isso, estando o espírito hacker – umbilicalmente ligado ao desenvolvimento do software livre – presente nos projetos, a ideia de compartilhamento, de colaboração, de generosidade, estaria presente de forma muito intensa. E isso é crucial para a educação.

P - Quais são os planos para 2012? Algum projeto novo em andamento?

R - Muitos... muitos em andamento e outros a serem tocados. Um deles é o terceiro e último volume da coleção, que deve tratar da mobilidade. Afinal, na educação, as grandes políticas públicas falam em EAD, em Um Computador por Aluno, em tablets para alunos e professores. Enfim, muito a se pesquisar, publicar e atuar.

Entrevista à EDUFBA para publicação em seu site, por ocasião do lançamento do livro *Inclusão Digital: polêmica contemporânea*, organizado em conjunto com Maria Helena Silveira Bonilla.

## CONECTAR IGUALDADE:

---

### COMPUTADORES NO MODELO 1 A 1

P - Qual o impacto da inclusão das TIC na escola?

R - A pergunta já nos leva a uma primeira indagação: será que de fato podemos e devemos falar em “impacto” das tecnologias, como se eles fossem algo produzidos fora da sociedade e fora da escola? Claro que não! As tecnologias, das mais antigas às atuais, essas últimas, as tecnologias digitais que denominamos de TIC, sempre estiverem presentes na escola e são produzidas historicamente pela humanidade.

Portanto, queiramos nós ou não, elas estarão presentes por que elas são partes do próprio desenvolvimento da humanidade. Claro que elas podem estar mais ou menos presentes e, justo por conta disso que enfrentamos o primeiro grande desafio: fazer com que todos tenham acesso a elas. Para os mais favorecidos economicamente, elas estão presentes de forma intensa nas suas residências possibilitando a imersão na chamada cibercultura. Para outros, essa imersão não é possível de forma plena se não tivermos políticas públicas que favoreçam àqueles que não têm esse acesso nos lares. Isso se torna possível através dos infocentros/telecentros e também na escola, que, como sempre, tem um papel privilegiado. Portanto, refiro-me neste primeiro momento ao que foi internacionalmente denominado de brecha digital (*digital divide*) e suas políticas de inclusão digital.

Um segundo aspecto é sobre a importância das tecnologias digitais e da rede internet na própria estruturação da escola, em termos de tempos, espaços, currículo, sistema de avaliação e, principalmente, do trabalho e da formação dos professores.

Vale salientar que é justo por conta de todos estes aspectos que estou lhe falando que temos grande dificuldade com a expressão “inclusão”, que significa incluir em algo que já está pronto, que é melhor, e que é o que tem que ser bus-

cado. Usamos o termo inclusão digital porque ele ficou instituído, no entanto a gente precisa qualificar esse termo, saber que não queremos incluir no sentido de pegar um menino que está fora desse conjunto de valores e formatá-lo dentro de um determinado universo (observe que estou usando propositalmente o termo formatar!). O que queremos é trazer o diferente para dentro da escola e, com intenso uso das TIC, fortalecer sua cultura e, ao mesmo tempo, introduzir valores meio perdidos nesta sociedade do consumo generalizado, como o da generosidade e da colaboração. Por isso gostamos de usar “incluir” entre aspas, porque se trata de fortalecer a dimensão cultural de cada indivíduo, como uno e no coletivo.

P - Que mudanças se produzem nas formas de ensinar e aprender?

R - Justo por conta das mudanças na sociedade a partir da presença das TIC que temos que repensar a escola. Muda tudo na escola. Ou pelo menos deveria mudar tudo. Há uma imposição de que essa mudança aconteça. Primeiro, porque nós mesmo, os professores, não estamos satisfeitos com a maneira como a escola vem atuando. Os resultados em termos de conhecimento específico das disciplinas são muito aquém dos desejados e, o mais importante, os resultados em termos de formação de valores, esses estão mais aquém ainda, se é que se pode falar dessa forma! O próprio crescimento do fenômeno do *bullying* é um exemplo disso. Perdemos nas escolas – na verdade em toda a sociedade! - a capacidade de pensar eticamente sobre o coletivo. Nos foram impondo, pelos diversos meios – de comunicação, do comércio, da vida urbana – um jeito de ser que tem estimulado o comportamento individualista e consumista ao extremo. Nossos valores éticos foram sendo deixados de lado e tem imperado uma ética da sobrevivência, como afirma o filósofo espanhol José Antonio Marina em seu belo livro *Ética para náufragos*. E a cibercultura, pelo menos potencialmente, está trazendo de volta essa perspectiva de se produzir e de se pensar mais no coletivo. Exemplo maior disso são as chamadas redes sociais. Usando uma imagem que já está até gasta, mas que me parece ainda válida, não cabe mais ao professor ser o fornecedor das informações. Essas informações estão disponíveis – obviamente se tivermos acesso aos meios – em tempo real para que possamos buscá-la. Já não sendo o responsável por esse “fornecimento” de informações, retoma o professor o seu forte papel de liderança para promover,

no coletivo de sua escolas e de suas aulas, uma análise mais profunda das informações que estão na rede. Nos dias de hoje, preparar a aula é um movimento de navegação intensa na internet, para possibilitar que também o professor tenha essa visão ampla dos temas que se inter-relacionam. Assim, o ensino e o aprendizado são movidos por uma outra lógica que não aquela do consumo de informações. A escola passa a se constituir em locais de comunicação e de produção de culturas e de conhecimentos e não em espaços para o mero consumo de informação.

P - Quais as linhas do modelo pedagógico que devam ser considerados para que os modelos 1 a 1 de uso de computadores tenham um impacto positivo?

R - Não se trata obviamente de modelos. A característica fundamental de projetos que considerem um computador por aluno é a diversidade, a multiplicidade de olhares sobre o mesmo tema. E a possibilidade do estabelecimento de diversas redes, como já disse, redes de comunicação e de produção de culturas e de conhecimentos. Essencialmente, nos referimos a uma escola que consiga estabelecer um intenso diálogo entre os saberes locais e o conhecimento estabelecido, a Cultura e a Ciência, ambas com esse C maiúsculo e no singular. Observem então que não estaremos desprezando nem “jogando fora” o conhecimento da língua culta, da ciência estabelecida, da alta cultura, ela apenas assume o seu lugar e dialoga, de forma intensa, com os demais saberes dos professores, dos alunos e das comunidades, no entorno da escola. Implanta-se, assim, um rico processo criativo de produção e não da mera repetição. Um computador na mão de cada aluno possibilita, potencialmente, essa participação mais efetiva. Aqui é importante destacar que, diferente do que muitos apregoam, as aulas ficam mais difíceis para os professores, certamente os meninos ficam mais inquietos. Existirá, talvez, mais barulho na sala e na escola e isso terá que ser intensamente trabalhado por professores qualificados e com tempo para tal.

P - Qual é e qual deve ser o papel no Estado na inclusão e alfabetização digital?

R - Em minha visão, qualquer programa de inclusão digital precisa estar centrado na ideia de que devemos implantar com ele um círculo virtuoso de

produção de conhecimentos e culturas e não projetos que busquem, de forma centralizada, produzir conteúdos para serem distribuídos aos telecentros e escolas, repetindo o antigo e superado modelo *broadcasting* dos meios de comunicação de massa.

A discussão sobre inclusão digital merece uma grande atenção de todos nós. Na nossa visão, são duas e complementares frentes de ação. Fora das escolas, os chamados infocentros e ou telecentros têm um importante papel para fornecer acesso àqueles que não possuem esse acesso doméstico. O acesso doméstico dependerá ele também de políticas públicas que contemplem, como estamos fazendo com muita luta no Brasil, de planos nacionais de banda larga, que não deixem exclusivamente para o mercado a responsabilidade de oferecer conexão de qualidade e preço justo a toda a população e não somente para as camadas mais ricas e que, conseqüentemente, podem pagar pelo serviço. Complementarmente, uma política industrial de fortalecimento da produção nacional de computadores e de uma política fiscal que favoreça a sua aquisição. Aqui, a intensificação do desenvolvimento e uso do software livre é de suma importância em função das possibilidades de autonomia nacional e de liberdade de modificação dos códigos.

Nesses infocentros, é importante, em nossa visão, que não o transformemos naquilo que não mais desejamos que as escolas sejam. Ou seja, eles não podem se constituir em espaços para a mera distribuição de informações ou de cursos de preparação para o mercado de trabalho. Isso porque, não podemos fazer com que os filhos dos mais favorecidos tenham banda larga individual, com acesso livre em seus quartos onde eles podem jogar, baixar músicas, mixar, escrever em blogs, bater papos nos canais de chats, assistir filmes e vídeos, trocar informações, enfim, fazer o que bem entendem. Enquanto isso, aos filhos das famílias pobres que frequentam os telecentros lhes é reservado apenas o direito de aprender planilhas e processadores de textos e na maioria das vezes em sistemas proprietários. Isso é de uma crueldade fenomenal! Estes espaços não podem se resumir ao ensino instrumental para um suposto mercado de trabalho que, inclusive, sabemos não existir. Precisamos que estes espaços, também, eles, sejam espaços para a imersão no universo da cibercultura.

E nas escolas, os computadores precisam entrar através de políticas educacionais que fortaleçam esses equipamentos como verdadeiras máquinas de comunicação e produção de conhecimentos.

P - Qual deve ser o papel do estado no processo de alfabetização digital?

R - Penso que aqui o importante, além dos aspectos que já me referi, é retomar a ideia de que a escola tem um papel fundamental nesse momento histórico. Portanto, o papel do estado deve ser o de, essencialmente, fortalecer os professores e as escolas – por exemplo, a arquitetura escolar tem que ser repensada, e podemos falar um pouco disso também! São extramente importantes, portanto, a formação inicial e continuada de professores, a melhoria salarial e as condições de trabalho. Esse tripé deve ser indissociável, essas políticas precisam ser implantadas de forma concomitantes e permanentes. Sem isso, estaremos jogando dinheiro fora com a introdução das TIC na educação.

P - Qual o lugar dos docentes nesta perspectiva? Que conhecimentos e práticas precisam incorporar?

R - Para lhe responder essa questão vou trazer um educador brasileiro, que nasceu na Bahia no início do século passado. Em um artigo que escreveu em 1963, denominado *Mestre do amanhã* (1963), Anísio Teixeira afirmava que a escola do futuro estaria mais próxima de uma estação de TV do que o que ela era naquele tempo. Hoje, no Brasil, a partir da excelente iniciativa do Ministério do Cultura em implantar uma política pública chamada Ponto de Cultura (grupos comunitários fortalecidos com recursos públicos para que eles possam livremente produzir cultura), poderíamos dizer que a escola do futuro mais deveria se parecer com um Ponto de Cultura ou, quem sabe, um ainda não existente no Brasil, Ponto de Ciência e Tecnologia. Isso porque a escola tem que se constituir no espaço para que os jovens possam dar vazão aos seus desejos de inovação, de criação, que é típico da juventude. Eles inventam por natureza!

Com professores fortalecidos e ativistas como gosto de dizer, a escola ganharia uma outra dimensão.

Uso uma frase desde o início da implantação da internet no Brasil que para mim foi quase um mantra naquele momento e que ainda é bastante atual. Dizia, na década de 1980, que “não queremos a internet nas escolas, queremos as escolas na internet”, Ou seja, queríamos conectar as escolas para que elas

produzisse conteúdo. Hoje as escolas estão mais presentes na rede, mas esse mantra ainda é válido, penso eu.

P - Como se pode incorporar os conhecimentos que os alunos já têm das TIC e ao mesmo tempo sustentar a autoridade do professor?

R - Essa é uma boa questão, pois sua formulação começa com o pensamento no hoje (e no futuro) e termina com uma concepção de passado. Sustentar a autoridade, no passado, era ter as informações guardadas a sete chaves. Era o fato do professor ser o fornecedor das informações que lhe dava autoridade. E isso só era verdade em parte, pois o professor que de fato tinha autoridade era muito mais do que um fornecedor de informações. Era aquele professor que efetivamente detinha o conhecimento de todo o processo educacional e, como um intelectual, como afirma Henry Giroux (1997), era um verdadeira liderança acadêmica na sala, na escola e na sociedade. Com a importante democratização da educação e a universalização do acesso à escola o que vimos e que o professor ficou enfraquecido, uma vez que ele virou apenas uma peça de uma engrenagem maior que é o sistema educacional como um todo. Ele perdeu totalmente a autoridade! É isso que temos que resgatar. É isso que temos que recuperar. Assim, o professor não será aquele “sabe tudo” e poderá, sem muitos problemas, mas com certas dificuldades é claro, estabelecer redes de trocas de saber entre os que sabem muito determinadas coisas e os que sabem muito de outras coisas.

P - Como se podem acompanhar as famílias, sobretudo aquelas que pertencem a setores mais vulneráveis da sociedade?

R - Essa é uma questão difícil e certamente só será resolvida se as políticas públicas forem pensadas considerando as realidades locais e não gestadas de forma centralizada em nível nacional desconhecendo essas realidades. Creio que uma escola em tempo integral, com os professores mais “residentes” nas escolas, interagindo com as famílias, possibilitaria uma maior assistência e, mais do que isso, uma maior integração do espaço escolar com a comunidade. Assim, escola e comunidade fariam parte do mesmo sistema que estaria interagindo e resolvendo coletivamente seus problemas.

Não podemos, no entanto, achar que isso seja uma tarefa fácil. É de grande complexidade e por esta mesma razão demanda políticas públicas complexas.

P - Qual a avaliação da inclusão das TIC até agora em seu país? Quais são as particularidades locais? Se está conseguindo diminuir a chamada brecha digital?

R - Um pergunta que demandaria quase uma outra entrevista. Faço, portanto, apenas alguns destaques. Estamos também com o projeto de *Um computador por aluno*. Com muita dificuldade em todos os sentidos. De um lado a máquinas compradas – depois de longo e litigioso processo – deixam a desejar enquanto computadores voltados para a produção de conhecimentos e culturas. São máquinas mais voltadas para o uso na perspectiva de consumo. De outro lado, existe um enorme temor das autoridades, tanto políticas como acadêmicas, de entregar aos meninos computadores sem que estas máquinas estejam preparadas para a educação. Não compreendo isso! Não penso ser necessário embarcar pedagogia nestas máquinas. A pedagogia terá que estar presente quando o professor – qualificado – passa a usar o computador na escola e na sala de aula. Esse, na nossa opinião, é o maior problema e, em última instância, repete os mesmos problemas de quando discutíamos a temáticas dos livros didáticos.

Em termos mais amplo, estamos em plena luta pela implementação de um Plano Nacional de Banda Larga, para possibilitar o acesso de qualidade a todos e não somente aqueles que podem pagar.

Justo neste dia que lhe respondo suas questões, foi publicada uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro e publicada no jornal *O Globo*, mostrando que 66% dos alunos daquele estado tem acesso à internet em casa e somente 9% na escola. Segundo as pesquisa, 53% dos professores disseram ter dificuldades no uso das TIC, mesmo com 35% afirmando já estarem usando computadores e internet. (BERTA, 2011) Na nossa experiência aqui no estado da Bahia, a realidade é muito mais dura. Estamos, nas 10 escolas que atuamos na formação, encontram dificuldades de todos os tipos, mas, mesmo assim, percebemos muitos professores bastante animados com essas possibilidades.

P - Em que consiste o projeto “Tabuleiros Digitais” implementado em Salvador/Bahia? Já foram feitas avaliações sobre o seu funcionamento?

R - Esse é um projeto de inclusão digital desenvolvido pelo nosso grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC)<sup>92</sup> da Faculdade de

---

92 <<http://www.gec.faced.ufba.br>>.

Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA).<sup>93</sup> Ele foi implementado em 2004 em Salvador, nos espaços vazios da nossa Faculdade e em um município que fica a 500 km de Salvador, Irecê, onde temos um projeto em parceria com a Prefeitura Municipal.<sup>94</sup> A ideia básica do projeto é disponibilizar terminais para acesso à internet em um móvel que tenha a cara da Bahia. Assim ele foi desenhado como um móvel reto, sem encostos, sem almofadas, projetado para uso rápido e ágil como o do tempo de comer um bom acarajé ou ler meia dúzia de e-mails. O acarajé é um bolinho feito de feijão, de origem africana, muito comum na Bahia e que é vendido pelas baianas de acarajé em tabuleiros que ficam nas praças e nas ruas da cidade. Por isso, não queríamos nem um terminal estilo futurista, de design associado a um futuro que já é presente, nem uma simples bancada para suporte de computadores. Queríamos um móvel inspirado em soluções do cotidiano das trabalhadoras do acarajé, ou seja, ligado aos aspectos mais fortes da nossa cultura.

Tecnicamente utiliza computadores simples, rodando diretamente do CD um sistema operacional livre baseado no Kurumin/Debian. O projeto foi inicialmente apoiado pela Petrobras, tendo recebido posteriormente pequena ajuda em equipamentos da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) do governo do estado da Bahia.

Recebemos alguns prêmios como projeto de inclusão digital como o 2º lugar no prêmio inclusão digital do Instituto Telemar em 2006 e premiado como melhor projeto na categoria Setor Público Federal do Prêmio ARede em 2007. Mas enfrentamos muitos problemas na sua manutenção, tanto por falta de recursos, como pela dificuldade da comunidade da educação compreender um projeto que não tenha amarras, que não seja proibido o uso de Orkut, facebook e similares. Em que as pessoas possam usar o Tabuleiro para jogar. Isso tem trazido uma tensão que temos que administrar cotidianamente. Não tem sido fácil, é verdade.

P - Quais desafios encontra a escola, na sociedade da informação e do conhecimento?

---

93 <<http://www.faced.ufba.br>>.

94 <<http://www.ciberparque.faced.ufba.br>>.

R - São muitos os desafios, mas penso que o maior deles é compreender que a forma de se produzir conhecimentos e das pessoas se relacionarem está mudando com esse universo conectado.

As tecnologias da informação e comunicação (TIC) são fenomenais porque possibilitam, pela dimensão da comunicação, superar a discussão do regional versus o universal e isso é algo de grande valor. No campo da educação, só para tomar um exemplo, nas décadas de 1970 e 1980, falávamos em regionalização dos livros didáticos e éramos corretamente combatidos porque corríamos o risco de fazer com que um estudante da periferia de uma cidade do Nordeste só tivesse acesso aos saberes de lá. Isso era grave, porque definia, a priori, que os mais favorecidos, em termos de acesso amplo aos saberes, continuariam sendo os mais favorecidos. Enquanto isso, aqueles que tinham um conhecimento restrito ao seu mundo, ficariam presos a esse universo de informação.

Hoje, pode ser tudo muito diferente se tivermos a escola preparada para tratar e fortalecer os seus valores locais e, ao mesmo, tempo, interagir com o planetário. Esses espaços podem ser as escolas ou os grupos comunitários conectados. Mas para isso, precisamos municiar esses espaços com uma infraestrutura de produção, para que a meninada possa produzir e consumir discos, livros, músicas, filmes, notícias. Devem ser espaços vivos, de estímulo à produção e à comunicação. Se eu encho os telecentros ou as escolas de conteúdos verticalmente elaborados, inibo essa perspectiva. Tem que fortalecer a produção de conteúdo a partir dos conhecimentos locais e, aí sim, pode se estabelecer um diálogo – e um aprendizado – da Cultura (com C maiúsculo) e da Ciência (também com esse C maiúsculo), como já me referi. O que não queremos é apenas pegar essa Cultura e essa Ciência e apresentá-las para que sejam unicamente apreendidas. Isso aniquilaria a iniciativa de produção e comunicação, um aspecto fundamental desses espaços. É claro que são fundamentais, as parcerias com universidades para se produzir conteúdos diversos, por exemplo, sobre dengue, sobre gravidez na adolescência, sobre física, biologia, mas a própria comunidade tem que contribuir com essa produção. Assim, teremos o diálogo entre o conhecimento da comunidade com o universal. O saber local vai dialogar com o conhecimento instituído e a partir disso ser reconstruído, e

vice-versa. É o que me referi como sendo um círculo virtuoso de produção de conhecimentos e de culturas.

Entrevista para a ação do governo argentino *Conectar Igualdad*,<sup>95</sup> em setembro de 2011. A entrevista, em espanhol, foi publicado no livro *Educación y tecnologías: las voces de los expertos*, 2011. Participaram Esteban Torre e Leila Mesyngier.

---

95 <<http://www.conectarigualdad.gob.ar>>.

## INCLUSÃO DIGITAL:

---

### DESAFIOS

P - Como a dissertação da Lia dialoga com as políticas públicas de inclusão digital?

R - Um dos pontos centrais, e que está presente na experiência das pessoas que Lia entrevistou, dos personagens-autores da dissertação, é que os telecentros, Pontos de Cultura, escolas, têm que se constituir em locais de comunicação e de produção de cultura e de conhecimento. Não podemos reduzir os telecentros a espaços de formação profissional, fechados. É isso que estamos dizendo, aqui na Bahia, para os responsáveis pelo programa estadual de inclusão digital. Precisamos implantar, nos programas de inclusão digital, um círculo virtuoso de produção de conhecimentos e culturas, não um processo de produção de conteúdos para serem “entregues”, “distribuídos” aos telecentros e escolas. Se fizermos isso, transformamos os telecentros naquilo que não mais desejamos que as escolas sejam. E o que tem que acontecer é justo o contrário. Anísio Teixeira, o educador baiano, escreveu em 1963 um belo texto sobre a escola do futuro, que para ele estaria mais próxima de uma estação de TV. Atualizando isso, podemos dizer que a escola do futuro está mais próxima a um Ponto de Cultura. Ou um ponto de Ciência e Tecnologia. Isso porque me parece que falta, ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para dar possibilidade, à meninada que gosta de inovação, de criar Ciência e Tecnologia para o mundo contemporâneo. A escola ganharia outra dimensão.

[...]

P - Como pensar em programas que respeitem e estimulem a condição de protagonistas dessas comunidades?

R - Respeitar a diferença é fundamental. No momento em que trato o jovem como um ser singular, que estabeleço um relacionamento com um ser singular, não estou mais preocupado adaptar o jovem a uma situação hege-

mônica na sociedade. Estamos preocupados em reafirmar cada vez mais o singular, a diferença. As singularidades não devem ser assimiladas umas pelas outras, a convivência entre diferentes tem que se dar de forma respeitosa. É preciso estabelecer conexões entre esses jovens, que têm cada um sua identidade. Isso vale para a formação política e filosófica e também para as ações de inclusão e educação. As pessoas podem fazer hip hop e fazer música clássica. O importante é tentar estimular o diálogo entre elas, entre essas diferentes linguagens, para que uma cresça com a outra. E é essa a dificuldade de se elaborar uma política pública que não pode ser gestada de maneira centralizada, com procedimentos iguais para o país inteiro. Tem que ser uma política forte o suficiente para abrigar os diferentes, de forma a valorizá-los. Não devemos, nesse processo, pedagogizar excessivamente as tecnologias, nem trazer essa dimensão de transformar o outro no Eu. O educador Carlos Rodrigo Brandão, ao escrever sobre educação popular, contou a história de um lavrador chamado Ciço que ele entrevistará para sua pesquisa. Ele perguntou a Ciço o que é educação. E Ciço respondeu “é simples. Para seu mundo é a sua educação e para nosso mundo é a sua educação também”. Não pode ser isso!

P - Por que a diversidade é importante?

R - A multiplicidade faz parte da natureza humana. Isso se vê a partir do momento em que uma criança começa a ficar jovem e se rebelar contra o que está instituído. Essas crianças sofrem, a palavra é sofrer mesmo, um processo educacional em que são formatadas para viver em sociedade e pacificar sua rebeldia, se acomodar à lógica do padrão, fortalecida por este mundo neoliberal em que a economia e o mercado presidem todos processos. Se vou fazer um produto para o mercado universal, ele tem que ser sempre igual, para ter um preço baixo. Massificar para fazer produtos pode ser interessante do ponto de vista do seu custo de produção, mas para a cultura é terrível.

Como não podemos ter uma sociedade em que todos sejam rebeldes, vou negociar, a partir da educação e dos processos de inclusão digital, essa compreensão do conhecimento, regras e valores tidos como universais. Negociar a rebeldia e ao mesmo tempo a possibilidade de viver em sociedade. Precisamos trabalhar para que esses programas, e para que a escola, negociem essas diferenças. Por isso a minha dificuldade com a expressão “inclusão”, que significa incluir em algo que já está pronto, que é melhor, e que é o que tem que ser

buscado. Usamos o termo inclusão digital porque ele ficou instituído, a gente precisa qualificar esse termo, saber que não significa incluir no sentido de pegar um menino que está fora desse conjunto de valores e formatá-lo dentro de um determinado universo. O princípio é trazer o diferente para a possibilidade proporcionada pelas TIC de fortalecer sua cultura, sua diferença e os valores de generosidade e de colaboração. Aí se usa incluir entre aspas, porque se trata de fortalecer a dimensão cultural de cada indivíduo, como uno e no coletivo.

P - E como saber se os programas realizam isso?

R - Como avaliar os programas é uma questão difícil, a mesma que se coloca para todas as políticas públicas e que está presente em todas as questões ligadas à educação. Ao definir um sistema de avaliação, os programas fazem uma opção técnica, filosófica e de metodologia sobre educação, sobre política cultural, sobre a política de inclusão que desejam. Se fazem uma avaliação centrada prioritariamente em aspectos quantitativos isso indica que o programa tem como pressuposto que incluir é atender determinado número de critérios: quanto mais gente o programa atende, quanto mais unidades abre, mais ele funciona.

Me parece claro que não podemos jogar fora os números na avaliação do sistema educacional, dos Pontos de Cultura, dos centros de inclusão digital. É bom saber quem frequenta, quem são, quanto tempo ficam, seu extrato social. Mas essas medidas não podem ser um elemento prioritário nem definidor da avaliação dos programas. Se a gente mede quantos cursos, define que o curso é a forma de funcionar do telecentro. Começa a dizer que o que importa é a quantidade de cursos oferecidos. Temos é que enfatizar que esses dados são elementos para a construção de processos educativos. Não se mede cidadania e protagonismo pelo número de vezes que alguém fez um curso, mas pela qualidade e pelo que a pessoa faz hoje, em relação ao que fazia antes. Como a pessoa era, o que ela é agora, como está atuando, se envolvendo, tomando iniciativas. No momento em que se dialoga com essas pessoas e se percebe que estão mais maduras, ativistas, generosas, mais colaborativas, pensando mais no coletivo, a gente percebe também a qualidade do trabalho que vem sendo feito.

Trechos de entrevista para Patrícia Cornils, revista *A Rede* número 69 de maio de 2011. A entrevista foi realizada a partir da minha participação na banca de mestrado de Lia Ribeiro Dias, na Faculdade Cásper Libero, intitulada "Inclusão digital como fator de inclusão social.

A inserção de jovens de baixa renda como protagonistas na Sociedade do Conhecimento".

## EDUCAÇÃO NÃO É UMA COISA FECHADA

---

P - Numa época de múltiplos recursos, por que se voltar para o rádio?

R - A gente anda para frente sempre olhando para trás. Esse é o ponto fundamental. O rádio vem resistindo e ganhando um espaço enorme a partir da presença das chamadas tecnologias digitais, de comunicação e informação, porque trabalha com aquilo que o ser humano sempre teve uma grande intimidade, que é a oralidade. O paralelo que eu faço é muito esse: você alfabetiza pela oralidade, como hoje você pode alfabetizar pela inserção do jovem e do idoso na internet, compreendida como um processo de comunicação. Quando se fala em rádio na web, a gente também está falando de imagem, blog, chat, twitter, é tudo isso, mas sem perder a característica de rádio.

P - Em que pé está a Rede de Intercâmbio de Produção Educativa (Ripe), cuja missão é transformar professores e alunos em produtores de conhecimento?

R - A Ripe é um projeto de pesquisa em parceria com a Universidade Federal da Paraíba. A ideia é trazer todas essas concepções mais contemporâneas de produção de documentos culturais e científicos. A gente criou uma plataforma, *a la* YouTube, para colocar vídeos produzidos pela própria escola, em que haja um diálogo entre os saberes da comunidade, professores e alunos, e o saber estabelecido.<sup>96</sup> Um aluno pode gravar um vídeo de cinco minutos com um pescador, e aí no Rio Grande do Norte uma outra escola grava uma entrevista com outro pescador e isso vai sendo misturado, *a la* tecnobrega, de forma a criar um círculo virtuoso de produção de cultura e conhecimento.

O projeto funciona há dois anos e foi encerrado agora, no final de maio. Tô numa peregrinação, conversando com o Ministério e a Secretaria de Educação, para a gente ver como incorporar isso.

---

96 <<http://www.ripe.ufba.br>>.

P - O projeto funciona em quais cidades?

R - Salvador, São Félix e Irecê, nesta fase da pesquisa. O trabalho nas escolas é financiado pela Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). Nós colocamos uma espécie de kit multimídia para estimular professores e estudantes a produzirem. E aí, claro, a dificuldade é fenomenal. É professor brigando com diretor, diretor brigando com professor, aluno querendo entrar... Quando a gente estava em Irecê, o coordenador da escola disse que estavam chegando computadores, e a excitação desses professores era uma coisa fascinante. E aí os meninos dizendo: “Pró, que dia a gente vai começar a bulir?” E morrendo de medo de não poder bulir. Esse é nosso esforço, mostrar que a rádio, os vídeos, a informática têm que ser disponibilizados para os meninos se inserirem na cibercultura, como os filhos dos ricos fazem em casa. Não dá para ir ao infocentro para aprender planilha. Aí não adianta, porque é proibido Orkut, a fazendinha, skype, tudo...

P - As *lan houses* acabaram com isso, não?

R - Um pouco, mas o nosso medo é que, na tentativa de regulamentar as *lan houses*, o Congresso venha com propostas caretas.

O grande problema é que as políticas não se falam. Então cada ministério faz uma coisa, um concorre com o outro. Vale o mesmo para as secretarias. Muito por conta das articulações políticas, dos apoios, da governabilidade. Isso é um problema para nós da educação, porque educação não é uma coisa fechada. Essa foi a minha luta a vida inteira. É importante o universo da educação conversar com o universo da cultura, trabalhar de forma colaborativa. Dou uma disciplina na pós-graduação chamada “Ética hacker e educação“. O hacker não espera a ideia ficar pronta para submeter à comunidade. Quando ele se expõe, todo mundo contribui, não há uma lógica de julgamento. E isso, para nós, da educação, é superimportante. Se você for pensar, a escola funciona numa lógica oposta à ética hacker, que é a lógica mercadológica. A educação virou mercadoria. Esse é o grande problema. A gente tem exemplos típicos disso. Os meninos não chegam à escola com os deveres errados. Isso é um absurdo. O dever errado é a melhor forma de aprender. Nem entrando no mérito se deve ou não ter dever. Mas você desenvolver uma coisa e errar, não tem nada mais lindo

e rico que isso. Essa escola *fake*, artificial, nem os alunos nem os professores aguentam. Vira um cabo-de-guerra.

P - A adoção do Enem em substituição ao vestibular não tende a tornar o ensino menos robótico?

R - Pode, mas o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) também pode ser apropriado por essa lógica de mercado. Ela é poderosa. Repare, eu não sou tão velho assim, mas na minha época de escola nunca ouvi falar em produtividade, ranking, desempenho. E hoje converse com um educador. Em cinco minutos sou capaz de apostar que ele vai falar nisso. É uma loucura, porque você traz para dentro da escola uma lógica de competição que destrói tudo. É aquilo que o filósofo espanhol José Antonio Marina fala, da necessidade de resgatar a ética dos naufragos. Ele diz: “A atual ética é míope porque pensa como único valor a vida, e não o direito à vida“. A metáfora do naufrago é ótima, porque na hora que o bicho tá pegando é que você vê quem tem ética. Se o único valor ético for a vida, vou salvar a minha. Se for a ética do direito à vida, todos têm. Lembro o professor Felipe Serpa dizendo que a gente tem que se inspirar na lógica indígena de que, quando um tem fome, isso é um problema de todos. Na sociedade capitalista atual, a lógica é “farinha pouca, meu pirão primeiro“. Acho que a gente tem que substituir por “farinha pouca, um pouco para cada um“.

P - O senhor falava em rankings. Acha importante a criação do índice de desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) pelo Ministério da Educação (MEC) para medir a qualidade do ensino público?

R - O governo precisa ter indicadores, é fundamental ter dados. Mas a gente tem que cuidar muito para saber como eles são coletados e analisados. Muitas vezes esses dados escondem realidades particulares que precisam ser consideradas. Nós estamos trabalhando com a ideia de educações, e não em educação. Quando a gente fala da Ripe, da rádio web, a ideia é fortalecer as comunidades. As redes digitais possibilitam que esse diálogo entre a cultura local e o conhecimento estabelecido se dê de forma intensa. Com isso a escola muda de papel, porque deixa de ser uma distribuidora de informações e passa a ser um espaço da convivência e de enaltecimento das diferenças. Hoje ninguém diz que não respeita as diferenças. Mas respeita como? Como o pitores-

co, o folclórico. E o que é pior, respeita na entrada... No fundo, a escola é uma máquina que vai afunilando para, na saída, saírem todos iguais. E os índices têm esse poder, ajudam na formatação. Lembro de uma frase que Carlos Rodrigues Brandão reproduziu no livro *Questões políticas da educação popular*. Ele entrevista um lavrador e pergunta: “O que é educação?”. E o homem responde: “O senhor me faz a pergunta, mas acho que já sabe a resposta. A educação do senhor é a sua, e a nossa é a sua”. Enquanto a educação do outro for a minha, não tem solução.

P - Como o senhor avalia a gestão Wagner?

R - Sempre tivemos no governo Lula e Wagner uma expectativa fenomenal, que não foi correspondida. Acho que houve avanços significativos no campo da Cultura. No campo da Ciência e Tecnologia, avançamos muito pouco, e no campo da Educação, em função do gigantismo do sistema, também.

P - E essa política da Secretaria de Educação de fechar escolas?

R - (O secretário) Osvaldo Barreto teve uma frase muito feliz quando disse que era preciso fortalecer a escola. Cheguei a mandar um e-mail para ele elogiando a frase, o foco, e dizendo que não poderia esquecer de fortalecer o professor. Acho que o professor tem que ser um ativista, uma liderança comunitária. Infelizmente a gente está perdendo isso, com essa massificação do trabalho docente. E infelizmente com essa política de fechamento de escolas, “enturmação”, desestímulo... Quando uma escola está vazia, é preciso concentrar todos os esforços para saber por que ela está assim e como é que eu boto essa juventude lá. Precisamos das escolas abertas, cheias. Tem horas que olho os índices de evasão e, brincando, digo: que bom que eles não estão lá, não estão aceitando... Claro que me apavora. Tenho alunos que são professores e contam que começam a dar aula com 30, 35 estudantes, e no final frequentam oito, e não são os mesmos! Então, em vez de reduzir, a gente tinha que transformar cada escola pública num Ponto de Cultura. Você tem que ver a vibração desses meninos em Irecê, no nosso Ponto de Cultura, o Ciberparque Anísio Teixeira. Lá tem rádio web, os “Tabuleiros Digitais”, um programa de formação de professores, tudo integrado. Dos 50 jovens bolsistas, 49 saíram empregados. Já disse para todos os secretários de Ciência e Tecnologia que quiseram me ouvir que isso é uma política de emprego. Se você consegue articular Cultura, Educação,

Ciência e Tecnologia, nós avançamos do ponto de vista de construir uma nação. E temos que parar de dizer que a gente faz trabalho com a juventude, com hip hop, capoeira, para tirar o menino da marginalidade. Ele tem que aprender essas coisas porque é fundamental para a formação. Se de quebra sair da rua, do crime, do crack, ótimo. Veja, para o menino ir para a ONG no outro turno ele tem de passar pelo purgatório, que é a escola. Não podia tudo ser escola? Dessa turma de Irecê, dois ou três montaram uma empresa de software livre e venderam um serviço para a Câmara Municipal para transmitir pela web as sessões da Câmara e deixar o áudio lá. Olha, para a democracia, que coisa maravilhosa. Isso tinha que ser uma política de governo, todas as câmaras terem. Mas aí os novos vereadores tiraram a rádio do ar e a empresa quebrou.

P - O que faz a Bahia ter índices tão trágicos em educação?

R - Se você pensar que nos governos anteriores a política de educação se chamava “Educar para vencer” e as escolas se chamavam “escola-modelo”... Essas duas expressões são incompatíveis com educação. Isso não muda em quatro, oito anos. Em educação, aliás, todas as mudanças são de longo prazo. Falo que tem que fortalecer o professor, mas não tenho crença de que se hoje você triplicar o salário, vai resolver. Pegue por exemplo a questão das escolas, que viraram espaços sem espaço. Aí você volta na década de 1960 e olha a Escola Parque. A centralidade da escola é um campo de futebol. Veja a genialidade. Tem lá teatro, biblioteca, os galpões de trabalhos técnicos com painéis magníficos de Carybé e Mario Cravo. A Escola Parque é a materialização de uma política de Ciência e Tecnologia, emprego, cultura, educação, tudo ali. Quando fui conhecê-la, o vigia chorava falando de lá. Hoje você entra numa escola dessas e o vigia não te dá nem bom dia. E se você dá o bom dia, ele nem responde. Tá passando dos limites essa falta de educação na Bahia. O cara abre o carro, bota o som na maior altura e aí vem alguém e diz que isso é da cultura da Bahia. Não é, é falta de educação. Meu filho emprestado tem uma frase fantástica. A pró dele fazia transporte escolar, levava-o para a escola. Ele tinha uns 6 anos e me contou: “Minha pró estava tomando iogurte e jogou pela janela. Você acredita? Imagine, uma pró!”

P - O senhor se candidatou ao reitorado em 2006, foi o segundo mais votado. Não quis tentar novamente este ano?

R - Não, a gente faz maluquice uma vez só. A atual gestão tem muitos méritos, mas tem enormes problemas na forma como compreende a universidade. Veja como a correta política de ampliação foi feita, na base do rolo-compressor. Tivemos uma eleição muito pobre do ponto de vista do debate, muito porque a universidade hoje vive um produtivismo alucinado. Isso tem a ver com a gestão atual da reitoria e também com as políticas planetárias. Vivemos atrás de financiamento, falamos em “capacidade de captação de recursos”. Isso é uma excrescência do que é ser professor de uma universidade. E aí o que acontece? No fundo, a gente está apagando incêndio. Parece que essa concepção de universidade e de sociedade está dada e nos cabe apenas fazer a gestão, para funcionar melhor. Tenho minhas dúvidas se botar para funcionar não é pior do que deixar assim. Porque dessa forma há mais espaço para a transgressão... Nós estamos pensando pequeno, e pensar tem que ser sempre grande. Fazer é que vai ser sempre pequeno, porque as condições não deixam fazer o grande.

P - Quando se começou a discutir as cotas havia aquele comprometimento em melhorar a escola pública, o ensino básico. Como a universidade vem contribuindo para isso?

R - Acho que contribuí primeiro com a formação de professores. Outra contribuição é na produção de conhecimento sobre educação, sobre cultura. Nós temos muitas experiências de aproximação da universidade com a comunidade, em todos os campos. Acho que a universidade pública hoje tem dado uma significativa contribuição para a sociedade brasileira e para a produção de conhecimento. Se você me pergunta se é suficiente, óbvio que vou responder que não. Precitaria ser muito mais. Essa expansão da universidade, essa política de cotas, são fundamentais, mas demandam muito mais do que apenas permitir o ingresso. Hoje a UFBA tem apenas 750 bolsas de iniciação científica, para uma universidade que tem 24, 25 mil estudantes. Não é possível isso. A dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não é uma mera letra na constituição. É algo absolutamente fundamental para pensar um outro padrão de universidade.

P - Em entrevista recente a nova reitora da UFBA, Dora Leal Rosa, falava que as cotas devem acabar em 2014. O senhor acha o sistema deveria continuar?

R - Acho que sim. As cotas estão trazendo para a universidade uma vibração da diferença fundamental. Agora, tem que se constituir num mecanismo temporário, porque nós precisamos transformar a educação básica desse País. E na universidade tem que ter política de assistência estudantil, para garantir que os estudantes tenham acesso a todos os recursos tecnológicos. Não entendo por que a nossa universidade não pegou ainda o projeto que a Faculdade de Educação (Faced) entregou de bandeja, que são os “Tabuleiros Digitais”, e não espalhou isso para a universidade inteira. Nós estamos minguando dentro da Faced com os Tabuleiros, porque a Petrobras retirou o apoio, e a universidade não compreendeu que era preciso replicar o projeto. Tá tudo formatado e é da UFBA. Pode mudar o nome para não dizer que é projeto nosso. Mude, mas faça. Agora, qual é a dificuldade de espalhar o Tabuleiro Digital, na universidade, no nosso estado? É trabalhar com a liberdade. Aí o pessoal quer logo bloquear o Orkut, bloquear não sei o que, aí não tem sentido, não adianta. Você mata o meio. Espero que a professora Dora faça isso, é minha colega de faculdade...

É fantástico o que a Fundação Pedro Calmon está fazendo. Compraram mil livros de autores baianos para distribuir pelas bibliotecas municipais, estaduais. Agora precisamos colocar essas bibliotecas em rede. E tem que ser com software livre. E tem que ter a impressora, pro cara imprimir, porque nem todo mundo vai ter *Ipad* para sair lendo, vai ter que gastar por enquanto umas arvozinhas, para poder ler no ônibus... As bibliotecas da universidade também precisam ter isso. Tem que ter rádios web espalhadas, equipamento de fotografia, de áudio, de vídeo. E aí se passa a viver a universidade mais intensamente, e não como quem vai a um supermercado. Hoje quando não acontece uma aula, vai todo mundo embora. Tenho uma disciplina na graduação que se chama *Polêmicas Contemporâneas*,<sup>97</sup> para poder tratar de temas mais amplos. É uma disciplina aberta para toda a universidade, para que os estudantes de diversas graduações se encontrem. Diferente dessa política de não dar formação específica, acredito que é importante a formação específica ampla. Essa disciplina é transmitida pela rádio, tem twitter, tem as redes todas. A meninada é que organiza os temas. Já teve aborto, vai ter copa do mundo... Lembro que

---

97 <<http://www.polemicas.faced.ufba.br>>.

minha formação na universidade eu ia da Escola de Teatro, para São Lázaro, para Educação. Hoje os alunos ficam ilhados. O pessoal do curso de pedagogia não sai de lá, os estudantes de comunicação, a mesma coisa. Que universidade é essa? Virou um verdadeiro *escolão* de terceiro grau. Nada mais!

Entrevista à jornalista Tatiana Mendonça para o “Entre Aspas” da revista *Muito!* do jornal *A Tarde* de 13 de junho de 2010. Nesse mês de junho de 2010 foi lançado o livro *Do MEB à Web: a Rádio na Educação* (Editora Autêntica), organizado em parceria com a professora Sandra Pereira Tosta, da PUC de Minas Gerais.



## REFERÊNCIAS

---

- AZEVEDO, Carlito. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 out. 2012. Caderno Prosa, P. S.
- BENKLER, Y. *Saber Comum*: produção de materiais educacionais entre pares. Revista *entreideias: educação, cultura e sociedade*, América do Norte, 14, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/3649>>. Acesso em: 6 mar. 2013.
- BERGER, René. *Il nuovo Golem*: televisione e media: tra simulacri e simulazione, Milano: Minima, 1992.
- BERTA, Rubem. Uso de computador ainda assusta professores da rede pública do Rio, maio 2011. *O Globo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/educacao/uso-de-computador-ainda-assusta-professores-da-rede-publica-do-rio-2788884>>. Acesso em: 8 maio 2011.
- BLOG do Nelson Pretto. A moça do computador, 2011. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdonelsonpretto/blog/2011/08/12/a-moca-do-computador/>>. Acesso em: 26 mar. 2013.
- BONILLA, M. H.; SAMPAIO, J. A vivência do Orkut no espaço público: Tabuleiro Digital. In: COUTO, E. S.; ROCHA, Telma Brito (Org.). *A vida no Orkut*: narrativas e aprendizagens nas redes sociais, Salvador: Edufba, 2010.
- BRANDÃO, C. R. (Org.). *As questões políticas da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Destaques da UCA*. Disponível em: <<http://www.uca.gov.br/institucional/>>. Acesso em: 25 mar. 2013.
- CAMPANHA Nacional pelo Direito à Educação. Disponível em: <<http://www.campanhaeducacao.org.br>>. Acesso em: 24 abr. 2013.
- CARTA de Olinda em defesa do marco civil da internet no Brasil In: Fórum da Internet no Brasil Pré IGF Brasileiro, 2., 2012, Olinda. *Relatório...* Olinda, 2012. p. 27-28. Disponível em: <<http://forumdainternet.cgi.br/wp-content/uploads/2012/07/RelatorioCompletoPlenariaFinal.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2013.
- CARTA da cultura para o II Fórum da Internet. In: Fórum da Internet no Brasil Pré IGF Brasileiro, 2., 2012, Olinda. *Relatório...* Olinda, 2012. p. 29-30.

Disponível em: <<http://forumdainternet.cgi.br/wp-content/uploads/2012/07/RelatorioCompletoPlenariaFinal.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

CARTA quadro crítico nas políticas de comunicação e cultura digital é resultado das opções do Governo Federal. In: Fórum da Internet no Brasil Pré IGF Brasileiro, 2., 2012, Olinda. *Relatório...* Olinda, 2012. p. 31-34. Disponível em: <<http://forumdainternet.cgi.br/wp-content/uploads/2012/07/RelatorioCompletoPlenariaFinal.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CETINA, K. K.; BRUEGGER, U. Glob I Microstructures: The Virtual Societies of Financial Markets, *American Journal of Sociology*, 2002. v. 107, n. 4, p. 905-995.

CINI, M. *Un paradiso perduto* - dall'universo delle leggi naturali al mondo dei processi evolutivi (*Paraiso Perdido* - do universo das leis naturais ao mundo dos processos evolutivos). 1988. Entrevistadores: I. C. Moreira; L. M. Massarani.

COUTO, Edvaldo Souza; ROCHA, Telma Brito (Org.). *A vida no Orkut: narrativas e aprendizagens nas redes sociais*. Salvador: Edufba, 2010.

CRAWFORD, M. *The case for working with your hands*. London: Penguin Books, 2009.

FERREIRA, S. L. *Educação e TV Digital: situação e perspectiva*. Maceió: EDUFAL, 2012.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. *De volta*, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.futura.org.br/de-volta/?iamback=1>>. Acesso em: fev. 2009.

FRANÇA, Genieli. *A revolta do Buzu: a escola do asfalto*. Salvador: Faculdade de Educação, 2008.

GIROUX, H. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HIMANEN, P. *A ética dos hackers e o espírito da era da informação*. Campus: Editora 34, 2001.

HOLTZMAN, S. R. *Digital Mantras: he languages of abstract and virtual words*, Massachusetts: MIT Press, 1994.

LE MOS, André. *Caderno de viagens*, 2009. Disponível em: <<http://andrelemos.info/2010/04/caderno-de-viagem/>>. Acesso em: abr. 2013.

LEVY, S. *Os heróis da revolução: como Steve Jobs, Steve Wosniak, Bill Gates, Mark Zuckerberg e outros mudaram para sempre nossas vidas*. Tradução Maria Cristina Sant'Anna, São Paulo: Évora, 2012.

MAATHAI, Wangari. *The Challenge for Africa: a New Vision*. [s.l.]: William Heinemann Press, 2009.

- MARINA, José Antonio. *Ética para Náufragos*. Rio de Janeiro: Editorial Caminho, 1996.
- OLIVEIRA, Zezito de. Carta Aberta da Sociedade Civil sobre a Crise do MinC. In: ENCONTRO RUMO À CIDADANIA CULTURAL RECIFE, 9., 2011, Recife. *Anais...* Recife: [s.n], 2011. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/pais-rico-e-pais-com-cultura>>. Acesso em: 22 mar. 2013.
- OXÓSSI, M. S. de. No outono da vida. *A Tarde*, Salvador, 13 abr. 2011. Caderno 1, p. 3.
- PETIÇÃO Pública. Abaixo-assinado carta de olinda em defesa do marco civil da internet no brasil: para deputado Alessandro Molon, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado, Presidência da República. 4 jul.2012. Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=olinda>>. Acesso em: 25 mar. 2013.
- PRATA, Mário. *Minhas Tudo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- PRETTO, Nelson De Luca. *A Ciência nos livros didáticos*. Salvador: Edufba, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia*. Campinas: Pairus, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Smog: crônicas de viagens*. Salvador: Arcádia, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Escritos sobre educação, comunicação e cultura*. Campinas, SP: Pairus, 2008.
- PRETTO, N. D. L.; TOSTA, S. de F. P. *Do MEB a WEB – o rádio na educação*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.
- PRETTO, Nelson De Luca; BONILLA, M. H. S. (Org.). *Inclusão digital: polêmica contemporânea*, Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2.
- PROIBIR ou não proibir: eis a questão. Disponível em: <<http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/pagina/proibir-ou-no-proibir-eis-a-questo>>. Acesso em: 24 abr. 2013.
- QUEVEDO, L. A. El teléfono móvil se está transformando en un medio de comunicación, *Educared*, 2008. Disponível em: <[http://www.educared.org.ar/biblioteca/dialogos/entrevistas/entrevista\\_aquevedo.asp](http://www.educared.org.ar/biblioteca/dialogos/entrevistas/entrevista_aquevedo.asp)>. Acesso em: 16 maio. 2009.
- REDE de Intercâmbio de Produção Educativa. Internet Bahia NelsonPretto. Disponível em: <<http://ripe.ufba.br/nlpretto/videos/internet-bahia-nelsonpretto.avi>>. Acesso em: 25 mar. 2013.
- RUSHKOFF, D. *Um jogo chamado futuro: como a cultura dos garotos pode nos ensinar a sobreviver na era do caos*. Rio de Janeiro: Revam, 1999.
- SANTANA, B., ROSSINI, C.; PRETTO, N. D. L. (Org.). *Recursos educacionais abertos: práticas colaborativas e políticas públicas*. Salvador; São Paulo: Edufba, 2012.

- SARAMAGO, J. *O caderno*. Lisboa: Caminho, 2008.
- SGUISSARDI, W.; SILVA JÚNIOR, J. J. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã, 2009.
- SIMON, I.; VIEIRA, M. S. O Rossio não rival. In: SILVEIRA, S. A.; PRETTO, N. D. L. *Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder*, Salvador: Edufba, 2008.
- TEIXEIRA, Anísio. Mestres de amanhã. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 40, n. 92, out./dez. 1993, p. 10-19.
- VARON, Joana. *Principais andamentos da primeira semana da WCIT12: a internet está mesmo sob ameaça?* Disponível em: <<http://observatoriodainternet.br/principais-andamentos-da-primeira-semana-da-wcit12-a-internet-esta-mesmo-sob-ameaca>>. Acesso em: 25 mar. 2013.
- VELOSO, Caetano. *Obra em Progresso*. Disponível em: <<http://www.obraemprogresso.com.br/2009/02/21/carnaval>>. Acesso em: 25 fev. 2009.
- \_\_\_\_\_. *Obra em progresso*. Disponível em: <<http://www.obraemprogresso.com.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2009.
- \_\_\_\_\_. *É Proibido proibir...* Rio de Janeiro: Sony music, [1968], 1 faixa . Disponível em: <<http://letras.mus.br/caetano-veloso/395621/>>. Acesso em: 24 abr. 2013.
- VIOLA, Paulinho da. *Sinal Fechado*, Álbum Sinal Aberto, RCA, 1999. 1 CD. Faixa 3.

## O AUTOR

---

Professor (e ativista) da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Brasil. Doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo (1994), Licenciado em Física (1977) e Mestre em Educação (1985), ambos pela UFBA. Bolsista do CNPq. Secretário Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) Bahia. Membro da Academia de Ciência da Bahia. Foi titular do Conselho de Cultura do Estado da Bahia de 2007 a 2011.

Editor da *Revista entreideias: educação, cultura e sociedade\** (Revista da Faced). Pesquisador visitante (pós-doc) do *Theory, Culture and Society Centre* na Universidade Trent de Nottingham/Inglaterra (2008/2009) e do *Centre for Cultural Studies* de *Goldsmiths College*/Universidade de Londres/Inglaterra (1998/1999).

Foi membro da diretoria do Sindicato dos Professores no Estado da Bahia – SINPRO (1976/1977).

Livros publicados: *Escritos Sobre educação, comunicação e cultura* (Papi-rus, 2008), *Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia* (Papi-rus, 1996, 7ª edição), *SMOG: crônicas de viagens* (Arcádia, 2004), entre outros. Organizou, entre outros, os seguintes livros: *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas* (com Bianca Santana e Carolina Rossini, Edufba, 2012), *Inclusão Digital – polêmica contemporânea* (com Maria Helena S. Bonilla, Edufba, 2011), *Do MEB à WEB: o rádio na educação* (com Sandra P. Tosta, Autêntica, 2010) e *Além das redes de colaboração: internet, tecnologias de poder e diversidade cultural* (com Sérgio Amadeu da Silveira, Edufba, 2008). Tem capítulos escritos em mais de 10 livros e publicou artigos em periódicos acadêmicos e na mídia em geral.

\* <<http://www.revistaentreideias.ufba.br>>.

Foi coordenador de Estudos e Análises do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (InEP - 1986/1987), superintendente de Projetos Especiais da Fundação Nacional de Rádio e TV Educativa (FUNTEVÊ, 1987/1989), assessor do reitor da UFBA (1994/1996) período no qual coordenou a implantação da internet na UFBA e no Estado da Bahia, como coordenador do “Comitê Gestor da Rede Bahia”. Coordenou, juntamente com Leonardo Lazarte (UnB), o grupo de trabalho sobre Educação no projeto brasileiro Sociedade da Informação (MCT).



### Colofão

FORMATO	16 x 23 cm
TIPOLOGIA	Milo Serif OT / Alegreya SC
PAPEL	Alcalino 75 g/m <sup>2</sup> (miolo) Cartão Supremo 300 g/m <sup>2</sup> (capa)
IMPRESSÃO DO MIOLO, CAPA E ACABAMENTO	EDUFBA Cartograf
TIRAGEM	400 exemplares



ISBN 978-85-232-1048-9



9 788523 210489